

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Tese



De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil

Jossana Peil Coelho

Pelotas, 2021

Jossana Peil Coelho

De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Ferreira Michelin

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C672d Coelho, Jossana Peil

De fábrica para patrimônio : estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil / Jossana Peil Coelho ; Francisca Ferreira Michelin, orientadora. — Pelotas, 2021.

280 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Patrimônio industrial. 2. Patrimonialização. 3. Musealização. I. Michelin, Francisca Ferreira, orient. II. Título.

CDD : 363.69

Jossana Peil Coelho

De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 26 de abril de 2021.

Banca Examinadora:

.....
Prof.^a Dra. Francisca Ferreira Michelon (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro
Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

.....
Prof.^a Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof.^a Dra. Ana María Sosa González
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Vicente Julian Sobrino Simal
Doutor em História da Arte, Universidad de Sevilla

Ao Marcelo, ao Bruno e à minha Mãe, meus amores, que sempre me incentivaram, apoiaram e acreditaram em mim, é para quem dedico esse trabalho. Sem vocês eu nada seria.

Agradecimentos

À universidade Federal de Pelotas e ao Curso de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP).

À CAPES, pela bolsa de doutorado que recebi durante 42 meses.

À minha orientadora Francisca Ferreira Michelin, pela confiança, apoio, incentivo, gentilezas e carinho dedicados a mim, não apenas na realização dessa pesquisa, mas durante grande parte da minha trajetória acadêmica. És inspiração.

Ao Professor Diego Lemos Riberio por ter aceitado participar da minha banca, por me acompanhar desde a graduação em Museologia, pela confiança e amizade.

Aos professores Vicente Julian Sobrino Simal, Ana María Sosa González e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, por terem aceitado participarem da minha banca.

À técnica administrativa e amiga Gisele Dutra Quevedo, sempre gentil, por toda ajuda e carinho.

À colega Kátia Helena Rodrigues Dias, pelas conversas e trocas de mensagens sempre com uma palavra de apoio e incentivo.

A todos os entrevistados, pelo tempo disponibilizado e por compartilharem seus conhecimentos.

Ao Marcelo Iost Vinhas, meu amor e grande incentivador, pela enorme paciência, confiança e apoio incondicional. Muita gratidão por estar sempre ao meu lado.

À minha mãe, meu grande exemplo, por todo amor, dedicação e apoio. Tenho certeza de que todas as minhas conquistas são reflexo do teu estímulo.

Ao Bruno Peil Velloso, meu irmão e minha vida, pelo imenso amor, pelas risadas e deboches, e por estar sempre por perto.

À Anne, meu animalzinho de estimação, que é companhia e amor, principalmente nesse momento pandêmico.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente, contribuíram e/ou me apoiaram ao longo do doutorado e nessa pesquisa.

Gratidão!

Resumo

Há muitos conflitos que cercam o patrimônio industrial dentro do campo patrimonial. Vários bens fabris são patrimonializados em processos que desconsideram a totalidade ou, ainda, a maioria dos seus valores. É frequente que vários bens nem venham a ser enquadrados dentro dessa tipologia. Diante disso surge principal problema de pesquisa, de qual é a situação da memória fabril nas antigas fábricas patrimonializadas. A partir de pesquisa anterior sobre uma antiga fábrica de transformação na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, a Laneira Brasileira S.A, buscou-se observar outras experiências já consolidadas no mesmo estado, por acreditar que as semelhanças referentes às sociabilidades estariam mais próximas, já que as realidades sociais se assemelham, assim como apresentam equivalentes políticas administrativas e são próximas geograficamente. Dessa forma, foi observado que o estado do Rio Grande do Sul é elucidativo de parte dos conflitos que operam nesse campo. A fim de aferir a situação desses bens, principalmente das fábricas de transformação, uma vez que foi essa tipologia que suscitou a pesquisa, foram realizadas as técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa documental e entrevistas. Porém, inicialmente foi feita uma quantificação dos potenciais patrimônios industriais, com foco nas fábricas de transformação, em diferentes níveis - federal, estadual e municipal. Dentre as antigas fábricas patrimonializadas identificadas na quantificação, foram selecionadas aquelas que apresentavam maiores semelhanças com a Laneira, como serem fábricas de transformação localizadas em cidades gaúchas que se destacam como polos industriais no estado, principalmente no século XX. São elas a Fábrica dois da Metalúrgica Abramo Eberle e o Lanifício São Pedro localizadas em Caxias do Sul/RS, a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci) e a Cervejaria Brahma em Porto Alegre/RS. Essas antigas fábricas patrimonializadas são analisadas, em seus diferentes contextos – no histórico e perante a legislação de proteção local - e diferentes transformações - patrimonialização, intervenção arquitetônica e novo uso - , que possam ter passado, com a finalidade de entender a condição memorial de cada uma, ou seja a distinção de ativar memórias perante essas transformações, uma vez que essas mudanças influenciam a preservação da memória fabril. Essas análises foram feitas por comparação entre as transformações que cada fábrica passou e como cada uma delas influenciou na condição memorial, e assim, tem o objetivo central da pesquisa de contribuir com a preservação da memória fabril, sugerindo a musealização como um processo que preserva e valoriza todos os valores do patrimônio industrial bem como a memória do bem.

Palavras-Chave: patrimônio industrial; patrimonialização; musealização.

Abstract

From factory to heritage: a comparative study of the conditions of industrial remains in Rio Grande do Sul / Brazil

There are several conflicts surrounding industrial heritage within the patrimonial field. Several manufacturing goods are patrimonialized in processes completely or mostly disregarding their values. Various goods are often not framed within this typology. Facing this, the main research issue arises: what is the situation of industrial memory in the old patrimonialized factories? Thus, from previous research regarding the Laneira Brasileira S. A., an antique converting factory at the city of Pelotas in Rio Grande do Sul, other already consolidated experiences within the same state were addressed. This was performed toward the belief that their sociability similarities would be closer given their analogous social realities, and also equivalent administrative policies and geographical closeness. Hence, the Rio Grande do Sul state was observed to be elucidative in virtue of the conflicts operating in this field. Apropos assessing the situation of these goods, especially of the converting factories for being the typology eliciting this research, bibliographical revision, field and documental research, and interviews were performed. Initially, a quantification of potential industrial heritages was made concentrating on converting factories in different levels - federal, state, and municipal. Among the old patrimonialized factories identified in the quantification, the ones with greater resemblance with Laneira were selected for being both converting factories and prominent industrial poles in the XX century located within the same state. Namely, they are: the Factory two of the Metalúrgica Abramo Eberle and the Lanifício São Pedro located in Caxias do Sul/RS, and the Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci) and the Cervejaria Brahma in Porto Alegre/RS. These old patrimonialized factories were analyzed in the different contexts – historical and regarding local protection legislation – and transformations – patrimonialization, architectural intervention, and novel usage – they may have underwent toward understanding their particular memorial condition, that is, the distinction of activating memories given these transformations, since these changes influence the industrial memory preservation. Hence, the main research objective is to contribute with industrial memory preservation, suggesting musealization as a process preserving and valuing all values of the industrial heritage as well as the memory of the asset.

Keywords: industrial heritage; patrimonialization; musealization.

Lista de Figuras

Figura 1	Tombamentos a nível federal (IPHAN) conforme suas denominações	37
Figura 2	Bens tombados a nível estadual na Região Sul do Brasil	38
Figura 3	Bens tombados a nível estadual em Santa Catarina	39
Figura 4	Bens tombados a nível estadual no Paraná	42
Figura 5	Bens tombados a nível municipal em Porto Alegre / RS	46
Figura 6	Bens Culturais determinados no Plano Diretor do município de Caxias do Sul / RS	47
Figura 7	Bens tombados a nível municipal em Caxias do Sul / RS	48
Figura 8	Bens inventariados em Novo Hamburgo / RS	49
Figura 9	Bens Tombados em Canoas / RS	50
Figura 10	Bens Inventariados em Canoas / RS	51
Figura 11	Bens Inventariados em Pelotas / RS	56
Figura 12	Museus com potencial de patrimônio industrial localizados na Plataforma Museusbr	59
Figura 13	Museus com potencial de patrimônio industrial com base no CEM/RS	62
Figura 14	Planta com as divisões de terras das Charqueadas e localização do primeiro e segundo loteamento. Segunda metade do século XIX	66
Figura 15	Localização do Primeiro Distrito Industrial de Pelotas – Década de 1970	68
Figura 16	Mapa síntese de Caxias do Sul na década de 1930	79
Figura 17	Planta de Caxias do Sul em 1977	82
Figura 18	Sala sobre a industrialização do Museu Municipal de Caxias do Sul	83
Figura 19	Planta de Porto Alegre em 1896	90
Figura 20	Comparação do crescimento da cidade de Porto Alegre entre 1888 e 1916	91
Figura 21	Planta da cidade e a marcação das áreas atingidas pela enchente 1941	93

Figura 22	Vista do Lanifício São Pedro em 1917	103
Figura 23	Vista Aérea de Galópolis com a Cootegal ao centro	106
Figura 24	Vista Parcial da Cootegal (2017)	106
Figura 25	Vila Operária de Galópolis	107
Figura 26	Metalúrgica Abramo Eberle (2017)	110
Figura 27	Funilaria Abramo Eberle (1926) – A Esquerda a casa onde Abramo iniciou suas atividades e a direita, já uma expansão, funcionava a Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle e Cia.	111
Figura 28	Eberle, Kochenborges & Cia Ltda (1948)	112
Figura 29	Metalúrgica Abramo Eberle no final dos anos 1960	113
Figura 30	Vista aérea da MAESA (2016)	114
Figura 31	Fachada da Cervejaria Bopp Irmãos	119
Figura 32	Edifício da Maltaria Cervejaria Continental	120
Figura 33	Edifício da Maltaria Cervejaria Continental	120
Figura 34	Vista aérea da Cervejaria	121
Figura 35	Chaminé	124
Figura 36	Letreiro da fachada	124
Figura 37	Fiateci, anos 1920	125
Figura 38	Fiateci em 1998	127
Figura 39	Fiateci em 1998	127
Figura 40	Imóvel da Fiateci em 2011	127
Figura 41	Vila Operária da Fiateci (2012)	128
Figura 42	Vila Operária da Fiateci (2012)	128
Figura 43	Lateral da Fiateci (2016)	129
Figura 44	Vista da entrada principal da antiga fábrica Fiateci (2018)	130
Figura 45	Vista parcial da fachada (possivelmente década de 1950)	132
Figura 46	Vista aérea da Laneira Brasileira S. A. (Década de 1980)	133
Figura 47	Vista parcial da fachada da Laneira em 1994	135
Figura 48	Vista parcial da fachada da Laneira em 2014	137
Figura 49	Vista aérea da Cooperativa Textil Galópolis (Cootegal)	141
Figura 50	Chaminé da Cooperativa Textil Galópolis (Cootegal)	141
Figura 51	Maquete digital da MAESA	144

Figura 52	Lago da MAESA	145
Figura 53	Cronologia histórico-construtiva da MAESA	146
Figura 54	Recorte da fachada principal	148
Figura 55	Foto aérea do shopping com sobreposição da planta baixa da Cervejaria Brahma com hachura nos prédios tombados	150
Figura 56	Recorte do Encarte Publicitário do Shopping Total	152
Figura 57	Entrada principal do prédio que abrigava a fundição. Hoje restaurante	153
Figura 58	Torres residenciais Condomínio Rossi-Fiateci	156
Figura 59	Torre comercial do condomínio Rossi-Fiateci	156
Figura 60	Parte do estacionamento da área residencial	157
Figura 61	Muro que separa a área condominial dos prédios inventariados ...	158
Figura 62	Muro que separa a área condominial dos prédios inventariados ...	158
Figura 63	Cronologia da edificação e tipos de coberturas existentes	160
Figura 64	Imagem parcial da Fachada da Laneira em 1994	163
Figura 65	Imagem parcial da Fachada da Laneira em junho de 2020	163
Figura 66	Localização dos pontos do Museu de Território Galópolis	166
Figura 67	Totem da Vila Operária	167
Figura 68	Sala da Industrialização no Instituto Hércules Galló	168
Figura 69	Sala da Indústria no Museu Municipal de Caxias do Sul	173
Figura 70	Unidades Industriais da Metalúrgica Abramo Eberle	174
Figura 71	Detalhe da Exposição	175
Figura 72	Máquina de prensar lã na década de 1950	181
Figura 73	Máquina de prensar lã em 2014	181

Lista de Tabelas

Tabela 1	Bens tombados em nível estadual em Santa Catarina, reunindo-os por classificação	40
Tabela 2	Bens tombados a nível estadual no Paraná, reunindo-os em grupos assemelhados de usos ou características	41
Tabela 3	Número de estabelecimentos industriais por ano	44
Tabela 4	Bens tombados em nível municipal em Novo Hamburgo e a sua situação atual	49
Tabela 5	Espaços fabris apresentados apenas na Dissertação	53
Tabela 6	Espaços fabris apresentados apenas no Manuscrito	54
Tabela 7	Espaços fabris apresentados apenas no Projeto de Pesquisa	55
Tabela 8	Número de museus encontrado na Plataforma Museusbr em cada palavra-chave	58
Tabela 9	Número de museus encontrado na Plataforma Museusbr por tipo de indústria	59
Tabela 10	Número de Museus por Região Museológica do Rio Grande Sul	61
Tabela 11	Número de museus identificado conforme a palavra-chave	61
Tabela 12	Setores com potencial para patrimônio industrial presentes no Anexo 7 do Plano Diretor de Caxias do Sul	86

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 – Conceitos e Reflexões	23
1.1 Patrimonialização e Musealização – aproximações e distanciamentos	23
1.2 Patrimônio Industrial – percepção através dos números do lugar das indústrias de transformação no patrimônio	31
Capítulo 2 – As fábricas como patrimônio e objeto nas legislações municipais.	65
2.1 Pelotas e suas legislações de patrimônio cultural	65
2.2 Caxias do Sul e suas legislações de patrimônio cultural	78
2.3 Porto Alegre e suas legislações de patrimônio cultural	88
Capítulo 3 – Os bens fabris patrimonializados	101
3.1 Lanifício São Pedro – Caxias do Sul	101
3.2 Metalúrgica Abramo Eberle (MAESA) – Caxias do Sul	108
3.3 Cervejaria Brahma – Porto Alegre	117
3.4 Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci) – Porto Alegre	124
3.5 Laneira Brasileira S.A. – Pelotas	131
Capítulo 4 – Os bens que fazem parte patrimônio industrial	138
4.1 Bens imóveis e a intervenção arquitetônica	139
4.2 O entorno, os bens móveis e imateriais do patrimônio industrial	164
4.3 Musealização do Patrimônio Industrial	184
Conclusões	201
Referências	209
Apêndices	230
Anexos	265

Introdução

O presente trabalho tem como proposta analisar espaços fabris patrimonializados, os quais tenham diferentes tipologias de usos e possam ter passado por intervenções arquitetônicas, focando na sua condição memorial, a fim de contribuir para novos casos de patrimonializações (e/ou musealização) de antigas fábricas que venham a sofrer essas transformações (patrimonial, arquitetônica e de uso), com o propósito de manter a memória fabril de cada espaço. Os casos escolhidos para esta pesquisa são patrimônios industriais presentes nas cidades gaúchas de Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas.

A condição memorial, que será tratada durante esse texto, é entendida como um atributo dos patrimônios. É percebida como uma distinção que determinado bem tem de fazer lembrar ou, até mesmo, de se fazer notar determinada característica ou atributo que já não existe mais. No caso dessa pesquisa, por exemplo, refere-se a um patrimônio industrial – mais especificamente um bem imóvel que sofreu uma intervenção arquitetônica e atualmente possui um novo uso – porém, a sua condição memorial permanece quando o patrimônio ainda ativa memórias do seu tempo enquanto fábrica e também quando pessoas que desconhecem o seu passado fabril conseguem, de alguma maneira, perceber que ali um dia abrigou uma fábrica. Essa condição poderá ser maior ou menor dependendo de diferentes fatores¹ que serão tratados e aprofundados nessa pesquisa.

As motivações que levaram à escolha desse tema foi dar continuidade ao estudo sobre patrimônio industrial, iniciado com pesquisas cujo objeto de estudo era a antiga fábrica Laneira Brasileira S.A. Nesses estudos, foi possível detectar uma memória fabril ainda viva, porém latente, devido a diversos fatores, como a falência da fábrica, que acarretou no fechamento e esvaziamento do espaço fabril; a falta de um novo e constante uso, deixando que degradações tomassem conta da edificação; e a falta de uma efetiva preservação, mesmo essa fábrica sendo considerada um patrimônio do município. Diante disso, intenciona-se que, por meio da análise das condições memoriais em diferentes patrimônios industriais já institucionalizados com

¹ Adiantando ao leitor, os fatores aqui mencionados são: o reconhecimento social da comunidade com o patrimônio, o reconhecimento legal desse patrimônio, o processo de patrimonialização, a relação do patrimônio com o seu entorno, o seu novo uso (ou projeto), a preservação dos bens móveis e imateriais que compõe esse patrimônio e a integridade do bem imóvel e suas intervenções arquitetônicas.

diferentes tipologias de uso, possa-se contribuir com a manutenção da memória fabril de outras fábricas patrimonializadas ou que venham a receber essa medida protetiva. Ademais, defende-se a ideia de que a musealização pode ser o processo indicado para essa manutenção.

A experiência anterior de pesquisa da autora com a Laneira ocorreu no trabalho de conclusão de curso em Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)² e na dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, também da UFPel, dentre os quais salienta-se a proposta do inventário de memórias que foi desenvolvido³. Destaca-se que também participou de diferentes projetos de pesquisa⁴, ensino⁵ e extensão⁶ que tinham como tema patrimônios industriais.

Diante dessas motivações, elabora-se a hipótese de que as transformações (patrimonialização, intervenção arquitetônica, novo uso) interferem na memória fabril de uma antiga fábrica patrimonializada. Nesse sentido, a musealização pode colaborar na preservação dos patrimônios Industriais, uma vez que esses bens possuem diferentes valores, e esse processo pode – e deve – considerá-los e preservá-los de forma integrada e igualitária. Assim, contribuindo para o entendimento do patrimônio industrial e sua conseqüente valorização e apropriação, além de dar maior visibilidade.

Ao analisar processos de patrimonialização e/ou musealização em diferentes patrimônios industriais presentes em exemplares das cidades gaúchas de Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, pretende-se, além verificar a sua eficácia quanto à valorização do patrimônio industrial e à permanência da memória fabril frente às diferentes transformações que esses patrimônios, atualmente, estão sofrendo, também analisar de que modo e em qual medida cada transformação interfere na

² Trabalho de conclusão de curso no Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), intitulado “Identificação de suportes de memória no prédio da extinta fábrica Laneira Brasileira S.A.”.

³ Dissertação de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, também pela UFPel, sob o título de “Os significados do lugar: memórias sobre a extinta fábrica Laneira Brasileira S.A. (Pelotas/RS)”.

⁴ Os projetos de pesquisas são: Patrimônio Industrial e Lugar de Memórias: O Frigorífico Anglo de Pelotas/Brasil e do Uruguay/Fray Bentos (2013/2014); Memória, identidade e patrimônio industrial edificado pela UFPel. Memórias dos lugares de produção de Pelotas e suas possibilidades de pesquisa a partir do trabalho com as comunidades (2019/2020); Modelos e instrumentos de dinâmicas territoriais aplicadas ao patrimônio industrial: o caso de Pelotas/RS (2020).

⁵ Projeto de ensino: Reciclagem e requalificação de espaço industrial para implantação de museus inclusivos (2013).

⁶ Projeto de extensão: Projeto para implantação do "Centro Cultural Estação Ferroviária" (2020).

condição memorial do bem. Do mesmo modo, será verificada a realidade na qual cada bem está situado, através da legislação municipal sobre o patrimônio cultural das cidades. Assim, essa legislação também será analisada para se ter a compreensão de como cada cidade trata o seu patrimônio industrial na esfera legal.

Entende-se a musealização como uma mudança conceitual, na qual um bem, para além do seu conceito inicial de uso, “assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e de seu meio, e uma fonte de estudo e exibição, adquirindo assim, uma realidade cultural específica” (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2014, p. 57), tornando-se um bem museal. Cabe ressaltar que, no processo de musealização, não há a necessidade de que o bem seja deslocado para os limites físicos de um museu; podendo, assim, bens imóveis também serem musealizados, embora devam, como qualquer outro bem, necessariamente, passar por um conjunto de atividades (essas específicas do escopo dos museus) que são a preservação, a pesquisa e a comunicação.

Nesse sentido, nota-se que o ato de patrimonializar não corresponde à musealização, pois a patrimonialização “repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico” (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2014, p. 57). Ou seja, a patrimonialização é um instrumento legal de reconhecimento sobre os valores de um bem (de ou conjunto de bens) com o intuito de promover e incentivar sua preservação. A musealização possui processos com mais atividades envolvidas que são determinantes e devem ser constantes. Como visto, a comunicação é uma delas, sendo a mais fundamental, assim, entende-se que as informações que, em sua maioria, são resultado de pesquisas - outra atividade necessária para que ocorra a musealização -, devam estar em constante extroversão. Ou seja, a comunicação museológica é quando o bem se torna acessível para um público, desencadeando diálogos.

Os agentes do patrimônio industrial, durante um processo de musealização, que são os antigos operários e a comunidade que está ao seu redor e possui afinidade com o bem, por residir no mesmo local e/ou por ter trabalhado no espaço fabril, são partes importantes dessa comunicação e fundamentais, uma vez que são eles detentores da memória fabril. Nesse sentido, a participação da comunidade é imprescindível no que tange à legitimação dos patrimônios, sendo capazes de construir uma identidade que seja representada por ele, principalmente por fazer

referência a patrimônios industriais, que possuem um valor social que deve ser considerado como sugere a Carta de Sevilla⁷, documento mais recente sobre patrimônio industrial:

A memória coletiva da classe trabalhadora deve ser considerada como um elemento referência para entender os espaços de trabalho e as relações que se estabeleceram entre a cultura material, imaterial e o território (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 22).

Como já colocado, o bem que provocou a presente reflexão foi a antiga fábrica Laneira Brasileira S.A., está situada na Avenida Duque de Caxias, no bairro Fragata, em Pelotas. O prédio que ali se encontra ainda hoje foi sede de uma importante indústria de beneficiamento e comércio de lã, que teve seu início de funcionamento em 1949 e acabou tornando-se um referencial para a cidade, impulsionando o crescimento do seu bairro. No final da década de 1990, a fábrica entrou em declínio, desativando setores da indústria, paulatinamente, até que, em 2003, decretou falência e teve o encerramento total de suas atividades. Em 2010, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) adquiriu o prédio e, em 2013, em um projeto de ensino⁸ elaborou o projeto de reciclagem e requalificação, intitulado *Laneira: Casa dos Museus*. O projeto foi desenvolvido para abrigar três museus universitários, uma biblioteca retrospectiva, áreas de ensino dos cursos de Museologia, Conservação e Restauração e o Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural, bem como área de eventos, além do próprio Memorial da Laneira. No mesmo ano, o prédio da Laneira foi incluído no Inventário do Patrimônio Cultural e Histórico de Pelotas, sendo classificado como nível de proteção II, que, conforme determina o Plano Diretor⁹, devem estar preservadas suas características arquitetônicas externas, ou seja, preservação integral de sua volumetria (fachadas e cobertura), salientando-se que a preservação de imóveis enquadrados nesse nível é de extrema importância para a memória da cidade.

Nesse sentido, o projeto *Laneira: Casa dos Museus* e a sugestão do Memorial, proposto pela universidade, é considerado, nesta pesquisa, como a musealização

⁷ Carta elaborada em maio de 2018, na Espanha, durante o *Seminário de Paisagens Industriais de Andaluzia: Pensando o patrimônio industrial. Os desafios do século XXI*. Organizado pelo Centro de Estudos Andaluces e pelo TICCIH – Espanha (Comitê Internacional de Conservação do Patrimônio Industrial – Espanha).

⁸ Projeto de ensino citado na Nota de Rodapé número 4, que a autora foi participante.

⁹ Pelotas. Lei municipal nº 5.502, de 11 de setembro de 2008, que institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.

deste espaço fabril, pois o projeto também compreende a preocupação de manter testemunho do uso original, o qual é relevante para a memória local e para a paisagem urbana do bairro Fragata. Por ter a proposta de abrigar espaços de recepção à comunidade – como o setor de eventos e museus, salientando o Memorial da fábrica, que tem a missão de registrar a trajetória dessa antiga indústria por meio da recuperação e preservação de vestígios materiais e imateriais – o prédio se abre ao grande público por meio do memorial, o que permite que desempenhe sua função de bem museal. Porém, como será vista mais adiante, o projeto não foi colocado em prática, por consequência a edificação está sofrendo degradações.

Além da extinta Laneira, os patrimônios industriais que serão observados durante a pesquisa são de outras localidades com experiências já consolidadas no que se refere a patrimônios industriais e possuem algum tipo de semelhança com a Laneira.

Salienta-se que as cidades escolhidas para compor a pesquisa, juntamente com Pelotas, são as duas cidades com maior número de estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Caxias do Sul), motivo considerado importante para tal escolha, já que a pesquisa trata de patrimônios industriais. Dessa maneira, a escolha por cidades do mesmo estado foi feita por acreditar-se que as semelhanças no que tange às sociabilidades estariam mais próximas, uma vez que as realidades sociais se assemelham, são geograficamente próximas e apresentam equivalentes políticas administrativas.

A primeira cidade, Porto Alegre – capital do estado –, onde estão localizadas as antigas fábricas Fiateci e Cervejaria Brahma. A Antiga fábrica Fiateci, Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, foi fundada em 1891 no atual bairro São Geraldo, que faz parte do Quarto Distrito, juntamente com os bairros Floresta, Navegantes, Humaitá e Farrapos, formando a antiga área industrial da cidade, que se deve à proximidade do lago Guaíba e da antiga linha férrea. A fábrica contribuiu para o desenvolvimento do referido bairro, atraindo mão de obra, hoje, é inventariada no patrimônio cultural da cidade. A Fiateci encerrou suas atividades no ano de 2010 no espaço fabril de aproximadamente 36 mil metros quadrados, transferindo-a para nova planta, em Canoas/RS. Atualmente, o espaço conta com um novo uso, um condomínio de uso misto, integrando três torres residenciais e uma torre comercial, unidades construídas inteiramente no antigo espaço fabril. As edificações históricas estão sem uso e possuem o projeto de um centro comercial com aproximadamente 80 lojas, um

supermercado e estacionamentos. No projeto inicial, havia e intenção de abrigar um pequeno memorial da fábrica.

A Cervejaria Brahma, anteriormente cervejarias Bopp e Continental, localizada no bairro Floresta, também no Quarto Distrito, hoje, sedia um Shopping Center, o Shopping Total. Sua estrutura conta com um conjunto de prédios construído a partir de 1911 em arquitetura eclética. Suas atividades fabris foram mantidas até 1998 quando foram transferidas para a cidade de Viamão/RS. Em 1999, foi tombado pelo município apenas o conjunto formado pelos prédios da fabricação, fermentação, caldeiras e escritórios, além da chaminé, e, em 2003, foi inaugurado o empreendimento comercial, após uma intervenção arquitetônica, quando apenas as fachadas e poucos bens agregados foram preservados.

A Segunda cidade a ser pesquisada é Caxias do Sul, localizada na região Nordeste do estado. Os exemplos analisados serão a Cootegal, antigo Lanifício São Pedro, indústria situada no Bairro Galópolis. A história da fábrica inicia em 1898, quando uma pequena tecelagem foi inaugurada por imigrantes italianos que viram na região potencial para tal indústria. No entanto, com diversas dificuldades, os sócios do lanifício se viram obrigados a vender a fábrica, que, desde então, passou por diferentes donos e sociedades, recebendo a denominação de Lanifício Chaves Irmãos e Cia, Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro, Lanifício Sebhe e, também, Cooperativa Têxtil Galópolis Ltda (Cootegal). Cabe destacar que – durante a década de 1930 – a gestão da fábrica foi marcada por um desenvolvimento social responsável pelo crescimento do bairro (HERÉDIA, 1997, p. 8). Atualmente, a Cootegal é uma cooperativa formada por antigos funcionários que são responsáveis pelo controle da empresa, que se encontra, ainda, em funcionamento. Além disso, tem reconhecimento de bem imóvel com interesse patrimonial no Plano Diretor do Município (Lei complementar nº 290 de 2007).

Em Caxias do Sul também será estudada a antiga MAESA, como é conhecido o imóvel que abrigou a metalúrgica Abramo Eberle, fábrica de grande reconhecimento na cidade, pois contribuiu para o seu desenvolvimento e hoje é símbolo da industrialização de Caxias do Sul. Prédio construído na década de 1940 para abrigar uma ampliação de produção da fábrica, localizada no bairro Exposição, é responsável por sua expansão física e urbana. Atualmente, pertence à prefeitura, que ocupa alguns espaços, havendo um projeto de ocupação total, tanto por órgãos municipais como por espaços culturais. O prédio foi tombado pelo município em junho de 2015

devido à mobilização da comunidade, que conseguiu o apoio da Câmara de Vereadores.

As escolhas desses objetos de pesquisa se deram em virtude de algumas semelhanças com a Laneira Brasileira S.A., com a qual se quer colaborar, entre demais patrimônios fabris. O primeiro ponto seria o tipo de indústria, todas elas são indústrias de transformação¹⁰, ou seja, aquelas que transformam matéria-prima em algum produto final. Outro ponto é a localização dessas instituições, pois procurou-se que estivessem em áreas urbanas e não industriais, ao lado de outros tipos de construções e atividades. Além disso, buscou-se por aquelas atividades encerradas ou descontinuadas, assim como já tivessem passado por algum tipo de intervenção arquitetônica, abrigando um novo uso, além de já serem patrimonializadas, por algum meio de proteção. Nesse caso, deve-se destacar que o Lanifício São Pedro ainda abriga um uso industrial, logo, para esta pesquisa, vai ser considerado o período já como Cootegal, com seu novo uso, uma vez que ficou um período paralisado antes de a Cooperativa assumir o espaço. É importante salientar que as medidas de preservação desses bens se diferem. A Laneira e a Fiateci são inventariadas, a MAESA e a Brahma são tombadas¹¹, o Lanifício São Pedro possui reconhecimento patrimonial.

Todas as medidas de preservação dos bens patrimonializados analisados nessa pesquisa são em nível municipal. Esse fato reforça a importância que essas fábricas tiveram para suas cidades e suas comunidades, uma vez que são municípios com um passado industrial forte. Nesse sentido, os estudos das legislações têm foco no nível de suas institucionalizações, os municípios.

Dessa forma, como já aqui colocado, tem-se o objetivo geral de contribuir com a preservação de potenciais patrimônios industriais (na sua integralidade de valores) a partir da verificação das condições memoriais em diferentes bens fabris já patrimonializados, por diferentes medidas protetivas, que tenham diversos tipos de

¹⁰ Os tipos de indústria aqui apresentados se referem à classificação apresentada pela Carta de Sevilha na definição de patrimônio industrial, que são indústria de extração, transformação, transporte, distribuição e gestão.

¹¹ A diferença entre o inventário e o tombamento, está que o inventário é um instrumento de cadastro que listam bens culturais com algum reconhecimento da sua arquitetura e do seu espaço urbano, com o objetivo desses bens cadastrados como um conjunto em seu contexto urbano. E o tombamento é um instrumento legal de proteção ao patrimônio cultural aplicado pelo poder público, podendo ser em nível municipal, estadual ou federal, e tem o objetivo de serem preservados integralmente (PELOTAS, 2008).

uso e passado por intervenções arquitetônicas, indicando o processo de musealização como meio potencializador da manutenção da memória fabril.

Parte-se do princípio de que apenas os símbolos arquitetônicos não são suficientes para manter os valores do patrimônio industrial (social, material, técnico e imaterial) e a condição memorial; uma vez que as diferentes transformações que os bens passam, tendem a focar apenas no valor arquitetônico e histórico, desconsiderando a memória fabril e a sua comunidade. Algumas vezes, até provocam melhorias no seu entorno em termos urbanos, mas acabam causando gentrificação¹² e, assim, o patrimônio não tem sua valorização e apropriação adequada. Com o processo de musealização no patrimônio industrial, torna-se mais eficiente a conservação da sua memória.

Dentre os objetivos específicos, pretende-se aferir, por meio de números, a situação do patrimônio industrial no estado, principalmente das indústrias de transformação; analisar os contextos municipais – histórico e perante a legislação de proteção local – onde os objetos de pesquisa estão situados; analisar e comparar processos de patrimonialização nos objetos desta pesquisa; verificar quais os usos posteriores à indústria que mais preservam a memória do patrimônio industrial; estudar ações de preservação do patrimônio em espaços fabris e a relação entre a intervenção feita no bem e o seu novo uso. Além disso, propor ações com a finalidade de contribuir para a musealização de espaços fabris, bem como colaborar para os estudos sobre patrimônio industrial do estado, como também se espera que estimule o reconhecimento, a valorização, a apropriação e a preservação do patrimônio industrial gaúcho.

Esse estudo é justificado em virtude de os patrimônios industriais possuírem um somatório de valores e serem constituídos de diferentes bens, por isso sua preservação necessita ser ampla, assim acaba por ser complexa. A análise da condição memorial atual desses patrimônios encontra os fatores que a moldaram, para, dessa forma, criar meios para contribuir para a preservação do patrimônio em questão, considerando todos seus valores e bens. A musealização pode ser um caminho para contribuir com essa preservação, além da valorização e da apropriação, atualmente pouco praticados nos bens fabris.

¹² A gentrificação nesse texto é considerada como uma consequência pela falta do planejamento que considere a comunidade local, e não como uma “limpeza social” prevista. Como é entendido no texto de Zukin (2017).

Para a realização desta pesquisa, os procedimentos metodológicos constituíram-se, inicialmente, de revisão bibliográfica, especialmente sobre os conceitos de patrimonialização, musealização e patrimônio industrial, também para traçar paralelos com outros exemplares de espaços fabris que contam com esses procedimentos, principalmente das cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul. Faz parte também a pesquisa documental, buscando documentos e fotografias que ajudem a contar a história do trabalho, da edificação e do seu entorno.

A busca por esses documentos sobre o patrimônio industrial é defendida pela ideia de Meneguello (2011), que diz:

Os acervos, sejam papéis, sejam ferramentas, têm importância inseparável dos objetos a que fazem referência. São vestígios que permitem compreender técnicas desaparecidas, processos de trabalho, usos e memórias associadas ao patrimônio industrial. São estes documentos e monumentos que dão sentido e permitem compreender os remanescentes industriais porventura existentes, permitindo inclusive informar e balizar eventuais processos de listagem (MENEGUELLO, 2011, p. 1830).

Sobre a Laneira, os documentos estão localizados na Fototeca Memória da UFPel, que possui, em seu acervo, uma coleção intitulada Laneira Brasileira S.A., na qual constam fotografias e documentos administrativos de diferentes épocas de funcionamento da fábrica. Outra fonte são as fotografias e levantamentos arquitetônicos realizados após a compra da UFPel pelo projeto de ensino Reciclagem e requalificação de espaço industrial para implantação de Museus, que tem como resultado o projeto Laneira Casa dos Museus.

Nas outras duas cidades, foi feita uma visita em cada uma, para a pesquisa documental, além de buscar o entendimento dos patrimônios industriais, no sentido de vivenciar e experimentar as ações de valorização que são implementadas nesses locais que são referência.

Em Caxias do Sul, foram visitados a Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico (DIPPAHC), órgão responsável pelo patrimônio cultural do município vinculado à Secretária de Cultura; o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami; o Museu Municipal de Caxias do Sul e o Instituto Hercules Galló, bem como a Cootegal e a MAESA. Em Porto Alegre, visitou-se a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), que tem o objetivo de gerir os bens culturais de propriedade do Município; o Arquivo Histórico Moysés Vellinho; o Shopping Total e o condomínio Rossi Fiategi.

Infelizmente, devido à pandemia de Covid-19 e os protocolos de segurança instituídos durante o ano de 2020, não foi possível realizar nova pesquisa de campo.

Diante disso, como forma de interação e acompanhar as atividades que os objetos dessa pesquisa desenvolveram durante esse período, assim como as ações referentes ao patrimônio das cidades analisadas, a autora acompanhou as redes sociais oficiais dos municípios e dos patrimônios, bem como os sites oficiais.

Outra técnica, já prevista no projeto desta pesquisa, a realização das entrevistas, também foi preciso ser adaptada para o contexto atual de distanciamento social, então essas pesquisas foram feitas com agentes dos diferentes patrimônios, utilizando plataformas digitais. Foi utilizado o método de entrevistas semiestruturadas, onde foi elaborado um questionário para cada entrevistado conforme o patrimônio industrial que cada um é agente e o seu tipo de envolvimento. Essa etapa teve a finalidade de entender como os atuais agentes desses patrimônios estão (ou não) se apropriando e valorizando os bens fabris, assim como ter conhecimento se há projetos futuros no sentido de preservação e valorização do patrimônio.

A comparação entre os espaços industriais das diferentes cidades constitui a base da pesquisa, uma vez que esta dá oportunidade, por intermédio de experiências já consolidadas, para maior entendimento sobre esses processos, colaborando para o aperfeiçoamento de ações de patrimônios já institucionalizados, como é o caso da Laneira, e também para futuras patrimonializações de antigas fábricas, para que essas considerem todos os seus valores e estimulem a permanência da memória fabril.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo expõe os conceitos que norteiam este trabalho: patrimônio industrial, patrimonialização e musealização; o segundo apresenta a legislação referente ao patrimônio cultural de cada município trabalhado; o terceiro, os objetos de estudo, com breve histórico e seus processos de patrimonialização, considerando seus bens imóveis; já o quarto capítulo, a análise dos usos de cada patrimônio industrial, considerando os projetos de implementação focando nas propostas de musealização, as intervenções arquitetônicas, os atuais agentes e seus bens móveis e imateriais e a relação atual com o entorno.

Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa a qual possibilita que, além dos valores arquitetônicos e históricos dos patrimônios industriais, outros valores – nem sempre são reconhecidos – também sejam considerados para seus projetos de ocupação e ações durante seus novos usos, a fim de que a musealização possa contribuir para valorização e apropriação dos bens fabris, assim como unir, mesmo de forma simbólica, esses diferentes bens, tanto imóveis como móveis e imateriais.

Capítulo 1

Conceitos e Reflexões

Este capítulo expõe os conceitos que norteiam esta pesquisa, como patrimonialização e musealização, apresentando suas aproximações e distanciamentos, bem como a maneira pela qual esses dois processos podem, de forma conjunta, contribuir para a valorização e a apropriação dos bens patrimoniais. Discorre-se, também, sobre patrimônio industrial, apresentando um breve panorama desde as primeiras ações e preocupações com essa tipologia de patrimônio, principalmente no Brasil e no Rio Grande Sul, e como é percebido esse patrimônio, principalmente o que envolve indústrias de transformação, de forma quantitativa na esfera das institucionalizações patrimoniais.

1.1 Patrimonialização e Musealização – aproximações e distanciamentos

Patrimonialização e musealização são dois conceitos que incidem sobre bens culturais. Embora tenham muitos pontos em comum, estão longe de ser sinônimos e geram muitas dúvidas principalmente no que se refere à musealização. A similaridade entre esses processos é do ponto de vista conceitual, onde ambos atribuem valores simbólicos a bens, alterando no contexto social suas qualificações originais, categorizando-os em bens musealizados e/ou bens patrimonializados. Assim, de um caráter comum, os bens passam a ter um caráter especial, algo que o distingue e o provê de singularidade (LIMA, 2014). Assim, a principal aproximação entre os processos de patrimonializar e musealizar é o seu caráter seletivo com a intenção de preservação, porém, cada um possui particularidades específicas que os acabam por também se distanciarem.

A patrimonialização, segundo Lima (2012), consiste, por meio de uma tutela, incorporar uma dimensão social ao discurso da necessidade de preservar, e proteger determinado bem de qualquer efeito danoso, com a intensão de mantê-lo no presente e permitir sua existência no futuro. Nota-se, que esse processo é muitas vezes precedido pela ameaça da perda do bem, sobretudo os materiais e principalmente no Brasil. Sobre essa questão, Fonseca (2003) comenta que

esse entendimento da prática de preservação terminou por associá-la às ideias de conservação e de imutabilidade, contrapondo-a, portanto, à noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo. (FONSECA, 2003, p. 64)

Nessa perspectiva, vai ao encontro do pensamento ilustrado acima, o historiador Prochnow (2014), para o qual o processo de patrimonialização

ocorre a partir de ações e de discursos específicos. As ações partem das práticas institucionais motivadas, ou balizadas, por atribuições legais; em menor medida e mais recentemente, parte de demandas sociais. Já os discursos se sustentam no uso de conceitos e de categorias ativadas para justificar sua relevância, provar sua necessidade, reconhecer, garantir direitos (PROCHNOW, 2014, p. 19).

A partir dessas definições, pode-se dizer que o processo de patrimonialização, em grande parte, é sintetizado no processo de tombamento. Quando se afirma que as ações desse processo são determinadas por atribuições legais, volta-se ao mais usual, o tombamento, que, conforme a definição presente no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹³,

é um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger – por intermédio da aplicação de leis específicas – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Entre as diversas formas de proteção, o tombamento é o instrumento mais conhecido e utilizado (IPHAN).

Diante dessas observações, apreende-se que o processo de patrimonialização é iniciado, primeiramente, com a vontade de preservação por alguma motivação, geralmente atrelada a algum valor eminente, como histórico, estético, social, memorial, etc. O próximo passo faz-se um estudo sobre o bem – ou conjunto de bens – como forma de justificar e fornecer informações sobre a pretensa preservação, que será o material avaliado durante o processo de institucionalização. Nota-se que esse é o próprio de tombamento, e que se pode ser considerado como o patrimônio por decreto, onde a ideia pode ficar restrita ao determinado proponente e a instituição, sem o envolvimento da sociedade.

O pedido para um tombamento a nível federal deve ser realizado conforme a Portaria nº 11 do IPHAN de 11 de setembro de 1986, onde garante que qualquer pessoa física ou jurídica pode instaurar um processo no Instituto, órgão responsável

¹³ O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>).

pelos bens culturais no Brasil. Esse pedido deve ser guiado pela Ordem de Serviço Nº 002/2002 do IPHAN, que “estabelece formulário e instruções complementares à portaria nº 11/86, para instrução dos processos de tombamento no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (IPHAN, 2002, p. 01).

É importante salientar que existem outros meios de patrimonialização além do tombamento, embora seja o principal e mais recorrente. Na constituição federal – quando trata do patrimônio cultural brasileiro – apresenta registros, vigilância e desapropriação, além do próprio tombamento.

Também há, por exemplo, os inventários de patrimônios históricos e culturais municipais¹⁴, que se assemelham, em diversos pontos, a um tombamento, porém possuem a condição de “um instrumento de cadastro que contém informações a respeito dos bens culturais. É um reconhecimento da arquitetura e do espaço urbano da cidade e destina-se à preservação do conjunto das edificações em seu contexto urbano” (SECULT, 2008, p. 14). Vê-se que também é um ato jurídico, que se tem apenas a intenção da preservação.

No verbete sobre tombamento no dicionário do IPHAN, acessível na página da Instituição, também apresenta uma informação muito pertinente sobre essa forma de preservação:

[é forma] mais antiga e consolidada, mas não a única. E, por ser a mais conhecida, tem sido, por vezes, usada em qualquer circunstância, para qualquer finalidade e efeito, o que não é nem adequado nem apropriado, pois enfraquece sua eficácia e compreensão (RABELLO, 2015, p. 25).

Note-se que a patrimonialização, por sua proliferação, acaba por não cumprir seu objetivo, que é o de preservação, ficando apenas na intenção de preservar o bem. Essa situação acaba ocorrendo, principalmente, com aqueles bens imóveis que são patrimonializados e não são utilizados, estão sem uso, principal medida de uma preservação física. Há muitos exemplos desses tipos de casos, como pode ser observado em patrimônios industriais, que, devido aos seus imóveis possuírem grandes dimensões e à exigência de se preservar integralmente o bem, os proprietários e/ou usuários veem, nessa perspectiva, essas características como dificuldades para implementar-se um novo uso, principalmente pelo auto custo de uma intervenção adequada, deixando os imóveis sofrerem degradações por inatividade.

¹⁴ O município de pelotas conta com esse cadastro que está regulamentado pela Lei nº 4568/00, a qual resguarda as fachadas públicas e a volumetria dos bens integrantes do inventário, sendo permitidas alterações internas (SECULT, 2008, p. 14).

Sobre esse significativo aumento das patrimonializações, o professor Candau (2012) escreve que essa atitude foi observada quando “as sociedades conheceram uma mutação acelerada e temiam, portanto, pela perda e pelo esquecimento” (CANDAU, 2012, p. 162). E complementa, que essa transformação nas sociedades ao mesmo tempo que ocasiona uma profusão de patrimônios com ideia de cessar o esquecimento, acaba por produzir confusão e o próprio esquecimento, já que “pode se tornar um obstáculo para a transmissão de saberes, resultando numa dispersão de recursos identitários necessários para a reprodução ou manutenção da tradição¹⁵” (CANDAU, 2012, p. 110).

Nota-se que tratamos aqui de uma proliferação de patrimônios, de diversidade de bens materiais, sem devidas apropriação. Ao contrário, uma proliferação – ou multiplicação – de apropriações de bem é, inclusive, desejável. Nesse caso, Tornatore (2009) defende que “a proliferação é o sinal da democratização, do sentido do passado e manifesta uma vontade de sua gestão em democracia” (TORNATORE, 2009, p. 18), onde essas não são monopolizadas por instituições, mas sim por uma diversidade de porta-vozes.

No caso do patrimônio industrial, olhando para o caso brasileiro, essa tipologia está longe de uma proliferação, como colocado mais adiante, ainda estão em menor número que os demais tipos de patrimônio. Embora sejam bens com grande envolvimento de pessoas, por ser um local de ampla demanda de força de trabalho e de ter um envolvimento próximo com a comunidade do seu redor, o que poderia ser um indicativo de valorização. Porém, a maioria do reconhecimento desse tipo de patrimônio ainda é voltado para os patrimônios ligados às ferrovias, e às fábricas de transformação ainda pouco valorizadas pelos seus múltiplos valores. Nesses casos, a proliferação patrimonial deve ser vista no conjunto de bens de determinados locais, devendo-se atentar para que essa multiplicação não ocasione que patrimônios ditos mais valorizados sejam mais preservados que outros, deixando aqueles, como os patrimônios industriais, sem a devida preservação e valorização e acabem por não ter um uso, premissa fundamental para a conservação de bens imóveis. Dessa forma, outras medidas de preservação, além da patrimonialização, devem ser sempre pensadas em bens para os quais essa medida não é suficiente.

¹⁵ Tradição, segundo Candau (2012), é transmissão memorial que produz um sistema organizado de pensamentos e gestos em uma comunidade, remetendo a um passado e atualizado no presente.

Assim, reforça-se que o processo de patrimonialização fica limitado, ao tombamento, e que esse se define pela ideia de preservação por um ato jurídico, uma preservação passiva, sobre isso Fonseca (2003), defende que:

[...] a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto a uma sociedade. É necessária uma constante atualização das políticas específicas, tanto mais se tais políticas desenvolvem-se num contexto democrático (FONSECA, 2003, p. 67)

Outra forma de preservação, que ao contrário da forma clássica de patrimonialização, que vai além do decreto e é democrática, é a musealização, segundo a museologia contemporânea, é um processo constituído de diferentes ações, além de visar a preservação dos bens, mas de grande importância, também se propõe a comunicação, medida que potencializa a valorização e a apropriação social do bem uma preservação ativa (BRULON, 2018).

A musealização conforme Desvallés e Marisse (2014, p. 57), é uma “operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal”, onde acrescenta-se ao conceito inicial de utilidade, as vezes perdido e as vezes apenas enfraquecido, “o papel de evidência material ou imaterial do homem e de seu meio, e uma fonte de estudo e exibição, adquirindo assim, uma realidade cultural específica” (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2014, p. 57), tornando-se um bem museal.

Ressalta-se que o deslocamento físico não é uma necessidade no processo de musealização, ou seja, o bem não precisa ser conduzido aos limites físicos de um museu¹⁶. Nesse sentido, concorda-se que dessa forma bens imóveis, como fábricas, por exemplo, podem também ser musealizadas. O Museólogo Brulon (2018) defende essa ideia, ele conceitua a musealização da seguinte forma:

Musealizar é mudar algo de lugar; às vezes no sentido físico, mas sempre no sentido simbólico. É recolocar, ou dispor para revalorizar. Reordenar, sem a perda de sentidos, mas visando a aquisição de informação ou a sua potencialidade. Processo este que escapa aos limites do museu. Ainda que entendido como instituição social ilimitada, o que há de ilimitado nos museus não é a sua forma ou institucionalização, mas a sua ação, produtora da performance museal, um tipo de delírio das coisas da realidade – nos termos do poeta Manoel de Barros – que na Museologia se convencionou chamar de “musealização”. (BRULON, 2018, p.190)

¹⁶ O termo museu, utilizado nessa afirmação, está em conformidade com a definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que se trata de uma “instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (ICOM apud DESVALLÉS e MAIRESSE, 2014, p. 64).

Mesmo que nem sempre seja necessário o deslocamento físico do objeto musealizado para uma instituição museológica, o processo de musealização requer um conjunto de ações que elevam o bem em uma categoria simbólica, de bem museal. Essas ações são ligadas a preservação, a pesquisa e a comunicação. Importante ressaltar que essas ações são específicas de museus, e, assim, a musealização é uma especialidade da museologia¹⁷.

Nesse sentido, Cury e Yagui (2015) afirmam:

Que a musealização torna-se também patrimonialização, pois eleva um bem comum, preserva-o, difunde-o e o salvaguarda para finalidades contemporâneas e para as futuras gerações. Patrimonializar pela musealização requer ações outras, pois vincula a preservação a uma instituição específica – e insubstituível, porque nenhuma outra cobre plenamente o seu papel –, o museu, e a procedimentos próprios, a curadoria (CURY e YAGUI, 2015, p. 105).

Para Cury e Yagui (2015), curadoria é,

Num sentido mais contemporâneo e de acordo com um ponto de vista, e a designação para todas as ações em um museu em torno do objeto museológico, assim, todas as ações que perpassam a musealização são ações curatoriais. A pesquisa certamente é mais recorrentemente reconhecida como curadoria, mas as demais: coleta, conservação, documentação, exposição e educação também fazem parte dessas ações (CURY e YAGUI, 2015, p. 110).

Dessa forma, concorda-se com a frase de Desvallés e Mairesse: “tudo que é musealizado é patrimonializado, mas tudo que é patrimonializado não é musealizado” (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2011, p. 254 apud LIMA, 2014, p. 4341).

Já Scheiner (2013), ao conceituar museu, enquanto instituição, afirma

É uma instituição apreende, ressignifica e rerepresenta as manifestações da natureza e da cultura percebidas e/ou valorizadas como patrimônio, por meio de movimentos de exploração, identificação, preservação, investigação e comunicação (SCHEINER, 2013, p. 375).

Percebe-se que a autora de modo indireto também confirma a patrimonialização pela musealização, e apresenta as ações que compõe o processo de musealização. Essas diferentes ações funcionam como uma cadeia operatória, que se retroalimentam. Assim, concorda-se com a seguinte afirmação:

A musealização começa com uma etapa de separação [...] os objetos ou as coisas (objetos autênticos) são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam. [...] Essa transferência, por meio da separação que ela opera com o meio de origem, leva necessariamente a uma perda de informações

¹⁷ Campo que compreende o conjunto de tentativas de teorização ou reflexão crítica ligadas ao campo museal (documentação, preservação, pesquisa e comunicação) (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2014, p. 63).

que se verifica, [...]. É por esta razão que a musealização, como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) [...]. A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2014, p. 57 e 58).

O processo de musealização, quando realizado adequadamente, transforma os bens em documentos, ou seja, esses assumem um caráter de evidência, além de ser um – em potencial – portador de informações com ampla capacidade comunicativa. Ressalta-se que se está falando de uma musealização praticada em museus que ampliam a ideia do museu clássico, aquele voltado aos bens materiais; e sim, a um museu atento aos valores sociais, que tem como premissa a participação da comunidade na qual ele está inserido (SCHEINER, 2013).

A participação da comunidade deve ser constante tanto na patrimonialização quanto na musealização em todo o tipo de bem, pois são processos com o objetivo (entre outros) o da preservação, tanto física como informacional, para que se tenha a garantia que haja uma comunicação com aqueles para quem se preserva e também com as gerações futuras. Exemplificando, no patrimônio industrial que possui considerável valor social, além de outros valores que o assim o caracterizam, é crucial que a preservação considere esses diferentes valores no seu conjunto.

Sobre exercício e a orientação desses processos, ou seja, as entidades de tutela, Lima comenta:

São entidades que assumem o caráter de domínios socialmente autorizados sob a chancela da competência cultural, portanto, com habilitação para serem as entidades dominantes no trato do tema em vários níveis de representação social e de políticas que cobrem um largo espectro como nuances da consulta, da recomendação, da ação administrativa, da face legal (LIMA, 2014, p. 4349 e 4350).

Podem-se citar, na esfera nacional, o IPHAN e o TICCIH-Brasil¹⁸, referentes ao patrimônio, e o IBRAM¹⁹, referente à museologia. Deve-se atentar para o fato de que a gestão dessas entidades, quanto aos bens, age de formas distintas. O IPHAN, por exemplo, tem a função de proteger e promover os patrimônios, institucionalizados pelo próprio instituto, respondendo por sua conservação, salvaguarda e

¹⁸ Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil) tem como objetivo pesquisar, investigar, mapear, catalogar, inventariar, divulgar, proteger e conservar os bens materiais e imateriais do patrimônio industrial brasileiro. Filiado desde 2004 ao The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH).

¹⁹ Instituto Brasileiro de Museus, fundado em 2009, autarquia federal atualmente vinculada à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania.

monitoramento. Já o IBRAM é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM), onde auxilia, incentiva e promove o patrimônio museológico, não tendo responsabilidade nem mesmo pelos museus cadastrados²⁰.

Percebe-se, pela afirmação a cima, que os processos de musealização e patrimonialização, são conduzidos por entidades específicas, que se diferem nos processos e operações. No entanto, a semelhança entre eles é a intencionalidade de preservação e ao seu caráter seletivo, uma vez que apenas os bens elencados a partir de uma prévia valorização, são sujeitos de tais processos.

Quanto à diferença, a mais visível entre esses processos, como anteriormente colocado, é que a patrimonialização acaba por ficar apenas no âmbito da tutela, e a musealização, com o seu processo constituído de diferentes ações, que funcionam como engrenagens, uma em função da outra, devendo ser realizadas ininterruptamente. Sobre isso, Brulon escreve, “enquanto o objeto existir, o processo da musealização será contínuo. O objeto é ‘usado’ repetidas vezes e por atores distintos por meio da comunicação”. (BRULON, 2018, p. 200)

Dessa forma, a preservação acaba por ser uma consequência e, assim, apresenta potencialidades de uma maior valorização, principalmente, por sua comunidade. Isso deve-se a musealização ter como uma das atividades centrais a comunicação. E essa atividade deve ser interativa, recíproca e utilizando o museu como um meio para o diálogo. Além de ter a sua comunidade atuante, e assim, contemplar um dos princípios fundamentais dos museus: o “cumprimento da função social” (BRASIL, 2009). Considera-se, diante disso, que a musealização seja um processo exemplar de preservação.

Portanto, diante das similaridades e diferenças entre os processos aqui apresentados, e considerando que esta pesquisa trabalha com patrimônios industriais, sugere-se a musealização como uma forma mais abrangente, para esses bens já patrimonializados. Acredita-se que em parceria, esses processos, além de preservarem o bem imóvel, também preservem as memórias desses espaços e os diversos bens que apenas um patrimônio industrial pode conter. Vale lembrar, pelas palavras de Ferreira sobre sua variedade de bens do patrimônio industrial, que

²⁰ O Cadastro Nacional de Museus – CNM, criado em 2006, é feito de forma voluntária pelos responsáveis dos museus, acessando a plataforma pelo site do IBRAM. O CNM tem por objetivo contribuir com o diagnóstico do setor museológico e com o planejamento de ações e de políticas públicas de cultura, por meio da coleta, registro e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros.

àquilo que é considerado elemento constitutivo desse patrimônio, e nesse sentido temos os *elementos tangíveis*, como os *registros imóveis* (edifícios industriais, minas, vias férreas, meios de comunicação, obras de engenharia, etc...) e os *registros móveis* (arquivos, artefatos industriais, ferramentas, fornos, usinas, motores, máquinas, etc). Tem-se ainda aquilo que se considera como *elementos intangíveis* como a cultura operária, as formas de Patrimônio: as várias dimensões de um conceito sociabilidade, as maneiras de morar e viver, a dinâmica do trabalho, etc... (FERREIRA, 2004, p. 6, grifo do autor).

Como se trata de uma multiplicidade de elementos, deve-se considerar que os imóveis devem, além da musealização, ter outra ação de preservação, que se torna fundamental para a sua conservação física, trata-se de um uso constante. Como já dito, essas condutas de preservação devem ser concomitantes.

Quando sugerida a musealização de bens já patrimonializados, concorda-se com Mendonça (2015) quando afirma que

o ato de musealizar o patrimônio historicamente tornou-se uma ferramenta auxiliadora e fomentadora do processo de Patrimonialização. [...] Os trabalhos relativos à valorização do patrimônio nos museus passaram a visar ao desenvolvimento cultural e socioeconômico, à participação das comunidades, à promoção da cidadania e à valorização da diversidade cultural (MENDONÇA, 2015, p. 95).

Dessa forma, tem-se a intenção de extrapolar para além do físico do imóvel, buscar outras formas de preservação que incorporem a memória do lugar. Além de buscar outros bens que completam o patrimônio industrial, como bens móveis e imateriais. Assim, ao musealizar um patrimônio industrial, o patrimônio imóvel institucionalizado, será apenas um item dentre o conjunto.

1.2 Patrimônio Industrial – percepção por meio dos números do lugar das indústrias de transformação no patrimônio brasileiro e gaúcho

O fim do século XX e início do século XXI, no que se refere ao patrimônio cultural, são marcados pela ampliação do seu conceito. Antes, o patrimônio era relacionado a monumentos históricos e a monumentos singulares; atualmente, pode ser rural, vernacular, popular, industrial, entre outros, além de abranger bens móveis e bens imateriais.

O caso do patrimônio industrial teve o seu início de reconhecimento no período pós-Segunda Guerra Mundial. E seu debate ampliado e fundamentado na

década de 1960, quando importantes exemplares da arquitetura da industrialização²¹ começaram a desaparecer. Destaca-se a Inglaterra nesse processo inicial, onde a expressão “arqueologia industrial” é originado.

E, assim, começaram os diversos estudos e iniciativas para a valorização e a preservação desses bens. Na década de 1970, tais iniciativas foram expandidas para outros países.

Sobre a expressão “arqueologia industrial”, deve ser ter o cuidado, pois pode ser por ser usada erroneamente como sinônimo de patrimônio industrial; a autora Kühl (2008) define os termos, apresentando suas diferenças da seguinte forma:

A arqueologia industrial volta-se ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado – mesmo quando desaparecem os testemunhos materiais – e, por vezes, quando reconhecido o interesse como bem cultural, à sua preservação. Quando se fala de patrimônio industrial, pressupõe-se que tenham sido feitos esses estudos – e que se tenha identificado os bens que possuem interesse para a preservação; a “arqueologia industrial” volta seus esforços a todo o legado da industrialização, seja ele considerado bem cultural ou não (KÜHL, 2008, p. 45).

Cabe destacar que, ainda nos anos de 1970, na museologia, estava surgindo novos pensamentos e novas experiências no campo museal, com práticas que levavam em consideração os territórios nos quais estava inserido, assim como suas comunidades. O que acabou por propor iniciativas para a preservação de diferentes artefatos industriais, móveis e imóveis. Quanto a isso, pode-se exemplificar com significativo exemplo francês: a criação do Museu do Homem e da Indústria, no complexo de Le Creusot²², em 1974. Nesse contexto, Ruffinoni salienta que:

Dentre as especificidades dos conjuntos industriais que começavam a ser identificadas e valorizadas, além de caráter histórico-documental, destaca-se o papel decisivo na caracterização da paisagem, considerando tanto os aspectos formais e especiais determinados pela peculiar arquitetura industrial como as relações sociais originadas e consolidadas em torno da atividade produtiva, aspectos de um cotidiano que moldava o espaço “extra-físico” responsável pela caracterização de certas localidades (RUFFINONI, 2013, p. 148).

É no final dessa mesma década, em 1978, é criado o Comitê Internacional para a conservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH), com o objetivo de promover

²¹ Pode-se citar a Estação Euston, em Londres, exemplar da fase pioneira da arquitetura ferroviária demolida em 1962 (RUFFINONI, 2013, p. 147).

²² O Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines é o primeiro ecomuseu a ser reconhecido como tal, criado em uma comuna da Borgonha, para ser instrumento de desenvolvimento comunitário, em uma área com problemas sociais devido ao fechamento da indústria que deu origem à comunidade e era a principal economia local.

cooperação, preservação, documentação, pesquisa, educação e interpretação do patrimônio industrial.

Porém, o conceito de patrimônio industrial foi elaborado apenas em 2003 pelo TICCIH durante assembleia geral realizada em Nizhny Tagil, na Rússia, na qual se originou a Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, que também apresenta os valores desses bens e recomendações de preservação, conservação e pesquisa.

Outros princípios orientadores e acordos importantes sobre o patrimônio industrial são elaborados desde então, como Os Princípios de Dublin, acordo conjunto entre ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e TICCIH, firmado em 2011, que define princípios para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial. E na Declaração de Taipei para o Patrimônio Industrial Asiático (2012), que promove a conservação e preservação do patrimônio industrial asiático. Também no Memorando de Cooperação entre ICOMOS e TICCIH (2014), que trata de uma organização para colaborar com a conservação do patrimônio industrial²³.

O documento mais recente, elaborado em 2018, onde o conceito de patrimônio industrial foi revisado pelos membros do Centro de Estudos Andaluces e pelo TICCIH – Espanha (Comitê Internacional de Conservação do Patrimônio Industrial – Espanha) em um seminário, é a Carta de Sevilla. Sendo o conceito então elaborado:

O patrimônio industrial é entendido como o conjunto de bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade relacionados com a cultura do trabalho que foram gerados por atividades de extração, de transformação, de transporte, de distribuição e de gestão gerados pelo sistema econômico surgido na “revolução industrial”. Esses bens devem ser entendidos como um todo composto pela paisagem em que estão integrados, pelas relações industriais que estão estruturadas, pela arquitetura que os caracteriza, pelas técnicas utilizadas em seus procedimentos, pelos arquivos gerados durante sua atividade e pelas práticas de caráter simbólico (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 13).

No Brasil, o patrimônio industrial começou a ser estudado e divulgado apenas no início de século XX, com reuniões científicas, embora, em 1938, tenha sido tombada a primeira fábrica de ferro brasileira, a Fábrica Patriótica²⁴, na cidade de Ouro

²³ Esses documentos podem ser acessados na página oficial do TICCIH em <https://ticcih.org/about/about-ticcih/>.

²⁴ A Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião teve sua construção iniciada em fins de 1811, seus equipamentos, como cabos, bigornas e aspas, foram importados da Inglaterra pelo governo brasileiro e doado à fábrica. Foi a primeira fábrica no Brasil movida à força hidráulica. A fábrica encerrou suas atividades provavelmente em 1822. Abandonada, a fábrica transformava-se em ruínas, que são

Preto (MG) e, na década de 1940, tenham sido tombados, em nível federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) 11 (onze) engenhos nos estados da Bahia e do Sergipe, que, em sua maioria, são ruínas, e tombados pela presença da residência e/ou capela, não apresentando, em suas descrições de tombamento, referência aos bens industriais. Nos anos 1960, foram tombados mais dois representantes do início da industrialização no país, o Engenho de São Jorge dos Erasmos²⁵ e a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema²⁶, exemplos amplamente citados em estudos sobre o patrimônio industrial, pois apresentam, em suas descrições de tombamento, o bem como fábrica e sua importância para a história da industrialização brasileira.

Fato importante para a preservação do patrimônio industrial brasileiro foi a constituição do Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil, em 2003, em reunião com diversos professores, profissionais e instituições na cidade de São Paulo, originando a Carta Manifesto, que convocava todos os interessados na preservação do patrimônio industrial no país para se unirem em torno do Comitê provisório que se instituiu com o objetivo de criar o Comitê definitivo e se filiar ao TICCIH, o que ocorreu em 2004 com a constituição do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil).

Outra importante ação com relação ao patrimônio industrial foi a promulgação da Lei Federal nº 11.483, de 2007, que atribuiu ao IPHAN a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), bem como zelar pela sua guarda e manutenção. Então, o Instituto avaliou, dentre todo o espólio oriundo da extinta RFFSA, quais seriam os bens detentores de valor histórico, artístico e cultural, trabalho que gerou, em 2010, um inventário nominado como Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, instituído por meio da Portaria IPHAN nº 407/2010, tendo 639

tombadas pelo IPHAN, em 30 de junho de 1938, como testemunho histórico da indústria siderúrgica. Atualmente as ruínas são preservadas pela empresa Vale e podem ser visitas mediante agendamento.
²⁵ Tombado pelo IPHAN, em 1963, está localizado na cidade de Santos/SP, datado da primeira metade do século XVI, é o único exemplar conhecido da primeira tentativa oficial da exploração açucareira no Brasil. Em 1965, sofreu obras de consolidação e limpeza, durante as quais foram desenterradas várias formas de pão-de-açúcar em meio à camada de cinzas e entulhos que, presume-se, seja resultado do incêndio que teria ocorrido em 1603. Desde 1958, pertence à Universidade de São Paulo.

²⁶ Primeiro complexo de exploração e fabricação de ferro no Brasil, construído em 1810 e funcionou até o final do século XIX. Foi tombado, em 1964, por ser remanescente de arqueologia industrial dessa fábrica, hoje, encontra-se sob a guarda do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio da Floresta Nacional de Ipanema (unidade de conservação brasileira de uso sustentável da natureza) em Iperó/SP.

bens inscritos até 15 de dezembro de 2015. Tal iniciativa demonstra maior preocupação pelos bens do legado das ferrovias, ligadas ao transporte, do que pelos demais bens do legado das fábricas de transformação, por exemplo.

Em levantamento realizado entre os anos de 2017 e 2018, foi aferido quantitativamente o patrimônio industrial tombado em diferentes níveis. Essa iniciativa teve o objetivo de identificar dentre os potenciais patrimônios industriais as fábricas de transformação, uma vez que não há um inventário semelhante ao patrimônio ferroviário.

Durante essa análise foram localizados os patrimônios industriais que, juntamente com a Laneira Brasileira S.A. - já objeto de estudo da autora – fazem parte dessa pesquisa. Buscou-se extintas fábricas de transformação localizadas no estado do Rio Grande do Sul e em meio urbano com algum nível de proteção legal, que tivessem sofrido processos de intervenções arquitetônicas sem maiores descaracterizações e com novo uso em funcionamento.

Houve, porém, dificuldade para encontrar e traçar um perfil para esses patrimônios industriais presentes no Brasil, de modo geral, por intermédio dos órgãos de preservação nos diferentes níveis – federal, estadual e municipal –, pois não apresentavam nenhum tipo de inventário sobre esses bens, ou, como será apresentado, não eram tombados, inventariados e/ou musealizados, por serem considerados dessa tipologia. Com isso, foi necessário fazer uma quantificação dessa tipologia de patrimônio, para, então, conseguir-se identificar os possíveis espaços fabris que poderiam fazer parte desta pesquisa. A quantificação foi baseada em como esses bens são apresentados e/ou nomeados pelos órgãos que os instituíram como bens patrimoniais, sem levar em conta demais órgãos, instituições ou documentos que pudessem colaborar para identificação mais apurada desses bens como patrimônios industriais.

Para essa quantificação, o principal local de busca foram as páginas eletrônicas das instituições de preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, iniciou-se pela página do IPHAN²⁷, por se tratar da “autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro” (IPHAN). Nessa página, encontrou-se a Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938 - 2018), onde constam todos os bens imóveis que

²⁷ <http://portal.iphan.gov.br/>

possuem processos de tombamento no órgão²⁸. Assim, foram analisados apenas os bens com a situação do processo já finalizados e inscritos nos livros tombos, ou seja, os bens tombados. A partir da nomeação de cada bem, foi feita a classificação enquanto patrimônio industrial. Dessa forma, aqueles bens que apresentavam em seu nome o seu antigo uso, como, por exemplo, usina, fábrica, ferrovia, entre outros²⁹, foram entendidos como patrimônio industrial e passaram a fazer parte da contagem proposta.

Na quantificação dessa lista, encontraram-se 1.171 bens tombados. Dentre aqueles com potencial de patrimônio industrial estão cinco estações ferroviárias, quatro complexos ferroviários, uma estação rodoviária, uma estação de hidroaviões, um cais do porto, uma vila ferroviária e um hangar de zepelins, totalizando, assim, 14 bens ligados ao transporte. Mais dois conjuntos de prédios das estações telegráficas, que são ligadas aos bens de distribuição. E por fim, 18 (dezoito) engenhos³⁰ e oito fábricas de transformação, totalizando 42 bens tombados que podem ser considerados patrimônios industriais (Apêndice I). Nesse universo, há apenas 3,6% dos bens tombados em nível federal que possuem potencial para serem enquadrados, conforme os conceitos anteriormente apresentados, como patrimônios industriais. Refinando a pesquisa, se considerados apenas aqueles originados a partir de fábricas de transformação, há apenas 26 bens tombados, caindo para um percentual de 2,2% dos bens tombados em nível federal (Figura 1). Cabe ressaltar que, desses 26 bens, apenas um está localizado no sul do país, o Engenho do Mate³¹, localizado na cidade de Campo Largo, no Paraná, mas que não se encaixa como objeto para essa pesquisa, pois está localizado na zona rural do município.

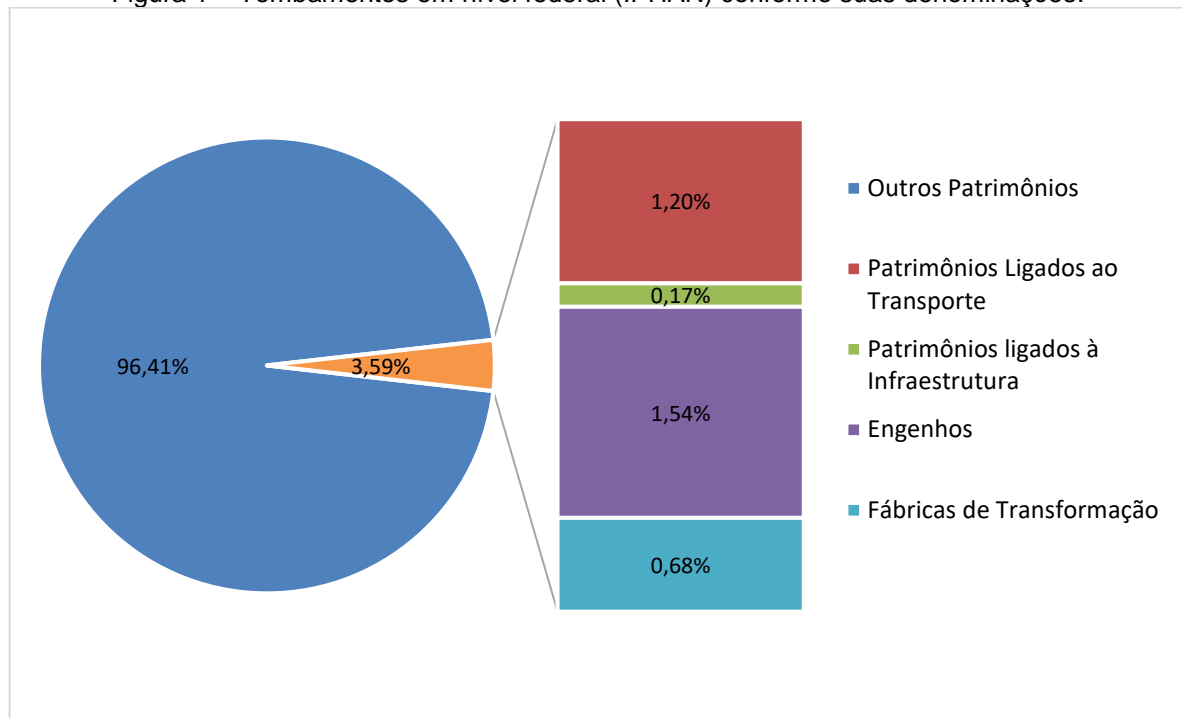
²⁸ Cabe salientar a situação atual desse órgão. O IPHAN desde o início de 2019 sua conjuntura é instável e enfraquecida, primeiramente com a extinção do Ministério da Cultura, o que levou o IPHAN a ser vinculado ao Ministério do Turismo; enfrentando um déficit mais de cinco centenas de técnicos por falta de concursos; restrições orçamentárias e nomeações para cargos de coordenação e chefia que desconsidera a capacidade técnica.

²⁹ Os termos pesquisados foram os seguintes: porto, moinho, usina, estação, engenho, ferrovia, fábrica e indústria.

³⁰ Optou-se, nesta pesquisa, por separar os engenhos e moinhos das demais fábricas de transformação por questão metodológica, uma vez que se tem por objetivo analisar patrimônios industriais com características semelhantes ao objeto inicial da pesquisa, a extinta Laneira Brasileira S.A, e os moinhos e engenhos apresentam atividades industriais que diferem das demais indústrias de transformação.

³¹ Exemplar de arquitetura rural construído por volta de 1870 é o último remanescente dos inúmeros engenhos de soque de erva mate movidos à força hidráulica no Paraná. Passou por intervenção arquitetônica entre 1980/1981 e, atualmente, é sede do Museu do Mate e tem tombado seu acervo além de todo o terreno.

Figura 1 – Tombamentos em nível federal (IPHAN) conforme suas denominações.



Fonte: Autora, 2019.

Embora uma das delimitações dos objetos de pesquisa, como já colocado, fosse a localização no estado do Rio Grande do Sul, optou-se por fazer o levantamento em todos os estados, a fim de perceber como o patrimônio industrial é valorizado no território brasileiro.

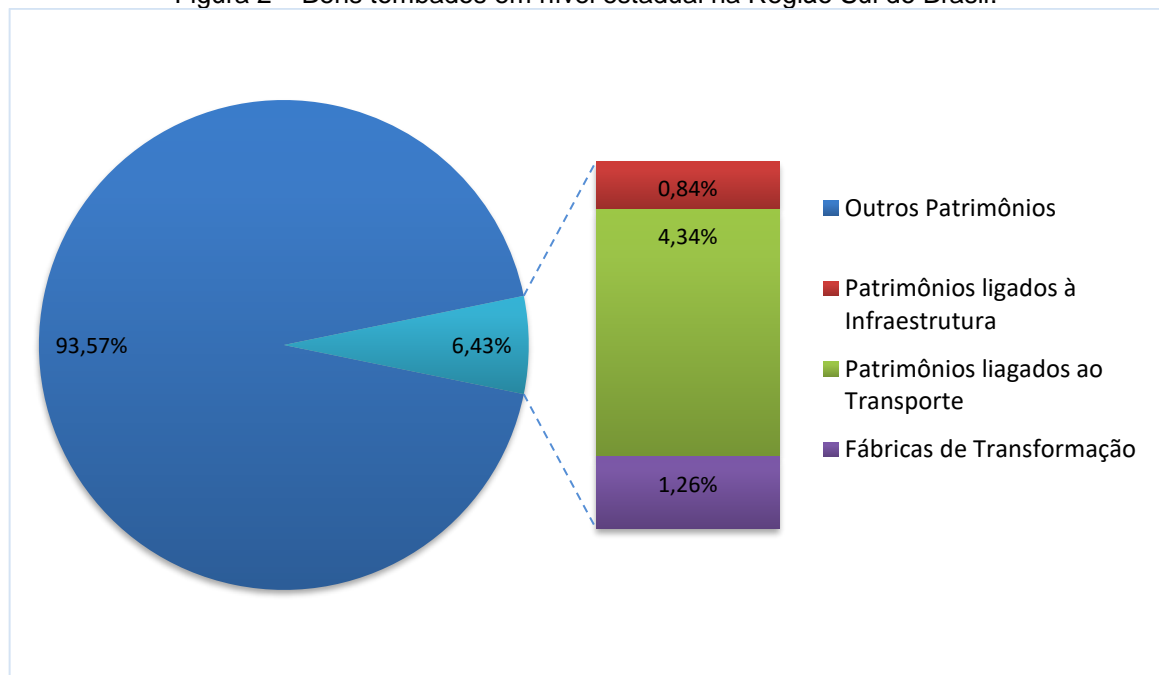
A quantificação na esfera estadual também foi feita, em grande parte, por intermédio das páginas eletrônicas das instituições de preservação. Para localizar essas páginas, buscava-se a página oficial de cada Estado e, nesta, a página almejada. Localizou-se, dessa maneira, a da Secretaria de Cultura, na qual era estudado, caso a caso, quais os órgãos onde são feitas as ações de preservação dos seus bens. Dos vinte e sete (27) estados brasileiros, foi possível localizar a lista de bens tombados, em esfera estadual, em apenas quinze (15) estados³², ou seja, aproximadamente 56% dos estados disponibilizam quais são os seus patrimônios. No que tange àqueles estados que não possuem essas listas, entrou-se em contato com as respectivas Secretarias Estaduais de Cultura via e-mail, solicitando informações sobre quais imóveis eram patrimônios de seus estados. Dos doze (12) estados em que não se obteve a listagem pelas páginas da Internet, apenas três (3) responderam

³² Estados com lista de bens tombados em nível estadual disponibilizados nas páginas dos órgãos de preservação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

com as informações solicitadas³³. Com isso, têm-se apenas, aproximadamente, 67% das informações referentes aos bens patrimonializados, em níveis estaduais, no Brasil.

Não havendo acesso a todas as listagens dos bens tombados em nível estadual ficam deficitários os números para uma análise mais precisa do panorama nacional. Porém, traçando um diagnóstico nos estados da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), define-se um total de 714 bens tombados em nível estadual, sendo que, deles, apenas 46, por sua nomeação, podem ser caracterizados como um patrimônio industrial (Figura 2). Desses, 37 bens (aproximadamente 82%) são patrimônios ligados aos transportes e à infraestrutura (distribuição), enquanto apenas nove (9) são fábricas de transformação tombadas, ou seja, aproximadamente 18% do total.

Figura 2 – Bens tombados em nível estadual na Região Sul do Brasil.



Fonte: Autora, 2019.

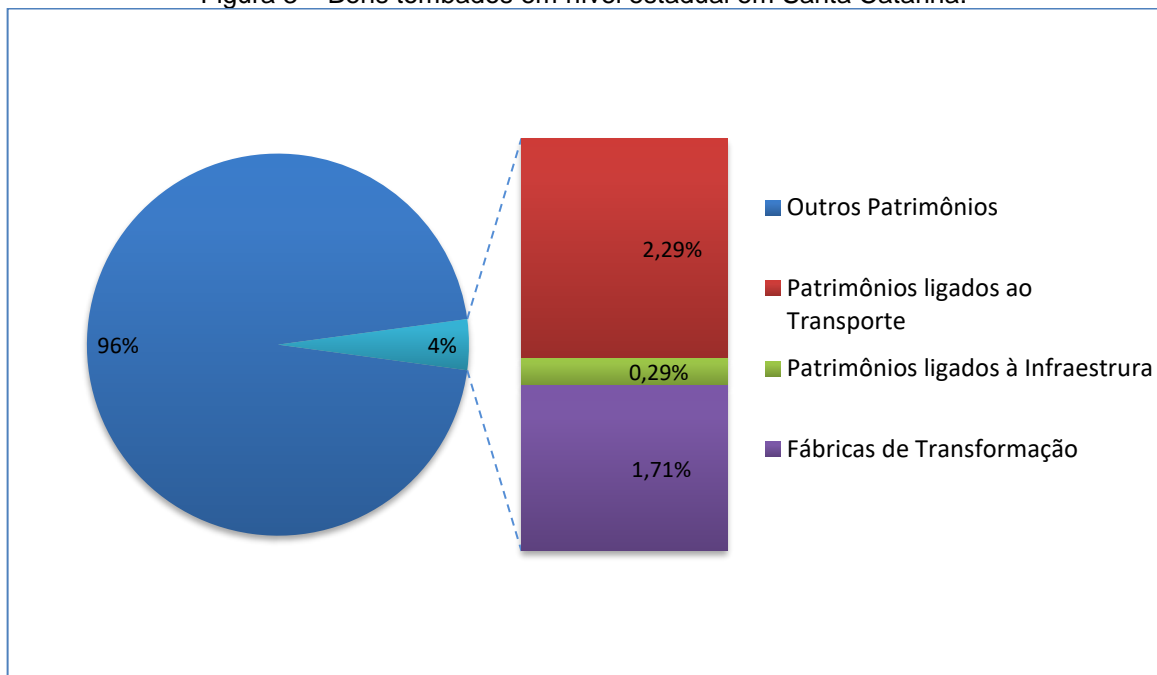
Esses números são divididos, em seus estados, da seguinte maneira: no Rio grande do Sul, dos 154 bens tombados, há 14 bens com potencial de patrimônio industrial, sendo apenas dois de indústrias de transformação. Em Santa Catarina, em um total de 350 tombamentos, identificaram-se 15 bens, sendo seis de indústrias de transformação; e no Paraná, entre os 210 bens patrimonializados, 17 bens

³³ Estados que disponibilizam a lista dos bens tombados em nível estadual por e-mail: Sergipe, Piauí e Amazonas.

identificados, com potencialidade de patrimônio industrial, e apenas um bem patrimonializado é de indústria de transformação.

Assim, ao analisar as listagens dos bens tombados em nível estadual, em cada estado, separadamente, têm-se, no estado de Santa Catarina, pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC)³⁴, 350 bens patrimoniais. Assim como as demais listas de patrimônios, analisaram-se os bens conforme sua denominação, mas nessa listagem a maioria é identificado apenas por seu endereço. Desses, foi possível encontrar, como já citado, 15 bens com potencial de patrimônio industrial (Figura 3).

Figura 3 – Bens tombados em nível estadual em Santa Catarina.



Fonte: Autora, 2019.

Esses patrimônios identificados são classificados conforme tabela a seguir:

³⁴ A Fundação Catarinense de Cultura é uma pessoa jurídica de direito público vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, e tem a missão de valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense (<http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/historico>).

Tabela 1 – Bens tombados em nível estadual em Santa Catarina, reunidos por classificação.

Tipo	Espaços fabris	Localização
Infraestrutura	Estação de Elevação Mecânica – saneamento	Florianópolis
Transporte	Estação Ferroviária	Jaraguá do Sul
		Joinville ³⁵
	Estação da Rede Ferroviária Federal	Porto União
	Estação Ferroviária	Rio do Sul
	Estação Ferroviária e Armazém	Rio Negrinho
	Estação Ferroviária Serra Alta	São Bento do Sul
	Estação Ferroviária Rio Vermelho	
	Estação Ferroviária Rio Natal	
Indústria de transformação	Engenho dos Andrades	Florianópolis
	antiga Indústria de Fécula (Companhia Lorenz)	Timbó
	o conjunto edificado da Vinícola Cadorin	Urussanga,
	Fábrica Weege Malhas (Grupo Malwee)	Jaguará do Sul,
	Conjunto arquitetônico formado por cinco edificações do complexo fabril da Hering	Blumenau
	Antiga Fábrica de Chocolates Buschle e Irmãos	São Bento

Fonte: Autora, 2019.

Atualmente, das indústrias de transformação patrimonializadas a nível estadual em Santa Catarina, cinco possuem novos usos, apenas os imóveis do Weege ainda estão em funcionamento e abrigam setores administrativos da indústria. Dentre os novos usos, a antiga Indústria de Fécula abriga o Museu do Imigrante da cidade de Timbó. A Vinícola Cadorin foi transformada em um museu da empresa, que preserva o processo produtivo dos Vinhos Cadorin. No conjunto da Hering, a edificação conhecida como prédio da antiga costura, de 1920, abriga o Auditório Bruno Hering e o Centro de Memória Ingo Hering e a casa, edificada no final do século XIX, construída com a técnica enxaimel, hoje, é o Museu Hering, que preserva a memória da fábrica. As demais edificações continuam a abrigar setores administrativos da fábrica. E na Fábrica de Chocolates Buschle, funciona uma loja de roupas.

No estado do Paraná, a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC)³⁶, ligada à Secretaria de Cultura do Estado é encarregada pelos bens culturais paranaenses. Pela listagem disponibilizada no site da Secretaria, dividida por municípios, encontram-se 210 bens tombados em nível estadual. Também é disponibilizada uma

³⁵ A estação ferroviária de Joinville também possui tombamento em nível nacional pelo IPHAN.

³⁶ A Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) é o setor da Secretaria de Estado da Cultura encarregado dos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná. Suas ações referem-se às medidas necessárias ao tombamento, à restauração, à conservação e à divulgação desses bens culturais (<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>).

tabela onde se agrupam os bens por semelhança de usos ou de características (Tabela 1). Nota-se que, nessa tabela, o número de bens tombados não confere com o número de bens listados por município, possivelmente por algum bem fazer parte de mais de uma cidade, e, assim sendo, repetido, como, por exemplo, a Serra do Mar, paisagem natural que está presente em 11 cidades.

Tabela 2 – Bens tombados em nível estadual no Paraná, reunidos em grupos assemelhados de usos ou características.

Grupos	Número de bens
Centro Histórico	02
Edificação Religiosa	18
Estação de Passageiros	14
Edifício Público ou de Uso Coletivo	28
Edifício de Ensino	10
Fortificação e Indústria	04
Ponte	04
Fazenda	03
Residência	37
Palácio e Palacete	07
Monumento	06
Paisagem Urbana	06
Árvore Urbana	07
Parque e Área Natural	09
Imagem, Escultura e Pintura	09
Documentos e Objetos	05

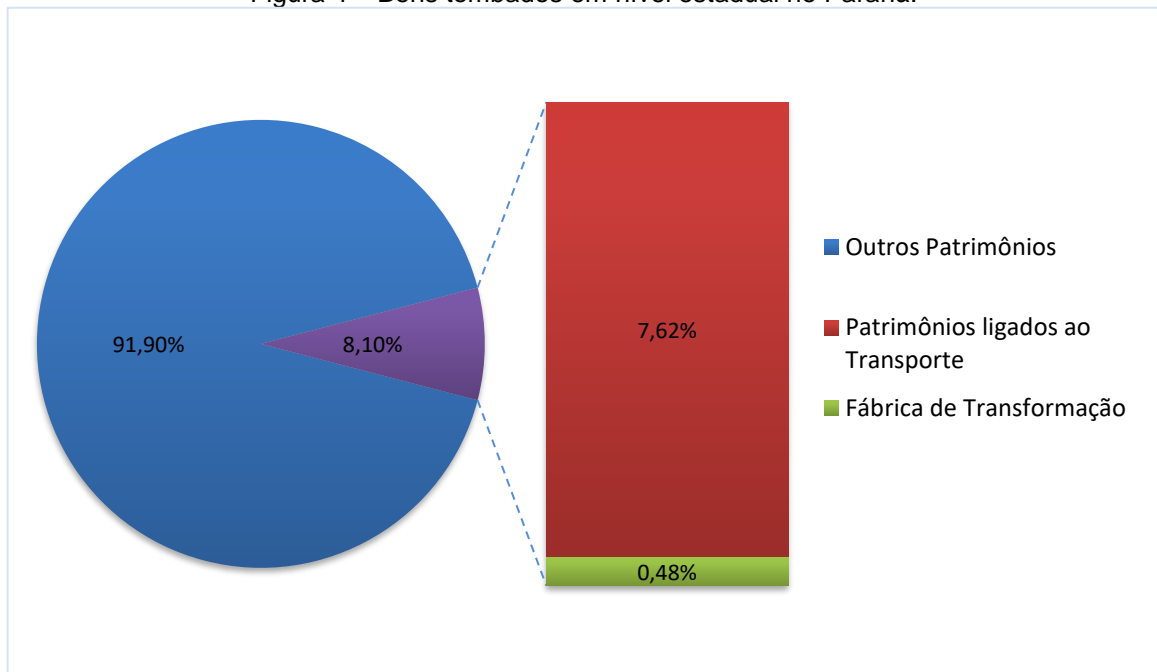
Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=249>.
Acesso em: 23 jun. 2019. Grifo nosso.

A partir da análise da tabela, destaca-se o Grupo “Estação de Passageiros”, que possui 14 patrimônios, e pode ser considerado patrimônio industrial ligado ao transporte. Conferindo a lista dos patrimônios estaduais, encontrou-se 13 estações ferroviárias e uma estação rodoviária. Além desses bens, identificou-se um depósito de locomotivas e uma Estação de Estrada de Ferro, que, possivelmente, não era de passageiros, e poderá estar no Grupo dos Edifícios Público ou de Uso Coletivo.

Destaca-se, também, o Grupo “Fortificação e Indústria”, em que as indústrias podem ser caracterizadas como potenciais patrimônios industriais, porém, apenas pela denominação dos bens, não foi possível identifica-los todos na listagem, apenas dois, uma é a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, na cidade de Paranaguá; outro é o Antigo Engenho de Mate da Rondinha, na cidade de Campo Largo.

Buscou-se contato via página da Secretaria de Cultura³⁷ para obter informações sobre quais seriam os quatro bens presentes no Grupo “Fortificação e Indústria”, e a resposta dada foi que os patrimônios industriais são Moinho do Mate, Teatro 13 de Maio ou Teatro da Classe, Coleções do Museu Cel. David Carneiro e Coleções do Museu Paranaense. Frente à resposta, decidiu-se, como nos demais casos, utilizar a metodologia empregada nos outros estados, analisar a lista dos bens tombados pela denominação de cada bem. Assim, dos 210 bens presentes na lista da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, apenas 17 podem ter potencialidade para patrimônio industrial, e, desses, apenas um é considerado como indústria de transformação, o já citado Engenho do Mate; os demais estão ligados ao transporte (Figura 4).

Figura 4 – Bens tombados em nível estadual no Paraná.



Fonte: Autora, 2019.

No estado do Rio Grande do Sul, os dados analisados foram do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE)³⁸, o qual é responsável pelos bens tombados em nível estadual. Na lista dos bens tombados pelo IPHAE, com última

³⁷ A página do Estado do Paraná não informa e-mail para contato, apenas o contato pelas páginas das secretarias.

³⁸ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado é uma Divisão da Secretaria de Estado da Cultura do RS (Sedac), cuja responsabilidade é identificação, cadastramento, fiscalização e promoção de ações de preservação do Patrimônio Cultural do Estado. Desenvolve projetos de pesquisa nas áreas de História, Urbanismo, Tecnologia das Construções e Educação Patrimonial (<https://cultura.rs.gov.br/instituto>).

atualização em junho de 2018, estão listados 154 bens, entre bens edificados, centros históricos, bens móveis e tombamentos ambientais, como a Mata Atlântica e parques. Considerando apenas a nomenclatura adotada pela instituição, foi possível identificar 14 bens com potencial para serem enquadrados como patrimônio industrial: sete estações ferroviárias; cinco prédios ligados à infraestrutura urbana (quatro usinas e o Prédio Força e Luz); um matadouro e uma fábrica têxtil (Apêndice II).

Desses 14 bens, atenta-se para a Usina de Candiota I, tombada em 2013, em que, na sua descrição, o site do IPHAE caracteriza-a como ruínas industriais e tem seu tombamento justificado devido ao valor histórico, artístico e de referencial urbano por se tratar de um exemplar do patrimônio industrial do estado. Cita-se a Carta de Nizhny Tagil (2003) para embasar tal justificativa. Além de destacar a relação do bem com o seu entorno, afirmando que

Outro fator a ser destacado é que estas instalações geradoras, por sua volumetria singular, destacam-se visualmente no entorno local, tornando-se um marco referencial na paisagem. Ressalta-se ainda que a implantação desta atividade industrial demandou a criação de um núcleo urbano completo para os funcionários. Este núcleo, racionalmente planejado e anexo às instalações de geração de energia, apresenta qualidades urbanas e arquitetônicas singulares, tornando-se a sede do município de Candiota (<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=47601>).

Deve-se destacar que, assim como o IPHAN, o IPHAE também organizou uma listagem relacionada aos bens ligados às ferrovias gaúchas. Diferentemente da Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do IPHAN, o Instituto Estadual realizou um inventário sem a prerrogativa de proteção, mas de registro. Cabe observar que a lista gaúcha foi feita no início dos anos 2000, alguns anos antes do IPHAN começar a sua, originando o livro *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874 – 1959*. O livro originou-se por haver diversas solicitações dos municípios ao IPHAE de tombamento de bens ligados às ferrovias. Percebendo-se essa demanda e a concentração nas estações ferroviárias de passageiros dentre todos os bens, fez-se o recorte do inventário no intuito de listar apenas esses bens e fazer o recorte temporal do ano em que se inaugurou a primeira rodovia no Estado até o final da década de 1959, período em que as ferrovias começaram a ser substituídas pelas rodovias.

Embora seja nítida a preocupação com a questão material dos bens ferroviários, ao longo dos textos introdutórios do inventário, mostra-se que há conhecimento do valor imaterial presente nesses bens, mesmo que de forma mais

discreta, como pode se observar na seguinte frase: “O trabalho identificou a necessidade da reapropriação de valores imateriais presentes em várias gerações que conviveram com a passagem dos trens em suas cidades” (IPHAE, 2002, p. 11).

O inventário conta com 98 estações ferroviárias, dessas, até então, a estação localizada na cidade de Santo Amaro (município de General Câmara) possui tombamento pelo IPHAN. As localizadas nas cidades de Montengro, São Leopoldo, Santa Maria e Caxias do Sul possuem tombamento pelo IPHAE³⁹, e mais 15 estações têm tombamento em nível municipal, dentre elas, a de Pelotas.

Na esfera municipal, buscaram-se os municípios com mais unidades industriais do estado do Rio Grande do Sul, por acreditar-se que, por apresentar um número relevante de indústrias, esse índice poderia refletir no patrimônio cultural da cidade, entendendo que, além de uma questão quantitativa, uma cidade industrializada possui, nesse tipo de economia, uma ligação histórica e uma parcela significativa dos moradores do município trabalhando nesses espaços.

O número de estabelecimentos industriais, em cada município, é disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na sua plataforma digital (<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>), sendo possível determinar o espaço geográfico brasileiro no qual se deseja fazer a pesquisa. Buscados os municípios do Rio Grande do Sul, encontra-se a lista completa de todos os municípios gaúchos e o número de indústrias, em cada um, nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Com base nos dados do IPEA, foi possível elaborar a seguinte tabela:

Tabela 3 – Número de estabelecimentos industriais por ano.

Município \ Ano	1970	1975	1980	1985	1995
Porto Alegre	2.271	2.509	3.224	2.666	6.146
Caxias do Sul	728	830	1.190	1.371	3.839
Novo Hamburgo	615	738	1.261	1.068	2.195
Pelotas	612	589	640	477	986
Canoas	348	385	485	460	1.215

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados fornecidos no Ipeadata, 2019.

A Tabela acima apresentada foi elaborada com os cinco municípios que apresentavam maiores números de estabelecimentos industriais nos anos com os dados disponíveis. Dentre esses municípios, encontra-se Pelotas em quarta

³⁹ Na listagem dos bens tombados pelo IPHAE, atualizada em 2018, encontram-se sete estações ferroviárias, além das citadas, mais as localizadas em Bagé, Santa Cruz do Sul e Santo Ângelo.

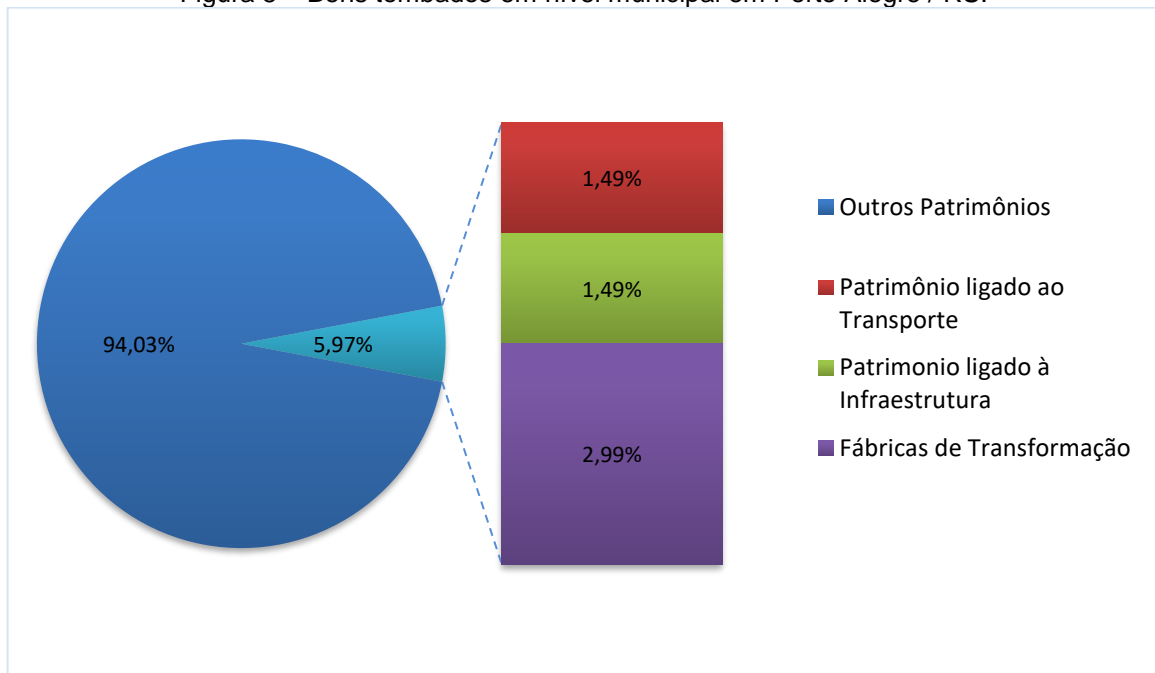
colocação nos cinco anos analisados, cidade na qual está situada a Laneira, objeto inicial desta pesquisa. Nos outros municípios, foi feita uma busca sobre seus bens patrimonializados e inventariados (quando o município possuía tal listagem). As informações foram buscadas, assim como nas esferas estaduais, nas páginas eletrônicas das instituições de preservação do patrimônio cultural por intermédio das secretarias municipais de cultura.

Nesse sentido, iniciou a análise por Porto Alegre, o município possui uma lista de Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis onde as edificações listadas são consideradas patrimônio cultural do município e devem ser preservadas pelos valores históricos, arquitetônicos, urbanísticos, ambientais, simbólicos e/ou de valor afetivo para a população.

A lista do inventário do patrimônio cultural de Porto Alegre está acessível na página da Secretária de Cultura do município, em forma de tabela, e possui em torno de 5.500 bens. Nessa tabela, consta, entre outras informações, a sua denominação e, embora tenha esse espaço para cada bem, a maioria não tem esse dado preenchido, menos de 10% possui essa informação, o que dificultou fazer uma avaliação dos bens com potencial de patrimônio industrial, uma vez que a metodologia adotada foi investigar por meio da denominação dos bens. No entanto, dos dados disponíveis, encontraram-se apenas onze bens que podem possuir potencial de patrimônio industrial (Apêndice III): quatro bens ligados ao transporte, quatro referentes à infraestrutura e três indústrias de transformação. As indústrias de transformação são a Fábrica Neugebauer, a Fábrica Guayba, ambas fechadas, e Fiateci, que, como já mencionado, hoje, abriga um condomínio misto.

No que se refere aos imóveis tombados em nível municipal, atualmente, Porto Alegre conta com 67 bens tombados, conforme lista disponível no site da Secretaria de Cultura. Dentre esses, apenas quatro, segundo sua denominação, possui potencial de patrimônio industrial (Figura 5), um ligado ao transporte, um à infraestrutura e duas fábricas de transformação (Apêndice IV), a já citada antiga Cervejaria Brahma, que hoje é usada como shopping center e a antiga fábrica de discos, A Eléctrica, que se encontra sem uso.

Figura 5 – Bens tombados em nível municipal em Porto Alegre / RS.

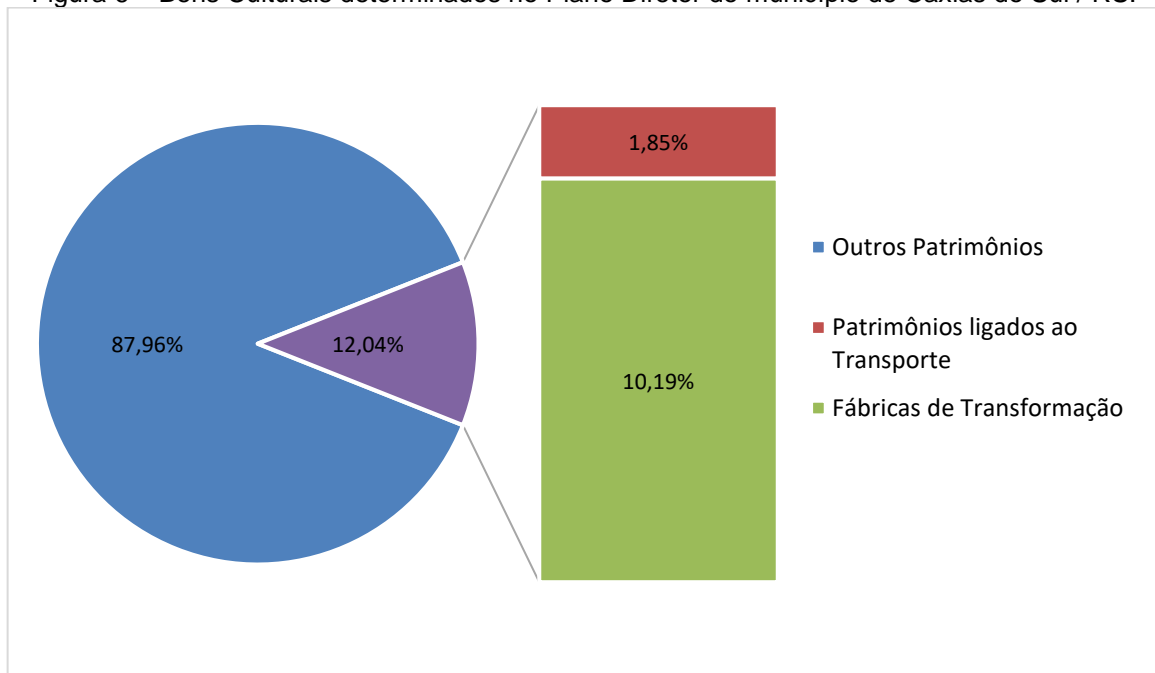


Fonte: Autora, 2019.

Em Caxias do Sul, não há disponível uma listagem do patrimônio cultural edificado na forma de um inventário como visto na capital gaúcha, o município possui um mapa em seu Plano Diretor⁴⁰. O mapa em questão é o anexo 13, que apresenta os Setores de Interesse Patrimonial e Histórico – Bens culturais. Nele, constam 108 bens, sendo que, desses, apenas 13, conforme denominações, possuem potencial de patrimônio industrial (Figura 6). São eles: três moinhos, dois ligados a transporte férreo, três vinícolas, uma vila operária, dois lanifícios, duas metalúrgicas (Apêndice V). Analisando-se os bens que são fábricas de transformação, soube-se que a vila operária faz conjunto com o Lanifício São Pedro, ainda operando como cooperativa, a Cootegal – também já citado -; o outro lanifício é o Gianella, que está sem uso, e as duas metalúrgicas são dois prédios da Abramo Eberle, que se encontram com novos usos. Quanto às vinícolas, uma está situada na zona rural; as outras duas sofreram várias descaracterizações e possuem novos usos.

⁴⁰ Lei complementar nº 290, de 24 de setembro 2007, institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul, e dá outras providências.

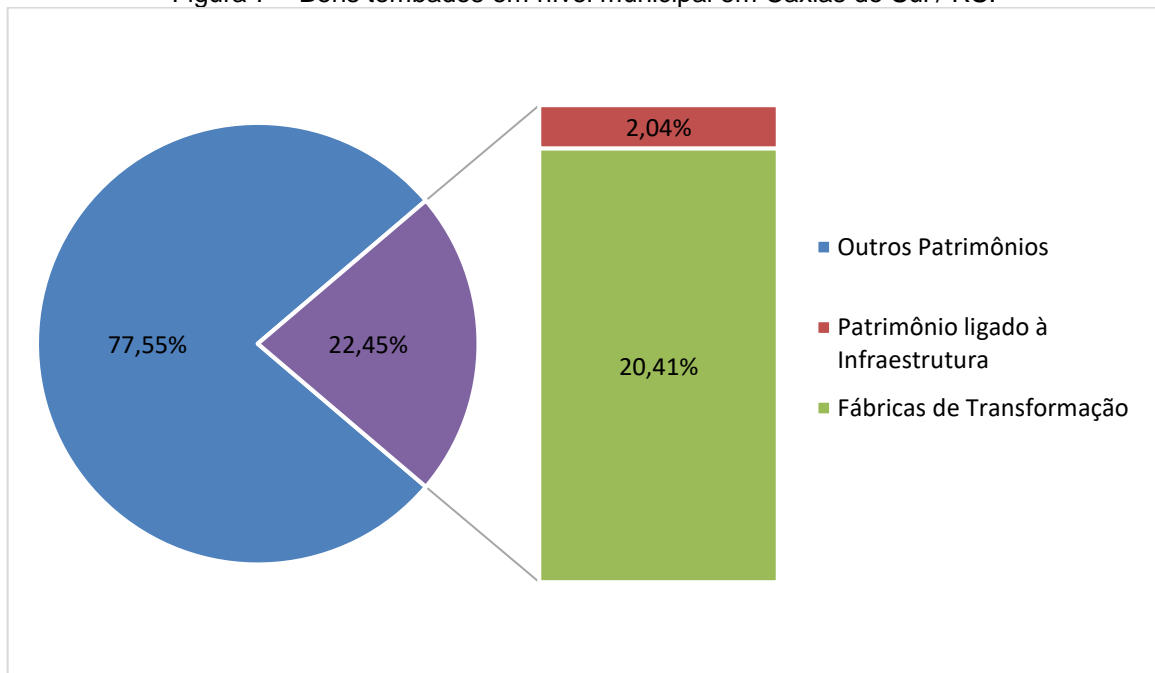
Figura 6 – Bens Culturais determinados no Plano Diretor do município de Caxias do Sul / RS.



Fonte: Autora, 2019.

Quanto aos bens patrimonializados em nível municipal, no site da Secretária municipal de Caxias do Sul, é possível acessar a listagem deles. Nela, há 49 bens que são patrimônios culturais da cidade, dentre eles, têm-se 11 bens que podem ser considerados patrimônios industriais (Apêndice VI): quatro moinhos, duas vinícolas, uma hidráulica, uma fábrica de massas, um lanifício e duas metalúrgicas (Figura 7). Observa-se que dois moinhos dos quatros moinhos inventariados, as duas vinícolas, a fábrica de massas, o Lanifício São Pedro e os prédios da metalúrgica Abramo Eberle repetem-se no mapa de bens culturais e na listagem dos patrimônios da cidade. A fábrica de Massas é conhecida por Moinho da Cascata, é por seu apelido que está na lista do Plano Diretor. Dos bens que possuem apenas o tombamento, têm-se dois moinhos e a hidráulica.

Figura 7 – Bens tombados em nível municipal em Caxias do Sul / RS.

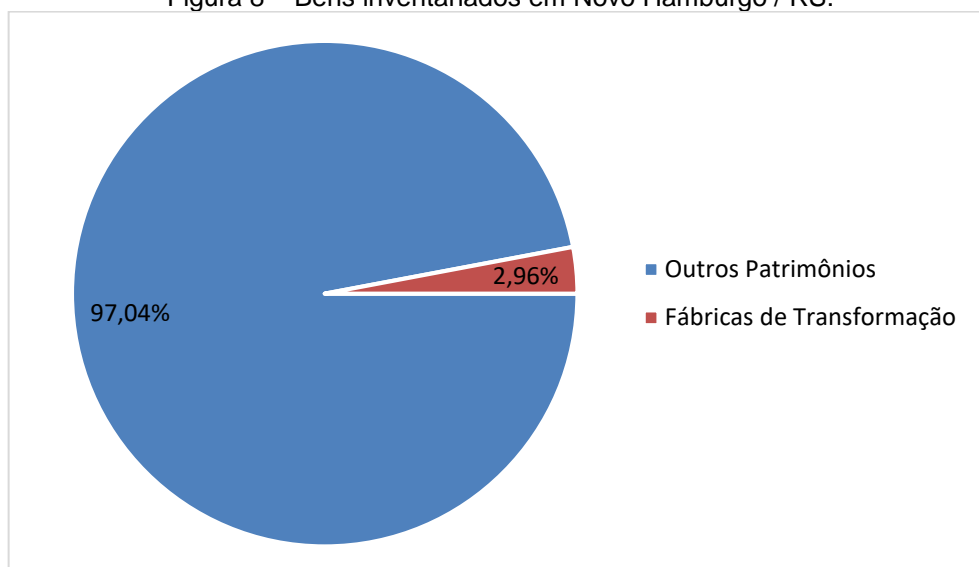


Fonte: Autora, 2019.

Nos municípios de Canoas e Novo Hamburgo, não há informações sobre seus bens culturais nas páginas eletrônicas da prefeitura nem de suas secretarias de cultura, então, fez-se contato, via e-mail, para a obtenção dessas informações. Vale ressaltar que a resposta ao contato foi dada com rapidez e interesse de divulgação dos dados solicitados (lista de bens culturais, tombados e/ou inventariados).

No município de Novo Hamburgo, há uma lista única denominada Lista do Inventário do Patrimônio Edificado de Novo Hamburgo, onde são sinalizados aqueles imóveis tombados. São listados 360 bens, havendo apenas um imóvel tombado em nível federal (IPHAN) e oito imóveis, em nível municipal. Pelas suas denominações, nenhum bem tombado apresenta potencial de patrimônio industrial. Dentre os bens apenas inventariados, é possível encontrar 11 bens com denominação que apresenta potencialidade de patrimônio industrial (Apêndice VII): três curtumes, uma olaria, uma tipografia e seis fábricas de transformação (Figura 8). Cabe destacar que a tipografia e uma das fábricas de transformação foram identificadas não pela denominação, mas por apresentarem uma observação indicando sobre sua arquitetura industrial.

Figura 8 – Bens inventariados em Novo Hamburgo / RS.



Fonte: Autora, 2019.

Quanto à situação desses bens inventariados, elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela 4 – Bens tombados em nível municipal em Novo Hamburgo e a situação sua atual.

Espaços Fabris	Uso atual
Curtume Posada	Em funcionamento, possivelmente apenas como comércio
Curtume Júlio Adams	Câmara de Dirigentes Lojistas de Novo Hamburgo (CDL)
Curtume Engel	Diversos usos (Sistema de Ensino Gaúcho (SEG), a universidade ULBRA – Polo Novo Hamburgo, a Escola Conquistadora, e um clube de paintball chamado Ruínas – esse utiliza o fundo da edificação e possui apenas uma pequena entrada pela fachada principal)
Olaria (Situada na zona rural)	Em funcionamento
Metalúrgica Cia dos Esmaltados RioGrandense S.A. (CERSA)	Sem uso
Metalúrgica, Daudt & Felkenbach	Não identificado – sem informações
Tipografia Saile ⁴¹	Não identificado – sem informações
Formas Kunz ⁴²	Sem uso
Fábrica de Malas Grün	restaurante
Fábrica de Molduras Alles	sede da Associação Brasileira das indústrias de Calçados (Abicalçados)
Fábrica de Calçados Adams ⁴³	sede da instituição Ftec Faculdades

Fonte: Autora, 2019.

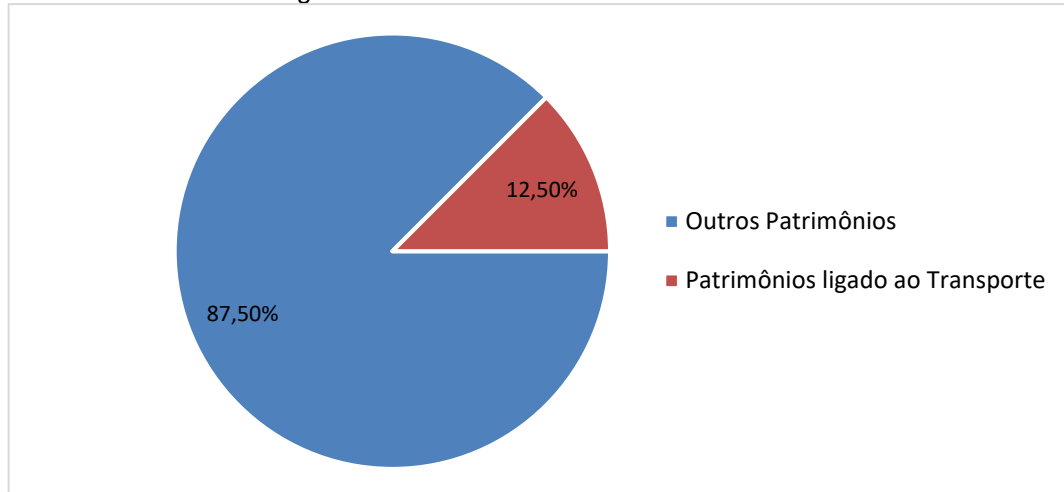
⁴¹ Ao localizar a tipografia nas imagens do Google Maps (<https://www.google.com.br/maps/@-31.7622969,-52.3294118,15z>), de dezembro de 2018, não se mostra aparente sua arquitetura industrial, como informado na lista de inventário, sendo que pode ter ocorrido uma modificação considerável

⁴² Fábrica ligada ao setor calçadista, ainda em funcionamento no município.

⁴³ O Curtume Júlio Adams e a Fábrica de Calçados Adams pertenciam à mesma família.

Em Canoas, foi disponibilizada, como já colocado, via e-mail, uma lista dos bens tombados pelo município por intermédio da Secretaria de Cultura e Turismo. Na lista, constam oito bens tombados, sendo que apenas um pode ser considerado patrimônio industrial (Figura 9), a Antiga Estação do Trem, sendo ligada ao transporte.

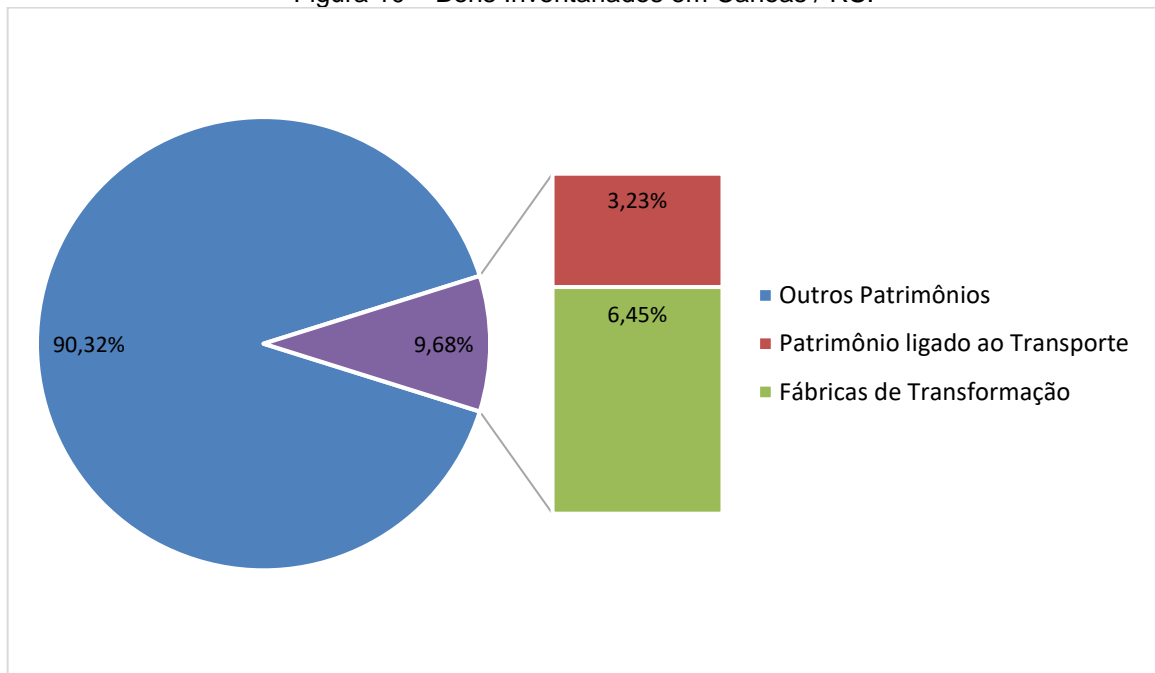
Figura 9 – Bens Tombados em Canoas / RS.



Fonte: Autora, 2019.

A cidade possui um inventário do seu patrimônio cultural realizado em 1998, que ainda não recebeu atualização. Esse inventário possui 31 bens, e os imóveis tombados também fazem parte da lista, e, consoante sua denominação, além da Estação de Trem, já citada como imóvel tombado, apresenta mais dois bens que possuem potencial para patrimônio industrial: a Primeira Fábrica de Harmônios e os Sinos Bellini. Sobre esses bens, não foram encontradas informações (Figura 10).

Figura 10 – Bens Inventariados em Canoas / RS.



Fonte: Autora, 2019.

Na cidade de Pelotas, local onde a pesquisa se originou por causa do seu objeto inicial – a Laneira Brasileira S.A –, a página da Secretaria de Cultura do Município não traz qualquer informação a respeito de seus patrimônios culturais. Encontra-se apenas a lista do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas, que é uma relação de imóveis com representatividade da arquitetura da cidade, onde constam só os endereços. A última atualização do inventário é de 20 de dezembro de 2004, evidenciando-se sua desatualização, já que, como, por exemplo, a Laneira foi inventariada em 2013, assim como outros imóveis também foram sendo acrescentados e outros retirados ao longo do tempo. Encontra-se, também, uma publicação, de 2008, intitulada Patrimônio Cultural de Pelotas: Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, na qual consta que, naquela época, existiam mais de 1700 imóveis no inventário.

Diante disso, foi feito contato por e-mail com o setor responsável pelo patrimônio da Secretaria de Cultura, questionando-se sobre uma lista do inventário mais atualizada e com mais dados, como, por exemplo, a denominação dos bens, a resposta, infelizmente, não foi satisfatória, pois a lista com as atualizações ainda está em trâmites burocráticos para ser homologada, e, enquanto isso não ocorre, sua publicação oficial não pode ser divulgada. Porém foi informada que ela continua a ser uma lista apenas por endereços e acrescentado o nível de proteção de cada bem, conforme o Plano Diretor do Município. Então, foi feita uma visita presencial ao setor

e questionado, novamente, sobre o inventário, buscando-se encontrar mais dados sobre os bens, o que não ocorreu, pois a arquiteta que fez o atendimento esclareceu que eles não possuem essas informações sobre cada imóvel.

Assim, por conhecer a cidade e algumas bibliografias que citam fábricas situadas em Pelotas, elaborou-se uma lista de antigos espaços fabris com potencialidade para patrimônios industriais e conferiu-se se estavam na listagem do inventário cultural pelotense.

O primeiro texto em que se buscaram os prédios fabris foi a Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação e Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da UFPel de autoria do professor Alcir Bach, intitulada *Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*, que apresenta o Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano do Setor Conserveiro de Compotas de Pêssego de Pelotas, desenvolvido durante a pesquisa, que têm 47 bens listados. Dessas fábricas, apenas duas constam no Inventário Cultural Pelotense, o Frigorífico Anglo S/A, que, há alguns anos, na entressafra de sua matéria-prima, carne bovina, produzia compotas de frutas. Hoje, na sede do frigorífico, funciona a reitoria da UFPel e alguns cursos, e a fábrica José Sacco & Filhos, uma empresa familiar que, na parte da frente do imóvel, funcionava uma funilaria e nos fundos uma fábrica de compotas.

Outro texto analisado foi a dissertação do Arquiteto Jeferson Salaberry, intitulada *A Agroindústria no Bairro Porto: Pelotas – RS (1911-1922)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Nessa pesquisa, encontram-se duas listas, uma elaborada pelo autor por percepção visual da sua área de estudo, o bairro Porto, contendo 29 espaços fabris, sendo que, desses, um é um imóvel tombado em nível municipal, a Estação Férrea, e 12 bens estão no inventário de Pelotas, um é o Frigorífico Anglo, que também está na tese do Bach, mais os imóveis relacionados na tabela a seguir:

Tabela 5 – Espaços fabris apresentados apenas na Dissertação.

Espaços Fabris	Endereço	Uso atual
Moinho Pelotense	Rua Almirante Tamandaré, nº 02	Armazém de grãos
Fiação de Tecidos Pelotense	Rua Almirante Tamandaré, nº 52	Cervejaria (parcialmente)
Porto Fluvial Pelotense	Rua Conde de Porto Alegre	Porto
Cotada	Rua Benjamin Constant, nº 989	Institucional
Cervejaria Brahma	Rua Benjamin Constant, nº 1071	Institucional (parcialmente)
Fábrica de cadeiras de rodas Freedom	Rua Bento Martins, nº233 (esq. Conde de PoA)	Fábrica
Cosulã	Rua Alberto Rosa, nº 154	Institucional
Moinho Santista	Rua Almirante Barroso, nº 850	Institucional
Engenho Santa Ignácia	Rua Dom Pedro II, nº 1063 - 1071	Salão de Eventos (parcialmente)
Usina Termoelétrica	Praça Vinte de Setembro, nº 121	CEEE
Cervejaria Ritter	Rua Marechal Floriano, nº 202	Comercial

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos na Dissertação A Agroindústria no Bairro Porto: Pelotas – RS (1911-1922)

A outra lista é baseada no manuscrito do Historiador Alberto Coelho da Cunha, de 1911, *Notícia Descritiva das Fábricas de Pelotas*, que contém 147 estabelecimentos fabris, entre eles charqueadas e padarias⁴⁴, sendo que, para a contagem desta pesquisa, foram desconsideradas por não se enquadrarem no perfil de fábricas que se está analisando. Dessa forma, restam 122 fábricas que tiveram seu endereço confrontado com a lista do Inventário. Encontraram-se 11 (onze) antigas fábricas inventariadas⁴⁵, sendo que quatro também aparecem na listagem do autor Salaberry (Engenho Santa Ignácia, Fiação de Tecidos, Brahma e Ritter) e mais as fábricas listadas na tabela a seguir:

⁴⁴ Esses estabelecimentos foram cortados da pesquisa por apresentarem uma produção rudimentar e/ou para consumo apenas local.

⁴⁵ Nessa conferência, encontraram-se duas padarias inventariadas, a Padaria Americana, na rua Marechal Floriano, 155 e 157, hoje, as lojas Hercílio Calçados e O Boticário (na fachada é possível ver o letreiro “Padaria Comercial”) e a Padaria Cardoso, sobrado localizado na rua XV de Novembro, 726 (ao lado do Diário Popular). Também se descartaram três imóveis por não apresentarem arquitetura fabril. Possivelmente, por ser uma listagem com endereços da época, pode ter sofrido mudanças de numeração e os imóveis encontrados no endereço dito não sejam os referentes à fábrica. Cabe destacar que os nomes das ruas apresentadas foram todos atualizados para a nomenclatura atual.

Tabela 6 – Espaços fabris apresentados apenas no Manuscrito.

Espaços Fabris	Endereço	Uso atual
Fábrica Brasil (calçados e produtos de couro)	Rua General Osório, nº 679	Comercial
A Popular	Esquina das ruas General Osório e Tiradentes	Comercial
A fábrica de Chapéus Maia	Rua Quinze de Novembro, nº 665	Comercial
Funilaria	Rua Quinze de Novembro, nº 716	Não identificado
Destilação Cristiá	rua Santos Dumont, nº 320	Comercial
Fábricas de Fumo Santa Cruz	Rua Anchieta, nº 925	Não identificado
Manufatura de Fumos Gentilini	Rua Dom Pedro II, junto ao Engenho Santa Ignácia	Sem uso

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos no Manuscrito Notícia Descritiva das Fábricas de Pelotas

Analisou-se, também, o Plano Diretor de Pelotas, especialmente a Subseção que trata das Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), e foi localizado alguns imóveis referentes a bens industriais. São eles o Engenho São Gonçalo, na beira do Arroio Pelotas, aparentemente sem nenhum uso, que é um Foco Especial de Interesse Cultural (FEIC) da AEIAC, denominado Sítio Charqueador, e a Fábrica de Chapéus, na Avenida Vinte de Setembro, também um FEIC da AEIAC no Parque Linear Bairro Fragata. Cabe atentar que esses imóveis não são tombados nem inventariados, mas são considerados patrimônios pelo Plano Diretor e, assim, possuem essa legislação que indica a sua preservação.

Outro documento analisado foi o relatório do Projeto de Pesquisa *Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas, RS*, desenvolvido durante os anos de 2009 a 2011, vinculado ao ICH da UFPel. Nele, há um inventário em que constam 78 imóveis de diferentes usos; para essa pesquisa, analisaram-se apenas 66 espaços fabris, pois foram descartados elementos de infraestrutura, como pontes e reservatórios, além de estabelecimentos de pequeno porte, como farmácias. Para ficar de acordo com as demais análises aqui apresentadas, essas tipologias não foram incluídas. Assim, foram encontrados 28 bens que possuem algum tipo de proteção legal, deles, 15 já foram citados nas listagens acima descritas (Moinho Pelotense, Frigorífico Anglo, Cervejaria Ritter, Cervejaria Brahma, Cosulã, Destilação Cristiá, Fiação de Tecidos Pelotense, A Popular, Cotada, Engenho Santa Ignácia, Fábrica de Chapéus, Engenho São Gonçalo, Usina Termoelétrica, Fábrica de Fumos Gentilini, Moinho Santista) e mais 13 estabelecimentos, conforme tabela a seguir:

Tabela 7 – Espaços fabris apresentados apenas no Projeto de Pesquisa.

Espaços fabris	Endereço	Uso atual
Estabelecimento industrial – Farmacêutico Souza Soares	Rua Andrade Neves, nº 665 (esq. Gen. Neto)	Comercial
Fábrica de Mosaicos Pelotense	Rua Marechal Deodoro, nº 1011-1013	Restaurante
Fábrica de Armas Scholberg & Cia.	Rua Andrade Neves, nº 148 (esq. Sete)	Comercial
Fábrica de acolchoados Padilha	Rua General Osório, nº 823	Comercial
Laneira Brasileira S.A.	Avenida Duque de Caxias, nº 114	Institucional (parcialmente)
Fábrica de Fumos Santa Cruz	Rua Padre Anchieta, nº 925	Não identificado
Fábrica de bebidas A Fronteira	Largo de Portugal, nº 1158	Oficina Mecânica
Usina de tratamento (Canteiro Central)	Avenida Saldanha Marinho, nº 03	Usina
Hidráulica do Almojarifado Central	Rua Santa Cruz, nº 104	Almojarifado
Alfândega	Praça Domingos Rodrigues, nº 24	Institucional
Casa de Bombas (Canal do Pepino)	Rua Gomes Carneiro, nº 10	Casa de Bombas
Fábrica de Pompas Fúnebres	Praça Coronel Pedro Osório, nº 64	Funerária
Officina de mármore Santos Sobrinho	Rua Marechal Floriano, nº 59	Comercial

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos no relatório do Projeto de Pesquisa Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas, RS.

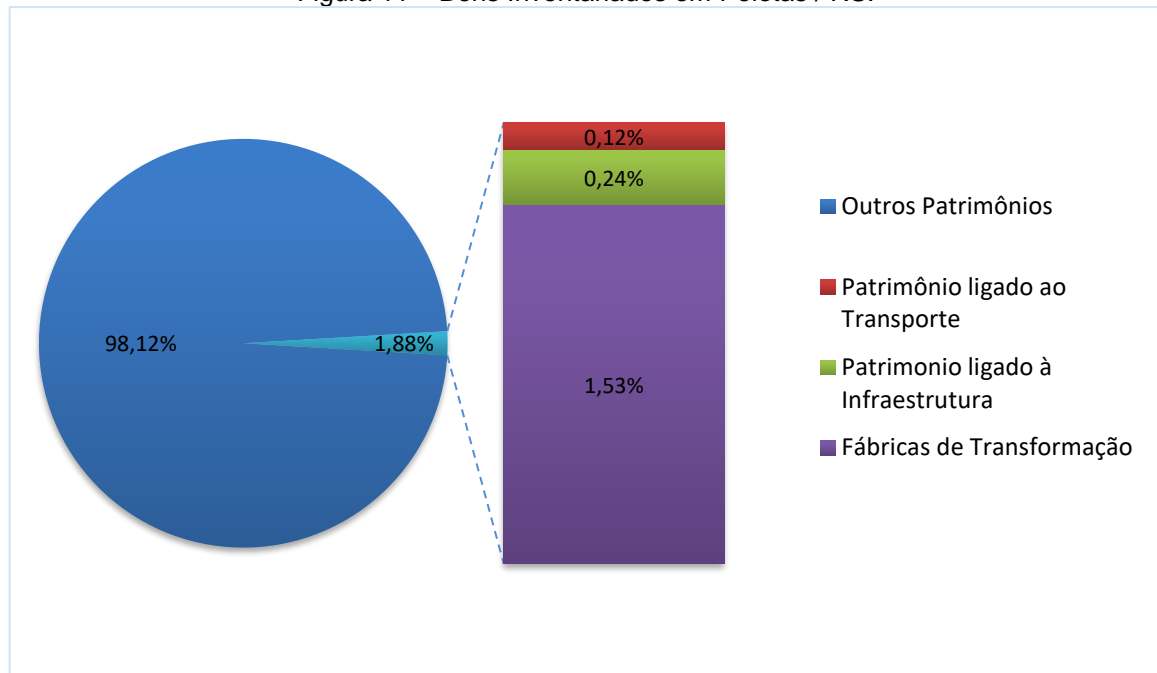
Quanto aos tombamentos, a cidade possui 12 patrimônios tombados em nível municipal, sendo eles: o Grande Hotel, o Mercado Público, a Prefeitura, o Liceu Antunes Maciel, a Antiga escola de Belas Artes, a Estação Ferroviária, a Antiga sede do Jockey Clube, o Conservatório de Música, o Clube Comercial, o Solar D. Conceição, o Solar da Baronesa e a Ponte do Arroio Santa Bárbara. Essa listagem foi fornecida, via e-mail, quando pedida na visita à Secretaria de Cultura.

Desses bens tombados, tem-se apenas a Estação Férrea como patrimônio industrial. Vale ressaltar que esse imóvel aparece em duas das listagens analisadas e acima descritas, na elaborada pelo autor Salaberry, na sua dissertação, e no inventário do projeto de pesquisa.

A partir desses levantamentos, encontram-se, na cidade de Pelotas, 35 patrimônios industriais com diferentes legislações de proteção: 3 (três) são ligados ao transporte, 4 (quatro) ligados à infraestrutura e 28 fábricas de transformação

(Apêndice VIII). Considerando apenas os imóveis inventariados, tem-se 32 imóveis com potencial de patrimônio cultural, em um universo de aproximadamente 1700 inventariados, o que dignifica que são menos de 2% de indústrias na lista do inventário pelotense.

Figura 11 – Bens Inventariados em Pelotas / RS.



Fonte: Autora, 2019.

Como a pesquisa trata de processos de patrimonialização, além dos bens tombados e inventariados, optou-se por também fazer o levantamento de bens industriais musealizados. Nesse sentido buscou-se instituições museológicas que salvagam, valorizam e comunicam um patrimônio industrial.

Em uma metodologia semelhante à usada anteriormente na busca por bens industriais patrimonializados, buscou-se as páginas de internet oficiais de órgãos responsáveis pelos museus. No âmbito nacional, iniciou-se a busca pelo site do IBRAM. Nessa página foi possível ter acesso a duas listagens que apresentam os museus brasileiros.

A primeira delas é a plataforma Museusbr⁴⁶, que é uma ferramenta que reúne informações de instituições museológicas de todo o Brasil, construída de forma colaborativa.

⁴⁶ A plataforma foi desenvolvida em software livre no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), e pode ser acessada pelo seguinte link: <http://museus.cultura.gov.br/>. Inicialmente os dados foram coletados pelo Cadastro Nacional de Museus, mas atualmente funciona de forma

Na ocasião da pesquisa feita, havia na plataforma 3899 museus cadastrados. A plataforma oferece alguns meios de busca, o primeiro utilizado foi a busca por “tipos”, no qual são oferecidos cinco⁴⁷, que ao selecionar um deles, a plataforma apresenta um recorte dos museus conforme a escolha. Nessa etapa optou-se por selecionar o tipo “Museu de Território/Ecomuseu”. Essa escolha se deu por, como já colocado, tem-se como reconhecido o primeiro ecomuseu o Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines, fundado em um contexto fabril. Nessa seleção, aparecem 107 museus, entre eles, destaca-se que apenas seis museus apresentam em sua denominação algum termo que se refere a patrimônios industriais (Apêndice IX). Ou seja apenas 5,61% podem ser museus voltados para o patrimônio industrial. Cabe destacar que nenhum deles cita o termo⁴⁸ patrimônio industrial. Frisa-se também que a seleção desses museus se deu exclusivamente pela sua denominação, e em alguns poucos casos, de museus cadastrados que apresentam outras informações na plataforma, essas foram usadas apenas para descartar o potencial de patrimônio industrial, eliminando assim o museu das estatísticas.

Outra seleção utilizada foi o da “temática”, entre elas, a plataforma oferece oito opções de escolha⁴⁹. Buscou entre dois que mais se aproximam do que pode ser de um patrimônio industrial. A primeira selecionada foi “Meios de Comunicação e Transporte”, onde aparecem 63 museus. Refinando a busca pela denominação dos museus, foram encontrados 16 museus que apresentam na sua denominação o termo ferrovia (ou seus derivados), e cinco museus com o termo estação (sendo que destes, um museu repete-se da busca por ferrovia), e mais 4 museus com o termo trem (dois deles já tinham aparecido na busca por ferrovia). Dessa forma foram encontrados 21 museus com potencial de patrimônio industrial (Apêndice X). Nota-se uma grande porcentagem de potenciais patrimônios industriais nessa tipologia, tem-se 33,33% do total, o que, assim como nos bens com patrimonialização em nível nacional, há uma

colaborativa, na qual qualquer instituição (ou cidadão) pode contribuir para o mapeamento territorial dos museus.

⁴⁷ Os tipos disponibilizados na plataforma para seleção são: Tradicional/Clássico, Virtual, Museu de território/Ecomuseu, Unidade de conservação da natureza, e Jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário ou planetário

⁴⁸ Os termos utilizados na busca formam os seguintes: indústria, fábrica, porto, moinho, usina, estação, engenho, ferrovia, trem. Os mesmos anteriormente utilizados na busca dos patrimônios tombados e inventariados

⁴⁹ As tipologias disponibilizadas na plataforma para seleção são: Artes, arquitetura e linguística, Antropologia e arqueologia, Ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde, História, Educação, esporte e lazer, Meios de comunicação e transporte, Produção de bens e serviços, e Defesa e segurança pública.

grande preocupação pelos bens ligados as ferrovias, uma vez que todos os museus aqui identificados estão ligados as estradas de ferro.

A outra tipologia selecionada foi “Produção de bens e serviços”, onde aparecem 13 museus, assim como anteriormente, com uma análise pela denominação desses museus, encontrou-se apenas um museu, no qual já tinha sido listado na tipologia anterior, e que está ligado a uma ferrovia (Apêndice X).

Desconsiderando qualquer marcador utilizado para as buscas, usando apenas a ferramenta de busca por palavras chaves no universo de todos os museus presentes na plataforma, o número de museu por palavra-chave foi conforme tabela a seguir:

Tabela 8: Número de museus encontrado na Plataforma Museusbr em cada palavra-chave

Palavra-chave	Nº de museus
Indústria	4
Fábrica	1
Porto	7
Moinho	1
Usina	4
Engenho	5
Estação	10
Ferrovia	48
Trem	7

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados encontrados nas buscas por palavras-chaves na Plataforma Museusbr.

Como alguns museus aparecem na busca em mais de uma palavra chave, tem-se o total de 76 museus encontrados (Apêndice XI), e se classificados por tipos de indústria, tem-se a seguinte tabela:

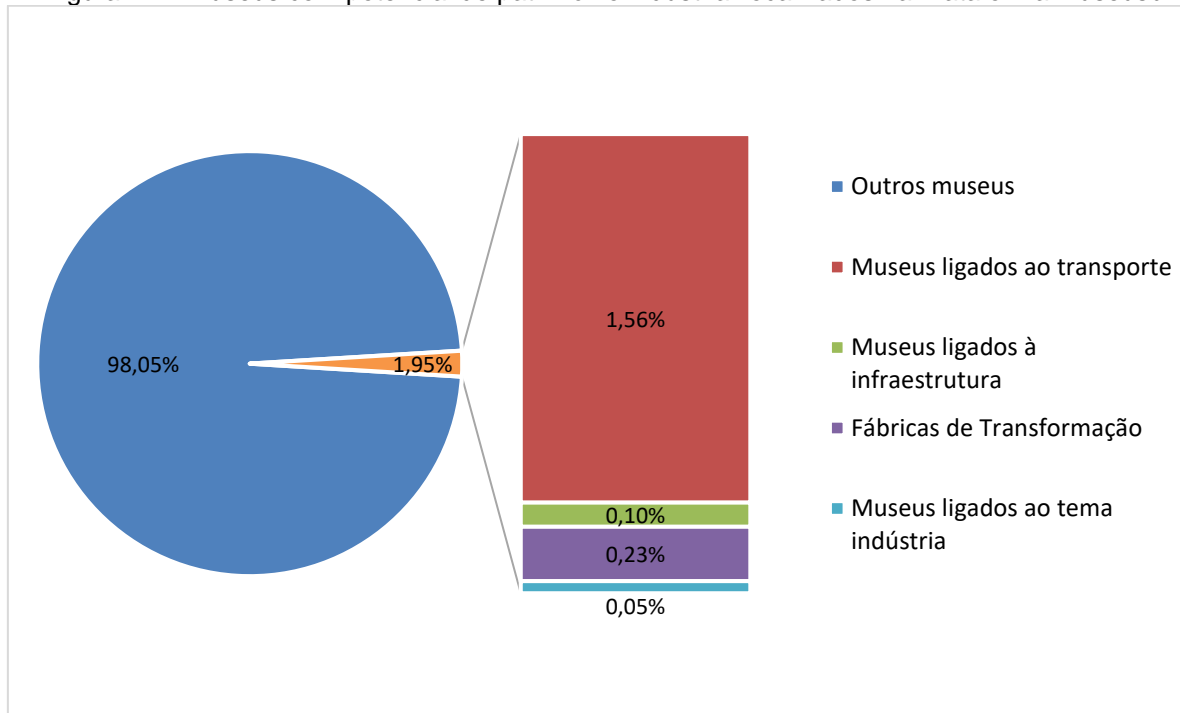
Tabela 9: Número de museus encontrado na Plataforma Museusbr por tipo de indústria

Tipo de Indústria	Nº de museus
Extração	—
Transformação	9
Transporte	61
Infraestrutura	4
Outros	2

Fonte: Elaborado pela autora com base na denominação dos museus e os tipos de indústria apresentados da Carta de Sevilha (2018, p. 13).

Ao analisar os dados encontrados, nos museus ligados ao transporte, apenas sete são ligados à Portos, os 54 demais, são sobre temas ligados as estradas de ferro, onde se reafirma uma propensão da preservação dos bens ligados as ferrovias. E mesmo no panorama geral do patrimônio industrial musealizado, essa tipologia ainda é muito pouco percebida, temos menos de 2% do total dos museus, e se desconsiderar aqueles ligados ao transporte, os números são quase insignificantes, temos menos de 0,4% dos museus tratando de patrimônios industriais (Figura 12).

Figura 12 – Museus com potencial de patrimônio industrial localizados na Plataforma Museusbr.



Fonte: Autora, 2019.

A segunda listagem que apresenta os museus brasileiros disponível na página do IBRAM, foi a publicação Guia dos Museus Brasileiros, de 2011. Nessa publicação constam 3.118 museus, divididos por região, estado e município e cada museu apresenta dados como: ano de criação, situação atual, tipologia de acervo, acessibilidade, natureza administrativa, entre outros. Usando, novamente, a mesma metodologia de busca de potenciais patrimônios industriais por suas denominações, utilizando as mesmas palavras-chaves⁵⁰ encontraram-se 61 museus. Desses apenas cinco (Apêndice XII) não estão na lista elaborada anteriormente com base na Plataforma Museusbr. Número relativamente baixo, se comparado ao total de quase 4 mil presentes na Plataforma, e não influencia de modo significativo os dados obtidos apenas com a plataforma.

Do total de Museus com potencial de patrimônio cultural identificados na Plataforma Museusbr, apenas nove se encontram no Rio Grande do Sul, local do desenvolvimento dessa pesquisa. Para aprofundar e detalhar melhor essa quantificação, buscou-se dados dos museus gaúchos em esfera estadual.

Primeiramente, para entender melhor o panorama das instituições museológicas no Brasil em níveis estaduais, fez-se uma busca pelos cadastros de museus estaduais. Da mesma forma, procurou-se esses dados via as páginas oficiais das secretarias de cultura de cada estado. Dos 27 estados brasileiros, apenas sete estados declaram que possuem algum tipo de cadastro de seus museus⁵¹, mas em apenas quatro esses dados estão de forma acessíveis⁵². Assim como os bens tombados, que nem todos os estados tem seus patrimônios divulgados por páginas oficiais, os museus também passam por esse descaso.

No caso do Rio Grande do Sul, o estado realiza o cadastro, mas não possui a listagem de seus museus acessíveis. Após a busca no site do Sistema Estadual de Museus (SEM/RS)⁵³, entrou-se em contato com o órgão via e-mail, e um documento com os dados, em formato de tabelas, foi disponibilizado.

⁵⁰ Lembrando: indústria, fábrica, porto, moinho, usina, estação, engenho, ferrovia, trem

⁵¹ Os estados que apresentam algum sistema de cadastro estadual de museus são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas e Ceará.

⁵² Os estados que apresentam seus dados cadastro estadual de museus acessíveis são: Santa Catarina, São Paulo, Alagoas e Ceará.

⁵³ O SEM/RS é um órgão da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), que visa sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o Estado, e foi criado através do Decreto nº33.791, de 21 de janeiro de 1991.

O documento disponibilizado foi elaborado com os museus que participam do Cadastro Estadual de Museus (CEM/RS)⁵⁴, e também com instituições que não efetuaram seu cadastro, mas que sua existência é comprovada. Esses museus estão devidamente identificados. Formado com sete listagens conforme a localização dos museus nas Regiões Museológicas (RM) do estado, no qual os museus estão distribuídos numericamente, conforme a tabela:

Tabela 10 - Número de Museus por Região Museológica do Rio Grande Sul

	1ªRM	2ªRM	3ªRM	4ªRM	5ªRM	6ªRM	7ªRM	Total
Com Cadastro	103	81	38	41	52	26	45	386
Sem Cadastro	34	75	22	23	22	11	24	211
Total	137	156	60	64	74	37	69	597

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base no CEM/RS

Os dados que as listagens apresentam⁵⁵, além da denominação, endereço e contatos, também apresenta dados relevantes, como se há, plano museológico, estatuto ou o profissional museólogo, mas não a tipologia desses museus. Sendo assim, novamente foi usada busca por palavras-chaves nas denominações dos museus, para identificar instituições que possam ter potencial de patrimônio industrial. Os termos utilizados na busca seguiram os mesmos utilizados ao longo da pesquisa. Foram localizados 11 museus como mostra a tabela a baixo:

Tabela 11: Número de museus identificado conforme a palavra-chave

Palavra-chave	Nº de museus
Indústria	1
Fábrica	-
Porto	1
Moinho	1
Usina	-
Engenho	1
Estação	3
Ferrovia	3
Trem	2

Fonte: Elaborada pela autora com base no CEM/RS.

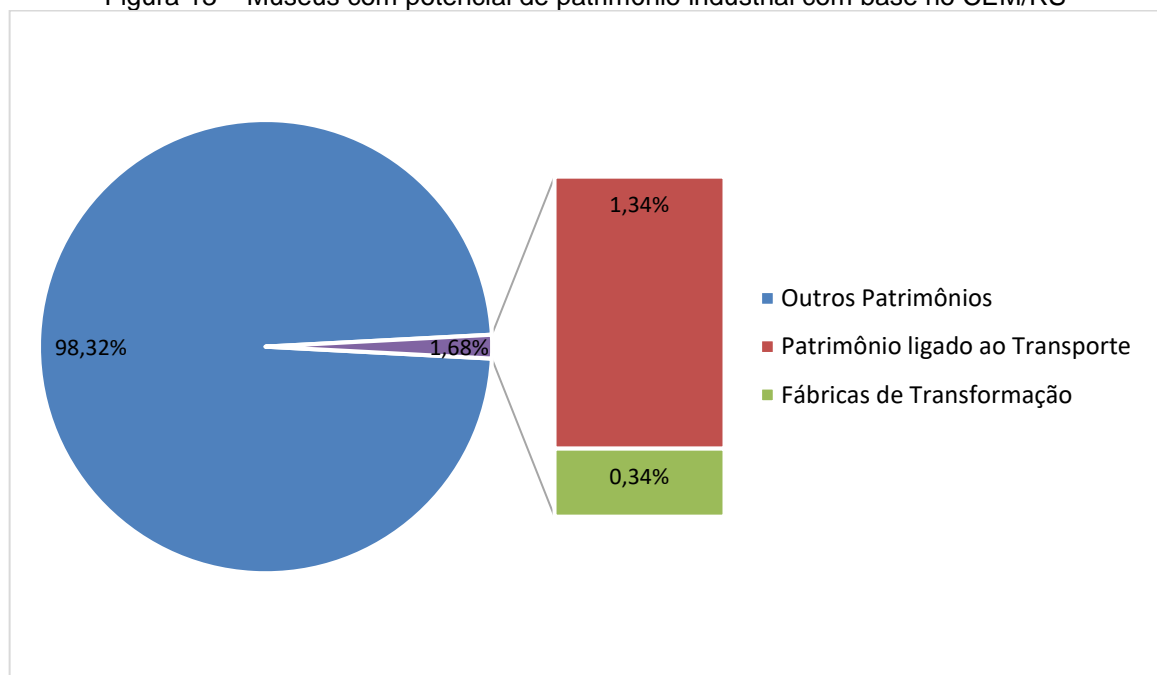
⁵⁴ O Cadastro Estadual de Museus (CEM/RS), foi implantando em 1999, para se obter uma listagem dos museus no Rio Grande do Sul e a situação de cada um deles. O cadastro é realizado por meio de adesão voluntária dos museus gaúchos, onde respondem um formulário através de e-mail, e está em permanente atualização e se configura como o principal instrumento para a Sistema atingir seu objetivo.

⁵⁵ Os dados presentes nas listagens, em ordem que estão apresentados, são: Nome, Observação, Endereço, Telefone, Cidade, Email, Data do Cadastro, Ano da Fundação, Ato da Criação, Plano Museológico, Regimento Interno, Natureza Administrativa, Possui Museólogo e Possui PPCI

Nessa etapa foram identificados 11 museus⁵⁶, por estarem localizados no estado de estudo dessa pesquisa, foi feita uma busca na internet por suas páginas e redes sociais oficiais, e também na página das prefeituras dos municípios onde estão situados, para conferir sua tipologia e verificar se encaixam no recorte dessa pesquisa (patrimônio industrial). Nenhum museu foi excluído da quantificação.

A partir desses números, sabe-se que menos de 2% dos museus do Estado são (ou tem potencial para) museus industriais, e desses, 2/3 são com temáticas voltadas para o transporte ferroviário.

Figura 13 – Museus com potencial de patrimônio industrial com base no CEM/RS



Fonte: Autora, 2021.

Para aprofundar a identificação dos museus com potencial de patrimônio industrial no estado, em um segundo momento, foi feita uma leitura das denominações de todos os museus que compõe as listagens, com o objetivo de identificar aqueles cujo seus nomes podem indicar serem instituições voltadas para bens, transportes, extração ou distribuição. Para exemplificar, foram identificadas instituições como o Museu do Pão, o Museu Naval, o Museu do Carvão e o Museu da Eletricidade.

Nessa etapa foram localizadas 25 instituições de possíveis museus industriais. Após foram averiguadas, da mesma forma que na etapa anterior, em páginas e redes sociais oficiais, além das páginas das prefeituras de suas cidades.

⁵⁶ Um museu apareceu em duas buscas diferentes, por isso a diferença dos números na tabela e dos museus identificados.

Nessa verificação, sete museus foram descartados por não se enquadrarem nas características de um patrimônio industrial. Dessa forma, mais 18 museus gaúchos foram identificados com potencial para patrimônio industrial.

Considerando as duas etapas, foram identificados 29 museus (Apêndice XIII), ou seja, aproximadamente 5% do total de museus no Rio Grande do Sul. Destaca-se, que na verificação feita, nenhum deles se identifica, na sua tipologia, como museu industrial. Atenta-se que apenas oito museus desses museus gaúchos aparecem na identificação feita em nível nacional na plataforma Museusbr.

Nas averiguações feitas sobre cada museu apenas dois encontrou-se alguma referência ao patrimônio industrial. O primeiro foi o Museu da Indústria Metalúrgica, de Caxias do Sul, que traz uma notícia (sem data)⁵⁷ na sua página oficial, com o título “MIM - Museu da Indústria Metalúrgica, Memorial Gazola - Objeto de Estudos Acadêmicos”, que trata de estudos acadêmicos utilizando o acervo do museu. Na notícia o museu agradece aos pesquisadores pelo trabalho e pela preocupação “com o acervo significativo do patrimônio industrial”. O Museu Estadual do Carvão, de Arroio dos Ratos, é a segunda instituição que cita o termo patrimônio industrial referindo-se a própria instituição. Na sua página na rede social Facebook⁵⁸ tem várias publicações, cita-se a feita no dia 3 de fevereiro de 2015, endereçada ao TICCIH-Brasil, solicitando divulgação do museu na sua página. A publicação diz: “O Museu Estadual do Carvão é um patrimônio industrial carbonífero, vestígios das estruturas arquitetônicas do complexo da antiga mina/poço e usina termoelétrica e um sítio arqueológico industrial”.

Importante observar que a maioria dos museus identificados não possuem potencial de serem tipificados como um museu industrial. Porém continuaram a fazer parte da quantificação da pesquisa por apresentarem acervos, ou uma coleção, que pode fazer parte de um patrimônio industrial. Pode-se citar o Museu do Doce, de Pelotas, que tem por missão salvaguardar os suportes de memória da tradição doceira de Pelotas, patrimônio imaterial nacional⁵⁹, e possui uma coleção intitulada “Coleção Fábricas de Doces de Frutas”, que conta com um acervo “oriundo das fábricas de DOCES DE FRUTAS DE Pelotas e região, principalmente pelas fábricas de compotas

⁵⁷ <https://www.memorialgazola.com.br/single-post/2019/12/11/mim-museu-da-ind%C3%BAstria-metal%C3%BArgica-memorial-gazola-objeto-de-estudos-acad%C3%AAmicos>.

⁵⁸ <https://www.facebook.com/museucarvao>.

⁵⁹ Registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 15 de maio de 2018

de frutas e de doces em pasta e cristalizados”⁶⁰ (Museu do Doce). Também organizou a exposição virtual “Percurso Remoto, tradição e memória nas fábricas de doce em conserva de Pelotas-RS”⁶¹, que apresenta empreendimentos fabris do espaço urbano ligados a indústria conserveira da cidade, com origens nas tradições docerias coloniais. É possível através de um passeio virtual pelo mapa urbano de Pelotas conhecer essas fábricas e obter informações como aspectos históricos e imagéticos sobre o tema e as indústrias.

A partir desse levantamento realizado, pode-se observar o perfil dos municípios onde estão os 29 museus identificados, cinco museus estão localizados na capital, Porto Alegre, quatro em Gramado, três em Caxias do Sul, dois em Rio Grande e dois em Pelotas, os demais estão distribuídos por todo o estado. Considera-se que a presença desses museus nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, se deve ao fato dessas cidades apresentarem um passado de grande industrialização, principalmente na segunda metade do século XX. Os dois museus identificados em Rio Grande, estão ligados ao porto, o que se justifica, pois, a cidade dispõe de importante sistema portuário do Brasil. Já em Gramado, a justificativa se dá por ser uma cidade de muito turismo, e os três dos museus identificados são ligados a fábricas particulares, e os museus também atuam como forma de divulgação e comercialização dos seus produtos, como por exemplo o Museu do Perfume.

Diante de todo o levantamento realizado, para seguir a pesquisa, optou-se por trabalhar, além de Pelotas, com dois municípios mais industrializados, Porto Alegre e Caxias do Sul, por apresentarem exemplares que se encaixam no perfil determinado, já exposto anteriormente (extintas fábricas gaúchas de transformação, localizadas em meio urbano, com proteção legal, com intervenções arquitetônicas sem maiores descaracterizações e com novo uso em funcionamento). Além disso, essas duas cidades, assim como Pelotas, possuem legislações de patrimônio cultural em vigor, que preveem a proteção desses bens e advertem para a preservação, em diferentes níveis, do patrimônio em questão.

Essas legislações das três cidades que fazem parte desta pesquisa serão apresentadas e analisadas no próximo capítulo.

⁶⁰ <https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/acervos-e-colecoes/>

⁶¹ <https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/exposicao-virtual/>

Capítulo 2

As fábricas como patrimônio e objeto nas legislações municipais

As cidades elencadas para essa pesquisa, como já mencionadas, são as cidades gaúchas de Caxias do Sul e Porto Alegre, além de Pelotas. Essa escolha se deve ao fato de estarem dentro das cinco mais industrializadas na segunda metade do século XX no Rio Grande do Sul, além de apresentarem, como visto anteriormente, exemplares de bens fabris patrimonializados que se encaixam para a proposta dessa pesquisa. A delimitação temporal foi determinada a partir do tempo de funcionamento da Laneira Brasileira S.A, objeto de pesquisa que norteou a escolha dos demais, e pelo maior número de dados obtidos referentes à industrialização daquela época. Entende-se que as cidades com mais estabelecimentos fabris podem, de alguma maneira, repercutir no seu patrimônio cultural, principalmente, como será visto a seguir, por a industrialização fazer parte da sua trajetória histórica.

Outro fator determinante foi a presença de uma legislação ampla e atuante para os patrimônios culturais de cada cidade. O primeiro contato com esses documentos foi na busca pelas listas de inventário dos patrimônios culturais e bens tombados, assim, percebeu-se que essas cidades possuem tais legislações.

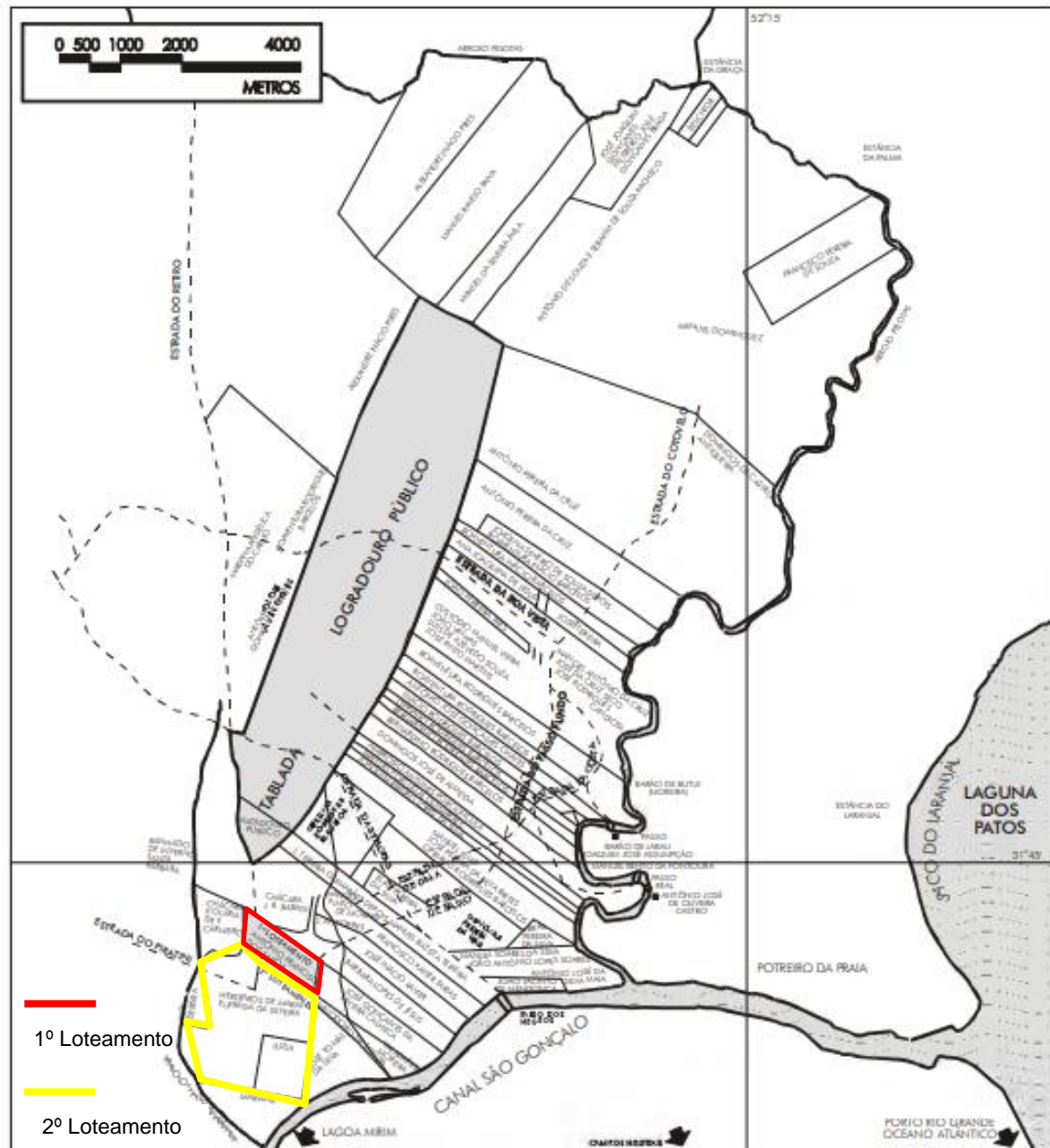
Dessa forma, a seguir, apresentar-se-á um breve histórico de cada cidade com foco na sua industrialização e a legislação referente ao patrimônio cultural.

2.1 Pelotas e suas legislações de patrimônio cultural

O começo da cidade de Pelotas está vinculado às primeiras charqueadas, no Rio Grande do Sul, no início do século XIX, essas são resultado de diversas divisões de terras que foram localizadas, principalmente, ao longo da margem do Arroio São Gonçalo, chegando a, aproximadamente, trinta estabelecimentos. Tal fato proporcionou um grande desenvolvimento econômico; criando, assim, condições para a organização e construção de um núcleo urbano (Figura 14). O historiador pelotense Mário Osório Magalhães atribui ao tipo de indústria, a saladeril, que é sazonal, ou seja, há um período de intenso trabalho e um período de ócio para os charqueadores, o que, com a riqueza adquirida, fez com que se desenvolvesse uma sociedade disposta à sociabilidade (MAGALHÃES, 1999, p.45). Diante disso, eles investiram em construções suntuosas, as quais se mantiveram ao longo do tempo e, hoje, fazem

parte do que é denominado centro histórico, no segundo loteamento, região de expansão do núcleo fundador da cidade, chamado primeiro loteamento.

Figura 14 – Planta com as divisões de terras das Charqueadas e localização do primeiro e do segundo loteamento. Segunda metade do século XIX.



Fonte: GUTIERREZ, 2011, p. 257. (Hachura reforçada pela autora).

No entanto, essa fatura associada às charqueadas durou cerca de cem anos, pois, já no início do século XX, as charqueadas começaram a decair, devido ao fim da escravatura anos antes, mão de obra amplamente utilizada pelos charqueadores, e à concorrência que surgiu com os frigoríficos. Assim, “A aristocracia do charque

desapareceu, mas deixou herança significativa em termos de patrimônio arquitetônico e cultural, que Pelotas se esforça para conservar [...]” (MONUMENTA, 2007, p. 7).

Após a fase econômica marcada pelas charqueadas, que terminou com diversas crises econômicas, Pelotas vivenciou um crescimento das fábricas de transformação, localizadas, em sua maioria, na zona portuária, espaço já desenvolvido anteriormente pelo ciclo do charque, o que facilitou para essa mudança urbana. Essas fábricas, inicialmente, estavam ligadas à pecuária, desenvolvida já na região e à rizicultura, que crescia fortemente naquela época. Demais tipos de fábricas foram juntamente sendo constituídas, deixando Pelotas entre as cidades mais industrializadas do estado. Magalhães (1999) afirma que “foi a cultura racional e técnica da terra, juntamente com a pecuária, a industrialização de frutas de clima temperado, fábricas de tecidos, de sabão e velas e algumas outras indústrias, que permitiram, depois de 1931⁶², a recuperação econômica de município” (MAGALHÃES, 1999, p. 73).

O Censo Industrial de 1950, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentou como resultado que Pelotas aparece como o segundo centro de maior produção industrial do estado, ficando atrás apenas de Porto Alegre. Dessas indústrias, 68% referem-se à produção de gêneros alimentícios, sendo, assim, a principal indústria de Pelotas naquele ano (IBGE, 1955).

Em outra publicação do IBGE, de 1958, informa-se que

a agricultura e a pecuária contribuem para que Pelotas seja importante Município industrial do Rio Grande do Sul: na indústria de produtos alimentares, principal ramo da indústria local, as maiores parcelas são devidas respectivamente ao beneficiamento do arroz e a fabricação de conservas de carnes e de produtos de salsicharia. Pelotas é o segundo Município industrial do Estado do Rio Grande do Sul; ocupa a mesma posição quanta à indústria estadual de produtos alimentares; coloca-se ainda em terceiro lugar na indústria química e farmacêutica sul rio-grandense, em sétimo na de vestuário, calçados e artefatos de tecidos e em quinto na têxtil (IBGE, 1958, p. 8).

Pelotas apresentou grande crescimento industrial na década de 1970, com a implementação do distrito industrial, em 1971, (Figura 15) em localização escolhida por questão urbanística, próximo aos acessos da cidade, sobretudo às vias rodoviárias. Assim, foi situado a noroeste do centro urbano, junto à confluência de duas rodovias federais. Também naquela década, houve ampliação da capacidade

⁶² Ano em que o Banco Pelotense fechou, causando um abalo na economia da cidade (MAGALHÃES, 1999, p. 72).

energética com a criação da usina do Porto, o que acabou contribuindo com essa expansão, além dos incentivos da prefeitura municipal e de bancos de desenvolvimento para esses estabelecimentos.

Figura 15 – Localização do Primeiro Distrito Industrial de Pelotas – Década de 1970.



Fonte: BACH, 2017, p. 70 (Hachura reforçada pela autora).

Destacou-se, naquela fase industrial de Pelotas, o crescimento da indústria conserveira de frutas e legumes, a qual começou a fomentar a economia junto com o beneficiamento de arroz e outros tipos de fábricas. Para exemplificar, tem-se a Laneira Brasileira S.A., que, naquele período, contribuía com volumosa produção de lã do Brasil, pois, naquela década, Pelotas “era o maior centro de comercializações de lãs do Brasil” (SILVEIRA, 2008, p. 58).

Um detalhe importante é o de que esse crescimento fabril das compotas de frutas acarretou uma crise no setor de compotas de pêsego na zona rural, que chegou a contar com cerca de 40 pequenas fábricas entre os anos de 1966 e 1967, as quais tinham uma indústria quase artesanal e administrações familiares. Incentivos fiscais do Governo Federal, na década de 1970, para pomares empresariais, também contribuiu para fechamentos desse tipo de fábrica, que muito contribuiu para a imagem de Pelotas como produtora de pêsegos (BACH, 2017).

Os dados acima mostram que a industrialização voltou a crescer na segunda metade do século XX, ainda que, no fim desse mesmo século, nos anos 1980, as indústrias pelotenses entrassem em declínio, tendo como causa a situação pela qual o país estava passando, ou seja, o encolhimento do chamado “milagre brasileiro”⁶³,

⁶³ Período de expressivo crescimento econômico entre 1968 e 1973.

que ocasionou um processo de desestabilização financeira, inflação, diminuição do poder de compra dos brasileiros, etc.

Essa situação pode ser confirmada na afirmação de Britto (2011):

Em 1981 o número de indústrias de conserva em Pelotas não passava 40, empregando cerca de 4.300 trabalhadores permanentes e 17 mil safristas, produzindo cerca de 48 milhões latas pêssego ao ano. Em 1995, o número de empresas foi de apenas 18, com 730 trabalhadores diretos, produzindo uma média de 17 milhões latas pêssego ao ano (BRITTO, 2011, p. 79).

Diante disso, a partir do fim daquela década (1980), Pelotas perdeu posições como centro industrial do Rio Grande do Sul, chegando, aos anos 2000, como o décimo município industrializado do Estado, e no ano de 2017 chega ao 22º lugar, segundo os dados Departamento de Economia e Estatística (DEE), órgão vinculado à Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag)⁶⁴. Com isso, Pelotas

[...] passa por um processo contínuo de degradação econômica, social e ambiental [...]. O Fechamento e deslocamento das indústrias fazem com que se aprofunde uma série de mazelas sócio espaciais, como desemprego, poucos investimentos em equipamentos e infraestrutura urbana, redução do orçamento do município e, sobretudo na depreciação dos ambientes urbanos, onde os surgimentos dos prédios vazios nas antigas zonas industriais revelam as mudanças na economia e seus reflexos na organização espacial (BRITTO, 2011, p. 81).

Atualmente, os prédios que abrigaram essas fábricas, desde o tempo das charqueadas e dos anos de grande crescimento fabril, hoje, encontram-se vazios ou com diferentes usos, muitos acabaram sendo totalmente destruídos ou descaracterizados, outros tantos perderam a informação do seu passado, e, hoje, não se sabe que funcionaram fábricas em seus interiores. Os que ainda estão na paisagem urbana são edifícios, em maioria, de grande porte, que se destacam em suas paisagens e são evocadores de diversas memórias nos pelotenses.

Esses bens que sobreviveram ao tempo são potenciais patrimônios industriais, pois fazem parte da história da cidade, tanto econômica quanto espacial. Assim, buscou-se seu espaço na legislação do patrimônio cultural, para isso, usou-se como ferramenta, mais uma vez, o site oficial da Secretária de Cultura do município, além da listagem das legislações pelotenses.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/dez-municipios-concentram-42-3-do-pib-do-rs-aponta-levantamento-do-dee-seplag#:~:text=Com%20Porto%20Alegre%20na%20lideran%C3%A7a,e%20Santa%20Cruz%20do%20RSul>. Acesso em 31 out. 2020.

A trajetória da legislação sobre patrimônio cultural pode ter seu início considerado a partir da publicação do II Plano Diretor da cidade, Lei nº 2565 instituída em 26 de agosto de 1980, que

Destaca a necessidade de criação de zonas de preservação; tombamentos de alguns exemplares arquitetônicos; elaboração do cadastro de prédios de interesse patrimonial e a preocupação com o entorno dos prédios históricos; ações voltadas à preservação da memória histórica e cultural ou arquitetônica do Município (PELOTAS, 2008).

Nesse documento, em seu texto original, apresentam-se as Zonas de Preservação Paisagística Cultural (ZPPC), que são aquelas “destinadas a preservar a memória histórica e cultural ou arquitetônica, no Município” (PELOTAS, 1980) e terão cadastrados os prédios que fazem a zona ter essa característica e esses devem ser “conservados, não podendo ser demolidos, destruídos, mutilados ou alterados em seus elementos característicos” (PELOTAS, 1980).

Embora, para a época, a lei tenha sido uma inovação na legislação quanto à preservação do patrimônio, apenas duas décadas após realmente essas ações foram postas em prática. Mesmo com outras leis sendo instituídas durante esses 20 anos, colaborando para o patrimônio, como a lei de criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), em 1982. Porém foi preciso, em 1996, a lei de criação do Conselho Municipal da Cultura para retornar o esforço no sentido da preservação do patrimônio (PELOTAS, 2008).

Também há referência ao patrimônio cultural da cidade na sua Lei Orgânica⁶⁵, que garante acesso de todo cidadão às funções sociais, como o seu patrimônio cultural, que deve ter sua preservação prevista no Plano Diretor da cidade, assim como por meio de inventários, registros, vigilâncias e desapropriações, objetivando, dentre outros, a preservação, a valorização e, em caso de danos e ameaças, a punição na forma da lei.

Nos anos 2000, novas leis nesse sentido foram criadas, colaborando, de fato, para a preservação patrimonial. A principal delas foi a Lei nº 4.568, de 2000, conhecida como Lei do Inventário, que define a delimitação das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC's) e institui a proteção dos bens integrantes do inventário. Foram delimitadas quatro ZPPC's: 1º Loteamento, 2º Loteamento, Porto e Caieira.

⁶⁵ A lei orgânica age como uma Constituição Municipal, sendo considerada a lei mais importante que rege os municípios e o Distrito Federal. Cada município brasileiro pode determinar as suas próprias leis orgânicas, contanto que não infrinjam a constituição e as leis federais e estaduais (<https://www.significados.com.br/lei-organica/>).

Importante destacar as duas últimas zonas, a do Porto e a Caieira por possuírem significativos imóveis fabris, apesar de a legislação apresentar apenas as suas delimitações, sem nenhum tipo de caracterização das zonas. Nota-se que o texto dessa legislação apresenta semelhanças ao texto do II Plano Diretor, que foi mencionado acima, confirmando esse hiato de 20 anos em que a legislação pelotense ficou sem ações.

Sobre outras leis que foram implementadas nos anos 2000, houve, em 2002, duas leis que provocaram alterações na Lei do inventário, a Lei nº 4.778/02, que acrescentava um parágrafo determinando que a exclusão ou inclusão de bens no inventário do patrimônio cultural fosse feita mediante Decreto do Poder Executivo Municipal. Então, dessa forma, foram estabelecidos três decretos: o Decreto 5685/13, que inclui 58 imóveis ao inventário, sendo um deles a extinta Fábrica Laneira Brasileira S.A.; o Decreto 5865/15, que exclui quatro bens do inventário; e o 6010/17, que inclui 13 bens, 12 charqueadas no inventário, mais o conjunto da Chaminé e da caixa d'água de uma dessas charqueadas.

Ainda em 2002, foi sancionada a Lei nº 4.803/02, que permite adaptações em prédios inventariados e tombados para promover a acessibilidade física. E também houve uma revisão no Código Tributário do Município, quando ficou prevista a possibilidade de isenção do IPTU aos imóveis inventariados, incentivando promover a conservação dos bens do patrimônio cultural do Município. Em 2005, ocorreu outra revisão, que está em vigor (lei nº 5146/05), atrelando a isenção dos bens inventariados à condição de conservação dos imóveis, que deverão estar devidamente conservados ou restaurados, conforme normas estabelecidas pelo órgão responsável por seu tombamento, inventário ou declaração como integrante do patrimônio cultural. Dessa forma, o responsável pelo imóvel deve solicitar, anualmente, isenção à Secretaria de Finanças, sendo o processo encaminhado à Secretaria de Cultura, que faz uma vistoria externa dos prédios⁶⁶ e indica (ou não) o benefício. Nessa vistoria, a Secretaria anexa ao processo um parecer com fotografias, e, caso negativo ao benefício, a causa será explicada; em caso positivo, se necessário, serão estabelecidas algumas indicações para o próximo ano, que, se não forem executadas, o imóvel não receberá a isenção.

⁶⁶ A vistoria é apenas externa, na maioria dos casos, são prédio inventariados, sendo que sua proteção é apenas de volumetria e cobertura.

Como forma de divulgação e valorização dos imóveis inventariados, em 2007, foi criada a Lei nº 5365/07, que autoriza o Poder Executivo a colocar placas indicativas nos imóveis que apresentem bom estado de conservação e preservação das suas características originais, de acordo com laudo elaborado pela Secretaria de Cultura. Segunda a Lei, as placas também têm o objetivo de educação patrimonial da população.

Quanto ao patrimônio industrial, nem uma dessas leis cita essa tipologia específica, mas, no III Plano Diretor (PD), analisado a seguir, encontram-se termos e características, bem como a citação de algumas edificações que podem ser consideradas como uma forma implícita de preservação em potencial do patrimônio em questão.

Atualmente, a lei mais significativa quanto à preservação do patrimônio é o III PD, Lei nº 5502, instituída em 11 de setembro de 2008, substituindo o precursor II Plano Diretor (2565/80). O III PD abrange melhor a cidade, apresentando 11 (onze) Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), as quais apresentam características que podem ser históricas, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e/ou de práticas sociais. Localizados por essas áreas tem-se 20 (vinte) Focos Especiais de Interesse Cultural (FEIC), que são pontos “com características peculiares que denotam maior relevância sob o aspecto cultural” (PELOTAS, 2008). Esses espaços são delimitados em um mapa em anexo à legislação, denominado U-9. Essas áreas e focos têm, entre outros, por objetivos:

I - Promover a integração da preservação do patrimônio histórico e cultural com o planejamento urbano, como forma de garantir a manutenção das características culturais específicas da cidade de Pelotas, as quais lhe conferem identidade peculiar;

II - Promover a preservação do patrimônio histórico e cultural através da conservação e manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, não devendo ser permitida qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação que cause prejuízo ao entorno e ao bem patrimonial propriamente dito;

[...]

VII - Incentivar a preservação e a restauração dos bens considerados de valor histórico e cultural, através de incentivos jurídicos, fiscais e administrativos, concedidos ao particular, pessoa física ou jurídica;

[...]

IX - Promover a divulgação da memória e educação patrimonial e preservacionista, mediante palestras, seminários, mostras, exposições temporárias e itinerantes, publicações de documentos, pesquisas, depoimentos e campanhas educativas que ressaltem a importância da preservação dos acervos municipais;

X - Buscar amparo científico para a pesquisa, a proteção e a preservação do patrimônio cultural do Município; (PELOTAS, 2008, p. 20).

Citam-se esses objetivos por apresentarem valores que dialogam com o patrimônio industrial, principalmente em cidades como Pelotas, com um passado industrializado, como, por exemplo, a identidade e a paisagem urbana.

Após analisada cada AEIAC e cada FEIC do III PD para perceber-se como o patrimônio industrial está (ou não) incorporado nesse documento, podem-se citar quatro AEIAC's que apresentam algum ponto sobre esse tipo patrimonial.

A primeira é a AEIAC ZPPC, a qual reforça a Lei do Inventário (4568/00), compreendendo exatamente as suas quatro zonas de preservação, que, no III PD, são apresentadas como FEIC's. O III PD tem um mapa (U-10) em anexo dessa área com sua delimitação e seus focos e eixos. Desses focos, dois interessam ao que se analisa, um é o FEIC Zona Portuária, caracterizado pela presença do Porto, e a “singularidade na relação entre espaços construídos e abertos, percebida por meio do conjunto de edificações industriais [...] e pelo conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem” (PELOTAS, 2008, p. 27). Interessante que coloquem esse conjunto de bens fabris na paisagem portuária, que, como já colocado, é uma área de importante significado na história fabril da cidade e conta com diversos patrimônios com potencial de patrimônio industrial. O outro é o FEIC Estação Férrea, caracterizado pela “existência do prédio sede da antiga estação férrea, [...] e constitui cenário peculiar formado pelo Largo de Portugal, espaço aberto com visual ao fundo do prédio da estação como elemento referencial e existência de trilhos do trem como um marco urbano” (PELOTAS, 2008, p. 28). Notam-se, aqui, dois focos caracterizados pela presença de edificações e estruturas ligadas ao transporte – o porto e a estação ferroviária-, bens de grande representatividade no patrimônio industrial, principalmente, como já visto, o patrimônio ligado ao transporte férreo, que tem sempre boa notoriedade nas legislações de preservação.

Essa área possui uma singularidade diferentemente das demais, apresenta Eixos de Ligação, que são vias com atributos merecedores de destaque quanto à questão cultural. São definidos sete eixos, entre eles, elencam-se três, que, ao analisá-los, encontram-se referências ao patrimônio industrial. O primeiro é o Eixo Rua Dom Pedro II, entre Rua Quinze de Novembro e Largo de Portugal, por se apresentar como “via de características peculiares pelo importante visual da Estação Férrea, a partir do Largo de Portugal, apresentando um trecho íntegro de patrimônio arquitetônico” (PELOTAS, 2008, p. 34). Novamente, encontra-se destaque para o patrimônio férreo, mas cabe salientar que, no levantamento feito dos patrimônios

pelotenses com potencial de patrimônio industrial, há dois imóveis nesse trecho delimitado, a antiga Fábrica de bebidas A Fronteira, e o antigo Engenho Santa Ignácia.

O segundo é o Eixo Rua Benjamin Constant, entre Rua Quinze de Novembro e o Cais do Porto, caracterizado por ser uma “via que apresenta elementos arquitetônicos referenciais na paisagem, alguns com potencial para reciclagem, edificações com diversidade tipológica coexistindo harmonicamente” (PELOTAS, 2008 p. 35). Nesse trecho, encontram-se dois imóveis inventariados com potencial de patrimônio industrial que são de conhecimento da comunidade pelotense e de grande representatividade na história fabril da cidade, a antiga fábrica de cervejas Sul-Riograndense (Cervejaria Brahma, como é mais conhecida, por ser sua última denominação), e a antiga Fábrica de Massas Cotada S.A. Também se caracteriza por abranger a Praça Domingos Rodrigues, por propiciar um visual do cais do porto. Destaca-se que, nessa praça, está localizado o prédio da Alfândega, imóvel inventariado ligado ao transporte pluvial.

Por fim, o Eixo Avenida Saldanha Marinho (entre o Largo de Portugal e a Praça Cipriano Barcellos), destacando-se que “sua importância se dá em função das características arquitetônicas diferenciadas – edificações térreas e tipo galpão – e da configuração da via que possui um largo canteiro central com arborização, interligando dois focos importantes: o Largo de Portugal e a Pça. Cipriano Barcellos” (PELOTAS, 2008, p. 35). No canteiro mencionado, está localizada a Usina de tratamento, imóvel inventariado que foi identificado com potencial para patrimônio industrial, ligado à infraestrutura urbana.

A segunda área destacada é a AEIAC – Zona Norte, caracterizada por ser o terceiro loteamento de Pelotas com a presença de imóveis bastante variados como a de “tipologias arquitetônicas industriais ociosas – galpões” (PELOTAS, 2008, p. 22). Assim, esses imóveis tornam-se um FEIC chamado de Antigos Engenhos, justamente por ser um “conjunto de unidades arquitetônicas de características peculiares – galpões, construídos como engenhos de arroz, atualmente desocupados ou substituídos por outras atividades” (PELOTAS, 2008, p. 31). Interessante salientar que, nesse espaço, fica evidente a presença de patrimônios industriais em potencial, pois são apresentados como locais de indústria, embora destacados apenas pelo seu valor de reciclagem “devido às características tipológicas e pelas boas condições de infraestrutura e proximidade da área central” (PELOTAS, 2008, p. 31). Nessa zona,

não foi identificado nenhum bem fabril patrimonializado com potencial de patrimônio industrial. Deve-se ao fato do inventário não abranger essa localidade da cidade.

Essa área também abrange o FEIC Patrimônios do Século XX, que possui um interessante caso, o da antiga Fábrica Lang, fundada em 1864, e que, em 1870, começou a funcionar na sede situada na Rua Gonçalves Chaves, que fabricava velas e sabões e, hoje, abriga setores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). A fábrica aparece na listagem do manuscrito do Historiador Cunha, apresentada por Salaberry (2012) e na lista do Projeto de Pesquisa aqui citado, estando localizada, justamente, nesse foco. Entretanto foi ela excluída, obviamente por ser anterior ao período delimitado, mas poderia ser incluída como um FEIC, por ser um espaço fabril bem conhecido, tanto por suas dimensões como pela contribuição no desenvolvimento da cidade.

A terceira é a AEIAC Parque Linear Bairro Fragata, onde se encontra o FEIC Fábrica de Chapéus, que se caracteriza

por ser referência histórico-cultural, com conjunto arquitetônico que compreende o prédio da antiga Fábrica de Chapéus e sua vila operária, casas em fita que mantém seu uso tradicional sem conflitos com entorno, prédio da antiga fábrica e demais galpões do entorno compondo um conjunto de unidades arquitetônicas com potencial de reciclagem (PELOTAS, 2008, p. 33).

Nota-se que o FEIC Fábrica de Chapéus possui grande potencial para ser classificada como um patrimônio industrial, pois há uma edificação como centro de uma antiga fábrica e seu entorno com a vila operária e os galpões. Sendo assim, foi incluída na listagem dos patrimônios industriais com proteção legal, como escrito anteriormente, mesmo sem ser inventariada ou tombada. Essa edificação aparece nas listagens analisadas na pesquisa elaborada pelo historiador Cunha e apresentada por Salaberry (2012), e a do Projeto de Pesquisa Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas, RS.

Por fim, cita-se AEIAC, que é a do Sítio Charqueador, pelos fatos históricos já apresentados e por ser composta de FEIC's, que são a sede de treze (13) charqueadas, além da caixa d'água e da chaminé presente na sede de uma delas. Essas charqueadas são exatamente aquelas incluídas no inventário por meio do Decreto 6010/17. Sabe-se dessa informação devido à Lei nº 6636/18, que altera alguns pontos do III PD, e um deles é as diretrizes dessa área, e agora essas charqueadas são listadas, o que anteriormente apenas se consideravam os prédios de 13 sedes das charqueadas. Nota-se que as charqueadas possuem, atualmente,

um espaço significativo na legislação da cidade por sua questão histórica, econômica e paisagística, mas não há menção ao seu valor de patrimônio industrial ou até agroindustrial.

Outro FEIC que essa área apresenta é o foco Engenho Coronel Pedro Osório⁶⁷ e a sua Vila Operária, que possui grande potencial de patrimônio industrial. Assim como outros já citados, possui potencial indenitário e paisagístico, além do seu industrialista ser de grande importância para a economia e a história de Pelotas, o Coronel Pedro Osório, que dá o nome à principal praça da cidade, situada no AEIAC ZPPC. Dessa maneira, foi incluído, como a Fábrica de Chapéus, na listagem dos patrimônios indústrias com proteção legal, como escrito anteriormente, mesmo sem ser inventariado ou tombado.

Deve-se atentar para o fato de que dos seis focos de interesse cultural aqui apresentados, três deles (Zona Portuária, Antigos Engenhos e Fábrica de Chapéus) apresentam, em sua caracterização pelo Plano Diretor, indicação do potencial de reciclagem. Esse tipo de intervenção é descrito na Lei do Inventário como

a intervenção que consiste no reaproveitamento do bem cultural, adaptando-o para usos compatíveis com sua tipologia formal e características ambientais, sem prejuízo de sua linguagem ou natureza, mediante atitudes de conservação, reparação e restauração acrescentando ou não novos elementos necessários à nova utilização (PELOTAS, 2000, p.3).

Entende-se, dessa forma, que quando esses bens fabris, como integrantes de uma área de interesse cultural assim caracterizada, justamente pela presença dessas antigas fábricas, qualquer tipo de intervenção, até mesmo as reciclagens, devem ser bem avaliadas para que os imóveis não percam suas características essenciais com adaptações, acréscimos e/ou reparações que não levem todos os seus valores em consideração.

No texto do III PD, há outros bens com potencialidade de patrimônio industrial que não foram anteriormente mencionados por não fazerem parte do recorte do patrimônio industrial elaborado para esta pesquisa⁶⁸.

⁶⁷ Essa nomeação utilizada no III PD é como o espaço é conhecido, devido ao seu proprietário, seu nome oficial é Engenho São Gonçalo. Esse estabelecimento aparece nas listagens analisadas nesta pesquisa, a elaborada pelo arquiteto Salaberry (2012) e a do Projeto de Pesquisa Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas, RS.

⁶⁸ Como forma de registro, citam-se os bens do III PD com potencial de patrimônio cultural que não foram analisados, são eles: a Caixa d'Água, com tombamento federal, localizada no FEIC Praça Piratinino de Almeida, da AEIAC ZPPC; a Cacimba da Nação, determinada como um FEIC da AEIAC Parque linear Avenida Domingos de Almeida, considerado um foco pela existência "das poucas obras públicas construídas pela mão de obra escrava ainda remanescente" (PELOTAS, 2008, p. 33) e a Ponte Passos dos Negros, considerada um FEIC da AEIAC Sítio Charqueador, foco incluído pela lei 6636/18.

A legislação de maior destaque, entre as aqui apresentadas, confirma-se que é realmente o III PD, pois possui maior ênfase em um patrimônio mais amplo que pensa a cidade (meio urbano) como um todo, e não apenas o centro histórico. Nesse sentido, é possível localizar termos e referências a um potencial de patrimônio fabril, pois apresenta bens e espaços com esses bens, mas ainda falho, pois não assim os identifica.

Após a instituição do III Plano Diretor, em 2008, mais duas leis foram criadas quanto à preservação do patrimônio cultural. Primeiro a Lei nº 5.989/13, que institui o Programa Permanente de proteção e conservação do Patrimônio Imaterial do Município, a qual, entre outras finalidades, tem a de conhecer, identificar, inventariar e registrar bens do Patrimônio de Natureza Imaterial, os quais devem ser registrados, conforme o caso, nos Livros de Registro, que a lei cria. Trata-se de cinco Livros, sendo que, desses, cita-se o Livro de Registro dos Lugares, no caso de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. Os patrimônios industriais apresentam bens que podem ser enquadrados como bem imaterial, devido à sua sociabilidade, porquanto envolve o local de trabalho, e também técnicas próprias, o saber fazer de cada indústria.

Logo, em 2016, a Lei nº 6.311, que autoriza o poder executivo a conceder permissão administrativa para o uso criativo, revitalização e restauração dos imóveis públicos que fazem parte do Patrimônio Histórico e Cultural do Município. Nenhuma referência ao patrimônio fabril é encontrada nesse documento, o que poderia ser uma solução para imóveis que, hoje, estão sem uso ou subutilizados.

Por meio desse levantamento da legislação pelotense sobre patrimônio cultural, percebe-se que o patrimônio industrial possui um potencial grande na cidade, embora os bens fabris não sejam identificados com essa terminologia. Nesses documentos analisados, mesmo de forma implícita, há a intenção de preservar o seu legado fabril, as legislações demonstram uma valorização desses bens. O ideal é que esses bens sejam agregados ao discurso preservacionista da cidade, identificando e reconhecendo esses bens como patrimônio industrial e aderindo todos os seus valores – arquitetônico, paisagístico, técnico e social –, fortalecendo, dessa forma, essa identidade sociocultural da população pelotense.

2.2 Caxias do Sul e suas legislações de patrimônio cultural

A história de Caxias do Sul enquanto espaço urbano principia quando imigrantes, principalmente os italianos, começaram a chegar ao local, em torno da década de 1870, em busca de moradia e trabalho.

Segundo Sales (2006), esses imigrantes passaram décadas isolados de outras localidades, devido à falta de infraestrutura de estradas e meios de comunicação. Dessa forma, centraram-se na produção agrícola independente e na economia de subsistência (SALES, 2006, p. 2), o que propiciou o desenvolvimento de uma economia local dinâmica, “segundo o Livro de Lançamento de Registro de Indústrias e Profissões de 1893⁶⁹, já existem naquele período 153 negócios registrados: casas de comércio, botequins, alambiques, cervejarias, ferrarias, selarias, padaria entre outros” (BERGAMASCHI, 2005, p. 51).

O isolamento começa a desaparecer em 1895 com a instalação de linhas de telégrafo e, alguns anos após, em 1906, com a rede telefônica, na então vila. No entanto, só ocorreu a integração desses habitantes com outras regiões do estado, em 1910, quando chegou à cidade o primeiro trem da estrada que liga Caxias do Sul a Porto Alegre. No mesmo dia, 1º de junho, a vila foi elevada à condição de cidade. Naquele ano, Caxias do Sul possuía mais de 32 mil habitantes e 235 indústrias, conforme levantamento realizado pela então Intendência Municipal (BISOL, 2017).

O novo meio de transporte marcou uma nova era para o desenvolvimento do município, proporcionando a exportação dos produtos agropecuários e do vinho, a instalação de edifícios industriais se intensificou, principalmente no entorno da estação férrea. Com a instalação da energia elétrica, em 1913, ficou mais evidente o desenvolvimento da localidade, naquela época, o cultivo da uva e do vinho era a base da economia local, permanecendo assim durante toda a primeira metade do século XX. Tanto que, em 1933, foi realizada a primeira edição da Festa da Uva (que acontece até hoje)⁷⁰, contribuindo para a divulgação da cidade, como uma feira agroindustrial. Já em 1950, na edição daquele ano, a indústria metalúrgica começa a

⁶⁹ Livro que apresenta o lançamento das arrecadações de impostos efetuados sobre indústrias e profissões. Descreve nome, local, função do estabelecimento, valor, multa e observações. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/livro-de-registro-de-imposto-sobre-industrias-e-profissoes-2>.

⁷⁰ Anteriormente, acontecia a Exposição agrícola, industrial e artística, fundada em 1925, por conta das festividades do 50º aniversário da chegada dos imigrantes (BISOL, 2017).

ter uma participação expressiva na festa. Outro fator de grande importância para o desenvolvimento econômico de Caxias do Sul foi a inauguração da estrada BR 116, em 1942, que proporcionou a ligação do município com grandes centros urbanos.

A indústria em Caxias do Sul tem o seu desenvolvimento a partir da implantação e ampliação desses elementos de infraestrutura. Muitos casos existem, pois pequenas unidades artesanais de origem familiar, que inicialmente surgem para suprir as necessidades apenas da localidade até então isoladas, com essas infraestruturas ampliaram-se até empresas fabris.

No mapa da cidade, na década de 1930 (Figura 16), é possível notar o seu desenvolvimento para oeste do primeiro núcleo urbano, em direção aos principais acessos à cidade e, nessa região, foi instalado o Parque Cinquentenário, onde ocorreram as primeiras Festas da Uva.

Figura 16 - Mapa síntese de Caxias do Sul na década de 1930.



Fonte COSTA, 2001, p. 112.

Durante a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1938 e 1945, algumas indústrias da região foram declaradas de interesse militar, e, com isso, essas empresas aumentaram suas produções, por exemplo, podem-se citar as indústrias metalúrgicas Abramo Eberle e Gazola, que forneceram material de guerra para o exército brasileiro, bem como o Lanifício São Pedro, que fornecia tecidos de lã para fardas e cobertores.

Duas publicações do IBGE da década de 1950⁷¹ salientam a importância da indústria caxiense para o estado, destacam que a cultura da uva e a indústria de transformação são suas principais atividades econômicas, sendo um dos principais centros industriais do Rio Grande do Sul que emprega milhares de operários. Por esse dado, Caxias do Sul recebeu os codinomes de Pérola das Colônias e Capital do Planalto.

As indústrias de transformação que mereciam destaque eram as ligadas à agropecuária, como vinho e produtos de origem animal, e as indústrias metalúrgicas e têxteis, destacando-se que existiam 202 estabelecimentos em 1955. Em uma dessas publicações, na de 1959, dá-se ênfase ao fato de Caxias do Sul ser sede da Festa da Uva e Feira Industrial, que é “realizada quadrienalmente com a participação de industrialistas locais e das mais distantes cidades do Brasil” (IBGE, 1959, p. 138).

No início da década de 1950, as fábricas que ocupavam a área central de Caxias do Sul, começaram a ser esvaziadas, pois essa localidade não mais as favorecia, seja pela obsolescência dos seus imóveis, seja pela dificuldade de escoar sua matéria-prima. Assim começa um crescimento rápido e desordenado da cidade, modificando a paisagem urbana. Na ocasião chegou a ser elaborado um Plano Diretor da cidade – legislação para regular o espaço municipal, devido ao adensamento da malha urbana – porém não chegou nem a ser aprovado (BISOL, 2017).

Assim como Pelotas, várias fábricas apresentam-se abandonadas e/ou com diferentes usos, além das muitas que foram sendo esquecidas pela história e desaparecem, quer fisicamente pela destruição, quer pelo esquecimento quando a história da fábrica não está mais associada ao seu imóvel e não se sabe que determinada edificação, em outra época, abrigou uma fábrica.

Devido a essa expansão e às mudanças que estavam ocorrendo no setor, em 1954, foi criada a Delegacia Regional da Indústria Fabril “com o objetivo de intermediar a expansão da indústria com o estado e município, além de solucionar problemas com energia elétrica, telefonia, questões tributárias e auxílio de crédito para produtores e empresários” (BISOL, 2017, p. 74).

A década de 1960 foi marcada pela diminuição da produção de vinho e pelo aumento das metalúrgicas, tanto que, a partir da Festa da Uva de 1960, começaram a ser premiados os melhores vinhos produzidos na cidade como forma de incentivo à

⁷¹ As publicações são a Coleção de Monografias – nº 199: Caxias do Sul / Rio Grande do Sul e Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.

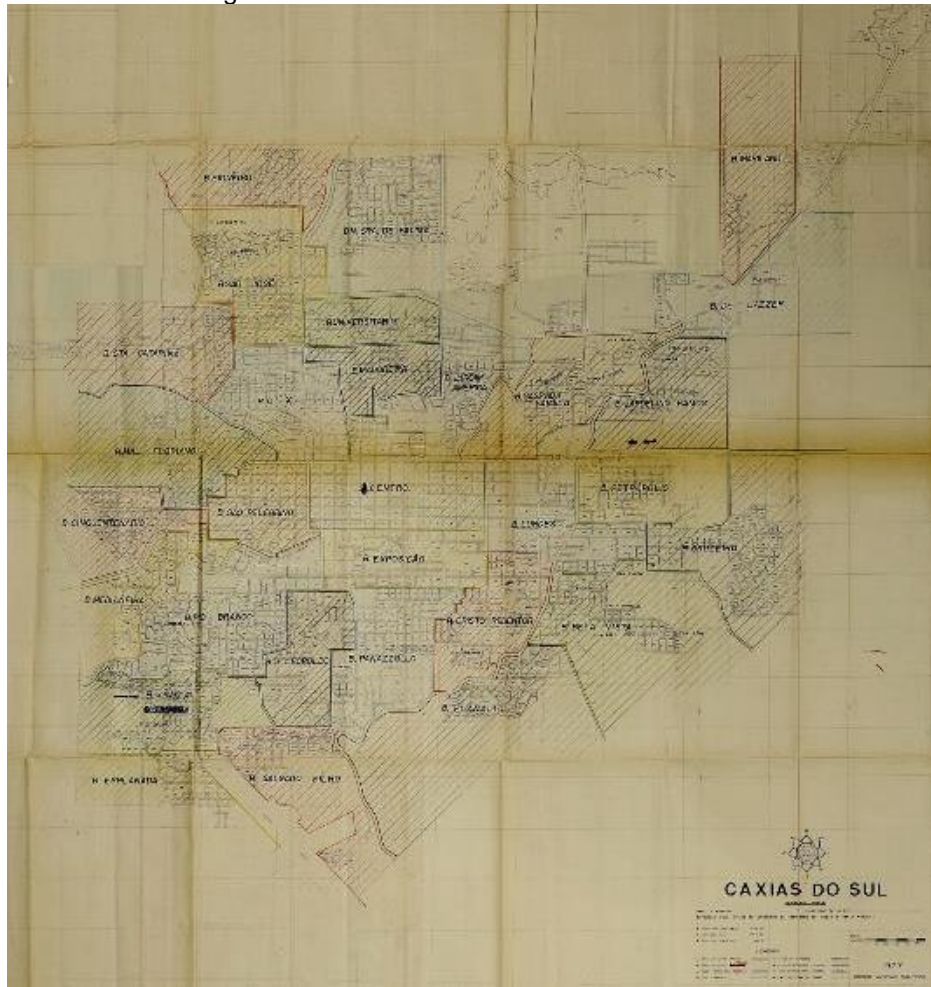
produção, mas, em termos de espaço na festa, essa indústria perdia cada vez mais (BISOL, 2017, p.79). Já em 1964, ocorreu um aumento do parque industrial, com ele, o crescimento de bairros no entorno do parque, sendo necessário ampliar o fornecimento de energia elétrica, que estava ficando escassa. Assim, esse período ficou marcado pelo crescimento industrial e urbano (BISOL, 2017).

Na década seguinte, 1970, foi quando Caxias do Sul começou a se consolidar como polo do setor metal mecânico e também a pensar na preservação dos seus patrimônios culturais, primeiramente para aqueles voltados para a colonização da cidade, com a criação de um museu da imigração no recém-inaugurado parque de exposições, popularmente chamado de Pavilhões da Festa da Uva, e a organização do primeiro fórum sobre memória e imigração. Pouco tempo depois é inaugurado o Museu Ambiente Casa de Pedra e o Arquivo Histórico Municipal (BISOL, 2017). Até que em 1979 é criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), através da Lei nº 2515.

Nessa época é notável o crescimento urbano de Caxias do Sul, como pode ser observado na Figura 17 em comparação à figura anterior. Já na década de 1980, assim como Pelotas, passou por uma recessão, devido ao fim do “milagre brasileiro”. Porém não perdeu muitas posições no ranking dos municípios mais industrializados do estado. No ano de 1980 Caxias do Sul era a segunda cidade mais industrializada do estado, ficando atrás apenas de Porto Alegre, e cinco anos depois estava em terceiro lugar, depois de Porto Alegre e de Novo Hamburgo que assumiu o segundo lugar. Mas após dez anos, em 1995 (Tabela 3 – pág. 42), Caxias já estava novamente em segundo no ranking, permanecendo assim nos anos 2002 até os 2017, último ano com dados disponíveis segundo o Departamento de Economia e Estatística (DEE), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag)⁷²

⁷² Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/dez-municipios-concentram-42-3-do-pib-do-rs-aponta-levantamento-do-dee-seplag#:~:text=Com%20Porto%20Alegre%20na%20lideran%C3%A7a,e%20Santa%20Cruz%20do%20Sul>. Acesso em 31 out. 2020.

Figura 17 – Planta de Caxias do Sul em 1977.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/planta-da-area-urbana-de-caxias-do-sul-2>. Acesso em: 06 ago. 2019.

A industrialização da cidade tanto foi fato marcante na história, que pode se observar em visita ao Museu Municipal de Caxias do Sul, caracterizado como um museu histórico, tem a missão de contar a história da localidade, possui, na sua exposição de longa duração, uma sala dedicada à industrialização, embora seja representada por apenas uma fábrica, a Metalúrgica Abramo Eberle (Figura 18). Além disso, conta com o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, que possui um acervo que apresenta, além de documentos provenientes da administração pública municipal, também acervos provenientes de instituições privadas de atividades econômicas, desde os pequenos artesãos até as grandes indústrias da vitivinicultura e da metalurgia, contendo livros de registro, correspondências, documentos publicitários e outros.

Figura 18 – Sala sobre a industrialização do Museu Municipal de Caxias do Sul.



Fonte: Autora, 2018

Assim como a legislação interfere no sistema econômico e na estrutura urbana, possibilitando e direcionando para a implantação e transferências de espaços fabris para determinados locais, também interfere em como os espaços deixados por fábricas que cessam ou são transferidas vão ser (ou não) valorizados e também como podem ser intervencionados e usados.

Nesse sentido, a legislação voltada para o patrimônio cultural tem diretamente interferência sobre as fábricas e seus entornos, uma vez entendido que são potenciais patrimônios industriais por suas ligações com a história da cidade, já que, em uma cidade como Caxias do Sul, foram primordiais para o crescimento econômico e urbano. Assim, buscou-se o espaço das fábricas na legislação Caxiense. Nesta pesquisa, assim como na realizada em Pelotas, usou-se como ferramenta o site oficial da Secretaria de Cultura da cidade, além da lista de leis e decretos municipais.

Foram encontrados 17 (dezesete) documentos que tratam da questão patrimonial da cidade, desses, 13 (treze) estão na página da Secretária da Cultura⁷³ como principais legislações sobre o tema, os demais foram localizados por intermédio do sistema de busca na legislação do município, usando as palavras-chave patrimônio e patrimônio cultural (Apêndice XIV).

⁷³ <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/dipphac>

Destaca-se que as legislações identificadas atuam de forma ampla para a preservação e divulgação do patrimônio do município, sem indicar nenhuma tipologia ou bem específico, inclusive o patrimônio industrial, porém no Plano Diretor em vigor, como colocado a diante, há a indicação de alguns bens com potencial de patrimônio industrial.

Cada documento foi analisado e serão apresentados a seguir aqueles que se apresentam com maior relevância para o patrimônio industrial.

A primeira lei a ser apresentada é a Lei Orgânica Municipal, de 4 de abril de 1990, que traz como competência do município promover a proteção do patrimônio cultural e apresenta um capítulo da Cultura, que garante:

o acesso ao patrimônio cultural do Município, entendendo-se como tal o patrimônio natural e os bens de natureza material e imaterial, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, incluindo-se entre esses bens:

- a) as formas de expressão;
- b) os modos do fazer, criar e viver;
- c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas;
- d) os documentos, as obras, os prédios e os outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos, ecológicos, as capelas e as localidades de preservação permanente (CAXIAS DO SUL, 1990).

Nesse mesmo documento, determina-se que todos os prédios com mais de cinquenta anos não poderão ser demolidos sem um parecer do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), e serão autorizados apenas aqueles que não tiverem valor histórico, cultural, arquitetônico, religioso, turístico e/ou artístico. Assim como a de Pelotas, a lei também coloca que o Plano Diretor disporá sobre a proteção do patrimônio cultural e quais danos e ameaças terão punição na forma da lei.

A segunda legislação apresentada é O Plano Diretor (PD), que foi instituído pela Lei Complementar nº 290, de 24 de setembro de 2007, sendo o instrumento que regula o uso do espaço urbano e rural de Caxias do Sul para as diversas atividades, com vistas ao desenvolvimento do município e apresenta seus princípios, sendo um deles a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial como recurso a ser usado para o desenvolvimento da cidade, como elementos fundamentais da identidade histórica e cultural do Município e fonte de desenvolvimento de atividades produtivas, estudo e pesquisa (CAXIAS DO SUL, 2007).

Esse documento apresenta os Setores Especiais (SE), são nove áreas em que, devido a suas características, são estabelecidas ordenações específicas. Dos relacionados com o patrimônio industrial, foco da pesquisa, destacam-se três setores: o primeiro setor apresentado é o Setor Especial de Interesse Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico (SIH), que

são áreas formadas por sítios, locais, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural, paisagística e arqueológica, bem como seus respectivos entornos, cuja manutenção seja necessária à preservação de patrimônio histórico-cultural do Município (CAXIAS DO SUL, 2007).

Destacam-se, também, o Setor Especial Sítio Ferroviário, que, como visto anteriormente, é um bem tombado em nível estadual, e o Setor Especial do Centro Histórico, área onde se encontram bens patrimoniais com potencial para patrimônio industrial, que, nas listagens desenvolvidas nesta pesquisa, foram identificados, conforme colocado no texto anteriormente. O Plano Diretor não apresenta descrição desses setores, são apenas indicados em mapas em anexo.

Há também, no Plano Diretor, uma seção destinada à Cultura, a qual apresenta objetivos que vão ao encontro da Lei Orgânica, indicando a elaboração de registro, inventários e tombamentos e a preservação da memória da cidade por intermédio da pesquisa, proteção e restauração do seu patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico. Nessa seção, são indicados os anexos 07 e 13, que relacionam bens culturais. Outra seção versa sobre as Paisagens Notáveis, que são aquelas que possuem valores culturais, históricos, ecológicos e/ou com reconhecimento da sociedade. Essas paisagens são especialmente os setores apontados nos anexos voltados à cultura, os quais serão analisados a seguir.

O primeiro é o Anexo 7, mapa que apresenta os Setores de Interesse histórico, paisagístico e cultural, com 118 setores divididos por localidades. Desses, apenas nove setores, conforme denominação, podem possuir potencial de patrimônio industrial, sendo cinco moinhos, uma vila operária, um lanifício, uma estação férrea e uma cooperativa, conforme tabela a seguir:

Tabela 12 – Setores com potencial para patrimônio industrial presentes no Anexo 7 do Plano Diretor de Caxias do Sul.

Bem Patrimonial	Localidade
Moinho Boca da Serra	Vila Seca
Cascata Molin – Moinho	Vila Seca
Moinho Santa Catarina / Museu	Criúva
Moinho na Sede	Criúva
Moinho	Vila Oliva
Vila Operária	Galópolis
Lanifício São Pedro	Galópolis
Largo da Estação Férrea	Forqueta
Museu da Uva e do Vinho (Cooperativa Forqueta)	Forqueta

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ao analisar esse mapa, percebe-se que todos os bens listados estão em localidades que não são o perímetro urbano da cidade, denominado 1º perímetro, possivelmente por se tratar de espaços com interesses paisagístico, e já que o centro histórico do município é contemplado no anexo 13, que é apresentado a seguir. O mapa analisado é aquele já atualizado pelas alterações oriundas de novas leis instituídas.

O Anexo 13, outro anexo voltado à cultura, foi o documento utilizado para a identificação dos bens com potencial de patrimônio cultural, uma vez que a cidade não possui um inventário disponível⁷⁴. O mapa em questão apresenta os Setores de Interesse Patrimonial e Histórico – Bens culturais e, como já colocado anteriormente, nele, constam 108 bens, sendo que, desses, apenas 13, conforme denominações, podem possuir potencial de patrimônio industrial (Apêndice V).

Para esse anexo, há a Lei Complementar nº 480, de 22 de março de 2015, que o altera, incluindo o complexo arquitetônico da Cooperativa Agrícola de Ana Rech como bem cultural entre os setores de Interesse Patrimonial e Histórico, e, assim, têm-se, ao total, 109 bens culturais. Inicialmente, esse complexo contava com um moinho, que foi parcialmente destruído, permanecendo apenas uma pequena parte, e uma vinícola, de que já não há mais indícios (BASSANESI, 2013). Por esses motivos, não foi incluído na listagem dos bens com potencial de patrimônio industrial, além da sua denominação não apresentar termos que o indiquem como bem fabril.

Cabe destacar que dois desses bens listados, os imóveis da Metalúrgica Abramo Eberle, estão situados no centro histórico e sua trajetória contribui, de forma

⁷⁴ Em visita à Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico (DIPPAHC), setor da Secretaria de Cultura, foi informado que há uma lista de inventário que está sendo revisada, disponível apenas em fichas de papel, e que, até o fim da revisão e trâmites burocráticos necessários para a sua oficialização, não poderão ser acessadas. Entende-se, então, que a cidade está com o inventário em processo.

significativa, para o desenvolvimento urbano e econômico de Caxias do Sul, sendo uma das muitas empresas que era uma unidade artesanal familiar, no caso dela, uma funilaria e se tornou uma indústria metalúrgica de grande porte, com diversas sedes, tendo responsabilidade por a cidade receber o título de segundo maior polo metalmeccânico (<https://caxias.rs.gov.br/cidade>). Significativo lembrar que essa fábrica é representada na exposição de longa duração do Museu Municipal de Caxias do Sul.

O Plano Diretor também determina que algumas leis sejam revistas, uma delas é a Lei nº 136, de 11 de abril de 2001, que institui o Plano Físico Urbano para a sede do Distrito de Vila Cristina, dessa maneira, foi instituída a Lei Complementar nº 498, de 04 de dezembro de 2015, que atualiza o Plano Diretor do Distrito. Esse documento, assim como o Plano Diretor do município, tem por princípio a preservação do patrimônio cultural, assim como sua promoção e recuperação e, igualmente, apresenta áreas de interesse histórico, arquitetônico e cultural, são 18 (dezoito) áreas, dentre elas, tem-se a ruína do Moinho Noll, único bem com potencial de patrimônio industrial. Como essa legislação não fez parte da análise para identificar os patrimônios industriais em potencial de Caxias do Sul, esse moinho não foi contabilizado, porém, de qualquer forma, como é uma ruína, não se encaixa nos parâmetros definidos para essa pesquisa na escolha dos seus objetos.

Outra legislação de grande importância para o patrimônio cultural de Caxias do Sul é a Lei nº 7.495, de 19 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do município. Essa lei determina que patrimônios são aqueles portadores de referência à história, à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade caxiense, incluídos os inscritos no livro tomo e os relacionados nos anexos 7 e 13 do plano diretor, a qual reforça a Lei Orgânica. Além disso, tal lei também reforça que todos os prédios com mais de 50 (cinquenta) anos não podem ser demolidos sem o parecer do COMPAHC, e ainda complementa que aqueles que não obtiverem a licença para demolir do município deverão proceder ao tombamento.

Esse documento orienta os processos de registro dos bens materiais, moveis e imóveis, bens imateriais, e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento dessa lei. Também institui o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC), com a função de captação de fundos para a manutenção das dependências de seus prédios e monumentos, na aquisição de materiais para o desenvolvimento dos programas desenvolvidos pelos diversos setores vinculados ao

Departamento, bem como todas as atividades, objetivos e serviços culturais. Além disso, determina a isenção do imposto predial e territorial de sua competência aos imóveis tombados como incentivo para a conservação do imóvel.

Após análise da legislação de Caxias do Sul, que compete ao patrimônio cultural, verificou-se que o patrimônio industrial não está contemplado nesses documentos. Embora sejam citados bens patrimoniais com potencial de patrimônio industrial, esses são indicados apenas por seus imóveis, sem qualquer menção aos seus valores. Nota-se que Caxias do Sul possui um potencial para a valorização do seu patrimônio industrial, tanto por ser uma cidade que tem, na sua história, a indústria como principal economia e responsável por seu desenvolvimento espacial, quanto por apresentar um número considerável de bens tombados com potencial de patrimônio industrial, como já visto.

2.3 Porto Alegre e suas legislações de patrimônio cultural

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, teve o começo da sua história enquanto cidade marcada pela narrativa da chegada dos 60 (sessenta) casais açorianos, em meados do século XVIII, quase como uma lenda. Os casais vieram cumprir dois objetivos estabelecidos pela coroa brasileira, ocupar os Sete Povos das Missões e plantar trigo, o que exerceram com tanto sucesso que a região ficou coberta de plantações do grão e, no início do século seguinte, exportaram muitas sacas do produto (BUENO e TAITELBAUM, 2009, p. 39).

Alguns anos após a chegada dos casais, em 1772, foi fundada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Após um ano, já se tornara a capital da Capitania e, no ano seguinte, em 1774, a forma que se conhece hoje começa a se compor com a inauguração das praças do Paraíso, da Alfândega e da Matriz. Em 1821, ganhou o status de cidade pelo imperador Dom Pedro II. Naquela mesma década, começou a receber imigrantes de várias partes do mundo, principalmente alemães, italianos, espanhóis e africanos (Prefeitura de Porto Alegre⁷⁵)

Esses imigrantes, com seus conhecimentos (experiência artesanal) e perfil empreendedor, como forma de sobrevivência, começaram, juntos com suas famílias,

⁷⁵ https://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_secao=3

a implantar pequenos estabelecimentos de manufaturas artesanais que, depois, viriam a se tornar empresas fabris. Dentre esses imigrantes, por exemplo, os alemães têm influência direta na industrialização do Rio Grande do Sul, pois se sabe que, em 1874, havia em torno de trinta indústrias dirigidas por esses imigrantes no estado, sendo os principais locais, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e zona colonial (Caxias do Sul e São Leopoldo) (BUENO e TAITELBAUM, 2009). Como expôs Miranda (2003), o primeiro estabelecimento considerado indústria alemã na capital foi o estaleiro Becker, fundado em 1850.

Naquela época, Porto Alegre “começava a se transformar em uma cidade sob forte influência germânica, na arquitetura, nos costumes e, é evidente, na indústria” (BUENO e TAITELBAUM, 2009, p. 41). Um exemplo dessa situação é a Cervejaria Bopp (depois cervejaria Brahma), como será explicado no capítulo seguinte.

A localidade de Porto Alegre contribuiu para a sua industrialização por estar às margens do Guaíba, em que havia vários trapiches e pequenas docas por onde desembarcavam os imigrantes. Esse lugar era o princípio do porto, que foi sendo modernizado e acrescido ao longo de várias décadas. Além de, desde 1806, já possuir uma via junto às margens do lago, chamada Caminho Novo, que era a via de acesso à cidade. O porto era o principal escoadouro da produção colonial, o que proporcionou, ao final do século XIX, fosse o principal local de importação e de exportação gaúcha, mesma época em que a indústria porto-alegrense começou a se desenvolver (MATTAR, 2010). Outro ponto que colaborou para a industrialização, em Porto Alegre, foi a instalação da Linha férrea, com posição estratégica junto ao Guaíba, em 1874, ligando a capital ao interior (MIRANDA, 2003).

Semelhante a Pelotas e Caxias, os estabelecimentos industriais da capital eram de administração familiar, voltados para o mercado da região e, como complementa a arquiteta Miranda:

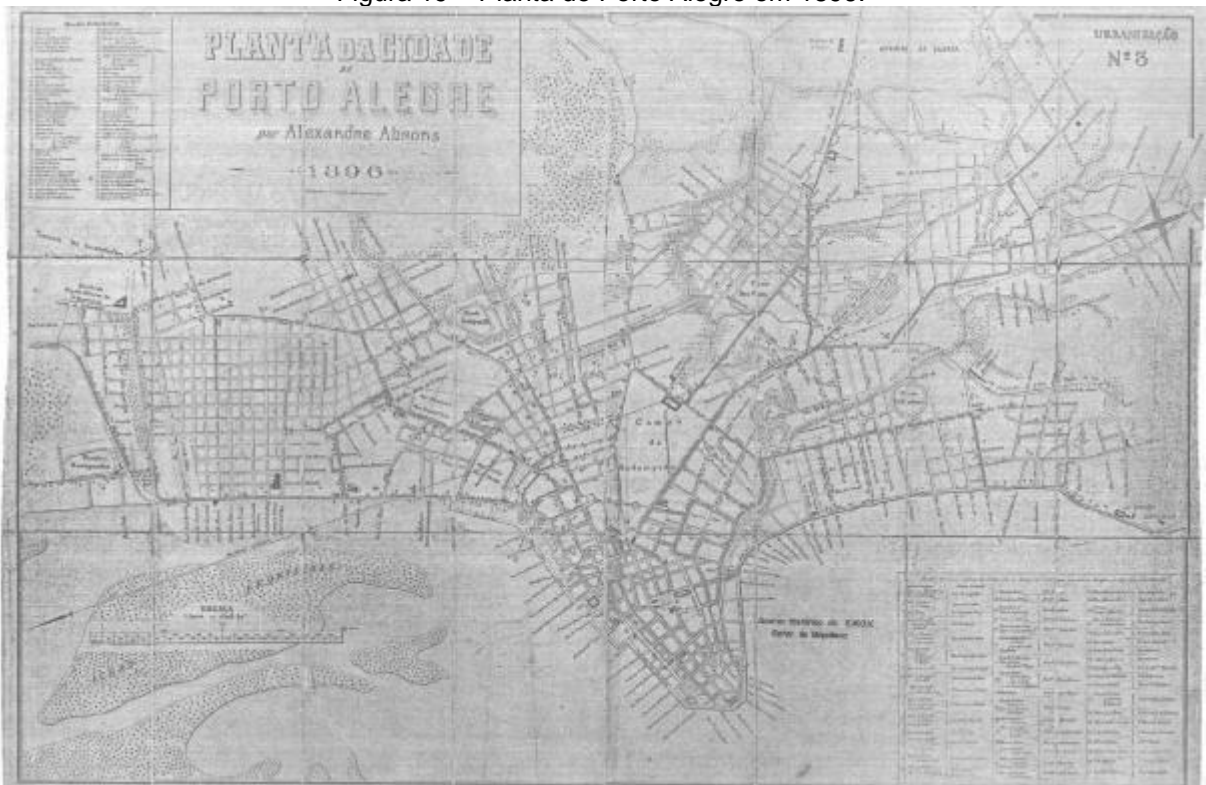
O período inicial de instalação das indústrias na capital corresponde basicamente a uma diversificação de investimentos, quando o comerciante local buscou investir na atividade industrial, setor ainda insignificante na região, dada a sua histórica característica artesanal e agropastoril (MIRANDA, 2003, P. 64).

Essas fábricas foram instaladas no atual Bairro Floresta⁷⁶, adjacente ao centro, primeiro núcleo urbano, lugar onde, ao final do século XIX e início do século

⁷⁶ Atualmente, o bairro Floresta faz parte da região denominada 4ª distrito, junto com os bairros Farrapos, São Geraldo, Navegantes e Humaitá.

XX, instalaram-se grandes fábricas, ficando o local conhecido por “Bairro das Chaminés” (Figura 19). Sabe-se que, em 1894, existiam 28 estabelecimentos considerados fábricas nas duas principais vias do bairro (atuais Voluntários da Pátria e Cristóvão Colombo), e, em dois anos, esse número chegou a 35. Naquela época, já funcionava o bonde por tração animal, instalado na década de 1870, ligando o bairro floresta ao centro, todavia, apenas em 1906, essas vias receberam calçamento (THIESEN, 2005, p. 36 e 37).

Figura 19 – Planta de Porto Alegre em 1896.



Fonte: <https://telecerveja.blogspot.com/2015/09/primordios-da-cerveja-porto-alegrense.html?m=1>.
Acesso em: 06 ago. 2019.

Um fato importante para a industrialização de Porto Alegre foi “a dragagem do canal que dava acesso ao porto e os aterros na margem deu lugar à atual área portuária, que permitia a atracação de navios de longo curso, cais de cabotagem e armazéns” (MIRANDA, 2013, p, 136), ação implementada entre 1913 e 1920, fato que deve ter contribuído para que, na década de 1920, a capital se tornasse liderança industrial do estado.

Conforme o mapa ilustrado a seguir (Figura 20), pode-se perceber o crescimento de Porto Alegre ao longo das margens do Guaíba.

Devido ao aumento de postos de trabalhos nas fábricas, o entorno desses estabelecimentos começou a ser rodeado de residências para os trabalhadores, possibilitando que se organizassem em agremiações, como a Federação Operária do Rio Grande do Sul e a Liga de Defesa Popular, que organizavam manifestações entre os anos 1917 e 1919, culminando em greves contra os baixos salários. Essas instituições reforçaram “no contexto da cidade e de sua população, a caracterização destes como bairros industriais e operários” (MIRANDA, 2013, p. 156).

Na década seguinte (1930), ainda com dificuldade nas importações e, em 1933, com a proibição da importação de maquinários, alguns estabelecimentos fabris, como alternativa para esse cenário, construíram oficinas para fabricação de seus maquinários, ou, como no caso da Cervejaria Continental, que construiu uma maltaria para não depender da cevada maltada que antes era importada (MIRANDA, 2003, p. 113).

Na mesma época, o atual bairro Navegantes, que faz parte do 4º Distrito junto com o bairro Floresta, começou a se desenvolver também como uma zona industrial, embora tenha, desde 1893, em funcionamento a Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci), uma das principais indústrias de Porto Alegre desde sua fundação e nas primeiras décadas do século XX.

Durante a Segunda grande Guerra (1939 a 1945), as indústrias da capital chegaram ao 3º lugar no país, ficando atrás de Rio de Janeiro e São Paulo, devido, principalmente, às fábricas com produção alimentícia, às têxteis e às metalúrgicas (MATTAR, 2010).

No ano de 1941, ocorreu uma grande cheia no Guaíba, que ocasionou muitos prejuízos no 4º Distrito (Figura 21), o que já havia acontecido em outros anos; dessa vez, porém, apressou as decisões quanto às soluções pelas autoridades competentes, havendo, assim, a construção de um dique de contenção no Guaíba e a retificação e canalização do Arroio Dilúvio⁷⁷, que demoraram mais de 20 anos para serem concluídas. Essas obras reconfiguraram a localidade, mudando as relações das fábricas com a água que ali havia e que utilizavam nas suas produções. Apesar disso, alguns estabelecimentos continuaram suas atividades, pois possuíam infraestrutura, mão de obra disponível, acessibilidade ao centro, entre outras vantagens (MIRANDA, 2013).

⁷⁷ O Arroio Dilúvio é um córrego de Porto Alegre que nasce na Lomba do Pinheiro, Zona Leste da cidade, recebe vários afluentes e deságua no Guaíba.

Figura 21 - Planta da cidade e a marcação das áreas atingidas pela enchente de 1941.



Fonte: MIRANDA, 2013, P. 132.

No início da década de 1950, o crescimento da zona industrial continuou. Com isso, os operários começaram a se instalar nas redondezas do 4º distrito, como o exemplo do bairro vizinho, Passo d'Areia, que chegou a ser nomeado de Vila dos Industriários, oferecendo infraestrutura e transporte e considerado um “exemplo da intervenção pública no processo de produção de habitação social em Porto Alegre” (MIRANDA, 2013, p. 250). Indo, dessa maneira, na mesma direção do resto do país, que passava por uma crescente urbanização.

Durante o fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve esforços do governo do estado no intuito de atrair indústrias para Porto Alegre e a consolidação dessas, devido ao decréscimo econômico que o estado começou a enfrentar e a problemas com a produção de energia, que já não suportava a demanda existente. Com isso, foram feitos dois planos econômicos e de infraestrutura para o município, o Delta do Jacuí: Plano Piloto, de 1957, e a Cidade industrial de Porto Alegre: Plano de Urbanização, de 1961 (MIRANDA, 2013).

Na década de 1970, o 4º Distrito começou processo de esvaziamento das suas fábricas, quando algumas encerram suas atividades e outras se mudaram para outras cidades, principalmente para a região metropolitana, em busca de expansão e

modernização do espaço fabril, baixos custos e mão de obra que já não estava mais tão presente no bairro. Esse último fator impulsionado, no final da década, muito pela implementação do plano Diretor de 1979, que determinava que aquela área seria exclusivamente industrial, como uma forma de manter as fábricas no local, mas acabou provocando êxodo dos seus moradores (ZOTTIS e LUNKES, 2017, p. 30).

Cabe destacar que embora a região do 4º distrito tenha passado por diversas transformações urbanas, isso não interferiu na questão da industrialização da cidade, Porto Alegre sempre se manteve na liderança no ranking das cidades mais industrializadas do Rio Grande do Sul, segundo os dados do Departamento de Economia e Estatística (DEE), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag)⁷⁸.

A partir de então do fim dos anos 1970, tem-se uma área de muitos imóveis desocupados, principalmente das fábricas; o bairro ficou, por conseguinte, em abandono e degradação e, só após aproximadamente três décadas, nos anos 2000, começou a aparecer a vontade de revitalização dessa localidade, desde o setor imobiliário, acadêmico e poder público municipal, responsável pelas instituições de legislações para tal fim (ZOTTIS e LUNKES, 2017). A referida legislação é a Lei Complementar nº 646, de 2010, que alterou o Plano Diretor em vigência (Lei Complementar nº 434/1999), a qual previa a revitalização do 4º Distrito com estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da cidade.

Essa região também é incluída nas legislações de proteção dos seus bens culturais de Porto Alegre. Não são as legislações específicas para o 4º Distrito, e, sim, as legislações sobre o patrimônio cultural da cidade de modo geral, que acabam por citar a mencionada região.

Para essa análise, percorreu-se o mesmo caminho metodológico das outras cidades, fez-se uma busca no site oficial da Secretária da Cultura do município e também na lista de leis e decretos municipais. Para tal, buscou-se pelas palavras-chaves patrimônio e patrimônio cultural, com a finalidade de encontrar, nessas legislações, os bens do legado da industrialização de Porto Alegre.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/dez-municipios-concentram-42-3-do-pib-do-rs-aponta-levantamento-do-dee-seplag#:~:text=Com%20Porto%20Alegre%20na%20lideran%C3%A7a,e%20Santa%20Cruz%20do%20Sul>. Acesso em 31 out. 2020.

Na página oficial da Secretária de Cultura, estão indicados quatro documentos pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) que legislam sobre os bens culturais do município. Após busca na listagem das legislações da cidade, foram encontrados mais três documentos que agem sobre o patrimônio cultural de Porto Alegre (Apêndice XV). Aquelas legislações de maior relevância quanto ao patrimônio industrial são analisadas a seguir.

O primeiro documento analisado é a Lei Complementar Nº 275, de 1992, conhecida como Lei do Tombamento, dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural de Porto Alegre, além de prever incentivos ao tombamento.

Os processos de tombamento são elaborados ou enviados para a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), após, encaminhados ao Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) para manifestação e, posteriormente, para homologação do Prefeito, quando são inscritos no Livro do Tombo e, assim, passam a integrar o Patrimônio Cultural de Porto Alegre.

Essa lei foi precedida por legislações da década de 1970, hoje revogadas, em que, primeiramente, previu-se a isenção do imposto predial e territorial urbano (IPTU) para imóveis com valor histórico e cultural; outra dava o direito à restituição dos impostos municipais ao contribuinte que comprovasse a aplicação do respectivo valor com despesas de conservação ou restauração de imóvel pertencente ao patrimônio cultural da cidade. Por fim, a primeira legislação de Porto Alegre, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural por meio do tombamento.

O Plano Diretor, indicado na página da Secretaria Municipal da Cultura, indica que os bens os quais integram o patrimônio cultural são:

imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e áreas remanescentes de quilombos e comunidades indígenas –, paisagens, bens arqueológicos – históricos e pré-históricos –, bem como manifestações culturais – tradições, práticas e referências, denominados bens intangíveis, que conferem identidade a esses espaços (PORTO ALEGRE, 1999).

Cabe destacar que essa definição foi determinada pela Lei Complementar 646, de 2010, que alterou o Plano Diretor, mas manteve que “as edificações que integram o Patrimônio Cultural são identificadas como Tombadas e Inventariadas” (PORTO ALEGRE, 1999).

Ainda nesse documento, divide-se o município em macrozonas, entre elas, a Macrozona 1, que engloba o Centro Histórico, área em que começou o desenvolvimento urbano da cidade, que tem o incentivo de proteção ao patrimônio

cultural. Única zona, das nove apresentadas, na qual aparece essa particularidade sobre os bens culturais.

O Centro Histórico também aparece como um dos sete elementos estruturadores do modelo espacial da cidade, por ser:

a área de urbanização mais antiga do território do Município, com limites entre o lago Guaíba e o contorno da I Perimetral, desenvolvendo-se como um espaço de diversidade comercial, que contém equipamentos públicos e privados, instituições financeiras, parte da área portuária e concentração de áreas e bens de interesse cultural (PORTO ALEGRE, 1999).

Outro elemento estruturador é o chamado Corredor de Urbanidade, composto pelos bairros Cidade Baixa, Bom Fim, Independência e Navegantes, que se aproximam por terem vias estruturadoras e se diferenciam pela presença do Patrimônio Cultural. Lembrando-se que o bairro Navegantes faz parte do 4º Distrito, área em que a industrialização marcou o desenvolvimento.

Outra divisão territorial determinada pelo Plano Diretor são as Zonas de Uso, que são parcelas do solo com as mesmas características, que devem ser estimuladas em categorias, sendo que uma delas é das áreas de Interesse Cultural, as quais possuem bens do patrimônio representativo da história da cidade.

Assim como em Caxias do Sul, Porto Alegre também prevê a transferência do potencial construtivo dos imóveis tombados ou inventariados para outras regiões da cidade, mas, diferentemente, em Porto Alegre, essa determinação está no Plano Diretor, e, não, em legislação específica, como em Caxias do Sul.

O Plano Diretor também prevê o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), assim como outras áreas, nas paisagens urbanas e nos patrimônios naturais e culturais, para empreendimentos e as atividades que queiram se instalar nessas áreas. Assim, são analisados por órgãos competentes os potenciais efeitos positivos e negativos que possam gerar na qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, deliberando, assim, sobre a licença de instalação. Do mesmo modo, o Plano Diretor determina que, mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, pode ser alterado o recuo para ajardinamento quando o terreno apresentar um patrimônio cultural que deva ser preservado.

Também merecem atenção as áreas de revitalização apresentadas nesse documento, onde, novamente, cita-se o Centro Histórico. Destaca-se, também, a Lei complementar 646, de 2010, que acrescenta ao Plano Diretor a área do 4º Distrito.

Observa-se que há, brevemente, características de cada área, sem especificações diretas quanto ao patrimônio cultural.

O ponto de maior relevância nesse documento sobre o patrimônio cultural é a subseção que trata, especificamente, das áreas de interesse cultural, definidas como

áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e que devem ser analisadas, visando a sua preservação no quadro da sustentabilidade urbana e ao resgate da memória cultural por meio da revitalização, restauração e potencialização das áreas significativas, por meio de flexibilização e fomento pelo Poder Público (PORTO ALEGRE, 1999).

Há, ainda, Áreas de Ambiência Cultural, definidas como “áreas que, por apresentarem peculiaridades ambientais e culturais, devem ser preservadas, podendo também constituir transição entre as Áreas de Interesse Cultural e os demais setores da Cidade” (PORTO ALEGRE, 1999).

Essas áreas são apresentadas pelo Anexo 3 da Lei Complementar 646/2010, que institui a divisão em 134 áreas, sendo que cada área possui a sua determinação (interesse ou ambiência), uma denominação e informações sobre regime urbanístico⁷⁹, não havendo qualquer descrição dessas áreas, que são edificações, vias, praças, entre outras. Analisando a denominação dessas áreas, encontram-se nove áreas cujas denominações podem apresentar potencialidade de patrimônio industrial. Essa identificação só foi possível devido à análise anterior da lista dos bens tombados em Porto Alegre e da lista do Inventário do Patrimônio Cultural, pois os bens encontrados nesse anexo também são contemplados nessas listas.

As denominações encontradas são: a Usina do Gasômetro em duas áreas (3.3 e 3.4), que são de interesse cultural, a primeira abrange todo o seu complexo e a segunda é o seu entorno imediato; a Neugebauer (3.35) como área de interesse cultural, esse mapa abrange o entorno da edificação, porém o quarteirão onde o espaço fabril está situado não está contemplado; a Fiateci também em duas áreas (3.36 e 3.37), a primeira área é de ambiência e demarcação da zona vizinha ao antigo espaço fabril, a segunda é uma área de interesse e sua demarcação corresponde, exatamente, ao lote da antiga fábrica; a Cervejaria Brahma em três áreas (3.64, 3.65 e 3.66), sendo uma área de interesse que abrange o lote da antiga cervejaria e o entorno imediato, já os outros dois são áreas do entorno e são caracterizados como

⁷⁹ O regime urbanístico é definido em função das normas relativas à densificação, atividades, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo, previsto pelo Plano diretor.

áreas de ambiência. Por fim, a Hidráulica Moinhos de Ventos (3.70), uma área de interesse cultural, que abrange apenas o seu próprio lote.

Nesse ponto, igualmente determina que a publicidade nos imóveis que fazem parte do patrimônio cultural tenha legislações específicas, porém não apresenta informações complementares.

Além de todas as determinações expostas, faz algumas considerações quanto ao Inventário do Patrimônio Cultural, que deveria ser elaborado em um prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da publicação do documento, necessitando serem observados valor histórico, arqueológico, excepcionalidade, representatividade, referência arquitetônica, simbólico, além das práticas culturais, tradições, heranças e as relações físicas e culturais com o entorno.

Quanto ao Inventário do Patrimônio Cultural, foi decretada a Lei Complementar 601, de 2008, denominada Lei do Inventário, atendendo à Lei Orgânica e ao Plano Diretor, que determinavam sua elaboração. Atenda-se que em torno de oito anos após a promulgação do Plano Diretor. O documento determina que seja implementado, por meio de uma listagem dos imóveis, contendo características que o identificam enquanto patrimônio, e indicando a sua classificação.

Os bens inventariados são classificados como de Estruturação ou de Compatibilização. De Estruturação são aqueles bens que, individualmente, ou integrando conjuntos, constituem-se em elementos significativos ou representativos para a preservação da paisagem cultural do município, assim, devem ser preservados e não podem ser destruídos ou descaracterizados. Os bens de Compatibilização são aqueles que as características volumétricas compõem o entorno e a ambiência dos bens de estruturação e devem ser preservados para que novos elementos não obstruam ou reduzam a visibilidade, harmonizando-se com o entorno imediato.

Essa legislação, que regia o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis, foi revogada em janeiro de 2018 pela Lei Complementar nº 829, sendo encaminhado em junho do mesmo ano um projeto de lei que estabelece novas regras para o inventário e foi aprovado em 2019, no mês de maio. A nova lei não torna inválida a proteção dos imóveis determinada anteriormente, mas prevê que haja uma redução desses imóveis, pois é considerado um número muito alto pela atual gestão municipal, uma vez que, atualmente, a lista conta com mais de 5.500 imóveis.

A lista do inventário do patrimônio cultural de Porto Alegre está acessível na página da Secretária de Cultura do município em forma de tabela, onde consta

endereço, classificação (compatibilização ou estruturação), denominação e observações.

Em março de 1988, foi promulgado o Decreto nº 9125, que cria a “Memória Carris”, com o objetivo de “reunir, conservar, restaurar e divulgar o acervo de peças, documentos, fotografias e outros itens de interesse histórico da Companhia Carris Porto-Alegrense” (PORTO ALEGRE, 1988). A Carris é a empresa de transporte coletivo mais antiga em atividade no país, atuando, desde 1872, inicialmente, com bondes de tração animal, depois, em 1908, com bondes elétricos, desativados em 1970. Nas localidades onde não havia trilhos para bonde, a partir de 1928, a empresa começou a oferecer o serviço de ônibus, com o qual trabalha até hoje. A Memória Carris foi inaugurada em uma sala da sede da empresa, como determinava a lei, no ano seguinte à sua publicação.

Pelo perfil da empresa, transporte público, pode-se atribuir potencial de patrimônio industrial, embora não haja referência a algum bem imóvel, como a sede, por exemplo, mas há bens móveis como citado na lei e até mesmo um bonde, que, hoje, encontra-se na frente da empresa, onde funciona o setor de atendimento aos clientes.

A partir do levantamento feito na legislação de Porto Alegre sobre o seu patrimônio cultural, percebe-se que o patrimônio industrial não possui destaque, mesmo que a história da cidade esteja ligada à industrialização. Têm-se apenas, no Plano Diretor, algumas indicações de potenciais patrimônios industriais, que só são perceptíveis após um conhecimento sobre os imóveis, como já foi dito.

Das três cidades que tiveram analisado o seu patrimônio cultural institucionalizado, percebe-se que, em Porto Alegre, os bens que podem ser enquadrados como patrimônio industrial estão em minoria, levando em consideração o número de indústrias na cidade e o número de bens patrimonializados.

Considerando os números analisados no item 1.2 do Capítulo 1 referentes aos bens institucionalizados e quantos desses, por sua nomenclatura, podem ser considerados patrimônios industriais, Porto Alegre apresenta menos de 0,5% dos bens inventariados com essa potencialidade, sendo que, conforme a Tabela 2, a cidade, por aproximadamente três décadas, possuía mais que o dobro de estabelecimentos fabris do que as outras cidades analisadas. Com isso, percebe-se que a sua história fabril realmente não é contemplada pelas legislações do patrimônio cultural do município.

Embora Pelotas e Caxias do Sul também apresentem esse indício, é possível, na sua legislação, perceber, mesmo que de forma tímida, essas antigas fábricas. Pelotas, com seu Plano Diretor, de maneira implícita, possui a intenção de preservar o seu legado fabril, o que, em Caxias, na legislação, é menos aparente, mas, como no seu discurso da história da cidade, a industrialização é um ponto primordial, acaba por reverberar na questão preservacionista.

As três cidades possuem, em seus patrimônios, exemplares muito significativos da sua industrialização que remetem, também, à história da cidade e da sua urbanização, como apresentado no capítulo seguinte.

Capítulo 3

Os Bens fabris patrimonializados

Neste capítulo, serão apresentados os objetos de estudo, lembrando que são patrimônios fabris, então, para cada um, será apresentado um breve histórico da instituição, desde sua fundação até os dias atuais, focando no imóvel, uma vez que é o patrimônio institucionalizado, expondo o seu processo de patrimonialização, as possíveis intervenções que tenha sofrido, seus atuais usos, e se há outros bens referentes a essa instituição, principalmente imóveis, em caso positivo, qual a situação dessas edificações.

Importante reforçar que as escolhas desses objetos se deram a partir do levantamento realizado, que está detalhado no item 1.2 do Capítulo 1, sendo que esses espaços fabris patrimonializados foram localizados e possuem alguma semelhança com a Laneira Brasileira S.A., objeto inicial dessa pesquisa. Esses espaços fabris são todos de indústrias de transformação, não estão localizados em zonas industriais, mas, sim, em espaços urbanos, dividindo-o com diferentes edificações e atividades, e, principalmente, que, atualmente, estão sendo utilizadas. (Apêndice XVI).

3.1 Lanifício São Pedro – Caxias do Sul

Foi na então localidade conhecida pelo nome de Vale del Profundo, por estar localizada entre morros, em Caxias do Sul, que iniciou a história do Lanifício São Pedro: quando uma pequena tecelagem foi fundada, em 1894, e inaugurada, em 1898, por imigrantes italianos que viram na região potencial para tal indústria. Alguns desses imigrantes tinham sido operários de um grande lanifício na Itália⁸⁰, o Lanifício Rossi; possuíam, portanto, conhecimento sobre tecelagens. Assim, sob a forma de cooperativa, fundaram o Lanifício Sociedade de Tecidos Tevere, em um pequeno barracão próximo ao Arroio Pinhal, já que a água era essencial para a produção de energia para o funcionamento dos teares, os quais foram comprados por dois

⁸⁰ Segundo Herédia (1997), esses operários foram expulsos do Lanifício Rossi por participarem de um protesto contra a redução de salários que estava ocorrendo, o que desencadeou a ida deles para Caxias do Sul, além de muitos outros que se espalharam pelo Brasil.

imigrantes enviados à Itália para adquiri-los de uma tecelagem que havia falido. A proximidade com o canal, além da energia, contribuía na lavagem e tinturaria da matéria-prima, a lã, comprada em Porto Alegre. Sua produção, principalmente de tecidos de lã e alguns produtos, como xales, eram vendidos na própria fábrica e comercializados na sede, Caxias do Sul, ou em outras localidades dos arredores (BUENO, 2012).

No ano de 1903, começaram a aparecer dificuldades, como as baixas vendas e os estoques cheios e, como forma de contribuir para o aumento das vendas, o jornal O Cosmopolita começou a divulgar as mercadorias da tecelagem, foi quando Hércules Galló, então trabalhando em Porto Alegre, conheceu o empreendimento.

Hércules Galló era um imigrante italiano de algumas posses, que veio para o Brasil com a herança que recebeu pela venda do lanifício do seu pai, que havia falecido. Por ter trabalhado na empresa do pai e estudado em escola italiana, que ensinava artes e técnicas industriais, como mecânicas, químicas, têxteis e outras, quando chegou ao Rio de Janeiro trabalhou em um cotonifício, logo passou a trabalhar como químico tintureiro em outra empresa, na mesma cidade (BUENO, 201). Depois, no mesmo cargo, na Fiação de Tecidos Porto-alegrense (Fiateci), em Porto Alegre. Então, conheceu a tecelagem do Vale del Profundo, resolveu se mudar para a localidade e, com suas economias, comprou parte do empreendimento em 1904, renomeou-a para Companhia de Tecidos de lã e construiu sua primeira casa na localidade. Após 4 anos, em 1908, com os negócios funcionando perfeitamente, adquiri o restante da cooperativa e constrói a sua segunda casa, bem maior que a primeira. Embora no mesmo terreno, a sua localização era estratégica, agora conseguia observar toda a vila, mas, principalmente, sua fábrica. (ERLO, 2019).

Em 1910, mesmo ano da chegada da ferrovia em Caxias do Sul, a empresa foi considerada uma das dez maiores indústrias têxteis do estado, ao lado de empresas mais antigas e com localizações privilegiadas, como a Fiateci, onde o Galló chegou a trabalhar (BUENO; TAITELBAUM, 2009). Com a facilidade da estrada de ferro, proporcionando maior facilidade para a escoação da produção, a fábrica só continuou a crescer, o que a levou, em 1912, a firmar sociedade com a firma Chaves & Almeida, passando o lanifício a se chamar Lanifício Chaves Irmãos e Cia embora tenha ficado conhecido comercialmente por Lanifício São Pedro.

Essa nova fase, o espaço fabril também passou por reformulações, passou a contar com um maior número e mais modernos teares, um gerador alemão e com uma

turbina hidrelétrica suíça, que era suficiente para o fornecimento de energia para toda a localidade (BUENO 2012). Outro fato muito importante ocorrido, ainda em 1912, foi a construção da vila operaria. Composta casas de madeiras para abrigar os operários, eram alugadas, permitindo que a mão de obra permanecesse no local, tendo em vista que havia muitas dificuldades de deslocamento até lá, pela distância da sede do município com estradas praticamente intransitáveis e déficit de transporte coletivo (HERÉDIA, 1997).

Pelo mesmo motivo, distância e dificuldades de deslocamentos, em 1914, a localidade foi oficialmente criada como 5º distrito do município, facilitando para a população, que não precisaria ir até a sede para atos da vida civil. Nessa mesma oportunidade, o local passou a se chamar Galópolis em homenagem ao empresário Hércules Galló. Esse isolamento contribuía para que a fábrica (Figura 22) empregasse vários integrantes da mesma família, e os ofícios eram ensinados de geração em geração (BUENO, 2012).

Figura 22 – Vista do Lanifício São Pedro em 1917.



Fonte: BUENO, 2012, p. 31.

Surpreendendo, em fevereiro de 1921, Galló deixou a empresa com a intenção de fundar um novo lanifício na mesma localidade, mas, devido à sua morte apenas três meses após sua saída, não pôde realizar seus planos. Sendo assim, a administração passou a ser apenas da família Chaves Barcelos, que, em 1928,

comprou as ações da família Galló e tornou-se a única proprietária do Lanifício, formando a Companhia Lanifício São Pedro S.A (BUENO 2012).

Durante a década de 1930, a gestão da fábrica foi marcada por um desenvolvimento social, com reflexos no bairro. Nessa época foi fundada a Cooperativa de Consumo, devido à localização da vila distante da sede urbana, sem fins lucrativos, a cooperativa funcionava como um intermediário comerciante, barateando os produtos e garantindo aos operários preço de custo. Também se consolidaram o Círculo de Leitura, que mais tarde viria a ser o Círculo Operário Ismael Chaves Barcelos; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário; o Colégio Chaves & Irmãos; o Ambulatório e a Farmácia; a cancha de Bochas e a Escola Particular Dona Manuela Chaves (HERÉDIA, 1997, p. 8). Sem contar na construção das casas geminadas de alvenaria para a vila operária no centro do distrito, que, atualmente, são patrimônio de Caxias do Sul, como visto anteriormente.

Já na década de 1940, criou-se o Sindicato dos Mestres, Contramestres e Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Galópolis, o mais antigo sindicato distrital do Brasil, que se caracterizava por uma política conciliadora, atrelado à administração da fábrica e desempenhando um papel importante na expansão da vila operária. Outro ponto importante para a localidade foi a construção da Rodovia Federal Getúlio Vargas, atual BR 116. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o lanifício foi uma das empresas consideradas como de interesse nacional, o que alavancou a produção e também ajudou a comprar novos maquinários, durante um período de proibição das importações, para repor aqueles que haviam queimado em um incêndio em 1945. Essas aquisições modernizaram a fábrica, fortalecendo entre as maiores indústrias têxteis do estado.

Um detalhe importante foi que, mesmo após o incêndio, o trabalho na fábrica não parou, pois, os operários estavam acostumados a reparar os maquinários e a trocar peças, pois as máquinas eram estrangeiras e a espera pela importação podia atrapalhar a produção, por isso a fábrica possuía uma oficina mecânica e os operários detinham tal conhecimento. Com o incêndio, foram capazes, portanto, de reconstruir as máquinas. Também contaram com a ajuda de outras oficinas mecânicas de Caxias do Sul e da Metalúrgica Abramo Eberle, importante fábrica da cidade, que também é analisada neste texto.

Após o término da Segunda Guerra, até o fim dos anos 1970, a empresa se manteve sem enfrentar grandes problemas econômicos, intercalando altos e baixos

da produção. Em 1977, o lanifício tinha 545 funcionários, o que representava, aproximadamente, 42% da população total da localidade, demonstrando a importância da fábrica para Galópolis.

Em 1978, a fábrica enfrentou seu primeiro prejuízo, o que fez a família Chaves Barcellos colocar a empresa à venda e, no ano seguinte, o Grupo Sehbe comprou o lanifício São Pedro e o incorporou ao Lanifício Sehbe, que, “ao adquirir o lanifício promoveu a venda de uma parte do patrimônio, facilitando a venda das moradias da vila operária aos funcionários ou mesmo a venda de lotes urbanos existentes em Galópolis” (HERÉDIA, 1997, p. 16).

Administrando o lanifício até 1999, o Grupo Sehbe enfrentou diversas dificuldades, como quando, por razão dos salários atrasados, os operários pararam de trabalhar em uma greve (FERRI, 2018). Sem conseguir cumprir seus compromissos salariais, o Grupo, em acordo com 40 funcionários (dos 248 empregados na época) que resolveram fundar a Cooperativa Têxtil Galópolis (Cootegal), arrendaram o parque fabril, então a cooperativa assume o controle da empresa e, em apenas um ano, conseguem comprar o espaço fabril, uma vez que o “ano 2000 foi especialmente frio e os tecidos de lã fabricados no Brasil somente na Cootegal e na Fiateci venderam como há muito não vendiam” (BUENO; TAITELBAUM, 2009, p. 57).

A Cootegal (Figura 23) continua em funcionamento e operando no mesmo espaço do Lanifício São Pedro. Hoje, o espaço fabril é patrimônio da cidade de Caxias do Sul, conforme visto, anteriormente, no levantamento dos potenciais patrimônios industriais de Caxias do Sul, pela sua história que se confunde com a da localidade, sendo responsável pelo crescimento e desenvolvimento, até os dias atuais, de Galópolis.

Figura 23 – Vista Aérea de Galópolis com a Cootegal ao centro.



Fonte: BUENO, 2012, p. 2 e 3.

O antigo Lanifício São Pedro não passou por nenhuma grande intervenção em seu espaço fabril de uma única vez; sabe-se, no entanto, que, ao longo dos anos, com o funcionamento da fábrica, foi preciso ir-se adaptando e se modernizando para continuar operando, assim, o espaço foi sendo acrescido de outras edificações até chegar ao que se tem atualmente (Figura 24).

Figura 24 – Vista Parcial da Cootegal (2017).



Fonte: FERRI, 2018, p. 108.

Quanto ao seu uso, como já colocado, embora o espaço tenha sempre funcionado como lanifício, e sempre tendo uso industrial, para esta pesquisa está

sendo considerado que o uso do espaço administrado pela Cootegal configurou um novo uso, uma vez que houve um período sem produção na transição de direção e a cooperativa, quando assumiu o espaço, sofreu mudanças, principalmente nos maquinários, pois alguns eram do tempo do Lanifício São Pedro e foram substituídos por outros mais modernos e eficientes.

Além do espaço fabril, a antiga vila operária (Figura 25), do mesmo modo, é patrimônio da cidade, assim como as antigas residências de Hércules Galló. As duas residências – além de estarem presentes na listagem dos Bens Culturais do Anexo 13 e dos Setores de Interesse Histórico, Paisagístico e Cultural do Anexo 07, ambos do Plano Diretor – também são tombadas em nível municipal, devido à trajetória do antigo proprietário como empresário, que contribuiu para Galópolis e sua breve passagem pela vida política, pois, em 1912, Galló foi nomeado Vice Intendente de Caxias do Sul, chegando a atuar como Intendente por alguns meses devido ao licenciamento do titular do cargo, mas teve de renunciar, em função de seus inúmeros compromissos particulares. Tal cargo, nos dias de hoje, equivale ao de prefeito.

Figura 25 – Vila Operária de Galópolis.



Fonte: BUENO, 2012, p. 67.

Galópolis ainda conta com outras edificações que não possuem nenhum tipo de patrimonialização, as quais narram a história do bairro e do Lanifício São Pedro,

como, por exemplo, a Escola Ismael Chaves Barcelos, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem, além da antiga sede administrativa do Lanifício Sehbe, que foi, anteriormente, sede do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos.

É notável que existam imóveis significativos fazendo parte da história do Lanifício, alguns patrimonializados, principalmente o espaço fabril e a vila operária, que foram destacadas como potenciais de patrimônio industrial da cidade de Caxias do Sul, mas há mais que podem, em conjunto, contribuir para preservar a história e a memória do Lanifício, como será abordado no próximo capítulo.

3.2 Metalúrgica Abramo Eberle (MAESA) – Caxias do Sul

Abramo Eberle foi um imigrante italiano que chegou ao Brasil no final do século XIX, com quatro anos, junto com os irmãos, trazidos pelos pais e fixaram moradia em Caxias do Sul. Com 16 anos, em 1896, comprou de seus pais uma funilaria que era comandada por Luigia, sua mãe, a qual passou um período ensinando a função para o filho. Esse é um marco, segundo bibliografias que apontam esse momento como o início da Metalúrgica Abramo Eberle (BERGAMASCHI, 2005). A então funilaria estava localizada no núcleo urbano em um barracão de madeira e, inicialmente, fazia lamparinas, já que, na época, o município ainda não tinha luz elétrica e também confeccionava materiais para a produção do vinho, muito presente na região, como funis, canecas, alambiques e outros (BUENO; TAITELBAUM, 2009).

O jovem empreendedor logo começou a investir na funilaria com compra de maquinários e viagens, iniciando por Porto Alegre para a compra de matérias-primas e oferecendo os diferentes produtos que produzia. Em 1901, casou-se com Elisa, mesma época em que começou a viajar para São Paulo para expandir suas vendas, assim, enquanto Abramo viajava, Elisa cuidava da funilaria. Já em 1904, Abramo se associou a um italiano que possuía máquinas de ourivesaria e, juntos, fundaram uma metalúrgica, independente da funilaria, e a empresa torna-se Abramo Eberle & Cia. Com os negócios progredindo, em 1907, adquiriu um forno para metais não ferrosos a fim de começar a produção de artigos de montarias, já que, naquela época, cavalos e mulas eram o meio de transporte mais utilizado na localidade (BERGAMASCHI, 2005).

Na década de 1910, os negócios de Abramo tiveram grande desenvolvimento, mesmo durante a Primeira Guerra Mundial, época menos tranquila. Naquele período, ocorreu o nascimento dos seus cinco filhos mais velhos, Caxias do Sul foi promovida à cidade e inaugurou-se a linha férrea. Em 1912, firmou outra sociedade, criando uma empresa dedicada à fabricação de joias, e, em 1917, alterou a razão social da firma “Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle & Cia.” para “Abramo Eberle & Cia.”, formando sociedade com seu irmão Pedro Eberle e mais dois amigos (TISOTT, 2008).

Continuou firmando sociedades na década seguinte, e, em 1920, criou a Eberle, Mosele & Cia., em decorrência da ampliação da loja de ferragens, louças e vidros. No mesmo ano, Abramo e sua esposa, Elisa, e os dois filhos mais velhos viajaram, passando por outros países da América do Sul como Argentina e Uruguai, depois, pela América do Norte, nos Estados Unidos e, por fim, rumaram à Europa, onde visitaram Itália, França e Alemanha (BERGAMASCHI, 2005). A viagem, que durou em torno de dois anos, e teve como objetivo, além de consultas médicas, visitar fábricas e fornecedores, bem como matricular o filho mais velho em uma escola técnica. A empresa, na época, já como indústria metalúrgica, e não mais como a artesanal funilaria, já contava com aproximadamente 250 funcionários e, com o retorno de Abramo, a fábrica sofreu mudanças importantes, como, por exemplo, o surgimento das primeiras preocupações higienistas e a inserção do método de produção taylorista, o qual objetiva que o foco nas tarefas aumente a eficiência das operações fabris (TESSARI, 2013).

Ainda naquela década, o crescimento tornou-se cada vez mais significativo, tanto que foi inaugurada uma filial, em São Paulo, e uma agência no Rio de Janeiro, em 1921, para servirem de ponto de contato com o mercado nacional e, também, internacional. Em 1923, foi instalada uma forjadaria, fabricando lâminas de facas e espadas e, em 1925, iniciou a fabricação de artigos sacros. No ano seguinte, 1926, os filhos José, que retornou da Alemanha após a conclusão do curso técnico, e Júlio, que estudava em São Paulo, passaram a trabalhar na fábrica, que, em 1929, mudou o nome para Grande Fábrica Metalúrgica Abramo Eberle & Cia (BERGAMASCHI, 2005).

Nos anos de 1930, organizou-se o Departamento Esportivo da fábrica, fundando-se, em 1938, o Grêmio Atlético Eberle, que contava com as mais diversas modalidades esportivas, como futebol, basquete, esgrima, pingue-pongue, atletismo

e tênis, propiciando aos funcionários da metalúrgica participar e competir. O grêmio também possuía um departamento cultural que organizava uma Escola de alfabetização, sendo que as aulas eram ministradas, nas dependências da metalúrgica, quatro noites por semana (BERGAMASCHI, 2005). Na mesma época, foi construído um pavilhão de alvenaria no mesmo quarteirão da sede (Figura 26). Nessa construção, havia, na platibanda, uma réplica de uma piteira, marca registrada da Metalúrgica (OLIVEIRA, 2014).

Figura 26 – Metalúrgica Abramo Eberle (2017).



Fonte: Google Maps. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-29.1698101,-51.1772831,3a,90y,300.74h,90.94t/data=!3m6!1e1!3m4!1sCLrTLkV8ahDS-5t1_s-iyQ!2e0!7!113312!8i6656?hl=pt-BR. Acesso em: 30 ago. 2019.

A metalúrgica começou a desenvolver tecnologia própria e a produzir motores elétricos, peças de aço forjado e peças para fogão a gás. Na década de 1940, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial, assim como o Lanifício São Pedro, tornou-se uma empresa de interesse nacional, fornecendo material de guerra para o Exército e para o aparelhamento da Força Expedicionária Brasileira (PESAVENTO, 1985, p. 87).

Na mesma época, fase em que aconteceu a maior expansão na metalúrgica com um grande processo de ampliação e modernização da sua sede principal. O pequeno imóvel de madeira que abrigou a ainda funilaria (Figura 27), juntamente com outras edificações, também de madeira, foram demolidas para dar lugar a um edifício de cinco andares, inaugurado em 1946. Na cobertura do prédio, foi construída uma

réplica da primeira sede de madeira, que acabou sendo desmanchada. Funcionou como fábrica até os anos 1990, quando começou a ser desocupada devido à dificuldade de renovação dos alvarás de funcionamento e da expansão de atividades fabris. Desse modo, foram sendo feitas transferências de setores até sua desocupação total no fim daquela década.

Figura 27 – Funilaria Abramo Eberle (1926) – À Esquerda, a casa onde Abramo iniciou suas atividades e, à direita, já uma expansão, onde funcionava a Ourivesaria e a Funilaria Central de Abramo Eberle e Cia.



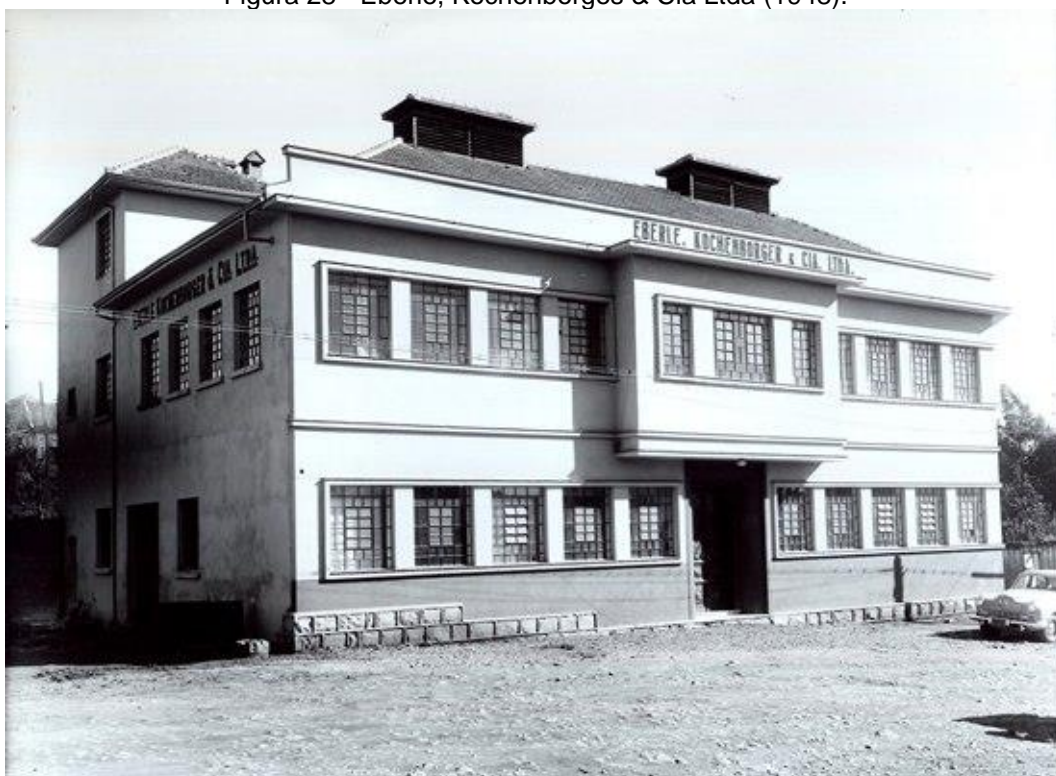
Fonte: TESSARI, 2013, p. 209.

Em 1945, protocolou-se, na prefeitura de Caxias do Sul, um projeto arquitetônico para a construção de um novo espaço para a Metalúrgica, pois a matriz já apresentava saturação de serviços, necessidade de modernizações das práticas tecnológicas e dificuldade de circulação das mercadorias. A zona escolhida foi um bairro afastado da zona central, que estava praticamente desabitado, próximo à rodovia BR116. O novo prédio foi construído em concreto armado, com fachadas revestidas com tijolos aparentes, aberturas simétricas. No seu interior, espaços livres, jardim e ruas de acesso entre os pavilhões, mostrando-se um verdadeiro exemplar da arquitetura industrial de vanguarda da época, seguindo os padrões ingleses. Sua inauguração foi em 1948 com a transferência dos setores de forjaria, fundição, mecânica e motores (COSTA, 2001). No entanto, Abramo nem chegou a desfrutar desses investimentos, pois faleceu em 1945, quando assumiu a empresa o filho mais

velho, José; apenas até 1953, ano em que assumiu o outro filho, João (BUENO; TAITELBAUM, 2009).

Nos anos seguintes, continuaram as reformas e ampliações dos espaços fabris e, em 1948, foi construído outro prédio no centro da cidade para abrigar os setores de fundição e gravação em peças de ouro e prata, era a Eberle, Kochenborges & Cia Ltda (Figura 28). Em 1955, foi inaugurada a ampliação da sede principal da fábrica: a torre com um relógio (Figura 29). No ano de 1966, a empresa abriu o capital, algumas bibliografias atribuem a conflitos familiares que se sucederam desde a morte de Elisa Abramo, esposa de Eberle. No mesmo ano, iniciou-se a construção de outra unidade no parque industrial de São Ciro, também em Caxias do Sul, sendo esse espaço mantido até hoje com atividade fabril sob o nome de Eberle, unidade da atual dona Mundial S/A, que produz, para o mercado têxtil, botões, ilhoses, rebites e fivelas, além de máquinas para a aplicação desses componentes metálicos. A Mundial S/A adquiriu a MAESA em 1994.

Figura 28 - Eberle, Kochenborges & Cia Ltda (1948).



Fonte: OLIVEIRA, 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/files/2014/01/kock.jpg>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Figura 29 – Metalúrgica Abramo Eberle no final dos anos 1960.



Fonte: Pioneiro

Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/files/2014/04/ci2.jpg>. Acesso em 13 ago. 2019.

Quanto à construção inaugurada em 1948, denominada de fábrica dois, atualmente conhecida como MAESA (figura 30), também recebeu reformas e modernizações e, em 1957, começaram processos de expansão. Em 1987, passou por reformas internas e no telhado, reformas que mantiveram sua volumetria original. Também contribuiu para que a sua localidade se desenvolvesse, como era comum nos bairros onde se instalavam espaços fabris, o fato de muitos trabalhadores construírem suas moradias no entorno da fábrica, transformando-o em um bairro típico operário, alterando a paisagem e acarretando a instalação de diferentes serviços.

Figura 30 - Vista aérea da MAESA (2016).



Fonte: Jornal do Comércio

Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_midias/jpg/2016/03/30/eco_40258-466325.jpg.
Acesso em 25/fev/2019.

Ao longo dos anos, o imóvel manteve sua atividade fabril metalúrgica com diferentes proprietários, sendo o último a empresa Mundial, que alugava o prédio para outra empresa, o Grupo Voges. Em 2010, por acordo de dívidas, o bem tornou-se propriedade do Estado até 2014, quando foi doado para a Prefeitura. Devido à indefinição do futuro do imóvel, a União das Associações de Bairros propôs o tombamento da MAESA, em 2011, ao município. Durante quatro anos, o pedido foi analisado pela Secretaria da Cultura e pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, momento em que ocorreram visitas e palestras, ocasionando um envolvimento de toda a comunidade, sendo, assim, tombada, em nível municipal, em junho de 2015. No livro tomo, a justificativa da proteção diz:

A preservação encerra significado material e constitui testemunho de caráter imaterial ali incorporado, enquanto expressão da mentalidade que se forje ao longo do processo de colonização e de evolução da cidade: o de que o trabalho e a perseverança trazem o desenvolvimento e o progresso individual e coletivo. Estes aspectos também se refletem no processo de ocupação do solo e a formação da paisagem urbana. Como polo de mão de obra, atraiu trabalhadores que, nas quadras adjacentes, ergueram suas moradias e construíram um bairro tipicamente operário. Por sua vez, esse aglomerado atraiu novos serviços, transformando o entorno em um cenário único em que a educação, lazer e convivência se harmonizam. A implantação do Colégio Henrique Emílio Meyer para atender os filhos dos operários, contíguo ao Parque Infantil Monteiro Lobato, a capacitação técnica propiciada pela Unidade Nilo Peçanha do Serviço Nacional da Indústria, exemplificam a construção de uma identidade espacial (CAXIAS DO SUL, 2015, p. 54).

A doação do prédio à prefeitura foi feita com o acordo de que ele abrigasse setores públicos e culturais. Com isso, o prédio começou a ser ocupado em 2017,

transferindo-se para um pequeno espaço, a Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria da Cultura e o posto de monitoramento 24 horas da Guarda Municipal. Outra parte do prédio, ocupada pelo Grupo Voges⁸¹, como locatário, foi dado o prazo de desocupação até o segundo semestre de 2018, o que não foi cumprido. Com sua falência decretada em 2019, encerra suas atividades e apenas no ano de 2020 começa a desocupação com alguns leilões.

O projeto de ocupação conta com um programa de necessidades desenvolvido pela Comissão Especial para Análise de Uso do Prédio da Metalúrgica Abramo Eberle S/A – MAESA, formada pela Prefeitura, em 2016, por diversos representantes de diferentes órgãos e entidades, como a Secretaria Municipal do Planejamento, a Universidade de Caxias do Sul (UCS), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a União das Associações de Bairros (UAB), dentre outros. Nesse programa, entre os espaços públicos e culturais, é previsto o Museu do Trabalho que tem o objetivo de preservar a memória da Metalúrgica. Deve se destacar que, no documento que apresenta o projeto, há a preocupação com a memória do espaço e do entorno, como o conceito de uso sugerido:

Transformar o conjunto de prédios da MAESA numa grande área cultural, de convivência e lazer para a comunidade de Caxias do Sul e região, levando em conta todas as condicionantes históricas, urbanísticas, socioambientais e paisagísticas, em função de demandas que fundamentem em uso consistente e realista (CAXIAS DO SUL, 2015, p. 26).

Atualmente uma empresa de arquitetura especializada em “serviços técnicos relativos a patrimônio histórico e cultural” (CAXIAS DO SUL, 2020), selecionada pela prefeitura via licitação em dezembro de 2020, está encarregada, conforme o Edital de concorrência n.º 080-2020, da indicação do potencial e vocações conforme o programa de necessidades já desenvolvido pela comissão da MAESA; zoneamento dos espaços indicados, diretrizes de infraestrutura (elétricas, hidráulicas, lógica, malha urbana e etc.); indicação de tipo e grau de intervenção (conservação/consolidação, retrofit, ou supressão de elementos ou materiais); recomendações e regramentos para as novas edificações ou anexos garantindo manter a unidade e a não descaracterização; e medidas de conservação fim de garantir a integridade do prédio

⁸¹ Grupo Voges compra da Mundial a fundição e, em 2004, a divisão de motores elétricos que permanecem até 2008 com o nome da antiga metalúrgica, só após, passa a ser Grupo Voges. Quanto à propriedade do imóvel, continuou da Mundial até 2010 quando, por acordo de dívidas, entregou-se o prédio para o Estado.

no intervalo de tempo até que se deem todas as obras concluídas. A previsão da entrega desses documentos é abril de 2021 (CAXIAS DO SUL, 2020).

A MAESA é um dos objetos desta pesquisa, o exemplar que apresenta mais semelhanças com a Laneira Brasileira S.A. Além daqueles critérios que nortearam as escolhas desses objetos, os prédios foram construídos na mesma década e com as mesmas escolhas arquitetônicas: vãos livres na planta baixa, fachadas com aberturas simétricas e revestimento em tijolos aparentes.

A sua patrimonialização, como colocado, foi o tombamento em nível municipal e, na sua justificativa, aparecem elementos bem claros, que, ao confrontá-los com a definição de patrimônio industrial da Carta de Sevilha, são valores e bens de um patrimônio fabril, como pode se perceber quando afirmaram que há um patrimônio imaterial presente, que faz parte da evolução do bairro e da cidade, modificando a paisagem, que tornou a sua localidade um bairro operário e, assim, construindo uma identidade. Apesar de todo o seu potencial, não há qualquer referência à sua tipologia de patrimônio, a industrial.

Esse imóvel também possui o potencial de fazer conjunto com, pelo menos, mais três prédios, que podem, juntos, contribuir para a história e a memória da metalúrgica e de Caxias do Sul, sendo um deles, obviamente, a primeira sede da fábrica, localizada no centro da cidade e, da mesma forma, tombada em nível municipal, em 2006, com potencial de patrimônio industrial. Também não há qualquer referência a essa tipologia no livro tomo e a sua justificativa está muito voltada para a questão histórica da metalúrgica, muito associada ao seu empreendedor e à sua arquitetura. Quanto aos demais valores, apenas a paisagem aparece de forma singela, como pode se observar no seguinte trecho:

Os prédios que compõe o conjunto, em destaque para o que possui fachada para a rua Sinimbu, juntamente com alguns elementos, como o relógio e a réplica do prédio da funilaria, são elementos integrantes da paisagem urbana, da história e da identidade de Caxias do Sul (CAXIAS DO SUL, 2006, fls. 029.).

Outro imóvel tombado pelo município, que pode fazer parte desse conjunto, é a Residência de Abramo Eberle, moradia do fundador da metalúrgica, construída em 1938 e tombada em 2006, localizada a poucos metros da primeira sede da fábrica, que, segundo o jornalista Oliveira (2013),

o casarão de quatro pavimentos, [...], mantém tudo aquilo que representou a ascensão social, econômica e política da família Eberle. Vitrais executados em São Paulo, portas internas com detalhes em cristal, fachadas ornamentadas com frisos, volutas e medalhões em relevo, além da inicial A

(de Abramo) em destaque no acesso principal, atestam uma suntuosidade preservada até hoje (OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Além dos citados, pode-se mencionar o prédio que abrigou a Eberle, Kochenborges & Cia Ltda, que está na listagem de bens dos Setores de Interesse Patrimonial e Histórico do anexo 13 do Plano Diretor de Caxias do Sul. Essa edificação não aparece na listagem dos potenciais patrimônios industriais da cidade, pois, na sua denominação, não há qualquer termo que indique que ali funcionou um espaço fabril.

Percebe-se que a Metalúrgica Abramo Eberle possui um potencial de patrimônio industrial muito significativo, pois os seus valores são reconhecidos, mesmo não sendo enquadrada nessa tipologia, e sua história vai além das localidades onde os espaços fabris foram construídos e atinge todo o município. Esse conjunto de edificações e demais bens que serão analisados no próximo capítulo podem, em conjunto, contribuir para preservar a história e a memória da Metalúrgica, dos seus bairros e da cidade.

3.3 Cervejaria Brahma – Porto Alegre

Atualmente, o prédio do Shopping Total de Porto Alegre é conhecido como a antiga Cervejaria Brahma, que foi a última proprietária antes do espaço comercial, mas foi construído, em 1911, para sediar a Cervejaria Bopp.

Fundada em 1881, a Cervejaria Bopp surgiu, conforme a história contada por descendentes do fundador Carlos Bopp, da seguinte forma: Carlos era um funileiro que também tinha uma taberna onde trabalhava sua esposa. Certo dia, encomendaram uma caldeira que nunca foi retirada. Para não ficar no prejuízo, começou a fabricar cerveja para vender no seu estabelecimento, essa ideia deu tão certo que acabou surgindo a Cervejaria que, em 1907, já era uma das mais importantes do Brasil. Em 1909, os três filhos do funileiro deram início à empresa Bopp Irmãos, e, no ano seguinte, começaram a expansão e a modernização da fábrica (THIESEN, 2005, p. 39).

Escolheram um terreno em uma localidade que começava a se formar como zona industrial e tinha, nas proximidades, água de excelente qualidade, matéria-prima fundamental para a produção da cerveja. Contrataram o escritório de engenharia, que era a maior construtora da cidade, tendo como responsável pelo projeto o arquiteto

alemão Theo Wiederspahn⁸², recém-emigrado da Alemanha e contratado pelo escritório (MIRANDA, 2003).

O projeto desta fábrica, diferentemente das outras indústrias do período, tinha claramente a intenção de apresentar a magnitude de sua empresa, primeiramente em razão das suas proporções e, em segundo lugar, pela farta ornamentação das suas fachadas e cúpula (MIRANDA, 2003, p. 79).

O espaço fabril projetado contava com edifício para os depósitos e adegas, além de outro para a fabricação e a administração. Construídos em concreto armado na época, a maior obra do Brasil desse tipo, em estilo eclético, possuindo vasta decoração das fachadas, com um conjunto de esculturas que simbolizavam o produto comercializado, a família, a fartura, o comércio e outras simbologias, chamando atenção pelos imponentes prédios. Os prédios eram ligados por uma passarela aérea, formando um pórtico sobre a rua interna (Figura 31). A fábrica foi inaugurada em outubro de 1911, constituindo importante acontecimento em Porto Alegre, porém o fundador da Cervejaria, Carlos Bopp, não participou, pois faleceu menos de um ano antes da inauguração, assim como Abramo Eberle não viu a inauguração do imóvel, que vem a ser de suma importância para seus empreendimentos e para suas cidades, bem como para seus filhos, que continuam nas administrações. Nos primeiros anos após a inauguração, já eram produzidas 30 mil garrafas por dia e tinham capacidade de armazenamento de o equivalente ao conteúdo de 800 mil garrafas (AXT; FABRÍCIO, 2006).

⁸² O arquiteto Theodor Wiederspahn, formado na Alemanha, vem para o Rio Grande do Sul encontrar seu irmão, é contratado por um escritório de engenharia, ficando responsável por projetos importantes da época. Após o escritório fechar, passou a trabalhar por conta própria, sendo o arquiteto mais solicitado da cidade (MIRANDA, 2003, p. 78).

Figura 31 – Fachada da Cervejaria Bopp Irmãos.



Fonte: THIESEN, 2005, p. 47.

Com a fábrica em funcionamento, o bairro começou a se desenvolver, sobre isso, Thiesen comenta:

A implantação da Bopp Irmãos gerou um incremento populacional no bairro. Primeiro, porque a fábrica passou a ser vista como um empregador em potencial, e este fato favoreceu, por seu turno, a construção de casas e outras edificações, como os cortiços, que serviram de moradia para aqueles que precisavam alugar um domicílio perto do local de trabalho.

Esse aumento populacional gerou uma demanda por novos serviços urbanos, que se concretizaram no calçamento e abertura de novas ruas, extensão da rede de iluminação e de abastecimento de água encanada. [...] A progressão populacional também levou a um aumento das atividades comerciais, crescendo o número de tavernas, lojas e oficinas, entre outras (THIESEN, 2005, p. 231 e 232).

Ainda nos primeiros anos de funcionamento, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914), as matérias-primas para a fabricação da cerveja, que vinham principalmente da Alemanha, começaram a ser substituídas por outras vindas do Chile e, em menor número, dos Estados Unidos. Já os vasilhames eram comprados de fábricas locais.

Em 1924, a Cervejaria Bopp se fundiu a mais duas (Sassen e Ritter), surgindo a Cervejaria Continental; continuaram, todavia, a operar na sede da Bopp, tornando-se, dessa forma, a maior cervejaria do estado e extinguindo praticamente toda a concorrência na capital gaúcha e na região. No mesmo ano, ampliou suas instalações com projeto do mesmo arquiteto da sua construção, mantendo o estilo eclético.

Continuou a se aperfeiçoar tecnicamente, investindo na produção e beneficiamento da cevada e desenvolvendo câmaras frias para refrigeração da cerveja e fabricação de gelo (PESAVENTO, 1985, p. 64).

Na década de 1930, ainda existia a dificuldade de importações que começara em 1914 dos produtos para a fabricação da cerveja, então a Cervejaria Continental resolveu investir na produção de cevada e distribuiu sementes já prontas para o plantio para agricultores que se comprometiam em vender a sua produção para a cervejaria, e ainda oferecia acompanhamento técnico, como forma de incentivar o cultivo no Rio Grande do Sul. Logo construiu uma maltaria dentro do seu espaço fabril para não depender da cevada maltada, que, antes, era importada, como dito no capítulo anterior. O investimento foi um sucesso que chegou a se tornar um empreendimento independente da cervejaria que fornecia malte para as cervejarias de todo o país (AXT; FABRÍCIO, 2006).

A maltaria contou com um arquiteto diferente do restante da fábrica: o arquiteto Willy Stein, também alemão. Constituída por um bloco de depósitos, um da produção (Figura 32) e outro dos silos (Figura 33), os edifícios foram construídos em alvenaria portante⁸³ e os silos em concreto, cada um dos três em diferentes anos: 1932, 1933 e 1936, respectivamente.

Figuras 32 e 33 - Edifícios da Maltaria Cervejaria Continental.



Fonte: Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) – Processo de Tombamento da Cervejaria Brahma – 1999.

⁸³ Alvenaria portante é um modelo de construção que garante o isolamento e a sustentação de toda a edificação.

Ao longo dos anos, o espaço fabril foi sendo acrescido de outras edificações e infraestruturas necessárias para a fabricação da cerveja, sabe-se que, além dos prédios já citados, a cervejaria chegou a contar com espaço para comercialização da cerveja, para o tratamento da água e também oficina mecânica, refeitório, enfermaria, serviço social, recreação, bem como a residência do Mestre Cervejeiro e do mestre das máquinas, chegando, com essa conformação, na década de 1980 (Figura 34).

Figura 34 – Vista aérea da Cervejaria.



Fonte: Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) – Processo de Tombamento da Cervejaria Brahma – 1999.

A Cervejaria foi afetada pela grande enchente de 1941, já citada neste texto, pois o bairro ficou sem água e luz, ainda assim, colaborou com os moradores da redondeza, muitos, operários da fábrica, distribuindo água potável, visto que possuía poços artesianos.

A chaminé que conhecemos hoje foi erguida em 1944 com 70 metros de altura, substituindo uma construída em 1912 que tinha apenas metade da altura, 35 metros. A inscrição Continental feita na chaminé é da sua época da construção. Na mesma ocasião também foram substituídas as caldeiras por umas maiores (AXT; FABRÍCIO, 2006).

Em 1946, depois de dois anos de negociações, a Cervejaria Continental foi vendida à Cervejaria Brahma do Rio de Janeiro, que passou a controlar o mercado

cervejeiro nacional, funcionando no local até 1998, quando a fábrica se transferiu para a cidade de Viamão, que faz parte da região metropolitana de Porto Alegre. (PESAVENTO, 1985, p. 103).

Sobre a relação da Cervejaria Brahma com o seu entorno, Axt e Fabrício (2006), comentam:

Desde que se instalou na Avenida Cristóvão Colombo, na década de 1940, a Brahma buscou uma política de boa vizinhança com a comunidade do bairro. Naqueles primeiros anos, aquela artéria era ainda predominantemente residencial, e os diretores da Brahma, bem como seus funcionários residiam no Bairro Floresta, facilitando essa integração da fábrica com os moradores. A velha fábrica de cerveja fazia parte da paisagem e do dia a dia dos habitantes da Floresta, que conviviam com a movimentação dos caminhões carregados de cerveja, com o apito que alertava os funcionários aos horários ou com o cheiro adocicado do cozimento do malte que penetrava em todas as casas (AXT; FABRÍCIO, 2006, p. 60).

Um evento organizado pela Associação Cristóvão Colombo⁸⁴ com o apoio da Cervejaria Brahma, marca essa relação, que foi a Festa do Chopp, que aconteceu por 13 anos, entre 1984 e 1997. A festa ocorria em frente a cervejaria, que fornecia canecos de chopp e a própria bebida. Havia divergências entre os moradores do bairro, alguns diziam incomodados com a movimentação e a alteração da rotina no bairro, mas não interferiu no sucesso do evento nos anos que foi organizado (AXT; FABRÍCIO, 2006).

No ano seguinte ao encerramento das atividades da Cervejaria Brahma em Porto Alegre, em 1999, o espaço fabril passou por uma análise pela Equipe do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultura (EPAHC) da Secretaria Municipal de Cultura e teve seu tombamento em nível municipal em 14 de maio daquele ano.

O documento de Notificação de Tombamento enviado pela Secretaria de Cultura ao então proprietário do imóvel apresentava os pretextos para a preservação da antiga cervejaria, que era mérito histórico, arquitetônico e paisagístico. É definida como sendo a maior fábrica do gênero em Porto Alegre na época da sua construção, além de ser projeto de importante arquiteto imigrante alemão; a fábrica tornou-se, por conseguinte, um marco referencial da expressão de imigrantes alemães no município.

Esse mesmo documento elenca os imóveis e elementos agregados que são contemplados com a patrimonialização: os prédios que abrigavam a administração, a casa de máquinas, o depósito de matéria-prima, a adega, as caldeiras e a fabricação

⁸⁴ A Associação dos Amigos da Cristóvão Colombo é uma organização fundada por comerciantes do Bairro Floresta em outubro de 1970, com a finalidade de reivindicar melhores condições de infraestrutura e em divulgar seus negócios. Está em funcionamento até hoje.

da cerveja com seus bens agregados, o tanque de cobre para fermentação, o piso cerâmico, os azulejos de parede, a escada em ferro fundido e os gradis metálicos, além dos elementos originais externos de todos os prédios, juntamente com as esquadrias e telhados. Também foi contemplada pelo tombamento, como bem imóvel, a chaminé.

Note-se que ficam sem nenhum tipo de proteção outras edificações que fazem parte do conjunto fabril, como depósitos, oficinas, residências dos altos funcionários, maltaria, refeitório, enfermaria, serviço social e recreação.

Logo após o tombamento, em 2000 a antiga cervejaria foi vendida e logo em seguida o novo proprietário alugou o imóvel para o atual inquilino até 2030⁸⁵. Então o espaço passou por uma intervenção arquitetônica, que, segundo reportagens da época, foi uma restauração para abrigar o seu novo uso, um shopping center. Nessa intervenção, os prédios tombados foram mantidos, conforme determina a lei e a maioria dos outros foram demolidos, sendo mantida apenas a edificação que abrigava, entre outras funções, o refeitório, a enfermaria, os vestiários, a caixotaria e o engarrafamento, mas permanecendo apenas sua estrutura principal, sendo fortemente modificado internamente.

Durante a intervenção, conforme acervo consultado sobre a Cervejaria Brahma, em visita técnica, ao EPAHC, no mês de julho de 2018, a intervenção arquitetônica recebeu notificações quanto ao desacordo da obra com o projeto aprovado, sendo feito um termo de ajustamento de conduta por danos ao patrimônio.

O shopping center foi inaugurado em maio de 2003, embora, a página oficial na Internet do empreendimento (<https://shoppingtotal.com.br/>) apresente um mínimo histórico da sua edificação e expresse que “o Shopping TOTAL une a história dos fundadores das cervejarias ao contemporâneo espaço de convivência, conveniência e compras”. Em visita ao local, não foi possível perceber a totalidade do patrimônio industrial em potencial que há naquele espaço, apenas a imponente chaminé (Figura 35) e o letreiro mantido na fachada do antigo prédio da adega (Figura 36) fazem lembrar que ali foi uma cervejaria.

⁸⁵ Segundo Axt e Fabrício (2006), o comprador do imóvel da antiga Cervejaria Brahma foi a empresa Óleos Vegetais Taquarussu Ltda e alugou para a empresa Porto Shop S.A..

Figuras 35 e 36 – Chaminé e o Letreiro da fachada.



Fonte – Autora, 2018.

O novo uso da Cervejaria Brahma, aparentemente, está colaborando apenas com a preservação arquitetônica desse patrimônio, porém, como o próprio processo de tombamento salienta, há outros valores agregados, além, claro, da questão fabril, que é apenas tangenciada nas documentações desse patrimônio, mas é um patrimônio com potencial aparente que pode contribuir com a história das cervejarias que ali se abrigaram, da industrialização da cidade e do próprio bairro. A possibilidade dessa contribuição será checada no próximo capítulo.

3.4 Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci) – Porto Alegre

A Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci) difere-se das demais aqui apresentadas, que são resultado da evolução de uma unidade artesanal familiar para empresa, pois a Fiateci já surgiu como indústria, em 1891, administrada por um grupo de comerciantes que aplicaram seus capitais na montagem da empresa (PESAVENTO, 1984, p. 30). Entre um dos fundadores está o sócio majoritário Manoel Py, que também era um dos principais acionistas da Companhia Predial e Agrícola, principal loteadora do Quarto Distrito, onde a fábrica se instalaria.

Sua inauguração aconteceu dois anos após a sua constituição, em um espaço fabril construído no Caminho Novo, via de acesso à cidade às margens do Guaíba, região do atual bairro São Geraldo, que, na época, estava praticamente desabitado,

mas já possuía a linha férrea que passava em frente ao local, o que muito facilitou o embarque e o desembarque das matérias-primas e da produção. Foi necessário fazer todo o arruamento da localidade para o início das atividades fabris (MIRANDA, 2003).

O espaço fabril (Figura 37), em 1895, contava com uma área construída de 8 mil m² entre dois prédios, um para a tecelagem, meiaria e fiação; outro para depósito, tinturaria, casa da caldeira, armazém e escritórios, tudo isso em um espaço de 30 mil m² meio a um jardim (BUENO; TAITELBAUM, 2009), uma peculiaridade, visto que não era comum em ambientes fabris, recuo tratado paisagisticamente em área urbana. Sua arquitetura, em estilo neoclássico, era notável nas fachadas com as aberturas em arco pleno, frontões com esculturas, lanternins, frisos e aplicações, já as fachadas internas eram mais simplificadas sem nenhuma decoração. Segundo Miranda (2003), o maquinário era importado da Alemanha, da Inglaterra e da Bélgica e ainda “possuía um grande terreno de marinha, fronteiro à fábrica que era devidamente adaptado para permitir a atracação de qualquer embarcação” (MIRANDA, 2003, p. 74). Além disso, contava com um imóvel na zona central de Porto Alegre, onde funcionava o escritório geral da empresa.

Figura 37 - Fiateci, anos 1920.



Fonte – O RIO GRANDE DO SUL EM REVISTA, 1922, p. 286 e 287.

No início do século XX, a Fiateci estava entre as maiores empresas do estado e expôs seus produtos na primeira Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul⁸⁶ (PESAVENTO, 1985, p. 48). Todo o seu desenvolvimento e infraestrutura

⁸⁶ Exposição criada por decreto pelo então governador Borges de Medeiros, em 1899, sendo realizada apenas em 1901 em pavilhões construídos no Parque da Redenção. Considerada a primeira do Brasil, contribuiu para a industrialização do Rio Grande do Sul, tendo grande repercussão nacional e internacional. Uma curiosidade é que o Museu Júlio de Castilhos, criado em 1903, primeira instituição museológica do Estado, inicialmente, teve por sede dois pavilhões da Exposição de 1901 e expôs peças representativas das cidades do estado que também fizeram parte dessa feira, e, assim, foram integradas ao acervo do Museu diversas peças doadas pelas autoridades municipais da época (<https://www.cultura.rs.gov.br/nossa-historia-5d30ce50353f0>).

contribuíram para se tornar um importante estimulador e promovedor de crescimento do bairro.

Após a construção da fábrica propriamente dita, ao longo dos anos, foram construídas casas de alvenaria para os funcionários da Fiateci e espaços para serviços, como consultório médico. A vila operária começou a ser edificada, no ano de 1919, nas proximidades do espaço fabril, sendo que, inicialmente, foram construídas 10 casas que eram alugadas pela fábrica a seus operários.

Manoel Py⁸⁷ permaneceu à frente da empresa até 10 de julho de 1923, quando veio a falecer, passando o comando para seu genro Possidônio Mancio da Cunha Júnior, “que iniciou uma nova fase na Fiateci, aumentando o parque fabril e a produção de tecidos de Lã” (BUENO; TAITELBAUM, 2009, p. 53).

Em 1924, um dos pavilhões do espaço fabril foi ampliado, seguindo o estilo arquitetônico, foi proporcionada, todavia, uma melhor iluminação por intermédio das amplas aberturas de ferro que foram instaladas na nova construção (MIRANDA, 2003). Naquela época, a fábrica empregava cerca de 400 operários e possuía agência nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que funcionavam como representação da Fiateci.

A administração da fábrica sempre esteve no comando da família do fundador, após a saída de Possidônio, assumiram seus genros, Annibal e Ernersto di Primo Beck, que eram irmãos gêmeos; depois, foi a vez do filho de Annibal, o engenheiro Oswaldo Sérgio da Cunha Beck, que administrou a Fiateci até 1991, passando para a próxima geração o comando da fábrica.

Em 5 de Maio de 2008, o espaço fabril da Fiateci (Figuras 38 e 39) foi incluído no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Bairro São Geraldo⁸⁸, classificada como imóveis de estruturação, o que determina que é uma edificação relevante para a paisagem urbana cultural de Porto Alegre. Na listagem, a Fiateci aparece com dois endereços, um correspondente ao lote que abriga todo o espaço fabril; outro que corresponde a um pequeno imóvel (Figura 40) localizado bem na esquina do quarteirão que a fábrica ocupa, ainda não tendo sido identificado seu

⁸⁷ Manoel Py também era acionário de diversas empresas, como Cia. Hidráulica Porto-Alegrense e Cia. Carris Porto-Alegrense.

⁸⁸ Atendendo à legislação vigente, a Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) realiza, em caráter de trabalho permanente, o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre, e, dessa forma, são realizados inventários por bairros do município.

antigo uso. Cabe destacar que, na pesquisa realizada pela EPAHC, os documentos de 2003 para realizar o Inventário do bairro da Fiategi, o imóvel foi indicado para tombamento municipal.

Figuras 38 e 39 – Fiategi em 1998.



Fonte: Acervo da Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico (DIPPAHC) da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.

Figura 40 – Imóvel da Fiategi em 2011.



Fonte: Google Maps. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-30.008022,-51.2092724,3a,26.1y,52.35h,93.84t/data=!3m6!1e1!3m4!1s1i9-IP5SDt_PETzSlb_79g!2e0!7i113312!8i6656?hl=pt-BR. Acesso em 16 ago. 2019.

Na mesma listagem do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Bairro São Geraldo, foram incluídas, como imóveis de estruturação, as casas que pertenciam à vila operária, divididas em dois núcleos: um permanece com casas de moradias (Figura 41); outro foi transformado em espaços comerciais com um prédio residencial ocupando os fundos do terreno (Figura 42).

Figuras 41 e 42 – Vilas Operária da Fiateci (2012).



Fonte: MIRANDA, 2013, p. 34.

A Fiateci funcionou no mesmo lugar até 2010, quando começou a operar na cidade de Canoas/RS, deixando as instalações construídas em 1893 fechadas. Um evento temporário foi realizado nas suas dependências em 2011, A Casa Cor⁸⁹, esse evento é conhecido por ser sediado em espaços desocupados que transmitissem curiosidade, como uma forma de atrair público e proporcionar que esses sejam espaços tenham algum tipo de revitalização. Em 2016, as operações industriais e comerciais da Fiateci passaram para o controle da empresa ABN Têxteis Ltda. (www.fiateci.com.br), que também está sob o comando da família descendente do fundador.

O espaço fabril da antiga sede da Fiateci, atualmente, conta com um novo uso, um condomínio de uso misto, integrando três torres residenciais com área condominial e uma torre comercial. Para as edificações históricas, estão previstas um shopping center, um memorial e estacionamentos. O projeto do novo uso foi iniciado em 2012, conhecido como Rossi-Fiateci – devido ao nome da construtora que o executou – ocupa toda a área da Fiateci, mais uma área menor de outra empresa que dividia o quarteirão com a fábrica. O projeto teve que seguir alguns condicionantes devido ao imóvel ser inventariado, assim, inicialmente, o empreendimento contava com quatro torres residenciais, sendo que uma foi suprimida, mas algumas concessões foram dadas em troca de ações de preservação e restauro. Com isso, foi liberada altura para construção das torres e aumento do pé-direito de alguns edifícios existentes para a construção de um segundo piso de estacionamentos (PROCHNOW, 2015).

⁸⁹ A Casa Cor é uma mostra de arquitetura, design de interiores e paisagismo realizado anualmente nas principais cidades do Brasil.

O empreendimento utilizou, na campanha de vendas, o fato de o imóvel ser inventariado e a necessidade de revitalização da localidade, devido ao esvaziamento do bairro pelas fábricas, como um atrativo para a comercialização das unidades do condomínio, sendo constatada, em um folder de divulgação do condomínio, a frase “Venha viver a história da sua geração” (FERNANDES, 2014).

Em 2015, foram concluídas as construções das torres e do estacionamento, porém o shopping e o memorial, que deviam abrigar as antigas instalações da Fiateci, ainda não foram iniciados, assim como a requalificação do jardim. É importante salientar que a chaminé foi preservada e sua visibilidade, devido às altas torres, agora é parcial. Quanto à parte atualmente utilizada como estacionamento, internamente, não há qualquer indício da fábrica e, na fachada, houve uma descaracterização devido à movimentação realizada na cobertura e à retirada das aberturas. Igualmente intervenção arquitetônica realizada no imóvel com fachada lateral voltada para a Avenida São Pedro que se encontra sem uso, mas que segundo o projeto inicial deve abrigar um shopping. (Figura 43).

Figura 43 – Lateral da Fiateci (2016).



Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-30.0085074,-51.2077329,3a,75y,345.28h,92.71t/data=!3m6!1e1!3m4!1s4LqduLVeOkbtag6RGxgQTQ!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR>. Acesso em 16 ago. 2019.

As demais edificações da antiga fábrica, aquelas voltadas para o jardim, que estão na memória dos antigos operários e daqueles que viram a fábrica operando, além de estarem sem uso, estão isoladas do restante do condomínio e,

aparentemente, sem nenhum tipo de intervenção, com uma vegetação espessa tapando a visibilidade de quem passa pela calçada (Figura 44).

Figura 44 – Vista da entrada principal da antiga fábrica Fiateci (2018).



Fonte: Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-30.0070969,-51.2089104,3a,75y,142.78h,82.92t/data=!3m6!1e1!3m4!1smFGDw7aSBnb-3qpbrjF8Fg!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR>. Acesso em 17 ago. 2019.

O projeto do condomínio, inicialmente, previa o memorial da Fiateci, que, locado em um espaço dessas edificações, é elemento importante para preservação, conservação e valorização da antiga fábrica e, por consequência do bairro onde estava inserida, não foi executado. Assim como a revitalização do jardim para a qual estava prevista a manutenção dos passeios em pedra portuguesa e das árvores, lembrando que a questão histórica de onde o investimento estava sendo feito foi utilizada como atrativo para possíveis comparadores. Dessa forma, o novo uso, até o momento, não está colaborando, em nenhum aspecto, com a memória e os bens imóveis do patrimônio da Fiateci, uma vez que está apenas utilizando o espaço fabril e apenas uma pequena parte dos imóveis, de forma questionável, e pontos fundamentais do projeto para o patrimônio não foram feitos. A contribuição do novo uso para a memória da antiga fábrica é analisada no próximo capítulo, assim como a possibilidade de que outros bens desse patrimônio sejam identificados.

3.5 Laneira Brasileira S.A. – Pelotas

O lanifício Laneira Brasileira surgiu, em 1945, como uma sociedade de cotas de responsabilidade limitada (Ltda.), na cidade de Porto Alegre. Em 1948, ocorreu uma mudança no contrato social para sociedade anônima e, naquele mesmo ano, começou a transferência do seu espaço fabril para a cidade de Pelotas, escolhida devido à sua localização, por possuir proximidade com as vias comerciais de produção de lã no Rio Grande do Sul. A fundação desse lanifício se deu em época de grande valorização da ovinocultura e da lã, a qual, iniciada na década anterior, chegou aos anos 1945 como a maior riqueza dos campos, tanto que a lã era denominada ouro branco. Uma informação interessante, obtida através de entrevista, para pesquisa anterior⁹⁰, com um antigo funcionário do Lanifício⁹¹, que o espaço fabril da Laneira na capital gaúcha estava situado no Bairro São Geraldo, mesmo da Fiateci, localização de grandes indústrias.

Para a instalação da fábrica, em Pelotas, foi escolhido o bairro Fragata, por ali ainda estar presente o arroio Santa Barbara⁹², uma vez que é fundamental a presença de água no processo produtivo do lanifício, assim como por estar perto da estação férrea, por onde iria chegar a matéria-prima, a lã, de municípios gaúchos como Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana. Então, foram adquiridos, em 1949, na via principal do bairro, terrenos e um armazém de alvenaria com cinco portas, cinco janelas e três portões. Quatro anos após, foram adquiridos mais um terreno e uma residência limítrofes aos adquiridos anteriormente, os quais receberam uma intervenção com o projeto do Engenheiro Paulo Ricardo Levacov, recém-formado pela Faculdade de Engenharia de Porto Alegre, o qual era estudioso do arquiteto Frank Lloyd Wright e, assim, inspirava-se projetando para a Laneira um galpão com plantas

⁹⁰ A pesquisa é já citada é dissertação de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel), sob o título de “Os significados do lugar: memórias sobre a extinta fábrica Laneira Brasileira S.A. (Pelotas/RS)

⁹¹ O funcionário chama-se Carlos Alcyr Silva Cunha, e seu pai (Elio Fagundes da Cunha) também trabalhou no lanifício, sendo responsável pelo maquinário na mudança da empresa para Pelotas, como desmanchar e remontar a prensa. Máquina preservada na edificação pelotense. A localização dada na entrevista é na Rua do Parque esquina Avenida Voluntários. Esse ponto fica a duas quadras da Fiateci.

⁹² O Arroio Santa Bárbara teve seu leito desviado no final da década de 1960, devido à expansão urbana em sua volta, provocando a necessidade de mudanças no trânsito, assim, evitaria a manutenção de pontes que já estavam deterioradas e, também, os recorrentes alagamentos. (OLIVEIRA, Maria Clara Barbosa. **A transposição do leito do Arroio Santa Bárbara, Pelotas/RS: utilização de SIG na análise temporal de uma obra de drenagem urbana.** Monografia (Graduação) Engenharia Ambiental e Sanitária, Centro de Engenharia Ambiental e Sanitária. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas /RS. 2017).

livres, aberturas patronizadas, fachadas simplificadas e revestimento de tijolos à vista, textura pouco comum em Pelotas naquela época.

Concomitante à construção do espaço fabril, o maquinário de Porto Alegre foi todo trazido para Pelotas. Nos primeiros anos de funcionamento em Pelotas, a fábrica (Figura 45) já possuía um espaço fabril de área construída com mais de 5 mil metros quadrados distribuídos em quatro pavilhões, um com piso superior, mais o espaço administrativo com escritórios, e já começava a ser conhecida na cidade toda.

Figura 45 – Vista parcial da fachada (possivelmente década de 1950).



Fonte: Fototeca Memória da UFPel – Coleção LBSA.

Na década de 1960, a Laneira já era reconhecida na cidade por contribuir para o desenvolvimento do bairro e, conforme os jornais da época, também para o desenvolvimento econômico do estado, por fornecer matéria-prima, a lã beneficiada⁹³, para centros indústrias do país como os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, além de outras cidades do próprio estado, que, como já colocado, possuía diversas fábricas têxteis e realizava exportações para países da Europa e para os Estados Unidos.

⁹³ A lã beneficiada era o produto produzido nos lanifícios, por meio do velo (manta retirada da ovelha com a tosquia). Chegava à fábrica, passava por uma classificação, depois por lavagem, e, após seca, era prensada e enfardada.

Mesmo com a crise mundial da lã⁹⁴, na década de 1970, a Laneira atingiu expansão física e de produção. Em 1972, adquiriu um terreno que foi incorporado ao seu espaço fabril para começar a produção do pré-fio, comumente chamado de tops, que é a matéria-prima da fiação. Nesse período, a fábrica ganhou a conformação que permaneceu até seu encerramento, com uma área construída de mais de 12 mil metros quadrados (Figura 46). No entanto, nessa mesma época, nos períodos de entressafra da lã⁹⁵, os pavilhões onde era realizada a classificação da lã, foram alugados para a armazenagem provisória de cereais e outros produtos, com a finalidade de obtenção de renda extra.

Figura 46 - Vista aérea da Laneira Brasileira S. A. (Década de 1980).



Fonte: Fototeca Memória da UFPel – Coleção LBSA.

Em 1976, a Laneira associou-se ao Lanifício do Rio Grande do Sul Thomas Albornoz S.A., que se tornou a empresa majoritária, comprando ações do principal acionista e de outros acionistas pelotenses. Com sede em Santana do Livramento / RS, sua principal atividade era a fabricação de tops de lã, sendo vista como principal concorrente no estado e no país. Com essa união, a empresa tornou-se a maior

⁹⁴ Crise desencadeada quando o principal produtor mundial, a Austrália, criou um sistema de comercialização com a finalidade de gerar mecanismos de proteção no comércio de lã, baseado em grandes compras e vendas de lã com o intuito de regular o preço do seu grande estoque.

⁹⁵ A safra da lã acontece entre os meses de outubro e janeiro, época em que são realizadas as tosquiadas nos ovinos.

exportadora de tops de lã no Brasil. Na época, a fábrica contava com aproximadamente 270 operários e recebia cerca de 30 caminhões que traziam da estação férrea 300 fardos de lã cada um.

Em contínuo crescimento, a Laneira inseriu, em sua produção, no início dos anos 80, a atividade de fiação da lã e, nos anos 1990, o tingimento. A sua produção era constante, chegando a funcionar 24 horas por dia, inicialmente, com jornadas de trabalhos de oito horas em três turnos e, na década de 1990, as jornadas tornaram-se de seis horas em quatro turnos. Além das exportações e vendas para outras fábricas do estado e do país, o seu produto também podia ser adquirido na própria loja da fábrica.

O espaço fabril também contava com ambientes de sociabilidade, como o pátio e o refeitório, que eram usados nos intervalos e também em atividades de lazer como festas de fim de ano. No refeitório, eram fornecidas refeições, sempre em duas etapas para que os operários se dividissem e nunca parassem as máquinas. Além disso, a fábrica contava com consultório médico e geria um time de futebol dos empregados, o Laneira F.C., que era considerado um dos melhores da cidade e tinha, como maior rival, o time da fábrica Fiação e Tecidos de Pelotas, o E.C. Fiação e Tecidos⁹⁶.

Na década de 1990, o mercado internacional de lã continuou sofrendo os impactos crescentes da globalização das economias e de medidas restritivas e protecionistas de mercados, pela maior produtora mundial de lã, a Austrália, e, ainda, pela elevação da preferência das indústrias têxteis pela fibra sintética. Atingida diretamente por esses fatores, a Laneira (Figura 47) começou um período de dificuldades, em que os salários foram parcelados e alguns setores começaram a ser desativados.

⁹⁶ Durante as décadas entre 1930 e 1960, a prática esportiva era importante, e muito, entre os operários. Havia grande número de equipes oriundas de fábricas, porém algumas equipes se mantiveram por mais algumas décadas.

Figura 47 – Vista parcial da fachada da Laneira em 1994.



Fonte: Fototeca Memória da UFPel – Coleção LBSA.

Como consequência dessa crise, em abril de 2003, a Laneira encerrou suas atividades, pois o Lanifício Albornoz requereu a sua falência, sendo, assim, desanexada da sua empresa. Com o fechamento da fábrica, foi retirado todo o maquinário e móveis com valor comercial, ficando, na fábrica, apenas duas prensas, que não possuíam valor de mercado além de mais alguns documentos sem qualquer valor para os proprietários. Mas de notável valor documental.

O imóvel permaneceu fechado até 2010, quando a UFPel comprou o antigo espaço fabril, com a intenção de consolidar o Campus da Saúde, além de um espaço cultural e um espaço de ensino para novos cursos. Inicialmente, o espaço abrigou um pavilhão que era destinado à produção de algumas exposições temporárias do Centro de Artes e de outros cursos, todos da UFPel. Também teve ocupada parte de seus pavilhões o Depósito de Bens Fora de Uso (Inservíveis).

Em 2013, foi desenvolvido, por meio do projeto de ensino Reciclagem e Requalificação de Espaço Industrial para a implementação de Museus Inclusivos, da própria universidade, o projeto arquitetônico de reciclagem e requalificação dos galpões industriais intitulados Laneira Casa dos Museus, que tem a proposta de transformar o espaço fabril em um espaço de ensino, contemplando os cursos de Bacharelado em Museologia, Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio

Cultural, além de um espaço de eventos, com anfiteatro, salas de conferência, sala de projeção e café, e bem como um espaço cultural com museus universitários, dentre eles, o Memorial da Laneira.

O projeto arquitetônico foi desenvolvido para atender a dois grandes motes: o primeiro, que o prédio fosse integralmente acessível, com base nos princípios do Desenho Universal⁹⁷; segundo, que recebesse colaboração para a sua preservação e qualificação da paisagem, por saber-se que está inserido, como já visto, conforme o Plano diretor, em Área Especial de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC): Parque Linear Bairro Fragata.

É notável sua importância para a história do bairro e da cidade. Nesse sentido, observando-se o seu potencial de patrimônio industrial e sua localização, foi pedido, por intermédio da Reitoria da UFPel, para a Secretaria Municipal de Cultura que a Laneira fosse incluída no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. Como já colocado, a Laneira foi considerada patrimônio, fazendo parte do Inventário por meio do Decreto nº 5685/2013, que a enquadrou como Nível de Proteção II, que, conforme o Plano Diretor, são imóveis que devem ser preservados devido às suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas, devendo ser preservadas, integralmente, suas fachadas e volumetria, por serem de importância para a memória da cidade.

O antigo espaço do refeitório, que ficava ao fundo da construção, junto ao prédio lateral separado do galpão industrial, onde funcionava a administração, foi demolido, em 2014, para dar lugar a uma nova construção para abrigar áreas do Campus Saúde da Universidade. Essa obra ainda não foi concluída devido à algumas paradas, porém a parte administrativa, área perto dos 700 m², passou por uma intervenção, iniciada em 2015, para a ocupação do Centro Regional de Cuidados Paliativos, vinculado ao Hospital Escola, estando no local desde 2017. Esses dois espaços devem ser integrados logo a obra seja concluída.

O projeto Laneira Casa dos Museus, por sua vez, não teve suas obras iniciadas, a área de produção da fábrica encontra-se sem uso e sofrendo ação do tempo, apresentando diversas patologias pelos processos de deterioração e danos relevantes à estrutura da edificação, contrariando as práticas preservacionistas.

⁹⁷ O Desenho Universal aplicado a um projeto consiste na criação de ambientes e produtos que possam ser usados por todas as pessoas na sua máxima extensão possível (MACE apud CORREA, 2013, p. 8).

Devido à Laneira (Figura 48) ainda estar sem uso e apresentar um projeto de intervenção e ocupação do seu imóvel, surge esta pesquisa, como já colocado anteriormente, apresentando análise que está sendo desenvolvida com diferentes patrimônios industriais em potencial no intuito de que possam colaborar para novos casos de patrimonialização dessa tipologia de imóvel, como também para uma futura musealização da antiga Laneira.

Figura 48 - Vista parcial da fachada da Laneira em 2014.



Fonte: Universidade Federal de Pelotas. Centro Regional de Cuidados Paliativos – UFPel. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cuidativa/nossa-historia/>. Acesso em 25 jun. 2019.

A execução do projeto arquitetônico de reciclagem e requalificação é fundamental para a preservação e conservação desse patrimônio, assim como a implantação do memorial, já previsto no próprio projeto, para a valorização da extinta fábrica e, também, para a preservação da memória da fábrica e do bairro. É possível perceber que a Laneira possui potencial de patrimônio industrial, mas apenas a sua patrimonialização, por intermédio do Inventário, não garante a preservação integral de todos os seus valores. Nesse sentido, será estudada, no próximo capítulo, a possibilidade da sua musealização, por meio da análise de outros bens patrimonializados com potencial de patrimônio industrial, já apresentados, e que possuem usos distintos.

Capítulo 4

Os bens que fazem parte patrimônio industrial

O patrimônio industrial, como reiterado várias vezes ao longo desse texto, é formado por diferentes e diversos tipos de bens, o que também leva a reforçar a multiplicidade de valores dessa tipologia patrimonial. Porém, mesmo diante de antigas fábricas patrimonializadas, os seus bens acabam por serem desconectados, por diferentes formas e motivos, ficando apenas o bem imóvel como o patrimônio em si, e a maioria dos seus valores ficam de uma forma latente, sobressaindo apenas o arquitetônico perante os demais. Essa observação foi possível ao analisar as legislações municipais das cidades pesquisadas, como também os processos de patrimonialização dos objetos dessa pesquisa, fato que deixou claro que há uma compreensão vaga sobre o patrimônio industrial, uma vez que esse não chega nem a ser tipificado no caso das fábricas estudadas.

Dessa forma, busca-se analisar e comparar os efeitos dessas legislações e patrimonializações nos objetos de pesquisa, por meio do estudo dos projetos de intervenção e os seus usos. Entende-se que, dessa forma, foi possível perceber a condição memorial atual de cada objeto, assim como também essas análises e comparações contribuiriam para alcançar o próximo ponto: a identificação dos outros bens e valores que não são apresentados nas institucionalizações do patrimônio, mas que são parte do patrimônio industrial, conforme os principais documentos sobre essa tipologia patrimonial.

Para essa etapa, foram necessárias diferentes técnicas de pesquisa para se chegar a uma análise satisfatória e não associada a apenas determinados agentes. Com isso, primeiro foi feita pesquisa bibliográfica em textos acadêmicos. Os patrimônios estudados foram (e ainda estão sendo) objetos de um considerável número de pesquisa no meio acadêmico. Um fato que contribui para tal ocorrência deve-se às antigas fábricas serem localizadas em municípios com universidades bem-conceituadas com diversos cursos, os quais estudam o patrimônio⁹⁸. Também foram

⁹⁸ Considerando apenas as pesquisas citadas ao longo desse texto, podemos citar a UFPel em Pelotas com os cursos de graduação em Museologia, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, História, Arquitetura e Urbanismo e as Pós-Graduações em Memória Social e Patrimônio Cultural e História. Em Porto Alegre a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e a PUC (Pontifícia Universidade Católica) ambas com os cursos de Graduação e Pós-Graduação em História e Arquitetura e Urbanismo. E UCS (Universidade de Caxias do Sul) em Caxias do Sul com Graduação e Pós-Graduação em História e Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

utilizadas reportagens e notícias de jornais. Pois, os cinco espaços fabris aqui analisados, como colocado na apresentação feita de cada um no capítulo anterior, apresentam relevante participação na história das suas cidades, assim como importante participação no desenvolvimento das suas localidades, o que os levou para que hoje sejam patrimônios, e por essa importância e valorização se tornam focos de matérias jornalísticas em seus municípios.

Outra técnica utilizada foi a pesquisa de campo, quando foi realizada uma visita aos espaços fabris, os quais, na ocasião, foram fotografados. Essa etapa foi necessária para a percepção da pesquisadora dos seus objetos *in loco*. Além de verificar informações obtidas na pesquisa bibliográfica, observar os seus usos e as marcas das intervenções arquitetônicas.

Por fim, utilizou-se a realização das entrevistas. Já com a pesquisa bibliográfica realizada, e com conhecimento dos objetos de pesquisa, foi feita a seleção dos entrevistados. Assim, para cada objeto de pesquisa procurou-se um representante dos usuários (será melhor explicado a seguir caso a caso) e um responsável técnico por alguma intervenção arquitetônica. Após, foi preparado o tópico guia, que segundo Gaskell (2008) é uma lista de perguntas que vão dar conta dos fins e objetivos da pesquisa, que não deve ser seguido à risca, e sim como lembrete para o entrevistador, por conseguinte deve ser usado com flexibilidade conforme o andamento da entrevista.

O último ponto desse capítulo, considerou-se a hipótese de uma musealização, se for o caso, para contribuir com a preservação o mais perto do ideal, dentro das possibilidades de cada patrimônio. Isso tudo, sempre considerando a condição memorial de cada fábrica, reforçando a importância da manutenção da memória para os patrimônios.

4.1 Bens imóveis e as intervenções arquitetônicas

No capítulo anterior foi apresentado um breve histórico de cada antiga fábrica aqui pesquisada. Neste ponto o foco é no que se encontra na atualidade, principalmente ao que se refere à sua condição memorial, e as perspectivas de futuro enquanto patrimônios de suas cidades. Considerando as intervenções arquitetônicas e seus usos atuais e, também, as legislações vigentes de cada município.

O Lanifício São Pedro em Caxias do Sul, atualmente sob a denominação de Cootegal, tem como sua principal peculiaridade, enquanto patrimônio, o seu uso, que continua a ser o original desde a sua construção, uma fábrica de transformação. Embora uma das análises feita durante essa pesquisa seja como os usos atuais de antigos espaços fabris influenciam na memória da fábrica, nesse caso, o parâmetro utilizado foram as mudanças de proprietário, que foram bem significativas. Podemos citar duas principais, a primeira de uma fábrica familiar para um grupo que incorporou a sua rede de empresas, e a segunda, após um período de inatividade, quando se transforma na atual cooperativa.

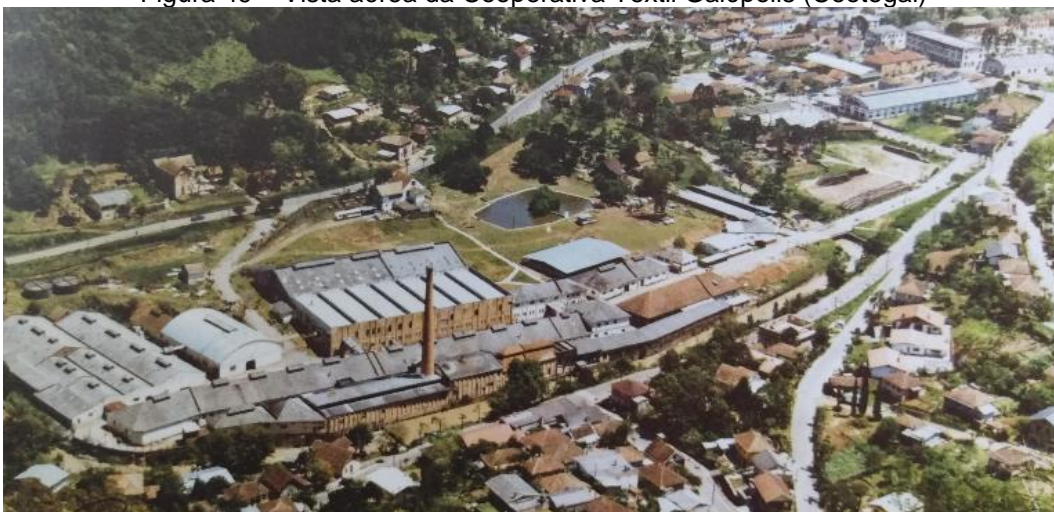
Sobre o espaço fabril do lanifício não foi encontrada nenhuma intervenção arquitetônica de conservação documentada, apenas obras de reformas, acréscimos e manutenção. E assim como não foi localizado nenhum tipo de documento específico sobre essas intervenções. Porém, é possível perceber as mudanças no imóvel através das fotografias, desde uma edificação de madeira no final do século XIX ao parque industrial dos anos 2020.

Ao examinar atentamente uma imagem aérea da Cootegal dos anos 2000 (Figura 49) notamos que é um espaço bem delimitado por seu fechamento, com diferentes prédios com tipologias arquitetônicas diversas e épocas distintas. A chaminé e os telhados em *sheds*⁹⁹ e com lanternins¹⁰⁰, símbolos de um espaço fabril se mostram presentes. Essas percepções também foram observadas na pesquisa de campo, uma vez que a localidade ser acidentada, ao visitar o Instituto Hércules Galló (visita tratada no próximo ponto), foi possível analisar a arquitetura fabril da cooperativa, confirmando ser um conjunto de diferentes imóveis distintos, onde a chaminé chama a atenção da paisagem.

⁹⁹ O telhado em shed também conhecido por telhado dente de serra, é uma cobertura composta por uma série de pequenas coberturas paralelas de secção transversal triangular, normalmente assimétricas e com a vertente (inclinação) menor envidraçada (CHING, 1999, p. 250).

¹⁰⁰ Chamado também de monitor, o lanternim é uma estrutura elevada que corre no topo do telhado, com janelas para iluminar e/ou ventilar uma edificação. (CHING, 1999, p. 251).

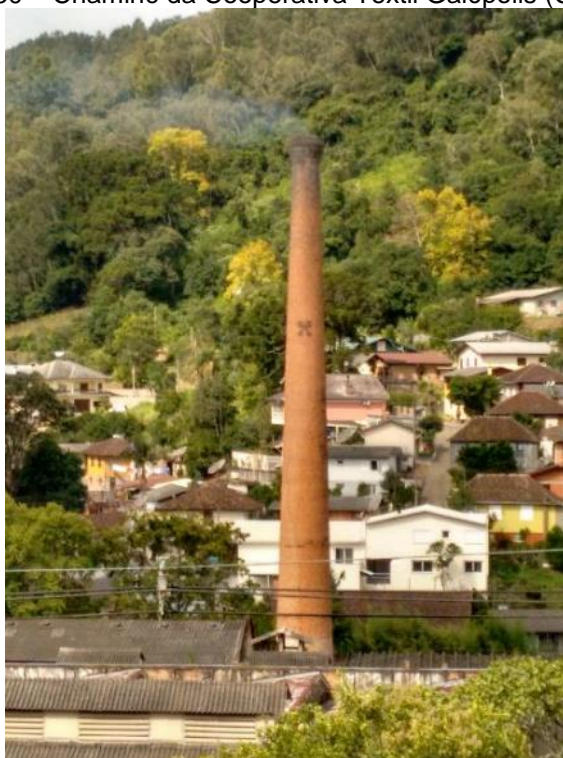
Figura 49 – Vista aérea da Cooperativa Textil Galópolis (Cootegal)



Fonte: BUENO; TAITELBAUM, 2009, p. 56

Na chaminé, há desenhado o brasão das chaves cruzadas (Figura 50), alusivo à família Chaves, sócios de Galló no lanifício e depois quando proprietários, é que a fábrica passa a se chamar Companhia Lanifício São Pedro S.A, devido ao símbolo desse santo que também são chaves cruzadas, as chaves dos portões do céu. Essa estrutura é muito presente em fotografias de Galópolis, assim como na fala dos moradores, e todos sabem o significado do seu desenho.

Figura 50 – Chaminé da Cooperativa Textil Galópolis (Cootegal)



Fonte: Autora, 2018

Quanto a sua patrimonialização, como colocado anteriormente, legítima pela edificação estar presente na lista de Setores de Interesse Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico do Plano Diretor, o que não há nenhuma referência ao bem, como também nenhum histórico ou atribuição de valores.

Na ocasião da pesquisa de campo, houve o contato com uma funcionária do setor administrativo da Cootegal, a senhora Rosa Maria Diligenti, para uma visita ao interior da fábrica, e a resposta obtida foi de que no momento não poderia ser feito esse tipo de atividade. Na mesma oportunidade conversamos brevemente, a funcionária resumiu sua trajetória no lanifício¹⁰¹, confirmou alguns dados históricos e frisou categoricamente que o Lanifício São Pedro e a Cootegal são duas empresas completamente diferentes, devido ao fato que suas administrações atuam de formas distintas. Informação essa que foi levada em consideração no ponto de diferenciar como dois momentos diferentes do espaço fabril.

Posteriormente, a Sr. Rosa foi convidada para a conceder uma entrevista a autora da pesquisa, a escolha pela funcionária se deu por ser uma atual usuária da edificação, com uma história longa de contato com o espaço. Para tal, foi sugerido que fosse feita através de uma chamada de vídeo, mas a funcionária preferiu que as perguntas fossem enviadas por e-mail, e a sua decisão foi respeitada. As perguntas inicialmente elaboradas para uma entrevista via vídeo chamada, então foram revisadas e adequadas para uma entrevista escrita, e assim enviadas (Apêndice XVII). Foram feitas questões que contribuíssem para todos os pontos desse capítulo, relativo ao espaço fabril especificamente, apenas uma resposta o contemplou e foi bem sucinta. Na resposta a Sr. Rosa deixa claro que a administração atual não tem nenhum tipo de preocupação com o espaço fabril enquanto patrimônio.

Nota-se que, embora seja um imóvel patrimonializado, não há nem pelo poder público nem pelos proprietários, uma preocupação em termos de preservação física desse bem. A falta de uma descrição e a atribuição dos valores daqueles patrimônios que integram a lista de bens culturais, assim como a ausência de princípios para a conservação desses patrimônios no Plano Diretor, acabam por enfraquecer a

¹⁰¹ A Senhora Rosa Maria Diligenti começou a trabalhar no lanifício de 1978, como recepcionista e telefonista por volta de 1978, permanecendo até 1999 em setores administrativos. Retornou para a cooperativa em 2006 para continuar a trabalhar na administração no setor de compras, onde permanece até hoje.

valorização desses imóveis, percebendo pela própria ausência de preocupação dos responsáveis pela fábrica com o patrimônio.

Essa análise, de certo modo, faz perceber que a manutenção do uso, de alguma maneira deixa a desejar a preservação do patrimônio arquitetônico, justamente aquele bem que recebe a patrimonialização, não valorizando e conservando o seu imóvel. E essa particularidade da fábrica, que deveria ser uma contribuição, como colocado no documento Os Princípios de Dublin (2011) que a manutenção do uso original no imóvel, onde o patrimônio ainda está em operação e a industrialização ainda é um processo ativo, há um sentido de continuidade histórica. E ainda assegura que “O uso original ou sua readequação é o modo mais frequente e geralmente mais sustentável de assegurar a conservação de estruturas e sítios de patrimônio industrial” (OS PRINCÍPIOS DE DUBLIN, 2011).

No caso da MAESA, a Fábrica 2 da Metalúrgica Abramo Eberle, também em Caxias do Sul, se tem uma situação completamente diferente. O uso fabril foi encerrado por completo recentemente, em 2019, e a sua desocupação ocorre em 2020. Diante disso e do que se planeja para um novo uso para o espaço fabril, grande parte da edificação se encontra ociosa, uma vez que é necessária uma intervenção arquitetônica para que seja ocupada novamente.

Como já colocado anteriormente, o que se tem até o momento é um plano de necessidades elaborado em 2015 pela Comissão Especial para a análise de uso do prédio da Metalúrgica Abramo Eberle S/A – MAESA. Essa comissão foi criada para atender aos condicionantes presente na Lei de doação da MAESA do Estado para o Município. A Lei nº 14.617 de 08 de dezembro de 2014 do Estado do Rio Grande do Sul, que “autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, com encargos, ao Município de Caxias do Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 2014), no artigo 2º determina que o uso deve ser público com a finalidade cultural e de funcionamento de órgãos públicos, desde que seja garantido a sustentabilidade do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural do espaço fabril. E para a doação definitiva, o município deveria entregar ao Estado um “projeto detalhado de ocupação, uso e gestão do referido imóvel, com discriminação de ações e de prazos de execução” (RIO GRANDE DO SUL, 2014). Então é nesse projeto intitulado Projeto de intervenção: recuperação ocupação, uso e gestão da MAESA, elaborado pela comissão, e entregue ao estado em 11 de novembro de 2015 para o Estado, que consta o plano de necessidades (Anexo I).

Durante a elaboração desse projeto, a comissão realizou 15 reuniões, sendo três dessas abertas ao público, com a finalidade de debater com a comunidade os novos usos para a fábrica. Também foi realizado o “Seminário MAESA, preservação, restauro e uso”, com convidados arquitetos que trabalham na área da conservação para palestrar. Outra atividade que deve ser destacada é o levantamento digital de todo o espaço fabril (Figura 51) realizado por uma empresa contratada pela prefeitura, que utilizou a técnica LST (Laser Scanner Terrestre) que consiste na obtenção de uma nuvem de pontos que gera modelos em três dimensões. Após a aprovação do projeto pelo governo do Estado, a transferência da propriedade do imóvel foi assinada em 10 de março de 2016 (FRIZZO, 2019).

Figura 51 - Maquete digital da MAESA



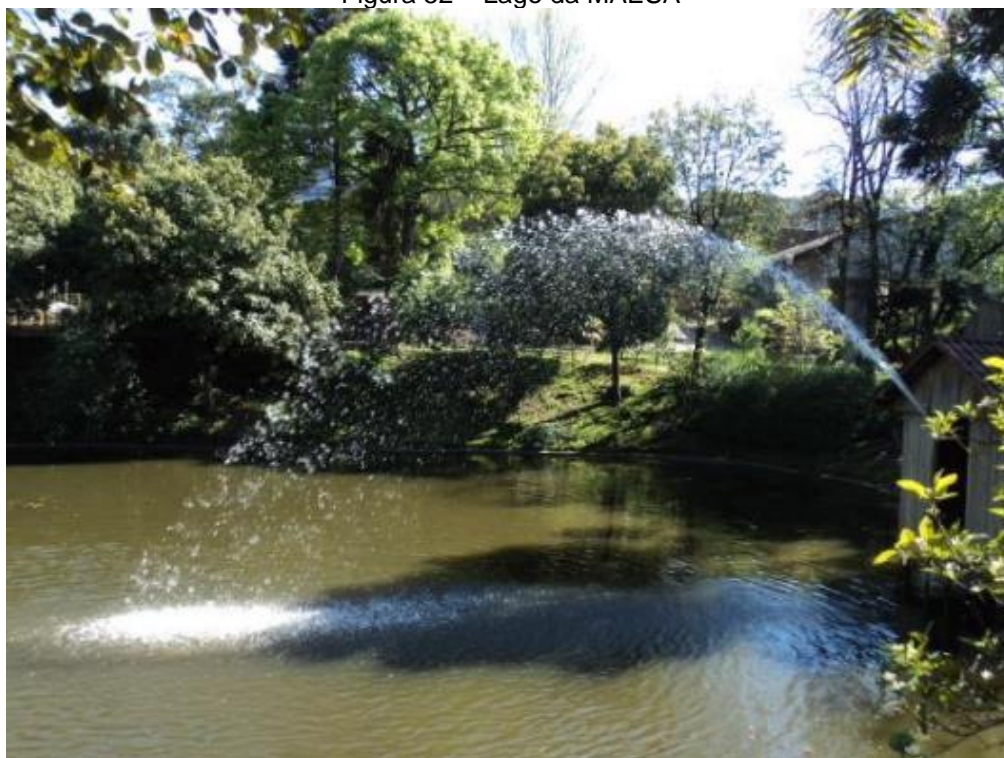
Fonte: FRIZZO, 2019, p. 84

Com a propriedade do imóvel, o município começou os próximos passos para a ocupação do espaço ainda em 2017, e assim, como já colocado, a Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria da Cultura e o posto de monitoramento 24 horas da Guarda Municipal, foram transferidos para a antiga fábrica, em um espaço que não precisava de intervenções arquitetônicas, pois era um espaço utilizado por setores administrativos da fábrica.

O que se encontra no momento ainda é a ocupação apenas desses dois setores, e uma reforma em andamento nos antigos espaços onde funcionavam o refeitório, os vestiários e o ambulatório da metalúrgica para abrigar a Secretaria

Municipal do Meio Ambiente (Semma) a partir de julho de 2021. Inclusive essa mudança vai facilitar a manutenção da parte aberta do espaço fabril, que conta com praça, jardins e lago (Figura 52), que já vem acontecendo, com podas, ajardinamento e limpezas.

Figura 52 – Lago da MAESA



Fonte: Facebook 100% MAESA. Disponível em: <https://www.facebook.com/100-MAESA-673367529367700/photos/685731731464613>. Acesso em: 11 fev. 2021

Quando aos demais espaços, que precisam de uma intervenção arquitetônica maior, com um projeto arquitetônico baseado no patrimônio que vai ser ocupado, dependem do documento que já está sendo elaborado pela empresa contratada pela prefeitura, já citada anteriormente, que vai seguir o plano de necessidades elaborado em 2015 pela comissão de análise de uso da MAESA. Esse documento deve considerar, para além do plano de necessidades, todas as particularidades arquitetônicas e também o valor histórico e social, que será tratado a diante. Também devem seguir a Lei nº 7.495/2012, já citada no capítulo 2, que dispõe sobre a proteção do patrimônio de Caxias do Sul, e apresenta algumas diretrizes quanto as intervenções arquitetônicas em imóveis tombados.

Cabe destacar que a patrimonialização da MAESA por tombamento ocorre quando está sendo elaborado o seu projeto de uso e gestão. Sabe-se que ouve uma

manifestação popular em torno da doação da antiga fábrica para o município¹⁰² (DIAS, 2019), assim como pelo seu tombamento, e esse último muito deve ter influenciado no primeiro, já que um prédio tombado não pode ser demolido e passa a ter a sua preservação integral, o que já inviabilizaria o que a população temia, a seu desaparecimento.

Na inscrição que consta no Livro Tombo sobre a MAESA há uma descrição do primeiro imóvel construído na década de 1940 e os seus demais acréscimos, até chegar na sua configuração atual, conforme a Figura 53. Também destaca o seu valor arquitetônico, onde coloca que “esta edificação guarda referências da arquitetura industrial de vanguarda, notadamente inglesa do início do século XX, constituindo-se no mais característico exemplar local deste estilo na cidade” (CAXIAS DO SUL, 2015, p. 53).

Figura 53 - Cronologia histórico-constructiva da MAESA



Fonte: Elaborado pela autora com base em Dias, 2018.

¹⁰² Em algumas entrevistas que estão disponíveis no Projeto Educa MAESA é citado essa mobilização, como por exemplo no relato do Sr. Michelli.

Embora com todas essas modificações ainda assim há uma unidade no espaço fabril, e segundo Dias (2018),

No que concerne ao conjunto, a importância essencial está em sua configuração, na organização espacial do quarteirão com seus fluxos internos bem elaborados e na sucessão construtiva que remete ao processo de desenvolvimento da fábrica. Um elemento de destaque em sua implantação é a solução adotada para a grande declividade do terreno, construindo patamares e escalonando os edifícios com a ajuda da pedra de basalto, um material muito comum e disponível na região. A configuração dos pavilhões possibilitou ainda a criação de duas áreas verdes que foram incorporadas à vida da fábrica. A existência e manutenção destas áreas é incomum para uma fábrica, tornando-se assim uma situação única (DIAS, 2018, p. 182).

Atualmente, é um prédio imponente, em torno de 50 mil m² de área construída em um terreno de aproximadamente 53 mil m², que ainda comporta por volta de 15 mil m² de área aberta interna que conta com jardins, praça e lago, que chama a atenção na paisagem. E como foi sede de uma fábrica que contava com um amplo quadro de funcionários, muitos moradores de Caxias do Sul ou trabalharam na metalúrgica ou tinham familiares que trabalhavam, fazendo que o local fosse de conhecimento de todos.

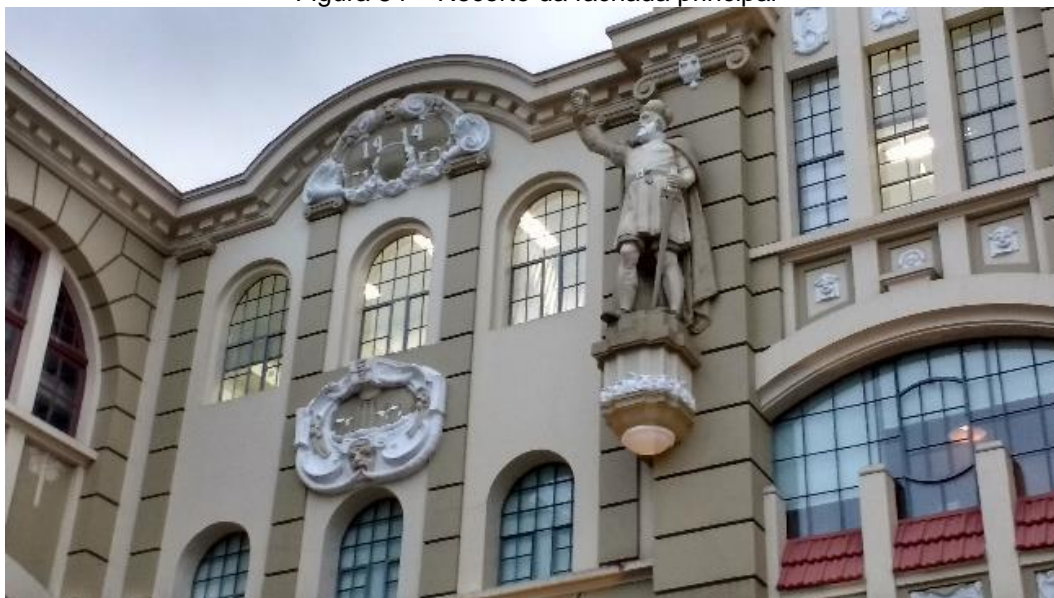
Caracterizado no projeto com “arquitetura industrial característica em estilo arquitetônico manchesteriano¹⁰³, em alvenaria aparente e robusta” (CAXIAS DO SUL, 2015, p.24), dessa forma, não é difícil encontrar em textos que tratam sobre a MAESA, adjetivos como “monumental” ou se referindo como “pavilhões magníficos” e “dimensões extraordinárias” (COSTA, 2001). Além da estética, a arquitetura da MAESA também apresenta ideias do movimento modernista europeu, como de racionalidade, funcionalidade, progresso, ordenamento, uso da máquina em grande escala. Para atender essas ideias fez o uso de materiais ainda inéditos para a época, assim como de materiais aparentes, e de estrutura modular em concreto armado, permitindo grandes vãos. E assim como na Cootegal, a MAESA também utiliza os telhados em *sheds*, criando então, uma estética fabril bem clara.

Já em Porto Alegre, a Cervejaria Brahma sofreu uma grande intervenção arquitetônica, diferentemente dos patrimônios de Caxias do Sul. Outra diferença é seu estilo arquitetônico, construído na década de 1910 em estilo eclético com sua fachada altamente decorada (Figura 54), o que não remete em nada à uma arquitetura industrial, mas demonstrava o poderio econômico da empresa. Sobre isso, Thiesen

¹⁰³ O estilo arquitetônico manchesteriano é aquele surgido no início do século XX que apresenta um padrão na fachada, com revestimento em tijolos e simetria de planos; e uma estrutura sóbria e pesada. (COSTA, 2001, p. 73).

(2005) destaca que “o custo da decoração da fachada do prédio da cervejaria representou cerca de 10% sobre o valor total da obra, o que demonstra a importância dada a ela” (THIESEN, 2005, p. 42). A composição da fachada conta com estatuarias, torre, cúpula e arcos.

Figura 54 – Recorte da fachada principal



Fonte: Autora, 2018

O sistema construtivo do imóvel também foi um diferencial para a época, o maior em concreto armado¹⁰⁴ no país e com estruturas de ferro para a cobertura, que precisaram ser projetadas e executadas na Alemanha pela falta de tecnologia disponível no Brasil (MIRANDA, 2003). Mas assim como a maioria das fábricas que operam por longos tempos, como os exemplos que foram vistos de Caxias do Sul, conforme vão expandindo suas produções, seu espaço também se expande em área e são feitos acréscimos e novos imóveis são construídos no espaço fabril. No capítulo anterior, um breve cronograma dessa evolução espacial da antiga cervejaria foi apresentado, até a configuração final que ocupava mais de 54 mil m² de terreno, com pouca diferença se aproxima de área com o terreno da MAESA, em Caxias do Sul, espaços realmente grandes. Destaca-se as construções da década de 1930 que foram para a abrigar a maltaria, que foi um marco na produção cervejeira no país.

¹⁰⁴ Concreto armado é uma estrutura de concreto com uma estrutura de aço embutida de tal maneira que os dois materiais atuam conjuntamente na resistência aos esforços (CHING, 1999, p. 58)

A edificação da malteria contava com diferentes setores, como secador de grãos, depósitos, a própria produção do malte¹⁰⁵ e os silos de concreto. Eram edifícios com quatro e cinco andares em alvenaria portante¹⁰⁶ com estruturas internas em concreto, e apresentando assimetria volumétrica. As fachadas eram apresentadas em planos retos com reentrâncias que marcavam as aberturas. E as coberturas planas, já apresentando geometrias modernas e reforçando um aspecto maciço, o que remetia a estética e as tecnologias que estavam sendo usadas no exterior.

Com a desocupação do imóvel pela cervejaria em 1998 pois, situada no centro da cidade, não comportava mais os grandes volumes de carga que recebiam distribuíam, e com a supervalorização terreno, acabou como em muitos casos, o imóvel é colocado à venda, colocando em perigo que a significativa arquitetura eclética, e outros valores que serão vistos a diante, de serem demolidos e apagados. Possivelmente, diante desse fato, que no ano seguinte, em 1999 a antiga fábrica é tombada pelo município.

Destaca-se que o conjunto já era inventariado, Prochnow (2015) coloca que

Desde 1979, o terreno ocupado pela cervejaria foi incluído na delimitação da Área Funcional de Preservação Cultural e de Proteção da Paisagem Urbana, e os imóveis que abrigam os antigos prédios da cervejaria foram listados como de interesse sociocultural para preservação por seu mérito histórico, arquitetônico e paisagístico (PROCHNOW, 2015, p. 105).

O processo de patrimonialização da Cervejaria Brahma pelo tombamento, formalizado em 14 de maio de 1999, considerou apenas aqueles prédios com valor histórico e arquitetônico, ignorando outras construções também com valores em potencial. Inclusive em um trecho do Documento de Notificação de Tombamento, que diz:

Agregados às estruturas do núcleo original da fábrica encontram-se vários anexos que prejudicam a leitura. Deverá ser procedida uma ampla intervenção de restauro com o objetivo de restituir e valorizar a arquitetura dos elementos tombados e proporcionar uso condizente à importância do bem cultural para a cidade. [...] O bem tombado deverá ser conservado e em nenhuma hipótese poderá ser demolido, destruído e mutilado em parte ou em seu todo, bem como só poderá ser restaurado com prévia comunicação e autorização desta Secretaria Municipal de Cultura (SMC). (PORTO ALEGRE, 1999)

¹⁰⁵ O malte é o cereal que passou pelo processo de germinação e secagem para a transformação do amido em açúcar fermentável (MORADO, 2009, p. 323). É ele o responsável pela cor e pelo paladar da bebida. (MORADO, 2009, p.111).

¹⁰⁶ Alvenaria portante, também conhecida por alvenaria estrutural, é uma parede capaz de suportar uma carga imposta, como aquela proveniente de um piso ou telhado de uma edificação (CHING, 1999, p. 213)

Como para o tombamento apenas aquelas construções com estilo eclético foram consideradas, em nenhum momento foi feita uma referência ao patrimônio industrial, e os demais espaços foram desconsiderados, deixando de fora inclusive o prédio da maltaria, que como visto tinha um valor arquitetônico, assim como outros valores que serão tratados posteriormente.

O espaço fabril, por ser ocupado desde 2003 por um shopping center, passou por uma intervenção arquitetônica significativa para abrigar o novo uso. Iniciada em 2000, a intervenção seguiu o tombamento, como deveria, a final é uma legislação que não cumprida tem implicações legais. Mas com isso, alguns imóveis do espaço fabril, que se fossem considerados como um patrimônio industrial, não poderiam ter sido demolidos ou fortemente descaracterizados, o que acabou ocorrendo em espaços como depósitos, oficinas, residências de altos funcionários, refeitório, enfermaria, serviços social, recreação e até mesmo com a maltaria, espaços importantes quando se trata de valores do patrimônio industrial.

Podemos perceber a magnitude do que foi apagado na figura a seguir (Figura 55) onde as linhas pretas fazer parte da planta baixa da última configuração da cervejaria, a área em laranja apenas o que foi tombado e permanece preservado. A imagem está sobreposta com a imagem aérea atual do shopping.

Figura 55: Foto aérea do shopping com sobreposição da planta baixa da Cervejaria Brahma com hachura nos prédios tombados



Fonte: COELHO, 2019, p. 124

A inauguração do shopping foi alvo de diversas matérias em jornais locais, como um encarte publicitário sobre o novo empreendimento que foi distribuído pelos jornais da cidade. Um ponto chama a atenção nessa publicação, é o relato que por estarem ocupando um patrimônio, se utilizam desse fato como um atrativo, porém apresentam apenas um histórico bem resumido da edificação, uma breve descrição sobre o processo de tombamento e relatam sobre a importância da restauração para a história da cidade e da arquitetura. Um pequeno trecho de uma fala do arquiteto responsável pela intervenção, no qual diz que a partir de então a cervejaria é uma “unidade industrial revitalizada sem perder sua identidade” (NETO, SCHERER, PRUNES, 2003, p. 6).

Porém, sobre a intervenção arquitetônica, em todo o texto publicitário se referem como restauro (Figura 56), diferente da fala do arquiteto. Sabe-se que a restauração arquitetônica na contemporaneidade se caracteriza não por suas técnicas, mas sim pela intenção das ações realizadas, que devem ser ligadas à preservação. (VINÃS, 2003). Sobre a restauração, mais precisamente de bens arquitetônicos industriais, Kühl (2008) segue na mesma linha e defende que:

Restaurar não é voltar ao estado original, nem a um estágio anterior qualquer da história do monumento, nem refazer imitando estilos do passado, [...] o restauro não é mera operação técnica sobre a obra – deve ser necessariamente um ato crítico antes de se tornar operacional; projeto e criatividade fazem parte do restauro. (KÜHL, 2008 p. 32)

Figura 56: Recorte do Encarte Publicitário do Shopping Total



Fonte: NETO, SCHERER, PRUNES, 2003, p. 6

Na visita realizada durante a pesquisa de campo, no então shopping, percebeu-se que poucos eram os elementos que remetiam ao seu passado industrial. Além da chaminé, símbolo inquestionável de um espaço fabril, e um letreiro na fachada indicando a antiga cervejaria, não foi possível perceber mais nada, uma vez que a arquitetura eclética também não remete ao seu uso inicial, mas deve ser destacado que as fachadas que são nesse estilo permanecem preservadas. Se externamente ainda há dois elementos fabris remanescentes, internamente, nos espaços de acesso público, não há nenhuma referência.

No tombamento, há a referência de bens integrados que faziam parte do prédio da fundição, localizados bem a sua entrada, que são um tanque de fermentação em cobre, piso cerâmico, azulejos na parede, escada de ferro e gradis metálicos (Figura 57). Infelizmente, esses elementos, os quais atualmente, fazem parte de espaço destinado a um restaurante que estava fechado na ocasião da pesquisa de campo, logo não foram possíveis de serem vistos. Porém, por fotos dessa empresa é possível ver quase todos os elementos citados no documento do tombamento, apenas não foi identificado os azulejos na parede.

Figura 57: Entrada principal do prédio que abrigava a fundição. Hoje restaurante.



Fonte: Zero Hora. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/destemperados/experiencias/noticia/2016/10/cafe-colonial-bela-vista-um-pulo-na-serra-sem-sair-da-capital-ckbpz39ny004pivslugzcfgw0.html>. Acesso em: 14 fev.2021

Apenas com a visita da pesquisa de campo não é possível afirmar se a intervenção arquitetônica foi realmente um restauro, embora deixe muitas dúvidas, pela falta de informação quanto ao antigo uso, dos espaços que foram apagados, sem referências históricas e de nenhum espaço ou dispositivo de memória que indique a produção de cerveja que ali funcionou por quase cem anos. Uma revitalização, termo utilizado pelo arquiteto, também pode ser questionada, uma vez que esse tipo de intervenção arquitetônica, segundo Castelnou Neto:

é feita para que a distribuição espacial de uma edificação seja compatibilizada com novas funções a serem a ela destinadas. [...] com o objetivo de preservar o existente, ao mesmo tempo de evitar o desperdício de material e o esbanjamento energético. [...] A revitalização consiste na reestruturação de um conjunto urbanístico ou obra arquitetônica, ou seja, na série de trabalhos que visam revitalizar – dar nova vida ou reabilitar – dar nova habilidade – a determinada obra que se encontrava em deterioração ou mesmo desuso. Para tanto permite-se reformular componentes – elementos constituintes -, associar novas funções e acrescentar intenções ao projeto, desde que se mantenha total ou parcialmente o caráter original. (CASTELNOU NETO, 1992, p. 267)

O que pode-se afirmar é que a preservação da arquitetura em si, e principalmente de suas fachadas foi feita com êxito, podendo ser considerado até mesmo um fachadismo. A arquiteta Kühl sobre fachadismo, comenta:

A importância e a qualidade de uma obra de arquitetura não se limita às suas fachadas. Cabe lembrar que um edifício não é um mero contentor, é todo um complexo de elementos que se articulam de modo orgânico na composição do conjunto [...]. O fato de desconsiderar ostensivamente o interior do edifício configura-se como repercussão de uma onda de “fachadismo” – intervenções que conservam apenas fachadas. (KÜHL, 2008, p. 187 e 188)

Deve se ressaltar que a preservação das fachadas é importante, ainda mais em uma edificação de estilo eclético com a presença de várias estatuarias, porém não deve ser apenas elas a serem consideradas em uma intervenção de um patrimônio, e sim o conjunto todo da edificação, e respeitar todos os seus valores. Como no caso da Cervejaria Brahma a atenção sempre foi voltada, em sua maioria, – em notícias de jornal e textos acadêmicos – para seu estilo arquitetônico, suas estatuarias, sua inovação para a época e para o seu arquiteto, quando aconteceu a intervenção, as publicações também formam nesse sentido. Considerando esses aspectos, a intervenção, aparentemente se mostra eficaz, mas não se pode esquecer que se trata de um patrimônio industrial, e como coloca Kühl:

O fato de o resultado final parecer satisfatório, por si só não assegura que a intervenção tenha sido respeitosa em relação ao bem que se queria salvar, podendo, antes, acobertar desatenções a aspectos que deveriam ter sido preservados e valorizados. (KÜHL, 2008, p. 57)

Porém, para aprofundar melhor sobre a intervenção que foi feita na antiga cervejaria, e entender melhor os procedimentos e escolhas adotados, foi feito um contato via e-mail com o arquiteto responsável pela intervenção convidando para uma entrevista, inicialmente o convite feito foi aceito, então foi pedido que as perguntas fossem enviadas previamente (Apêndice XVIII), solicitação que foi atendida, então adiantou que responderia por escrito, porém as respostas nunca foram enviadas, mesmo com diversas solicitações.

A mesma tentativa sem sucesso ocorreu com a solicitação de entrevista com um representante da administração do shopping, o primeiro contato feito, foi realizado pelo site do empreendimento, que foi respondido rapidamente pela Assessora de Relacionamento e Imprensa, dizendo que seria uma honra participar da pesquisa e também solicitou as perguntas via e-mail. Com as perguntas enviadas (Apêndice XIX), o e-mail foi respondido que não conseguiram se “debruçar” sobre as perguntas enviadas para elaborar as respostas mais adequadas, e enviaram matérias em anexo, pois acreditavam que seriam úteis. Infelizmente eram documentos que tratavam da história da cervejaria, mas o que foi solicitado era saber mais sobre o novo uso, como é ocupar um patrimônio, quais as medidas de preservação que ocorriam e se existem

projetos de ações futuras nesse sentido. Mas o material enviado foi muito útil para a escrita do capítulo 3.

Com um novo uso comercial, pela não estética fabril e a falta de elementos que simbolize o espaço industrial, um maior cuidado com a memória do trabalho, e não apenas no que se refere ao valor arquitetônico, deveria ser tomado. Algumas ações culturais, como por exemplo exposições, podem colaborar com a preservação da memória dessa edificação, porém nenhum registro de ações nesse sentido foi encontrado, e sobre a possibilidade de futuras ações, também não foi dada essa informação.

Apenas com os dados obtidos nessa pesquisa, considera-se que a memória do trabalho na edificação não foi levada em consideração na sua intervenção e no seu novo uso também está sendo esquecida. Um fato comum para patrimônios industriais, pois:

existe maior dificuldade em respeitar os edifícios industriais do que outros monumentos históricos pela falta de sensibilidade em relação ao objeto, que é considerado mero recipiente por seus espaços livres e versáteis; quando são transformados para novos usos, transcuram-se amiúde suas especificidades. (KÜHL, 2008, p. 55)

Outro espaço fabril analisado em Porto Alegre, assim como a MAESA, o qual tem o uso parcial do seu imóvel, foi a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, a Fiateci. Porém, uma parte de sua área já passou por intervenção arquitetônica, e assim como a da Brahma, também foi bastante noticiada nos jornais locais, como também foi objeto de textos acadêmicos.

Como já dito no capítulo anterior, hoje o antigo espaço fabril da Fiateci foi ampliado com uma área de uma empresa limítrofe, ocupando desde então todo o quarteirão, e abrigando um condomínio de uso misto, com três torres residenciais de 20 andares cada (Figura 58), com uma área condominial e estacionamentos, e uma torre comercial também com 20 andares (Figura 59). Toda essa estrutura ainda divide espaço com os prédios remanescentes da antiga fábrica.

Figuras 58 e 59 – Torres residenciais e torre comercial do condomínio Rossi-Fiateci



Fonte: PUIG, 2017, p. 9

A Fiateci era composta por distintos prédios no estilo eclético, em pavimentos únicos, distribuídos pelo terreno, ligados por passarelas abertas e cobertas, com ruas internas. Embora no mesmo estilo arquitetônico da Brahma, ela e a Fiateci nada se assemelham nesse sentido. As fachadas da Fiateci são tratadas com simplicidade, sem nenhuma decoração aplicada, apenas na fachada principal, se encontra platibanda com frontão com esculturas, alguns frisos e aberturas em arcos plenos. O principal diferencial da antiga fiação, em relação as demais fábricas do meio urbano, é o seu recuo tratado paisagisticamente, com caminhos em pedra granito rosa e áreas verdes. Esses são os prédios que constam na listagem do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Bairro São Geraldo.

Embora a parte condominial já esteja pronta com todas as suas obras finalizadas, uma outra parte do mesmo projeto ainda não foi concluída, que é a intervenção arquitetônica nos prédios da Fiateci, que deverão abrigar um centro comercial e o Museu da Fiateci, além do jardim.

Em entrevista realizada com arquiteta do escritório de arquitetura responsável pelo projeto do condomínio Rossi-Fiateci¹⁰⁷, Adriana Dalmás¹⁰⁸, ela explicou que a intervenção dos prédios da antiga fábrica foi apenas em dois prédios, um localizado bem na zona central do terreno que funciona como estacionamento da parte residencial (Figura 60) e uma grande edificação que ocupava toda a lateral do terreno original da fábrica, destinado ao espaço comercial, ambos tiveram seus telhados

¹⁰⁷ Denominação da Empreendimento realizado na área da antiga Fiateci.

¹⁰⁸ A entrevista com a Arq. Adriana seguiu as orientações a técnica escolhida para essa pesquisa. Dessa forma a lista de perguntas se encontra no Apêndice XX.

alterados, modificando suas alturas, para a construção de um segundo pavimento. O segundo prédio está no aguardo de um investidor para ter a sua intervenção concluída, assim como os demais prédios fabris. Segundo a arquiteta, embora já tenha aparecidos alguns interessados, como o investimento é muito alto e a localidade (4º Distrito) ainda não tem público para a demanda de um centro comercial, a intervenção ainda não foi concluída.

Figura 60 – Parte do estacionamento da área residencial



Fonte: Google Maps. Disponível em: encurtador.com.br/gGNS3. Acesso em: 16 fev. 2021

Essa área que aguarda para ter sua intervenção arquitetônica, foi isolada do restante do condomínio (Figuras 61 e 62) e não há qualquer tipo de uso para as edificações inventariadas. O jardim, que possivelmente está na memória dos operários e daqueles que viram a fábrica operando, pois era por ele o acesso principal do espaço fabril, hoje encontra-se com espessa vegetação, o que encobre a visibilidade da antiga fábrica, comprometendo a preservação do patrimônio e também a segurança dos usuários do condomínio.

Figuras 61 e 62 – Muro que separa a área condominial dos prédios inventariados



Fonte: Google Maps. Disponível em: encurtador.com.br/gGNS3. Acesso em: 16 fev. 2021

O projeto para a intervenção da Fiateci inicialmente previa quatro torres residenciais, que foram reduzidas para três, a pedido da EPAHC / CMC (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural da Coordenação da Memória Cultural) por se tratar de uma área com imóveis inventariados. Porém algumas concessões foram dadas pela EPAHC, como a liberação do limite máximo de altura. Assim, as grandes alturas das torres causam um impacto visual indiscutível no 4º Distrito, até mesmo a chaminé, elemento monumental quando comparada as edificações da antiga fábrica, agora sua visibilidade é parcial e perdeu o referencial de elemento longilíneo do espaço fabril. Outra concessão foi a alteração da altura do telhado, comentado anteriormente. Essa alteração, segundo Prochnow (2015) “internamente os usuários não terão a mínima sensação de estar dentro de um edifício histórico” (PROCHNOW, 2015, p. 145).

Embora o projeto ainda não tenha sido executado na sua integralidade, o que foi analisado até o momento em relação a memória fabril, essa não foi contemplada, assim como outros valores presentes em um patrimônio industrial. Lembrando que a campanha publicitária do empreendimento ressaltava que estava ocupando uma área histórica.

O fato de o imóvel ter a sua patrimonialização apenas pela inscrição na listagem do inventário do Patrimônio Cultural - Bens Imóveis - de Porto Alegre, também dá margens que esses imóveis passem por intervenções arquitetônicas que foquem apenas em suas fachadas. O que ocorreu no caso anterior, o da Brahma, mesmo ela sendo um patrimônio tombado. Os imóveis inventariados conforme diretrizes para intervenções da EPAHC¹⁰⁹, devem ter preservados apenas volumetria, coberturas e fachadas, uma vez que fazem parte da paisagem urbana cultural da

¹⁰⁹ As diretrizes determinadas pela EPAHC podem ser acessadas em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=12&p_secao=87

cidade, porém para esse projeto foi aberta uma concessão e nem a volumetria original foi preservada em alguns prédios, como colocado anteriormente. Essas diretrizes também deixam em aberto para a descaracterização interna, o que também ocorreu no caso da Fiateci. E não há nenhuma legislação vigente que possa respaldar os imóveis inventariados de tais intervenções. Sobre isso, Kühn (2008) defende:

Ações em bens culturais que não respeitam o documento histórico, sua configuração, seus aspectos memoriais e tampouco as especificidades e características dos materiais de que são compostos: ocorrem e não poderiam ser classificadas como ações de preservação (apesar de se autodenominarem como tal), pois são ditadas essencialmente por razões de uso, de especulação econômica (para obter maiores lucros), vinculadas a certas práticas políticas, inspiradas por vaidades e ignorâncias, pessoais e coletivas. São ações de cunho pragmático, e não cultural [...] - e não verdadeiramente voltadas à coletividade como um todo, considerando o tempo de "longa duração" - que conduzem a resultados que vão contra os próprios objetivos da preservação, a saber: tutelar e transmitir para o futuro, da melhor maneira possível, os bens culturais, assegurando também o respeito pelos seus aspectos memoriais e simbólicos (KÜHL, 2008, p.94)

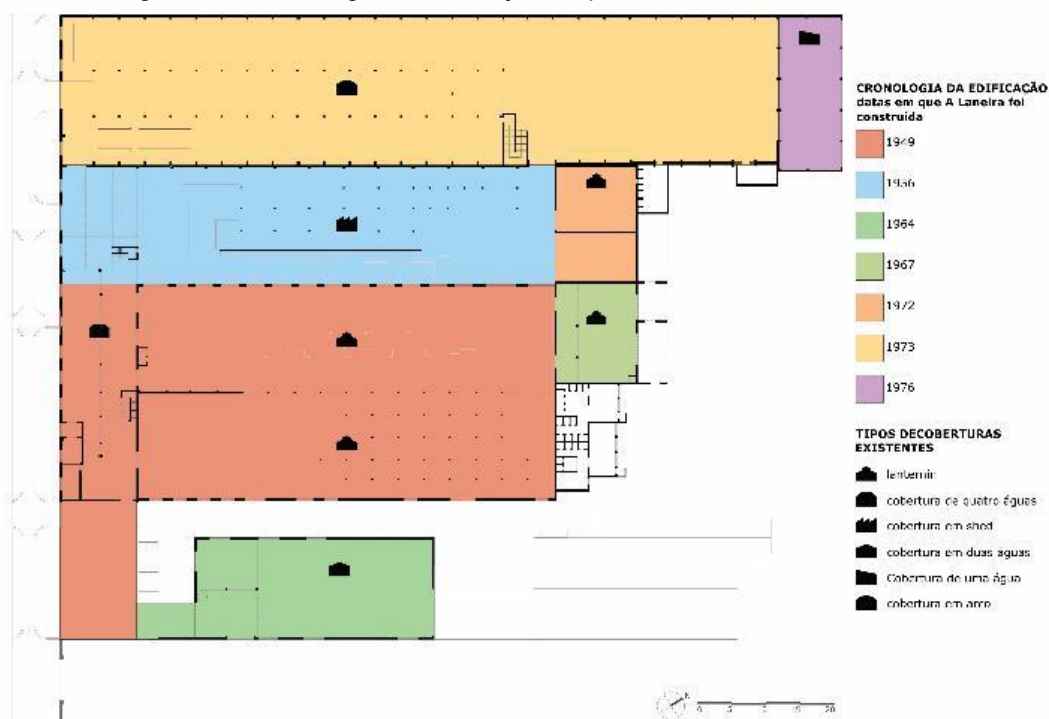
O término da execução do projeto previsto para toda a área da Fiateci deve ser concluído o quanto antes, pois sabe-se que um imóvel sem uso é o principal fator de degradação, além de estar privando a sua comunidade de poder usufruir de seu patrimônio.

Por fim, o antigo lanifício Laneira Brasileira S.A, assim como a Fiateci, também é um prédio inventariado. Sua arquitetura se assemelha a da MAESA, embora com uma dimensão bem menor, pois ocupou um terreno com em torno de 24 mil m² e chegou em uma área construída de aproximadamente 9 mil m². Com suas primeiras construções iniciadas no fim da década 40, o responsável técnico pela obra também seguiu o que estavam usando na Inglaterra em espaços industriais. Dessa forma, a Laneira também possui o mesmo revestimento externo, o tijolo aparente, como as aberturas padronizadas criando uma fachada simplificada. Internamente possuía plantas livres longilíneas, pé direito¹¹⁰ duplo e iluminação superior proveniente dos tipos de coberturas, tendência da época. Semelhante ao um grande galpão, a fábrica foi projetada em função da máquina, demonstrando preocupação com a funcionalidade do edifício, o que contribuía para facilitar a produção (MOURA, 2005, p. 161). E quando a sua cobertura, como os demais espaços fabris durante seu tempo de produção foram sendo feitos acréscimos na edificação, então a cobertura era

¹¹⁰ Pé direito é altura do piso até a cobertura.

composta por diferentes tipos, mas apresentava, entre outros, dois tipos característicos de um espaço fabril: o lanternin e o em *sheds* (Figura 63).

Figura 63 - Cronologia da edificação e tipos de coberturas existentes



Fonte: Projeto de Ensino: Reciclagem e requalificação de espaço industrial para implementação de Museus Inclusivos

A Laneira por sua arquitetura industrial torna-se uma referência urbana no seu bairro, condição que se mantém até hoje, embora venha sofrendo de forte deterioração, principalmente em suas coberturas. Essa degradação vem acontecendo desde o seu fechamento em 2003 quando ficou em situação de abandono por cerca de sete anos até a UFPel, adquirir o imóvel. Nessa época, a falta de manutenção resultou no desabamento de parte do telhado em *sheds* e provocou rachaduras nas paredes. Segundo Corrêa e Pintado (2014), “Após a aquisição do conjunto pela Universidade foram adotadas medidas paliativas para deter o processo de deterioração dos edifícios” (CORRÊA; PINTADO, 2014, p. 135).

Logo que o prédio foi adquirido pela instituição de ensino, além das medidas citadas, outras ações foram tomadas, como colocar o prédio em uso. Aquelas áreas que não estavam com a cobertura comprometida receberam atividades, em uma parte com a maior integridade recebeu atividades temporárias, como exposições. Outra parte ainda íntegra, mas que apresentava já alguma degradação, recebeu a Unidade de Recolhimento e Desfazimento de Bens Permanentes (URDB), que é uma espécie

de depósito que recebe todos os bens ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis da Universidade¹¹¹. Já a área do setor administrativo que ficava na extensão lateral limítrofe do terreno e é separada por uma rua interna da área de produção, foi destinada a área da saúde da universidade.

Uma ação importante, com foco na preservação, foi o pedido da Reitoria da UFPel à secretária Municipal de Cultura a inclusão da Laneira no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas em 2013. Solicitação aceita, a antiga fábrica é inscrita na lista do inventário com grau de proteção nível II, que nesta condição, as fachadas e coberturas devem ser preservadas mantendo-se a configuração original. Como colocado no capítulo 1, a patrimonialização é ato jurídico que atribui um valor a determinado bem e apresenta a intensão de preservação, mas não necessariamente a ação em si, dessa forma, mesmo sendo um imóvel inventariado a Laneira continua a sofrer com um processo avançado de deterioração.

Na mesma época do pedido de inventário da Laneira, outra ação estava sendo desenvolvida no sentido da preservação da antiga fábrica, que era a elaboração de um projeto arquitetônico para a área de produção. O projeto intitulado Casa dos Museus, se trata de um projeto classificado como de reciclagem e requalificação, que tem como principal objetivo de que “o lugar da produção fabril passa a ser o lugar da produção do conhecimento, da cidadania, da inclusão” (CORRÊA; PINTADO, 2014, p. 134).

Esse projeto foi desenvolvido durante um ano, dentro do Projeto de Ensino Reciclagem e Requalificação de Espaços Industriais para Implantação de Museus Inclusivos. Formada por uma equipe de professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e alunos dos cursos de Museologia, Conservação e Restauração, e Arquitetura e Urbanismo, coordenados pela Professora Francisca Ferreira Michelin. Alguns meses após o início das atividades a arquiteta Liciane Almeida foi contratada¹¹² para ingressar no projeto.

¹¹¹ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/perguntas/14-o-que-e-urdb-unidade-de-recolhimento-e-desfazimento-de-bens-permanentes/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

¹¹² A arquiteta foi contratada por meio de convênio firmado entre a UFPel e a Fundação Delfim Mendes Silveira (FDMS). A FDMS se caracteriza como uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento da tecnologia e das ciências, através do apoio a projetos científicos e atividades de ensino, pesquisa e extensão de entidades públicas e de organizações privadas, por meio do assessoramento a atividades administrativas, técnicas e financeiras.

Uma entrevista com a Arquiteta Liciane foi realizada pela autora em 2014, quando o projeto estava sendo finalizado. O Assunto tratado foi os objetivos e principais aspectos do projeto. Na ocasião ela confirmou que os dois principais objetivos da proposta tinham sido atendidos, que era um prédio acessível e que mantinha preservado o seu caráter de espaço fabril. Como pontos positivos, elencou a valorização de uma memória fabril aliado à um uso adequado desse patrimônio, e a qualificação do bairro Fragata, que quando implementado pode gerar.

Ainda sobre o projeto, é unânime que se trata de uma reciclagem, que segundo Corrêa e Pintado (2014) esse tipo de intervenção arquitetônica

é um processo de recuperação de um espaço existente para usos não previstos inicialmente, o que reconduz suas qualidades e defeitos a operações como desmontar, selecionar, adaptar e completar, o que pode levar a um aglomerado de intervenções (CORRÊA; PINTADO, 2014, p. 137).

Castelnou Neto (2004) sobre a reciclagem como intervenção arquitetônica defende que:

baseia-se essencialmente na reutilização de um edifício ou sítio urbano, ou melhor, numa adaptação a novos usos. Reciclar é iniciar um novo ciclo de utilização da obra, o que pode ser feito não só com a mudança de função da mesma como da sua forma e até caráter. Vai desde a modernização da aparência até o aproveitamento do valor econômico, cenográfico e sentimental da obra arquitetônica.

A reciclagem é uma prática que tomou impulso principalmente após a década de 60, com o despertar ecológico - a crescente preocupação com o meio ambiente natural - e o despertar histórico- a consciência da importância do passado. Oferece um meio menos perturbador socialmente para a melhoria da cidade, além de ser uma prática mais econômica (CASTELNOU NETO, 2004, p. 267).

Ao analisar o projeto e a fala da Arquiteta Liciane, percebe-se que está de acordo com um patrimônio industrial, porém a sua execução não foi nem iniciada. Diante dessa situação, o espaço fabril continua sendo subutilizado e sofrendo com as degradações que são perceptíveis para quem passa na frente da sua fachada, notando o desabamento de diversas partes de sua cobertura. O que se faz necessário que uma intervenção arquitetônica seja realizada imediatamente, se o projeto da Casa dos Museus não pode ser executado nesse momento, que então uma intervenção emergencial para conter a sua degradação e evitar mais prejuízos a edificação seja realizada.

Embora uma pequena parte esteja sendo utilizada pela área da saúde, e como escrito anteriormente é um espaço no qual a ligação se faz apenas por uma rua interna e não interfere diretamente na área de produção, destinado ao projeto da Casa dos Museus. Porém indiretamente algumas ações realizadas no imóvel acabam por

interferir no que diz respeito ao patrimônio industrial, como já citado no capítulo anterior a demolição do refeitório que ficava junto ao espaço administrativo. E mais recentemente uma pintura realizada em uma parte da fachada que é ocupada pelo Centro de Cuidados Paliativos, em junho de 2020, onde um mural multicolorido em grafite foi executado descaracterizando a fachada. A descaracterização é apenas visual e de estilo, uma vez que a pintura foi realizada apenas em uma parte que não havia originalmente o revestimento em tijolo aparente, o que então, pode ser facilmente retirado e uma nova pintura ser refeita mandando o estilo original da fachada (Figuras 64 e 65).

Figuras 64 e 65 - Imagem parcial da Fachada da Laneira em 1994 e junho de 2020



Fonte: Fototeca Memória da UFPel – Coleção LBSA e Diário Popular. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/cultura-entretenimento/as-cores-de-uma-vida-melhor-152120/?>. Acesso em: 05 mar. 2021

Atualmente, a Laneira está sob o risco de um desabamento, comprometendo toda a edificação, mesmo sendo um patrimônio. A legislação municipal sobre o patrimônio cultural é omissa quanto a casos de imóveis perante degradações e possível desabamento. Na Lei do Inventário (Lei nº 4.568/2000), não há nenhuma menção quanto à falta de preservação e a degradação pelo tempo. Uma possível interpretação de que a degradação pode ser um caso de descaracterização talvez seja possível no trecho da lei, a qual afirma que:

Aos responsáveis por descaracterização, mutilação ou desequilíbrio de bens constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, total ou parcialmente sem autorização do Município, sejam pessoas físicas ou jurídicas, será aplicada multa [...] conforme a gravidade da infração a ser apurada em processo administrativo (PELOTAS, 2000).

Em casos como a Laneira, imóveis sem uso e sofrendo fortes deteriorações, apenas uma possível multa seria a única ação que o poder público pode executar, no sentido de cobrar uma preservação do patrimônio.

Das cinco antigas fábricas aqui analisadas, embora tenham sido patrimonializadas apenas seus imóveis principais, como potenciais patrimônios

industriais, sabe-se que outros bens devem formar o conjunto que assim os determinem como dessa tipologia. Nesse sentido, a seguir é analisado a possibilidade de associar esses outros bens ao imóvel fabril.

4.2 O entorno, os bens móveis e imateriais do patrimônio industrial

Os principais documentos sobre o patrimônio industrial, os conceituam como é um conjunto de bens. Alguns desses trechos, já foram citados ao longo desse texto, como a definição de patrimônio industrial da Carta de Sevilla (2019).

Nesse mesmo documento, quando se trata das propostas e ações para o patrimônio industrial, alguns itens devem ser destacados, entre eles o item que “devem ser geradas políticas eficazes de preservação e tutela dos acervos constituídos por bens móveis e documentais de grande valor histórico” (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 30). Outro diz que “as infraestruturas históricas devem ser preservadas não apenas pelo seu valor histórico característico, mas também pelo seu valor de continuidade ao serviço dos cidadãos, do território e da paisagem” (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 33). E de mesma importância a proposta de que

é urgente desenvolver um projeto para o território relacionado à memória do trabalho que garanta a sobrevivência desses documentos insubstituíveis para entender a cultura do trabalho por meio da metodologia da história oral dos depoimentos e saberes dos técnicos, gestores e trabalhadores (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 29).

Outro documento importante, Os Princípios de Dublin (2011), também apresenta uma definição de patrimônio industrial, e não diferente, apresenta essa tipologia patrimonial como um complexo onde:

Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.

No principal documento, a Carta de Nizhny Tagil (2003), da mesma forma que os anteriores, conceitua o patrimônio industrial um sistema que:

compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais

relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (Nizhny Tagil, 2003).

Esses trechos aqui apresentados são para certificar e reforçar o que é defendido nessa pesquisa, o patrimônio industrial como um complexo composto de diferentes bens¹¹³ e integrados em seu território, preservando a paisagem na qual a fábrica contribuiu efetivamente para a sua formação.

Analisando os casos estudados nessa pesquisa, apreende-se que são bens completamente distintos, o Lanifício São Pedro, por exemplo, dos cinco casos é o que tem o seu entorno mais valorizado e, dessa forma, acaba por ser preservado. No entanto, essa valorização não se limita apenas ao seu arredor imediato, mas todo um território, o núcleo central do bairro.

O bairro de Galópolis se desenvolveu basicamente por conta do antigo lanifício, e todas as famílias residentes nessa localidade possuem membros que em algum momento trabalharam – ou trabalham – no lanifício. E muitos serviços e estruturas foram proporcionadas ou receberam apoio da fábrica, inicialmente pelo fato de o bairro ser afastado do centro da cidade. Com isso a população gerou um senso de pertencimento e identidade bem forte com o seu território.

Além dos já citados bens patrimonializados de Galópolis no capítulo 3 (Lanifício São Pedro, Vila Operária e Residências do Hercules Galló), outros imóveis também fazem parte das listagens do Plano Diretor de Caxias do Sul, os quais juntos dão a identidade da localidade. Ainda, formam a paisagem do núcleo do bairro também a Igreja Nossa Senhora do Rosário Pompéia, o Capitel São José e a Cascata Véu de Noiva.

Mas além desses imóveis, outros que não receberam tal distinção, também são importantes nessa paisagem e são valorizados pela sua comunidade. É possível listar essas edificações através das falas dos moradores locais. No ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19, foram lançadas duas temporadas do podcast Memórias de Galópolis¹¹⁴. A primeira temporada conta com 18 episódios e a segunda com cinco episódios, que possuem o objetivo de:

dar voz à comunidade do bairro Galópolis (Caxias do Sul – Rio Grande do Sul) por meio de entrevistas disponibilizadas diariamente nas plataformas

¹¹³ Referente aos bens imateriais, essa pesquisa se baseou nos exemplos citados por Lima (2013), que são os cantos de trabalho, os depoimentos orais, a organização do trabalho, os procedimentos, o saber fazer e os sons do ambiente fabril.

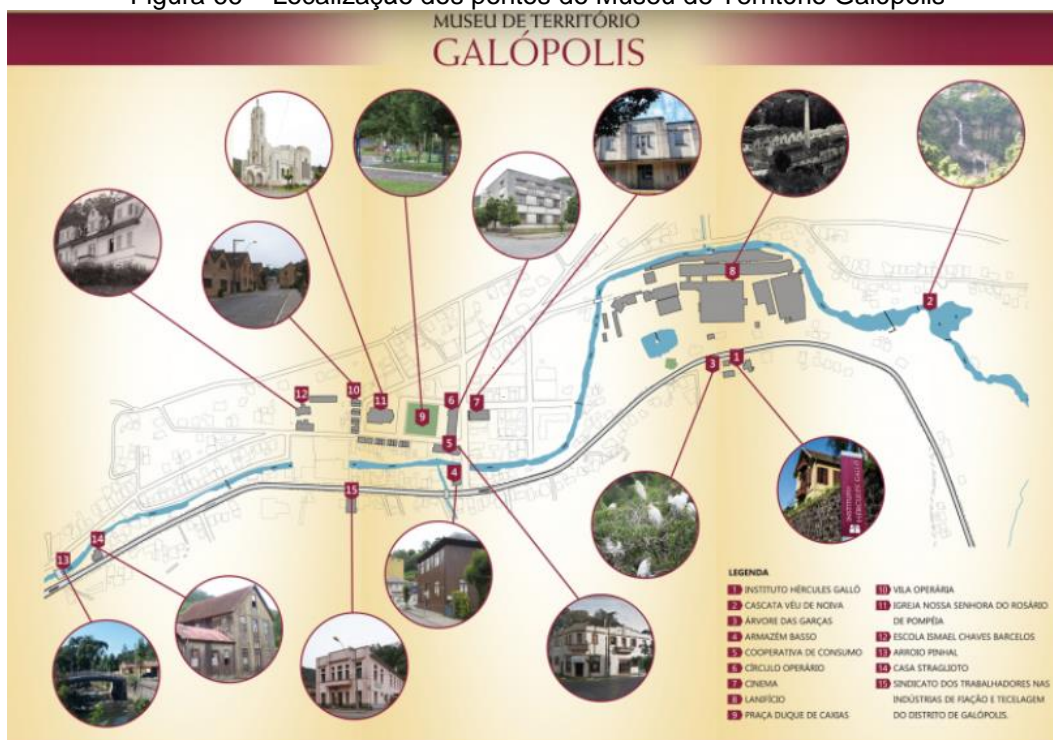
¹¹⁴ Todos os áudios podem ser acessados pela rede social do Museu de Território de Galópolis no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/museudeterritoriodegalopolis>.

online do Museu de Território de Galópolis, trazendo memórias individuais e coletivas relacionadas à identidade do território e ao Patrimônio Cultural local. (<https://www.facebook.com/museudeterritoriodegalopolis>, 2020)

Algumas das edificações que são citadas nas entrevistas desses podcast são a Cooperativa de Consumo, o Armazém Basso, o Círculo Operário, o Cinema, a Escola Ismael Chaves Barcelos, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis e a Casa Straglioto. Mas outros locais, não edificadas, constituidores da paisagem também são citados, como a Praça Duque de Caxias, o Arroio Pinhal e a Árvore das Garças, entre outros.

Todos esses espaços de Galópolis citados, hoje, são pontos do Museu de Território de Galópolis, que teve seu trajeto inaugurado em agosto de 2019. Com quinze pontos que compunham a territorialidade do museu (Figura 66), eles são identificados por totens instalados ao longo do território musealizado, que apresentam um breve histórico e fotos do local (Figura 67).

Figura 66 – Localização dos pontos do Museu de Território Galópolis



Fonte: Guia de Caxias do Sul. Disponível em:

<https://www.guiadecaxiasdosul.com/turismo/passeios/galopolis-museu-de-territorio/galopolis-museu-de-territorio>. Acesso em 18 fev. 2021.

Figura 67 – Totem da Vila Operária



Fonte: Jornal Ponto Inicial. Disponível em:

<https://www.jornalpontoinitial.com.br/2019/08/19/inaugurado-no-sabado-o-museu-de-territorio-o-caminho-da-historia-um-museu-a-ceu-aberto-na-localidade-degalopolis/>. Acesso em: 18 fev. 2021

Embora um museu de território, segundo Varine (2013) deva ser “focado no território, seus habitantes e em seus visitantes” (VARINE, 2013, p. 186), houve críticas quanto a participação da comunidade na elaboração do projeto do Museu de Território encabeçado pelo Instituto Hércules Gallo (IHG). Segundo Erlo (2019) a participação da comunidade na etapa construção de ideias para o museu, foi ínfima, pois aconteceu apenas algumas reuniões organizadas pelo IHG com algumas lideranças locais e outras abertas ao público, que eram muito mais informativas e com a finalidade de busca de informações do que para a elaboração do museu. Ainda que, como relata Erlo (2019),

antes mesmo da criação do IHG, já existia uma demanda de preservação da paisagem industrial que compõe a região, vinda por parte dos próprios moradores, que possuem sua história de vida arraigada na história de criação do Lanifício local, responsável por organizar todas as estruturas que orientaram a dinâmica social e cultural da vila operária (ERLO, 2019, p. 71)

Esse tipo de situação é inverso ao que se conceitua um museu de território, Varine (2013) sobre isso, defende que:

A comunidade não é um objeto do museu, seus membros não são simples visitantes, um público qualquer, do mesmo tipo, por exemplo, que os turistas ou grupo escolares vindos de ônibus, eles são sujeitos do museu e são atores. Não basta, portanto, tratá-los como informantes, ou como espécimes etnográficos ou em amostras sociológicas, mas o museu deve integrá-los a todas as etapas de seu processo e de sua vida (VARINE, 2013, p. 186 e 187).

Cabe agora ao IHG, em suas próximas ações integrar a sua comunidade, assim como a comunidade deve se apropriar de seus patrimônios, sejam eles institucionalizados ou não.

O instituto, antes da inauguração do percurso do museu de território, já tinha inaugurado o seu núcleo anos antes, em novembro de 2015. O núcleo está situado nas antigas residências de Hércules Gallo, que são tombadas em nível municipal. Após uma intervenção arquitetônica, uma das casas passou a ser ocupada com espaços expográficos. Os doze cômodos receberam temas, dentre eles imigração, industrialização, família Galló e comunidade de Galópolis.

O tema industrialização ocupa um cômodo no primeiro pavimento, onde são expostos alguns objetos ligados diretamente ao lanifício (Figura 68). Embora seja apenas um pequeno espaço, demonstra um potencial para que o instituto seja um local centralizador dos bens móveis ligados ao lanifício. Não quer dizer que seja um espaço de guarda, mas sim um local que possa organizar um inventário desses bens, no qual esse registro seja uma forma de preservação de objetos que estão dispersos pela comunidade, que possivelmente os tenha devido seu senso de valorização com a fábrica, assim objetos que poderiam se perder caso seus proprietários não atentem para o valor dos bens. Assim como aqueles objetos que se encontram na fábrica, podem, da mesma forma, estar sendo dissociados do seu espaço de origem.

Figura 68 – Sala da Industrialização no Instituto Hércules Galló



Fonte: Autora, 2019

Sabe-se que ainda há maquinários do tempo do Lanifício São Pedro em funcionamento na Cootegal, como colocado por Bueno e Taitelbaum (2009), que “grande parte das máquinas da cooperativa ainda é do antigo Lanifício São Pedro, mas aos poucos vêm sendo substituídas por novos modelos de teares, mais modernos e eficientes” (BUENO; TAITELBAUM, 2009). Informação, confirmada através do podcast que entrevistou uma atual funcionária do lanifício, que diz ainda operar um antigo maquinário.

Na entrevista com a Sr.^a Rosa Diligenti, quando questionada sobre a administração da Cootegal, se havia algum tipo de preocupação em manter as máquinas antigas pelo seu valor histórico, a resposta foi que nesse momento não.

Como sugere Cury e Yagui (2015), os quais tratam sobre a musealização do patrimônio industrial, quando um objeto não pode ser mantido *in situ*, um museu presente no território se apresenta como um local de guarda adequado. Também sugerem que, o ideal, quando podem permanecer em seu lugar original, os objetos devem ser integrados e articulados com outros objetos, “para darem conta de determinado conceito que os une por um território” (CURY; YAGUI, 2015, p. 112). Nesse sentido, Instituto e Cootegal podem, em favor da preservação do patrimônio industrial, operar em uma parceria. Primeiramente, com um inventário dos bens móveis presentes em todo o território, e apenas aqueles com risco de dissociação ou desaparecimento, ficarem sob a guarda do museu.

Sobre bens imateriais, os Princípios de Dublin (2011), coloca que, os bens materiais somam-se o “patrimônio imaterial incorporado às habilidades técnicas, memórias e na vida social dos trabalhadores e de suas comunidades” (OS PRINCÍPIOS DE DUBLIN, 2011). Nesse sentido, que tanto a Carta de Nizhny Tagil (2003) e Carta de Sevilla (2019) recomendam a preservação da memória da classe trabalhadora. Porém, entende-se que outras memórias podem se somar, como de outros agentes que de alguma maneira fazem parte do passado fabril, mas não necessariamente trabalharam na fábrica, como os familiares dos operários, vizinhos do espaço fabril, fornecedores, etc.

O projeto¹¹⁵ dos podcasts é uma ação que vai ao encontro da preservação dos bens imateriais do antigo Lanifício São Pedro. Com, atualmente 23 episódios, ou seja,

¹¹⁵ O projeto foi idealizado pela historiadora Geovana Erlo e realizado por meio do Instituto Hércules Galló, no qual a primeira temporada obteve o financiamento do FAC DIGITAL RS, Secretaria da Cultura

23 entrevistas com diferentes membros da comunidade, e a maioria com alguma ligação com a antiga fábrica. Como Varine (2013) defende, “esse patrimônio é, com efeito, um fator de confiança em si, de orgulho individual e coletivo, é um capital a se fazer usufruir” (VARINE, 2013, p. 152), assim manter essa memória viva da comunidade de Galópolis é essencial tanto para o território como para o patrimônio fabril. E esse formato, em que a metodologia da história oral é utilizada em um meio de divulgação, é uma maneira de manter viva o patrimônio imaterial, pelo menos por um longo tempo, além de difundi-la amplamente. Porém deve se atender que nesse projeto, como é voltado mais para o território, e não especificamente para a fábrica, no que se refere as técnicas que foram, ou ainda são utilizadas, durante todo o período de operação do lanifício, não há nenhuma entrevista que relate sobre. Dessa forma, é ponto que ainda precisa ser indagado em testemunhos futuros.

Percebe-se, então, que no antigo Lanifício São Pedro o conjunto dos bens que o compõe, conforme as definições de patrimônio industrial, ainda são preservados e valorizados, reforçando o seu potencial de patrimônio industrial, já que não é assim definido, nem na legislação, nem nas ações preservacionistas que estão sendo implantadas no seu território, como destaca Erlo (2019), quando analisa o texto do folder sobre o Museu de território Galópolis, onde escreve que:

o bairro Galópolis é apresentado como “o maior conjunto de patrimônio edificado de Caxias do Sul” – tratando-se de uma constatação falha e rasa, ao não focalizar a tipologia patrimonial que o espaço representa (a de patrimônio e paisagem industrial), também deixando de fora outros espaços que compõem o patrimônio de Caxias do Sul (ERLO, 2019, p. 85).

Diante dessa constatação, a musealização desse patrimônio o qual, de alguma forma, já foi iniciado, possui potencial, principalmente pela comunidade possuir um senso de pertencimento com o território, uma identidade e valorizar o patrimônio do Lanifício São Pedro.

O outro patrimônio analisado também de Caxias do Sul, a Metalúrgica Abramo Eberle - MAESA, assim como o Lanifício São Pedro possui pela sua comunidade uma valorização do seu patrimônio. A antiga metalúrgica é conhecida por todos os cidadãos de Caxias do Sul, assim como a sua história, o que faz essa fábrica ser objeto de diversas pesquisas e publicações. E a metodologia da história oral comumente aparece, quando se trata de qualquer tipo de investigação sobre a

MAESA, dessa forma, muitas são as entrevistas que são feitas com antigos operários e demais agentes.

Algumas dessas entrevistas são de acesso público, pois há no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul, o Banco de Memória, um setor que “possui um acervo de mais de 1.000 entrevistas, além de palestras, discursos e debates com políticos da cidade” (PRUX; TRONCA, 2014, p. 79). Esse setor surgiu em 1980 e até hoje recebe colaborações, garantindo assim que as entrevistas possam ser utilizadas como fonte para pesquisas. Entre essas pesquisas, se encontra testemunhos sobre as fábricas de Caxias do Sul, principalmente sobre a Metalúrgica Abramo Eberle, que muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade.

O documentário, *A Honra do Trabalho*¹¹⁶, também apresenta diversos testemunhos de ex-funcionários da metalúrgica, os quais narram sobre o seu trabalho e as relações sociais que desenvolveram. Uma fonte importante sobre a memória do espaço fabril.

Especificamente sobre o prédio dois da metalúrgica, conhecido como MAESA, objeto dessa pesquisa, outras entrevistas também foram feitas, principalmente desde que começou o processo de transferência da propriedade do imóvel para a prefeitura e o seu processo de patrimonialização. Pode-se citar um dos mais recentes projetos, que realizou algumas dessas entrevistas, o Educa MAESA, que desenvolveu um espaço virtual¹¹⁷ no qual disponibiliza todo o material desenvolvido na pesquisa realizada para a disciplina de Estágio em História IV do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS) durante o segundo semestre de 2020.

Embora dispersas, há um material significativo de história oral, que muito pode contribuir para a preservação de bens imateriais da MAESA. E o local que pode ser indicado para centralizar e organizar um inventário desses bens, é o futuro Museu do Trabalho, que está previsto, conforme o plano de necessidades, para ser instalado na MAESA. Em entrevista com a Rubia Ana Mossi Frizzo¹¹⁸ (Apêndice XX), atual coordenadora da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Uso e Gestão do Complexo Cultural e Turístico MAESA, ainda não há um projeto

¹¹⁶ O documentário foi desenvolvido por um grupo multidisciplinar que participaram do curso de pós-graduação em Gestão de Bens Culturais. E pode ser acessado pelo link: <https://sites.google.com/view/educamaesa/hist%C3%B3ria-da-mae/refer%C3%Aancias>

¹¹⁷ O projeto pode ser acessado pelo link: <https://sites.google.com/view/educamaesa/in%C3%ADcio>

¹¹⁸ A entrevista com a Sr^a Rubia seguiu as orientações a técnica escolhida para essa pesquisa. Dessa forma a lista de perguntas se encontra no Apêndice XXI

museológico para o futuro museu, apenas a indicação que seja localizado no espaço da antiga fundição, setor representativo da metalúrgica, uma vez que nele algumas máquinas permaneceram no espaço. Segundo notícia do jornal local Pioneiro, de 03 de novembro de 2020, a prefeitura de Caxias do Sul tombou esse maquinário em outubro de 2020, pois segundo Rubia, “um prédio vazio não é a mesma coisa que com o maquinário para contar a história. São equipamentos de quando a Metalúrgica Eberle surgiu, de 1945 a 1948, e que têm um valor simbólico muito grande, e valor comercial bem reduzido” (MUGNOL, 2020).

Assim como o futuro museu pode contribuir para a preservação dos bens imateriais, também pode contribuir com os bens móveis, uma vez que já vai ser responsável pelo maquinário. Sabe-se da existência de diversos objetos que fazem parte da memória da MAESA, alguns estão sendo preservados, como é o caso daqueles que se encontram no Arquivo Histórico Municipal, que possui uma coleção intitulada Metalúrgica Abramo Eberle, que tem um acervo de fotografias e documentos administrativos, como descreve TESSARI (2013):

Entre os documentos que perfazem a “Coleção Metalúrgica Abramo Eberle” dessa instituição, constam diversos álbuns fotográficos cujas imagens registram cenas do trabalho no interior da empresa, como retratos dos empregados, dos diretores e dos gerentes da firma, as seções de produção, o patrimônio da fábrica (prédios e maquinário), os produtos fabricados, os desfiles cívicos, os eventos esportivos, entre muitas outras atividades relativas ao cotidiano da fábrica. Ao todo, são mais de 25 álbuns fotográficos da empresa, que, somados às fotografias avulsas que também perfazem a coleção de imagens da Metalúrgica Abramo Eberle, resultam em mais de 10 mil registros visuais das atividades da fábrica. (TESSARI, 2013, p. 132 e 133)

A instituição também possui outros acervos referente à MAESA em outras coleções, como projetos arquitetônicos dos imóveis patrimonializados da metalúrgica do Arquivo Permanente da Administração Pública.

Outro acervo de acesso público e preservado está sob a guarda do Museu Municipal de Caxias do Sul, que conta com diferentes objetos referentes à metalúrgica, como mobiliários, produtos produzidos na fábrica, documentos e etc. Destaca-se que na exposição de longa duração do museu, há uma sala cujo tema é industrialização da cidade, porém a expografia do espaço ilustra apenas a Metalúrgica Eberle (Figura 69). A justificativa dos funcionários do museu, para apenas a metalúrgica ser representada, se dá pelo fato dessa fábrica ser a mais importante na história da cidade, pois contribuiu para o seu desenvolvimento, e a fez se destacar como polo metal mecânico de Caxias do Sul (SALES, 2006).

Figura 69 – Sala da Industria no Museu Municipal de Caxias do Sul



Fonte: <https://caxias.rs.gov.br/2018/04/secretaria-da-cultura-divulga-resultado-da-convocatoria-do-projeto-museu-arte-viva>. Acesso em: 19 fev. 2021

Também há o acervo privado da família Eberle, sabe-se que ele está preservado em virtude de ter servido como fonte para o livro *Abramo e seus filhos: cartas familiares 1920-1945*, escrito por, Heloisa Eberle Bergamaschi, neta de Abramo. Na publicação, a autora relata que sua principal fonte foi o acervo de Júlio João Eberle, filho de Abramo, que ao falecer deixou um arquivo pessoal com livros, fotografias, periódicos e entorno de mil cartas. As cartas, recebidas e cópias das enviadas, estavam organizadas por datas e assuntos, que tratavam da família e da empresa (BERGAMASCHI, 2005).

Assim como sugerido para o acervo do Lanifício São Pedro, o acervo da MAESA, também não precisa estar todo sob a guarda do futuro museu, recomenda-se apenas inventários, e quanto possível, cópias ou fotografias digitais para acesso público.

Como já visto, a metalúrgica Abramo Eberle conforme expandia seus negócios, foi ocupando diversos prédios pela cidade, se tem identificado cinco imóveis. Como o prédio sede da metalúrgica, localizado bem no centro da cidade, tombado pelo município em 2006 e com reconhecimento por toda a sua comunidade; a conhecida MAESA; duas unidades industriais construídas no bairro São Ciro, área industrial da cidade, a primeira em 1966 e a segunda na década de 1970; o pavilhão localizado na mesma quadra da sede, identificado pela piteira na platibanda (Figura

70); e por fim também no centro da cidade, o sobrado da sociedade Eberle, Kochenborges & cia, que consta na listagem do Anexo 13 do Plano Diretor.

Figura 70 – Unidades Industriais da Metalúrgica Abramo Eberle



Fonte: Catálogo Eberle (sem data)

O prédio que foi sede da metalúrgica após a sua desocupação na década de 1990, passou por um longo período desocupado, até que em 2012 uma empresa de investimentos imobiliários compra o imóvel, que então executa uma intervenção arquitetônica, que segundo a nova proprietária foi uma revitalização. O seu atual uso é um centro comercial nomeada de Pátio Eberle, que conta com lojas, áreas corporativas, gastronomia, entretenimento, ensino e também um estacionamento rotativo. No térreo, em corredores que dão acesso ao estacionamento foi inaugurado

em dezembro de 2020 a exposição permanente¹¹⁹ intitulada Caminho Histórico Pátio Eberle (Figura 71), que é composta de 15 painéis que contam a trajetória do prédio de forma cronológica. Essa exposição é fruto de um compromisso firmado entre a proprietária do prédio e o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), que por ser um prédio tombado, caberia a empresa contar a história daquele lugar.

Figura 71 – Detalhe da Exposição



Fonte: ANDRADE, 2020

Há outros dois imóveis que podem colaborar com memória da fábrica, a antiga residência do fundador da metalúrgica, construída em 1938, localizada a poucos metros da sede fabril, foi tombada pelo município em janeiro de 2006. E a casa de Júlio Eberle (filho de Abramo), única edificação que foi mantida da Chácara dos Eberle, um quarteirão que inicialmente abrigava várias residências da família. Atualmente o espaço é ocupado por um condomínio de luxo, que integra a residência do Júlio com duas torres de 19 pavimentos. Essa situação faz lembrar o caso da Fiateci, um imóvel patrimonializado – a casa consta na lista do Anexo 13 – que é encoberta por edifícios em altura, descaracterizando a paisagem.

¹¹⁹ O termo exposição permanente é o usado nas redes sociais do centro comercial, assim como em notícias sobre o novo espaço, dessa forma optou-se por manter o termo.

Os prédios citados que fazem parte da história da Metalúrgica, nenhum deles está no seu entorno imediato, embora a associação de todas essas edificações seja relevante para a história da fábrica, assim como a preservação da paisagem onde a fábrica está inserida, também é fundamental para a memória fabril. Sobre o entorno da MAESA, Dias (2019) comenta:

Cabe ressaltar que, dos quarteirões que ficaram de fora da ação de tombamento, um deles é de extrema importância para a história da MAESA. Trata-se da existência de um edifício que era a matriz energética da fábrica, a central de energia elétrica. Diferentemente de outras fábricas onde a matriz energética era o carvão, e por isso possuíam grandes chaminés, a MAESA é construída em um período de mudanças tecnológicas, dispondo de energia elétrica para seu funcionamento, logo a chaminé não está presente em sua paisagem, mas possui, por outro lado, uma central de distribuição de energia, representada por este edifício. Como este quarteirão não sofreu tombamento, nem seu edifício, o símbolo da “modernidade” do conjunto acaba fora das ações de preservação e, possivelmente, venha a desaparecer em breve (DIAS, 2019, p. 108).

Segundo duas entrevistas dadas ao projeto Educa MAESA¹²⁰, nas primeiras discussões sobre o tombamento da antiga metalúrgica, foi levantada a hipótese do tombamento do complexo MAESA, que deveriam ser tombados além do espaço fabril, as áreas do Colégio Henrique Emílio Meyer, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), da Praça Monteiro Lobato; que são espaços que surgem por uma demanda causada pela instalação da fábrica nessa localidade. Um seminário foi organizado por dois setores da Secretaria de Cultura, o COMPAHC e o Departamento de Memória e Patrimônio, com o propósito de engajar a população na ideia do tombamento da MAESA, que foi realizado no Colégio Henrique Emílio Meyer, e na ocasião uma caminhada foi realizada para a “identificação do entorno histórico” (FRIZZO, 2019, p. 64), e mesmo tendo esse reconhecimento do entorno o tombamento do conjunto não se efetivou, há apenas referência à esses imóveis na inscrição da MAESA no Livro Tombo.

Nota-se que mesmo fazendo parte de uma mesma fábrica, os imóveis estão sendo tratados com trajetórias individuais, e estarem em bairros distintos, acaba dificultando seu entendimento enquanto um acervo único, o que pode ser entendido como uma dissociação. Mesmo o foco desta pesquisa estar apenas no prédio conhecido como MAESA, se entende que o seu contexto histórico deve ser mantido,

¹²⁰ As entrevistas são a do Arquiteto e Urbanista Mauricio Rossini dos Santos que é membra da Mousai (Associação dos Amigos da Memória e do Patrimônio de Caxias do Sul). E do Professor Ramon Tisott que pesquisa sobre a Metalúrgica Abramo Eberle. Disponíveis em: <https://sites.google.com/view/educamaesa/entrevistas>. Acesso em: 22 fev. 2021.

afinal essa edificação foi construída para suprir uma expansão que o prédio sede já não comportava mais. E mesmo aqueles espaços que não são da própria fábrica, mas fazem parte da paisagem e da história da metalúrgica. Assim como diversas residências de antigos operários que ainda permanecem no seu entorno, mas não possuem qualquer reconhecimento, e que podem acabar desaparecendo, até mesmo pelo impacto do novo uso, se esse não for capaz de envolver a sua comunidade. Essas residências surgem, pois, a MAESA não construiu uma vila operária, mas possuía um Departamento da Casa Própria, no qual realizava empréstimos através de linhas de créditos, elaborava projetos das casas e vendia, por financiamento, os terrenos em lotes de propriedade da metalúrgica próximos ao espaço fabril.

É interessante que os locais de preservação de memória da antiga metalúrgica, a recente exposição no prédio sede e o futuro museu a ser implantado na fábrica 2, formassem uma parceria com o intuito de desfazer a segregação que vem acontecendo dos diversos bens da antiga fábrica. Um inventário e uma indicação desses outros bens e onde se encontram já pode contribuir com a preservação desse patrimônio industrial.

Ao contrário dos espaços fabris de Caxias do Sul, os espaços de Porto Alegre não possuem a mesma casualidade de manterem seus bens preservado para além da sua sede. No caso da antiga cervejaria Brahma, considerando os bens móveis e imateriais, a localização deles ainda é pouco expressiva, embora uma pesquisa mais aprofundada, com o foco apenas nessa fábrica, não esteja descartada a possibilidade de algo mais ser encontrado.

A capital possui duas instituições de memórias municipais que podem colaborar nessa busca, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. No arquivo foi feita uma visita em 2018, como parte da pesquisa de campo realizada na cidade, e os únicos documentos encontrados sobre a antiga cervejaria foi o projeto arquitetônico da maltaria datado de 1952; seis recortes de jornal, datados de 1998 a 2010, sendo que quatro são do ano de 1999 e são reportagens referente ao tombamento do imóvel; e um encarte publicitário sobre a inauguração do Shopping Total.

No museu não foi feita nenhuma visita, mas se sabe que a instituição possui um acervo de aproximadamente 9 mil fotografias da cidade de Porto Alegre, que datam dos séculos XIX e XX, assim possivelmente alguma imagem pode retratar a

antiga cervejaria. A instituição também possui acervos arqueológicos, e um desses acervos é proveniente da escavação realizada na cervejaria na época da sua intervenção arquitetônica¹²¹.

Quanto a bens imateriais, a sua extinção parece ser efetiva. A única referência encontrada que pode de alguma maneira colaborar com informações sobre os valores técnicos e sociais da fábrica, estão na pesquisa de Thiesen (2005), no qual faz referência a duas entrevistas específicas. Uma é do Sr. Ekehard Fredel, antigo funcionário da cervejaria, que trabalhou no local entre os anos de 1967 e 1991, e a outra é a do Sr. Jorge Hermann, neto de um dos donos da então Cervejaria Bopp, a responsável pela construção do imóvel que mais tarde foi ocupado pela Brahma.

Sobre o seu entorno, sabe-se que a inauguração da cervejaria atraiu novos moradores para o bairro, acarretando a construção de pequenas residências e até mesmo de cortiços, que eram proibidos em outras áreas da cidade, para servir de moradias para os operários. Também residiam no entorno os proprietários e funcionários com cargos de chefia. E com o aumento da população na localidade, conseqüentemente a oferta de serviços e a implementação de infraestruturas foi sendo expandida.

Essas informações mostram que a cervejaria colaborou de forma efetiva para a construção da sua paisagem, e que mesmo ela esteja sempre se modificando, assim como em outras paisagens fabris, ainda restam edificações que fazem parte dessa história, mas não foi localizado nenhum registro de quais sejam essas edificações e se foram e como foram preservadas.

E o caso da Fiateci, não difere muito da situação da antiga cervejaria, também não foi localizado nenhum bem móvel ou imaterial de expressivo valor, mas não se descarta a possibilidade de que esses sejam encontrados a partir de pesquisas mais específicas sobre essa fábrica.

Sobre a possibilidade de que as instituições de memória citadas anteriormente ter algum bem móvel sobre a Fiateci, no museu, apenas o acervo de fotografias pode contribuir de alguma maneira, caso tenha imagens que retratem a antiga fiação. E na visita ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, sobre a Fiateci, apenas

¹²¹ Essa informação é segundo Thiesen (2005), que relata que logo após as escavações os materiais foram embalados e armazenados na reserva técnica do Museu Joaquim José Felizardo. Também foi confirmada por contato via e-mail com a instituição que afirmou ser o local de guarda desse material.

um documento foi localizado, um recorte do Jornal do Comércio de 9 de fevereiro de 2004, com uma reportagem intitulada Fiateci: Pioneirismo na indústria têxtil gaúcha.

Como a Fiateci ainda continua operando na cidade de Canoas, e ainda sobre a administração da família do seu fundador (BUENO e TAITELBAUM, 2009, p. 53), é cogitada a possibilidade que tanto a empresa, quando a família possua documentos e objetos que remetam a época que a fiação ocupava o imóvel de Porto Alegre. Foi tentado o contato com a administração da empresa via o seu site, mas nunca foi obtida resposta.

Embora a antiga fiação tenha sido mais utilizada como objeto de pesquisa que a Brahma, por exemplo, nos textos localizados esses têm como assunto basicamente a sua trajetória fabril no contexto da sua localidade, o 4º distrito; a sua arquitetura (estilo e construção); e a intervenção arquitetônica que resultou na implantação do condomínio de uso misto. Apenas uma pesquisa, das localizadas, utilizou algumas entrevistas de moradores do 4º distrito, porém não foi possível identificar se algum possuía relação com a Fiateci¹²². Essas pesquisas também não fazem qualquer menção as técnicas da fábrica.

Como há material que discute sobre a localidade da antiga fiação, o 4º distrito, e a Fiateci foi uma indústria que se destacou nessa localidade, o seu entorno é citado nesses textos. Muitos desses se devem ao fato de o poder público municipal incentivar a revitalização dessa localidade. Como já colocado no capítulo 2, essa preocupação da prefeitura com os bairros do 4º distrito surge a partir de 1999, desde então algumas ações estão sendo feitas nesse sentido, como a alteração do plano diretor para indicar essa área para a revitalização. Também foi desenvolvido o plano urbanístico da região, conhecido como Masterplan, foi elaborado a partir de 2016, em um convenio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse documento, um dos seus objetivos é a preservação, valorização e qualificação do patrimônio construído, e tem como estratégias o incentivo de novos usos para as edificações históricas e o desenvolvimento de projetos para a manutenção e qualificação da ambiência urbana. O documento também apresenta os marcos visuais da localidade, e um deles é a chaminé da Fiateci.

¹²² A pesquisa citada é a tese em história desenvolvida na PUC/RS, de Leila Nesralla Mattar, intitulada A modernidade em Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4o. distrito, de 2010.

Essas medidas, embora essenciais, mostram a sua preocupação apenas com os imóveis, o valor social acaba sendo esquecido, e pode acabar acarretando no afastamento da sua comunidade original. O projeto do condomínio na área da Fiateci, foi divulgado como o primeiro passo para a revitalização do 4º distrito, e utilizou essa informação como estratégia de marketing. Porém o seu público consumidor alvo eram casais jovens pertencentes as classes sociais AB, que ao analisar o bairro que estão instalando, o seu público não são os atuais moradores do bairro, uma vez que é um bairro operário, no qual a industrialização começa a decair na década de 1980.

Segundo Mattar (2010), a localidade ficou conhecida por seus moradores serem operários, imigrantes e ligados ao setor comercial, e sua estrutura era de autossuficiência para atender sua comunidade. Entre os setores ligados ao comércio, serviço e educação, também tinham aqueles ligados a sociabilidade, como templos, cinemas e clubes recreativos e esportivos.

Referindo-se ao entorno imediato da antiga fiação, tem-se identificado apenas os dois núcleos de vilas operárias, sendo que um deles, as residências mantêm seu uso original, o que reforça a imagem do bairro operário. Embora o outro núcleo tenha um novo uso, a sua preservação é fundamental para a memória da fábrica e manutenção da paisagem.

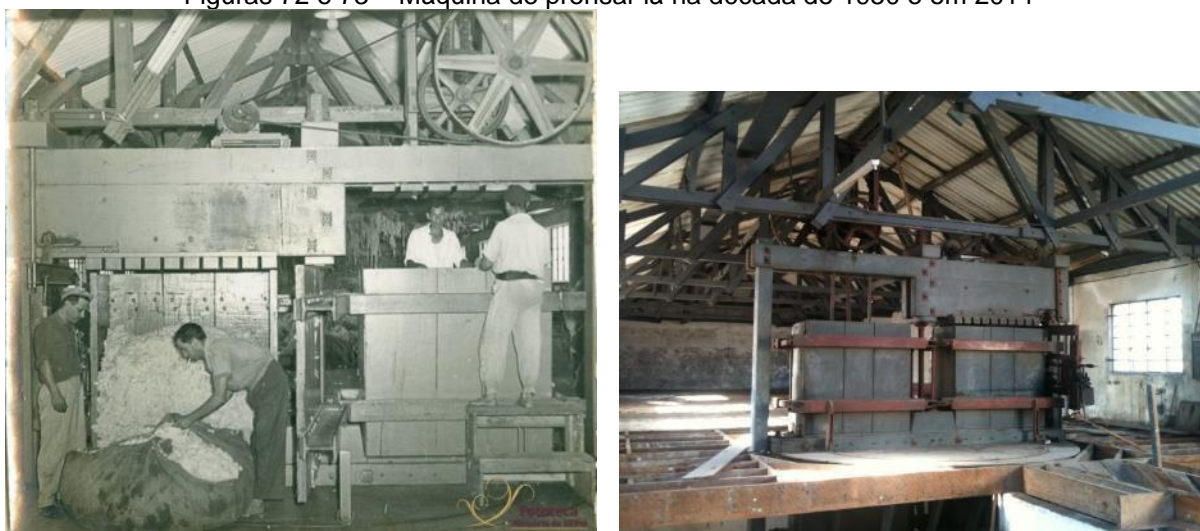
Nota-se que no caso da Fiateci a paisagem industrial é a mais valorizada, segundo a análise das bibliografias, diferentemente dos outros bens, que estão silenciados, embora seja contraditório a maneira que foi feita a ocupação do espaço fabril da fiação.

O projeto do condomínio prevê um espaço para o Museu da Fiateci, que pode ser o local que contribua para a preservação da paisagem fabril, considerando que são um “conjunto de condições que delimitam uma realidade urbana que não é apenas física, mas também memorial e social” (RUFINONI, 2013, p. 22), o que reforça a emergência que o projeto seja colocado em prática o quanto antes, uma vez que, o bairro encontra-se se modificando rapidamente, muito devido ao incentivo de revitalização da prefeitura, e edificações representativas, assim como outros bens que compõe a paisagem podem acabar sendo descaracterizados ou desaparecendo por falta de preservação. Como também incentivar e proporcionar a preservação de bens móveis e imateriais da fábrica que por ventura sejam revelados.

Assim como a antiga fiação, a Laneira Brasileira S.A, também possui um projeto arquitetônico que aguarda ser executado, com um espaço reservado para um

memorial da fábrica. Para o Memorial da Laneira foi destinado o local onde se encontra uma antiga prensa (Figuras 72 e 73), que posteriormente a essa escolha, se obteve a informação que essa máquina foi trazida de Porto Alegre, local onde a empresa funcionou por menos de quatro anos. Mesma situação da MAESA, onde um local de memória deverá funcionar junto com seu antigo maquinário. Dessa forma, se recomenda, assim como para o futuro museu da metalúrgica como também para Memorial da Laneira que sejam locais de centralização das informações e de guarda dos bens móveis e imateriais desses antigos lanifícios.

Figuras 72 e 73 – Máquina de prensar lã na década de 1950 e em 2014



Fonte: Coleção LBSA / Fototeca Memória da UFPel e Autora, 2014.

Essa recomendação é feita com base no conhecimento de que esses bens estão sendo preservados de alguma forma. Eles estão em diversos locais com diferentes proprietários, como na Fototeca Memória da UFPel¹²³, a qual tem a guarda de um acervo de fotografias e documentos da antiga fábrica sistematizados na Coleção LBSA. Esse acervo foi doado à UFPel pela administradora da então massa falida, em maio de 2010, por não ter valor de venda, na ocasião outros documentos também foram doados para o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel¹²⁴. Também foram doados objetos, os quais foram destinados para a guarda do Museu

¹²³ A Fototeca Memória da UFPel é um laboratório de ensino vinculado ao Departamento de Museologia, Conservação e Resta da UFPel, que tem por objetivo recolher e sistematizar as coleções fotográficas históricas dos diferentes setores da UFPel, utilizando os princípios da documentação museológica e da conservação de acervos.

¹²⁴ O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH – UFPel) têm as funções de um Centro de Documentação e Pesquisa em História, com a intensão de servir de local de preservação da história institucional da Universidade, de Núcleo de Pesquisa, Extensão e centro de resguardo da história do trabalho e dos partidos políticos de nossa região.

da UFPel¹²⁵, que embora exista de direito, ainda aguarda o seu local definitivo, já que também faz parte do projeto Laneira Casa dos Museus. Enquanto isso a coleção está na reserva técnica do Departamento da Museologia, Conservação e Restauração, localizada no Campus IV do Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

Por conta do ingresso desses bens nos acervos institucionais da UFPel, formando coleções sobre o antigo lanifício, e, também, pela elaboração do seu projeto de intervenção, a Laneira Casa dos Museus, em um projeto de ensino da mesma universidade, proporcionou que o espaço fabril fosse objeto de diferentes estudos e pesquisas gerando diversos textos acadêmicos¹²⁶. Cabe ressaltar que a Laneira também foi citada em outras bibliografias devido a sua arquitetura e destaque na paisagem¹²⁷, demonstrando a sua importância para a cidade.

Algumas das pesquisas acadêmicas sobre a Laneira utilizaram a metodologia da história oral¹²⁸, principalmente de entrevistas com antigos operários do lanifício, sendo possível, nessas entrevistas, encontrar relatos sobre a sociabilidade que havia em função da fábrica, assim como sobre o trabalho, as máquinas e as técnicas. Essas entrevistas ainda estão dispersas, e como fontes fundamentais dos bens imateriais da antiga fábrica, é fundamental que elas sejam agrupadas e formem um conjunto. A Fototeca Memória da UFPel já possui a guarda de algumas entrevistas, e mesmo que esse não seja o tipo de acervo que sua missão prevê, diante da imprevisibilidade da execução do projeto Laneira Casa dos Museus e conseqüentemente do Memorial da Laneira, sugere-se que as demais entrevistas sejam incorporadas a coleção já existente na Fototeca, como uma medida de preservação imediata, e também como forma de disponibilização desse material. Considera-se também que outras

¹²⁵ O Museu da UFPel foi criado através da Portaria nº 1.327 de 06 de setembro de 2011, e tem como objetivo de contribuir com a divulgação e formação de conhecimento técnico, científico e cultural, e com a preservação da memória da Universidade abrigando e formando coleções capazes de apoiar e promover pesquisa sobre as unidades formadoras e a trajetória da UFPel.

¹²⁶ Podem ser citados os trabalhos de conclusão de curso: COELHO, 2014 e BORBA, 2016, as dissertações MELO, 2012; COELHO, 2017 e BORBA, 2018, os artigos: MICHELON, 2013; CORREA; MICHELON, 2013; CORREA; MICHELON; PINTADO, 2017; MICHELON, 2019 e COELHO; MICHELON, 2020. E também trabalhos completos publicados em anais: MICHELON; RODEGHIERO, 2012a, MICHELON; RODEGHIERO, 2012b; COELHO; MICHELON, 2015; COELHO; MICHELON, RIBEIRO, 2016; COELHO e MICHELON, RIBEIRO, 2017.

¹²⁷ Pode-se citar como exemplo os livros *Protomodernismo em Pelotas* (2005), de autoria da arquiteta Rosa Maria Garcia Rolim de Moura, e o *100 Imagens da Arquitetura Pelotense* (2002), com organização também da arq. Rosa Rolim de Moura em parceria com o arquiteto Andrey Rosenthal Schlee.

¹²⁸ As pesquisas citadas geraram os seguintes trabalhos: COELHO, 2014; COELHO, 2017; BORBA 2016; BORBA, 2018 e MELO, 2012.

entrevistas ainda devem ser feitas, principalmente por se tratar de um bem patrimonializado, de propriedade da universidade.

Nessas entrevistas também falam sobre o entorno, o caminho que faziam de suas casas até o trabalho e principalmente da Av. Duque de Caxias, via onde o espaço fabril se localiza. Embora o antigo lanifício não tenha proporcionado uma vila operária, se sabe que colaborou para a construção de residências de funcionários nas adjacências do espaço fabril oferecendo financiamentos, como a MAESA. O que garantiu que sua mão de obra residisse no seu entorno, e muitos desses antigos operários ainda permanecem nessas residências.

Não há registro nenhuma edificação ou serviço que a fábrica tenha disponibilizado ou colaborado para além do seu espaço fabril, assim como o caso da antiga Brahma, mas de forma menos direta, se sabe da sua responsabilidade no desenvolvimento do bairro, e conseqüentemente na construção de sua paisagem.

Assim como as demais fábricas pesquisadas que encerraram suas atividades, o fechamento pode ser considerado recente, e ainda é possível acessar as memórias dos espaços fabris através de seus agentes. Mas no caso da Laneira, e também da Fiateci o não uso dessas edificações, além de facilitar a sua deterioração física, como já colocado anteriormente, a falta de ocupação também compromete a memória desses locais, como defende Lima (2013).

É sabido que lugares e edificações se deterioram quando não são usados, melhor dizendo, vivenciados. A memória coletiva dos que ali moravam, atuavam e que compõe a história do lugar fenece quando não é lembrada, não é estimulada a permanecer no presente. No panorama das medidas de transformação para não permitir a destruição e o esquecimento temos a ação cultural de intervenção, a revitalização (LIMA, 2013, n.p).

A Laneira e a MAESA não se assemelham apenas na arquitetura, seus bens, que as caracteriza como potenciais patrimônios industriais, estão dispersos por diferentes lugares de guarda, mas de certo modo preservados. E novamente sugere-se um inventário de todos os bens do antigo lanifício, independente de seus proprietários.

As questões aqui levantadas de patrimônio industriais dissociados, que todas as fábricas aqui pesquisadas sofrem, embora em diferentes níveis, diversas vezes se sugeriu o inventário como uma forma de resolver esses desmembramentos, mas essa é uma ação imediatista frente à necessidade de preservação desses bens. Porém, outra forma de contribuir para a preservação desses potenciais patrimônios industriais é submeter esses espaços fabris a um processo de musealização. Essa medida, a

musealização, para além de contribuir para reunir, mesmo que de forma simbólica, novamente o conjunto que forma os patrimônios industriais, também preserva, interpreta e promove os patrimônios. Diante dessa afirmação, que se analisa a potencialidade de cada espaço fabril aqui tratado de ser musealizado.

4.3 A Condição Memorial e Musealização do Patrimônio Industrial

Como colocado anteriormente, as antigas fábricas analisadas nesse texto, não foram patrimonializadas como patrimônios industriais, mas possuem potencial para tal. Ainda, foi visto que apenas o processo da patrimonialização não garante a sua preservação. Pode-se exemplificar com os casos da Fiateci e da Laneira que seus espaços fabris estão sem uso, principal forma de degradação, ou o caso da Brahma que a intervenção arquitetônica desconsiderou valores e espaços importantes. Nesse sentido, Ferreira (2009) escreve:

É fundamental, entretanto, que as intervenções feitas sobre esses lugares de trabalho e produção não façam desaparecer totalmente suas funções originais, perdendo de vista o papel que cumpriram essas atividades na paisagem cultural do local onde surgiram. Logo, se faz necessário refletir sobre as formas de patrimonialização que incidem sobre esses sítios industriais (FERREIRA, 2009, p. 23).

Diante dessas afirmações, que uma outra forma de patrimonialização, com o objetivo de complementar as já institucionalizadas nas fábricas aqui analisadas, que a musealização se apresenta como um processo que pode colaborar de forma efetiva para a preservação integral de um patrimônio industrial. Desde a década de 1970, com o surgimento da Nova Museologia¹²⁹, que o patrimônio industrial começa a ganhar espaço dentro do campo museal, embora, segundo Cury e Yagui (2015), ainda se tenha poucos exemplares de patrimônios industriais musealizados no cenário brasileiro. Nos principais documentos sobre o patrimônio industrial, há indicação para a musealização, como nos Princípios de Dublin (2011).

Programas, equipamentos e outros recursos – como visitas a sítios ativos de patrimônio industrial e a apresentação de suas operações, relatos e patrimônio intangível associados a sua história, maquinaria e processos

¹²⁹ Segundo Desvallès e Mairesse (2014), a Nova Museologia é um “movimento ideológico – baseado num número de precursores que, a partir de 1970, publicaram textos inovadores – enfatizou a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo que chamou a atenção para modos de expressão e de comunicação renovados. O seu interesse estava principalmente nos novos tipos de museus concebidos em oposição ao modelo clássico e à posição central que ocupavam as coleções nesses últimos: tratava-se dos ecomuseus, dos museus de sociedade, dos centros de cultura científica e técnica e, de maneira geral, da maior parte das novas proposições que visavam à utilização do patrimônio em benefício do desenvolvimento local” (DESVALLÈS; MAIRESSE, 2014, p. 63).

industriais, museus industriais ou de cidades e centros de interpretação, exposições, publicações, websites, itinerários regionais ou transfronteiriços – devem ser desenvolvidos e mantidos como meios de promover a conscientização e a valorização do patrimônio industrial em toda sua riqueza de significados para as sociedades contemporâneas. O ideal é que estejam localizados nos próprios sítios patrimoniais onde se deu o processo de industrialização e nos quais podem ser melhor difundidos. (Os Princípios de Dublin, 2011, on-line)

O modelo de museu sugerido nas pesquisas sobre patrimônio industrial, é o museu de território, justamente o museu inaugurado recentemente em Galópolis, no qual o antigo lanifício São Pedro faz parte.

O museu de território, conforme Scheiner (2013) é aquele que age de forma democrática, visando ao desenvolvimento de uma comunidade de forma plural, representando as percepções e necessidades desse grupo. Com a mesma ideia, Varine (2013) defende que o museu só vai desempenhar o seu papel se considerar as comunidades do seu território, e que essas não são visitantes, nem públicos, nem meros informantes, e menos ainda objetos dos museus, mas sim sujeitos dos museus, e devem integrá-las a todas as etapas de seu processo e de sua vida.

Normalmente se associa o museu de território ao museu de percurso¹³⁰ - como o Museu de Território Galópolis -, mas essa é apenas uma possibilidade, dentre outras formas que um museu de território pode se apresentar, como por exemplo, um museu no sentido habitual (aquele próximo ao tradicional), mas desde que tenha o foco no seu território e na sua comunidade. Situação que pode ocorrer nos museus (ou memoriais) que estão ainda em projeto com apenas um espaço físico reservado, como a Fiateci, MAESA, Laneira e até mesmo a Brahma.

A princípio, qualquer bem pode ser musealizado, mas nem todo o bem possui o potencial necessário para que a musealização, de fato, alcance os objetivos que esse processo demanda. Além de realizar todas as etapas desse processo, que é uma ação contínua, quando se trata especificamente de um museu de território, o envolvimento da comunidade, agentes do patrimônio em questão, e ter o museu a serviço do desenvolvimento do território, tornam-se ainda mais fundamentais. Assim, são essas as prerrogativas as quais determinam que um museu de território tenha sucesso. Embora para fazer a afirmação que determinado instituição museológica

¹³⁰ O museu de percurso é aquele que um espaço previamente delimitado do território é musealizado, ou apenas alguns pontos específicos, que se ligam entre si pela narrativa do território fabril (COELHO; RIBEIRO, 2020). Porém essa denominação ainda não está claramente definida e merece estudos do campo museológico (LIMA, 2013)

está cumprindo de fato com os seus objetivos, apenas com ela em funcionamento por um certo tempo, é possível. No entanto, no caso de um patrimônio industrial, por exemplo, uma análise desse patrimônio, alguns fatores podem indicar a sua potencialidade, no caso de projetos futuros. Considerando a sua complexidade e que o museu de território é a melhor indicação para essa tipologia patrimonial, entende-se que a condição memorial é um atributo fundamental para que um museu de território que envolve um patrimônio industrial atenda seus objetivos.

Para essa pesquisa, que trata especificamente de patrimônios industriais, entende-se que uma condição memorial ativa depende de diferentes fatores, uma vez que esses patrimônios são o resultado de um somatório de bens e valores. Os fatores que foram elencados para ser analisados, por entender que são fundamentais para a condição memorial, foram sendo apresentados ao logo desse texto, que são a situação com relação ao reconhecimento legal nas suas esferas patrimoniais – no caso dessa pesquisa, os municípios -, seus processos de patrimonialização, a integridade dos bens imóveis e suas intervenções arquitetônicas, os novos usos, a preservação dos bens móveis e imateriais, a relação com o entorno e o reconhecimento social. Diante da análise desses fatores, que foi identificada se há uma condição memorial ativa, e conseqüentemente um potencial de musealização. Lembrando que se partiu do princípio de que apenas os símbolos arquitetônicos não são suficientes para manter os valores do patrimônio industrial, justamente o bem patrimonializado dos espaços fabris aqui analisados. E a existência dos bens móveis e imateriais - principalmente a memória fabril - e o nível de preservação contribuem para a condição memorial. Nesse sentido, que se acredita que quanto maior a condição memorial mais potencialidade de musealização o patrimônio industrial possui. De acordo com essa ideia, da musealização como uma alternativa para a preservação do patrimônio industrial de forma ampla, Lima (2013), defende que:

[...] o processo de Musealização [...] é entendido como providência que não se limita a intervenção física, sempre bem vinda porque permite conservar o caráter material e possibilita a função social de uso, mas principalmente pela promoção da (re)conquista da memória dos que ali atuaram (ou atuam) na medida em que a memória coletiva é a capacidade diuturna de construir-se e registrar-se no imaginário social. Seus testemunhos conformam a vida humana. Estão fixados na materialidade dos suportes e nas facetas interpretativas que se inscrevem nos costumes que marcam a identidade dos grupos sociais. E o objeto tratado pela Musealização é a unidade tangibilidade-intangibilidade que perfaz a memória coletiva de um tempo patrimonial e referenciada em um espaço industrial.

O processo oferece condições para compartilhar a(s) memória(s). Propicia oportuna situação de participação pela via especializada da implantação de um local de teor referencial e de uso público para fins de estudo e de visita

prazerosa: o Museu. E o novo contexto vem estabelecer na instituição criada ações conjuntas de pesquisa cuidadosa, manutenção/conservação criteriosa e a comunicação de narrativa respeitosa e palatável sobre os aspectos desenvolvidos em ambientes industriais, bem como acerca das vivências das pessoas em face das questões positivas e negativas trazidas pelo trabalho cotidiano industrial (LIMA, 2013, n/p).

Ao analisar as antigas fábricas elencadas nessa pesquisa, conforme as considerações feitas anteriormente, no caso do Lanifício São Pedro, de Caxias do Sul, a único espaço fabril que já faz parte de um processo museológico, apresenta-se com uma forte condição memorial. Embora o seu reconhecimento legal seja apenas a sua inclusão em uma listagem do Plano diretor – que muito se assemelha os inventários de Porto Alegre e Pelotas -, que não fornece nenhum tipo de informação sobre seus valores e sequer as justificativas que levaram a considerar a patrimonialização desse lanifício. Essa situação, da falta de registro dos valores, principalmente dos patrimônios industriais, pode acarretar a dissociação e desaparecimento dos seus bens. Não é o caso exatamente do lanifício, mas de outros, como será vista a diante, pois, o seu reconhecimento social é efetivo.

Os diversos relatos que podem ser acessados pelo projeto do podcast Memórias de Galópolis, dão uma amostra de que a comunidade do bairro possui um senso de pertencimento muito forte com o seu território e a antiga fábrica aparece nessas falas como um núcleo gerador, onde ela foi responsável – as vezes de forma direta ou indireta – pelo desenvolvimento de Galópolis. Esse fato colabora para que o entorno seja realmente preservado, uma vez que já possui a valorização e apropriação de seus agentes. Pode-se exemplificar com as ações que a Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG), instituição ativa na comunidade, desenvolve para preservar o prédio social do Círculo Operário Ismael Chaves¹³¹, que atualmente pertence a Administração Municipal e encontra-se abandonado e sem manutenção. A Sr. Rosa Diligente defende que “é um patrimônio que precisa ser resgatado para continuar sua história e representa como testemunha, um modelo empresarial que buscou beneficiar a comunidade” (DILIGENTE, 2020).

O Círculo Operário é um dos pontos do Museu de Território de Galópolis, e nota-se que a sua preservação é pauta de uma instituição que não é o museu, fato que pode ser resultado da falta de participação da comunidade durante o planejamento e implantação do museu pelo Instituto Hércules Galló, como

¹³¹ Inicialmente o Círculo Operário contava com três prédios, além do que ainda permanece – o social -, contava também com o assistencial e o esportivo.

anteriormente relatado. A valorização e apropriação por parte da comunidade existe com os bens do museu, mas falta um ponto principal, que o museu seja uma instituição onde a comunidade trate suas demandas. Isso sendo efetivado, será como somar forças com outras instituições, como a AMOG, para o desenvolvimento da localidade, uma das premissas de um museu de território.

O antigo Lanifício São Pedro, atual Cootegal, também é um ponto do museu, e sobre o seu histórico há diversas pesquisas e textos, porém como a fábrica continua em funcionamento, o acesso ao seu interior é extremamente restrito, em virtude disso e, também, por ser um prédio privado, não se tem acesso às suas plantas arquitetônicas no arquivo histórico, desse modo, pouco se sabe sobre a sua arquitetura e suas intervenções, já que não é pesquisada e divulgada. Somando as informações que a administração atual da fábrica não possui preocupação com o seu espaço enquanto patrimônio, e por manter seu maquinário do tempo do São Pedro, pelo seu valor histórico, apresenta-se uma ameaça de descaracterização e degradação de bens do patrimônio industrial. Sabe-se que a fábrica estar em operação não impede a sua musealização, nem mesmo dos seus bens móveis. Brulon (2018) defende que um objeto musealizado não deixa de fazer parte para o seu contexto social onde produz sentido.

Como demonstram os exemplos contemporâneos de musealização *in situ*, uma nova realidade é criada no momento da “suspensão” simbólica que não obriga necessariamente a separação material do meio físico, mas implica numa existência dupla do objeto, como ele mesmo e como a sua representação. [...]. Assim, ele serve como suporte para as novas propriedades imateriais que lhe são atribuídas no plano museológico, passando a operar como parte de um texto, ou de uma *performance*. (BRULON, 2018, p. 200 e 201)

Na atualidade, está em crescimento o turismo industrial, que consiste em visitas mediadas ao interior fábricas em funcionamento (DALONSO, 2005) o que pode ser uma alternativa para a Cootegal se integrar ao museu de território como uma opção dentro do percurso já existente, além de ser uma forma de preservar e valorizar a técnica fabril do lanifício.

Acredita-se na probabilidade que outros bens móveis, para além dos que ainda estão no interior do lanifício, possam estar sendo preservados, principalmente pelos antigos operários. Tal afirmação se baseia na pesquisa feita anteriormente¹³²

¹³² A pesquisa citada é a dissertação da autora intitulada Os significados do lugar: memórias sobre a extinta fábrica Laneira Brasileira S.A. (Pelotas / RS), 2017.

sobre a Laneira, onde diferentes documentos e objetos foram localizados nas residências de antigos funcionários; e considerando que a comunidade de Galópolis possui orgulho do seu bairro fabril e de ter trabalhado (ou ainda trabalhar) na fábrica, a probabilidade desses bens serem guardados como lembranças.

Diante de tal cenário que o antigo Lanifício São Pedro se encontra, com um processo de patrimonialização pelo poder público falho, o bem imóvel na sua materialidade precise de uma atenção para que seja preservado fisicamente, e os bens móveis dissociados dos outros bens, mas contrapondo há um reconhecimento social e uma valorização e apropriação do entorno, que demonstram a condição memorial e justificam, que o patrimônio do antigo lanifício possui potencial de musealização.

Dentre os valores do patrimônio industrial, que a Carta de Nizhny Tagil apresenta - histórico, tecnológico, social, arquitetônico e científico – é inquestionável que os valores presentes no antigo lanifício são o social e o histórico, porém os demais ainda são capazes de serem ativados, uma vez que os bens que os sustentam existem, apenas precisam ser associados aqueles bens que já possuem a valorização. Mas é fundamental que haja a vontade por parte da comunidade, os agentes desse patrimônio, que esses bens ganhem esse status de patrimônio ao serem musealizados.

Como o Museu de Território Galópolis já existe, se defende que algumas ações ainda devem ser feitas para que o sucesso desse museu seja alcançado, confirmando a potencialidade de musealização do Lanifício São Pedro enquanto patrimônio industrial. O envolvimento da comunidade de forma efetiva é a principal e mais urgente ação, será essa que determinará o futuro da instituição, como o seu sucesso e a efetiva colaboração no desenvolvimento da localidade. Outras ações serão consequência do envolvimento da comunidade, como por exemplo, a valorização de outros bens, e conseqüentemente um esforço para que eles não sejam mais dissociados. Essa afirmação vai ao encontro as ideias de Kühl (2008) sobre a participação da comunidade em relação à um patrimônio industrial:

A maior participação da comunidade – processo que deve provir de ampla e fundamentada cientização – é imperativa para que exista um efetivo reconhecimento desses bens e, por conseguinte, um controle social. As comunidades devem chamar a si parcela da responsabilidade, através da percepção desse patrimônio como parte integrante de sua herança cultural e de sua identidade, que constitui e que qualifica seu presente (e que fundamenta seu futuro)), para que a questão não se limite a mais um

procedimento burocrático-administrativo desprovido de legitimidade social. (KÜHL, 2008, p. 119 e 120)

O Instituto Hércules Galló em seu folder de apresentação se define “como porta-voz da comunidade”, mas como visto não acontece dessa forma, mas mesmo como uma instituição privada pode ser o mediador dessas ações, para além de apenas um local para a preservação dos bens móveis e imateriais – o que é fundamental, inclusive já sugerido anteriormente – mas também de trocas e debates, que seja uma administração que tenha um diálogo com a sua comunidade, e não apenas impositivo. O principal que é o reconhecimento social já existe, deve-se agora apenas suscitar a integração museu, comunidade e fábrica.

O reconhecimento social também faz parte da antiga Metalúrgica Abramo Eberle. Esse dado é obtido através da análise feita em diversos materiais, principalmente aqueles que utilizaram a metodologia da história oral, constatando a presença de seus agentes sempre bem marcada, tanto dos seus proprietários, mas principalmente de seus funcionários e operários. Os materiais são desde pesquisas acadêmicas, a exposição no Museu Municipal, entre outros já citados durante o texto, mas cabe destacar o documentário A honra do Trabalho, que trata da metalúrgica, e desde o título já indica o reconhecimento. Mas o principal fato que demonstra o reconhecimento social da metalúrgica, vai além do antigo operariado, é o envolvimento da comunidade em geral no caso do tombamento da MAESA, a Fábrica 2 da Metalúrgica Abramo Eberle. Sobre essa participação Dias (2019) afirma:

Os movimentos ocorridos nos últimos anos pelo tombamento da MAESA respondem a um movimento de participação popular e social em defesa de seu patrimônio cultural. Este grupo, composto essencialmente por ex-operários, seus familiares e estudiosos das áreas de história, arquitetura e patrimônio foram determinantes no que tange à preservação de sua memória. [...] o engajamento da população de Caxias pelo tombamento da MAESA foi bem-sucedido, [...].

Em todas as ações realizadas em prol do tombamento da MAESA o ponto comum era a relação afetiva de ex-funcionários e familiares com a empresa. Aquilo que poderia parecer estranho, em um primeiro momento, dadas as relações previsíveis de trabalho e exploração entre indústria e operariado, aqui ocorre de forma diferente. A relação mantida pela empresa com seus “colaboradores” foi única, e talvez a grande responsável pelo respeito e apreço da população com relação à memória da Metalúrgica e àquilo que ela representou para esta comunidade. (DIAS, 2019, p. 115 e 116)

Sobre essa relação empresa e funcionários, Dias (2019) alega que era muito pessoal, “de cunho paternalista, fomentando diversas áreas como educação, cultura, esporte, lazer, saúde e moradia” (DIAS, 2019, p. 110), o que pode justificar a forte relação afetiva da comunidade com a metalúrgica. Esse também pode ser o caso

do São Pedro, pois Erlo (2019) afirma que o lanifício é “uma indústria têxtil com caráter paternalista” (ERLO, 2019, p. 21). Atenda-se que essa discussão adentra até mesmo no caso do Ecomuseu de Creusot, Debary (2017), traz no início de seu texto o questionamento se o antigo espaço fabril francês seria um exemplo de paternalismo bem-sucedido, porém ao longo da escrita, afirma que a identidade social dos habitantes de lá é marcada pela presença das atividades fabris, e que há um domínio não industrial da empresa sobre a comunidade com a construção e organização de, por exemplo, escolas, alojamentos, igrejas; e por proporcionar lazer e saúde. O que se assemelha com os casos de Caxias do Sul aqui analisados.

Percebe-se, então, que a maneira como as fábricas atuam no seu entorno e nas relações sociais – excetuando o trabalho - com seus funcionários, acaba por reverberar para além da sua existência enquanto empresa, permanecendo a valorização nos seus remanescentes. Isso demonstra que, assim como o Lanifício São Pedro, há uma forte condição memorial no patrimônio industrial da MAESA. Pode-se confirmar, também, pelo desejo do tombamento do espaço fabril, movidos por medo da perda, frente a possibilidade da descaracterização ou desaparecimento do espaço fabril.

O processo de patrimonialização da MAESA através do tombamento (Anexo II) foi fundamental para conservação do seu bem imóvel. Por esse processo determinar a inscrição no livro tombo com uma justificativa, se mostra mais eficiente, que um inventário por exemplo, pois essa medida pode apresentar os seus valores. No caso da MAESA, o seu tombamento foi omissivo quanto ao seu potencial de patrimônio industrial, o que acarretou que os seus valores, além do histórico e cultural, não serem considerados ao não tombar o bem dentro dessa tipologia. Porém alguns trechos da justificativa, de certa forma, colaboram para a percepção desses outros valores, como por exemplo, a afirmação da antiga fábrica possuir um caráter imaterial incorporado, de ter colaborado com a construção de um bairro operário e formação da paisagem urbana. Mas, além da referência aos produtos que a metalúrgica produziu, não há qualquer alusão aos demais bens móveis que também fazem parte desse patrimônio. Dessa forma, defende-se que o reconhecimento legal da MAESA, embora fundamental, se apresenta incompleto.

Sobre a paisagem urbana que a MAESA está inserida, como já colocado anteriormente, é valorizada pela sua comunidade, tanto que houve uma intenção que fosse tombado um conjunto e não apenas o espaço fabril; como não foi concretizado,

há uma preocupação com o entorno em relação aos novos usos. Em entrevista, o Arquiteto Mauricio Rossini dos Santos¹³³, fala sobre essa questão, e defende que a questão urbana deve ser considerada tanto quanto a questão arquitetônica durante a intervenção que está sendo projetada para a MAESA, assim como os novos usos devem ser pensados considerando as dinâmicas sociais atuais, uma vez que ainda há no bairro muitos antigos operários residindo, se houver uma elitização na localidade, por exemplo, o impacto pode ser negativo e causar uma gentrificação, uma vez que os moradores originais não conseguirão se manter, frente à uma possível valorização imobiliária do bairro. Essa preocupação não existiria se os processos de patrimonialização fossem mais categóricos quanto aos bens que formam o conjunto do patrimônio industrial, principalmente os imateriais. Conforme Zukin (2017),

[...] onde o patrimônio cultural imaterial não é levado em consideração, as proteções legais das formas construídas do patrimônio cultural desalojam muitas vezes grupos sociais locais e abalam seus ecossistemas culturais. Quer as leis que protegem os edifícios históricos, sejam supranacionais, nacionais ou locais, são universalmente silenciosas em relação a manter inquilinos e usuários de longa data no local (ZUKIN, 2017, p. 30).

Nesse sentido, reafirma-se que a MAESA possui uma condição memorial forte, conseqüentemente, um real potencial de musealização. Há um projeto para um museu da metalúrgica, apresentado anteriormente, que frente as condições do remanescente fabril aqui analisadas, se mostra com indicativo de sucesso. Sugere-se que o processo de musealização do patrimônio industrial da MAESA seja iniciado antes mesmo que a intervenção arquitetônica estar concluída¹³⁴. Tratando-se de uma instituição museológica que deve ser ainda criada¹³⁵, algumas ações legais devem ser feitas, como o documento de criação do museu, o regimento interno, o plano museológico e outros. Além disso, ações que envolvam a comunidade, como atividades de educação patrimonial e culturais, no sentido de gerar mobilização social em torno da musealização, fazendo-a participar de todo o processo museológico, inclusive dando diretrizes para a construção dos documentos citados anteriormente, como é recomendado para os patrimônios industriais.

¹³³ O arquiteto é membro da Moúsaí (Associação dos Amigos da Memória e do Patrimônio de Caxias do Sul) e a entrevista foi concedida ao projeto Educa MAESA. Disponível em: <https://sites.google.com/view/educamaesa/entrevistas>

¹³⁴ A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, através da Secretaria de Cultura e a Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Uso e Gestão do Complexo Cultural e Turístico MAESA, podem assumir a gestão do museu inicialmente com o propósito de dar início ao processo de musealização.

¹³⁵ A criação de um museu deve seguir a legislação vigente, como o Estatuto Brasileiro de Museus (Lei 11.904/09) e a Regulamentação da Profissão de Museólogo (Lei 7.287/84).

O início do processo de musealização da MAESA pode contribuir para a parceria sugerida entre o museu e exposição do prédio sede, assim como o inventário de todos os bens da Metalúrgica Abramo Eberle, ações sugeridas anteriormente. Inclusive é uma forma da comunidade acompanhar a intervenção arquitetônica e participar da implantação dos novos usos, que mesmo sendo seguindo o plano de necessidades já elaborado, ocorra de forma coerente com o patrimônio fabril, o entorno e não desfaça o senso de pertencimento forte, o qual a comunidade possui com a fábrica e o seu território.

Os novos usos em antigos espaços fabris patrimonializados, interferem na vida social do seu território, uma dinâmica que antes voltada para um espaço de trabalho, agora possui outra relação, que independente de qual tipo, o que realmente faz que a relação da comunidade com o seu patrimônio, embora diferente, se mantenha é o modo como esse novo uso interfere no bem. Conforme Kühn (2008), a tipologia do uso não assegura que o patrimônio seja preservado, mas sim que o novo uso considere além dos aspectos materiais, e seja justo “com o próprio significado do bem e pertinente ao local e situação em que se insere e a comunidade a que se volta” (KÜHL, 2008, p. 211).

Devido os espaços fabris serem amplos, podem abrigar os mais diferentes usos, como centros comerciais, que é o caso da antiga Cervejaria Brahma, em Porto Alegre. Entre os bens analisados nessa pesquisa, a Brahma é a única que passou por uma intervenção arquitetônica e continua com seu novo uso em funcionamento, o Shopping Center Total, porém é o bem que demonstra ter a menor condição memorial.

Os poucos relatos que foram documentados, a inexistência de informações sobre antigos operários ainda residirem no entorno e a falta de conhecimento de bens móveis, formam a justificativa de afirmar sobre a condição memorial da antiga fábrica. A visita realizada durante a pesquisa de campo também colabora para tal afirmação, pois há apenas a permanência da chaminé indicando que ali funcionou uma fábrica, e do letreiro, que apenas complementa essa indicação que era uma cervejaria. Ressalta-se que o Letreiro diz “Companhia Cervejaria Brahma” e está voltado para o estacionamento do shopping, não ficando visível para os transeuntes do entorno. Demonstrando, também que a intervenção arquitetônica e o novo uso pouco mantiveram da memória fabril.

Sabe-se que há no bairro duas instituições formada por moradores, a Associação dos Amigos da Cristóvão Colombo e a Organização Comunitária

Refloresta¹³⁶, mas ambas possuem ações voltadas para a segurança, economia e lazer, sobre a cultura e memória, referente aos patrimônios culturais, nenhuma ação foi encontrada, demonstrando indícios que o sentimento de pertencimento à um antigo bairro operário não exista, e que as demandas da comunidade não estão voltadas para a preservação e valorização dos patrimônios do território. Pelo histórico do bairro, estima-se que uma parte considerável da sua comunidade seja formada por antigos operários, por seus familiares e descendentes, e por pessoas que acompanharam o funcionamento fabril. Acredita-se que se houvesse um reconhecimento social em relação a fábrica, essas instituições poderiam atuar no sentido de valorizar e se apropriar de seus patrimônios.

Assim como a MAESA, o processo de patrimonialização da cervejaria Brahma também foi o tombamento, e da mesma forma, não foi considerada como um patrimônio industrial. Como colocado anteriormente, na notificação de tombamento (Anexo III) são considerados os valores históricos, arquitetônicos e paisagísticos do bem, mas ao longo do texto é possível perceber que o valor arquitetônico se sobressai perante aos outros, considerando apenas os prédios de arquitetura eclética e desvalorizando os demais prédios, inclusive aqueles com valor social, e a maltaria, que também possuía valor arquitetônico, mas não era da mesmo estilo dos demais, e principalmente era dotada de valor técnico. No documento, esses prédios são referidos como “agregados” que prejudicam a leitura do conjunto, afirmação que até mesmo vai de encontro com o valor histórico, pois desconsidera a evolução física do espaço fabril ao longo do tempo. Nesse sentido que a Arquiteta Kühl (2008) defende que a preservação de bens culturais é “transmitir o bem como chegou a um dado presente histórico, da melhor maneira possível, para o futuro” e complementa que “jamais poderia significar cancelar fatos históricos de interesse para, naquele espaço, escrever uma nova história. Isto é desrespeitar o documento” (KÜHL, 2008, p. 194).

Diante das análises feitas, o reconhecimento legal da antiga cervejaria foi executado para a preservação das edificações ecléticas, desconsiderando todos os demais bens e valores. E como consequência desse desígnio a intervenção arquitetônica, seguindo a legislação vigente que incide sobre o patrimônio cultural de Porto Alegre, preservou exatamente apenas o que determinava o tombamento. E o

¹³⁶ O Refloresta é um grupo de apoio a revitalização do Bairro Floresta formado por moradores, empresários, trabalhadores do bairro e demais pessoas interessadas em colaborar. O grupo promove semanalmente uma feira-livre as terças-feiras e um brechó aos sábados.

novo uso, mesmo sendo um espaço comercial, poderia promover ações de valorização do patrimônio industrial, inclusive envolvendo a comunidade, o que poderia até reverter em consumidores. Porém, como já relatado anteriormente, quando a administração do shopping foi questionada sobre questões que envolvem a preservação do patrimônio que ocupam, não responderam, o que demonstra falta de interesse no assunto, e da valorização do espaço que usufruem.

Outro fato que demonstra esse descaso dos atuais usuários do espaço fabril, foi à não execução de um espaço de memória da fábrica previsto em projeto, o Museu da Cerveja. A recomendação da implantação de um museu de território, como feito anteriormente para as antigas fábricas Caxienses, no caso da antiga cervejaria não se recomenda, devido diagnosticar que o patrimônio não possui potencial de musealização, uma vez que não foi percebido a sua condição memorial, além de, enquanto patrimônio industrial, há uma dissociação de bens, que em um primeiro momento não seja possível ser desfeita. Mas mesmo que um museu de território talvez não faça sentido para a Brahma, não impede que outra forma de preservação seja implementada para que o que ainda se tem seja localizado e preservado, como um memorial. Além de contar a sua história *in loco*, já que a chaminé, um símbolo inegável de qualquer indústria está mantido, mas por si só não conta a história daquela fábrica, e o letreiro pode passar despercebido pelos visitantes menos atentos, e oferecer a oportunidade dos visitantes do shopping conhecerem o passado de onde estão. E para efetivar essa proposta, uma possibilidade é o uso do material arqueológico proveniente da escavação realizada na época da sua intervenção arquitetônica. Retomando, a afirmação colocada acima que a tipologia de um novo uso não determina a preservação e valorização de um bem, e sim como será a dinâmica desse novo uso abrigado em um patrimônio.

O outro patrimônio analisado em Porto Alegre, também, possui um novo uso é o antigo espaço fabril da Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, a Fiateci. Diferentemente da Brahma, o seu novo uso se restringe apenas a ocupação de áreas do terreno, quanto aos imóveis, esses ainda esperam pela conclusão da intervenção arquitetônica. O novo uso trata-se de um condomínio de uso misto, com três torres residenciais e uma torre comercial e área condominial, que já estão concluídos e em funcionamento. O projeto também conta com um centro comercial, atividade que ocupará os imóveis fabris, mesmo uso da Brahma. E da mesma forma, também prevê em projeto um espaço para a criação do Memorial da Fiateci.

Situadas na mesma cidade inclusive na mesma localidade, o 4º distrito, são casos que contribuíram para o desenvolvimento desses locais, principalmente pela população que começa a residir nos entornos das fábricas. Porém, estão em bairros diferentes, a Brahma no bairro Floresta, área mais desenvolvida e articulada do distrito, e a Fiateci no bairro São Geraldo, onde construiu vilas operárias, no qual dois núcleos ainda são mantidos e fazem parte do inventário do patrimônio cultural de Porto Alegre – assim como a fábrica -, e um deles ainda como residências, no entanto não há informações que operários (ou suas famílias e descendentes) ainda residem no entorno. Também não há informações de outras edificações que possuem ligação com a fábrica.

O processo de patrimonialização da Fiateci, foi a inclusão, em 2003, do seu bem imóvel no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Bairro São Geraldo, que como colocado anteriormente, esse método apresenta falhas devido à falta de informações que dispõe dos bens, como é feito nos tombamentos que são descritos, e no caso de mais de um bem, esses são listados. Porém, em Porto Alegre há uma ficha que deve ser preenchida para cada imóvel que será inventariado, embora ainda seja vaga as informações, dá um indicativo da justificativa da inclusão na lista. Nesta documentação, sobre os valores há uma tabela que são assinaladas as instâncias consideradas para a inclusão na lista, no qual para a Fiateci (Anexo IV) foram assinalados todas, que são cultural, paisagística, morfológica, funcional e legal. Também informa que é um imóvel de estruturação, que segundo a Lei do Inventário (Lei Complementar nº601/2008), são aqueles significativos ou representativos para a preservação da paisagem cultural do município. Além de constar dados sobre a arquitetura, como características construtivas. Lembrando que na documentação geral sobre o inventário do bairro há uma indicação para tombamento da Fiateci.

A desocupação da fábrica foi após a sua patrimonialização, em 2010, e o início da intervenção arquitetônica, que ocorreu em 2012, são duas ações podem ter acarretado uma dissociação e até desaparecimento dos seus bens móveis e imateriais, como uma consequência à falta de registro dos bens, como também da tipificação como patrimônio industrial no processo de inventário. Afirmação que se apoia na falta de conhecimento de que esses bens móveis estejam preservados e na inexistência de relatos de antigos operários, até mesmo na descaracterização de alguns prédios, como já relatado. Essa análise remete à constatação que não há condição memorial na Fiateci. Assim, como em outros casos, a visita realizada na

pesquisa de campo confirma tal afirmação, pois há apenas a permanência da chaminé indicando que ali funcionou uma fábrica. O que parece uma discrepância, considerando que durante a construção das torres que dividem o espaço com os bens fabris, a sua propaganda foi voltada para a questão da revitalização do 4º distrito com foco no seu patrimônio.

Em entrevista com o Gestor Predial Rodrigo Sampaio (Apêndice XXII), responsável pela gerência das áreas da parte residencial do condomínio, relatou que a preocupação dos moradores com o patrimônio que ainda está sem uso é voltada para a questão da segurança, uma vez que o espaço encontrasse ocioso e com espeda vegetação. Mais um dado que demonstra a falta de condição memorial da antiga fábrica.

Considerando a análise feita, esse patrimônio não apresenta potencial de musealização, mas, assim como para a Brahma, recomendasse que o projeto do Memorial da Fiateci seja implementado. Essa indicação baseia-se na ideia que para preservar um patrimônio deve-se ir além da proteção física. Como não foi constatada uma condição memorial nesse momento, que a musealização não é o ideal, pois o envolvimento da sua comunidade, a princípio não se efetivaria. Mas não significa que apenas o processo de patrimonialização baste, outras ações podem – e devem – ser colocadas em práticas como formas de preservação. Como defende Fonseca (2003)

Para que essa função [de patrimônio] se cumpra, é necessário que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” – bases para a seleção do que deve ser protegido -, seguida pelas ações de “promover” e difundir”, que viabilizam a reapropriação simbólica e, alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados. (FONSECA, 2003, p. 65)

A execução do memorial da Fiateci aliada à revitalização e uso do jardim, espaço que distingue e caracteriza a antiga fábrica, pode ser uma estratégia para que a comunidade se aproprie do seu patrimônio, além de valorizar esse espaço, que hoje está escondido pela vegetação sem manutenção, e conseqüentemente também valoriza a paisagem, valor que contribuiu para o seu inventário. E com a ocupação da comunidade, também colaborará para a segurança do local, demanda dos moradores do condomínio, sendo um exemplo do patrimônio a serviço do desenvolvimento do território.

Assim como a Fiateci, o antigo Lanifício Laneira Brasileira S.A, localizado na cidade de Pelotas, é um prédio inventariado pelo município e possui um projeto de novo uso, que também contempla um espaço para o Memorial da fábrica. Porém, a

sua intervenção arquitetônica não possui nenhuma perspectiva que seja iniciada, mesmo diante de uma degradação avançada do imóvel.

A patrimonialização da Laneira, feita através da inclusão no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, possui a particularidade de ter sido efetivada devido um pedido da sua proprietária, a Universidade Federal de Pelotas à Prefeitura de Pelotas, que acatou e efetivou a solicitação. Diante desse tipo de reconhecimento legal, fica protegida apenas a sua volumetria, ou seja, seu aspecto tridimensional, fachadas e coberturas, uma vez que o objetivo do inventário é o “reconhecimento da arquitetura e do espaço urbano da cidade e destina-se a preservação do conjunto das edificações em seu contexto urbano” (PELOTAS, 2008, p. 14). E como já defendido anteriormente, quando se trata de um imóvel específico, o inventário é um processo insuficiente, sobretudo por não considerar valores para além da paisagem cultural do município.

Considerada uma referência urbana, a Laneira é um elemento importante da paisagem do seu bairro, tanto pela sua arquitetura industrial como por sua contribuição com a localidade. Não há o registro de outros imóveis relacionados ao espaço fabril, mas sabe-se que no entorno muitas residências foram construídas e ocupadas por seus operários. Assim como na MAESA, a fábrica oferecia financiamentos para que seus funcionários construíssem suas casas, caracterizando, da mesma forma, uma relação paternalista, o que resultou no desenvolvimento da localidade. Essa relação também era mantida pelas festas de fim de ano proporcionadas pela administração e principalmente por oferecer e incentivar práticas esportivas.

Muitos desses operários – ou suas famílias – ainda residem no mesmo local, mantem sua rede social construída em função do lanifício, guardam documentos e objetos que remetem ao espaço fabril, e principalmente possuem muitas memórias sobre a época de funcionamento da fábrica¹³⁷. Dentre essas memórias, destacam-se aquelas sobre o processo fabril, como operavam as máquinas e até sobre trabalhos manuais que eram desenvolvidos especialmente por mulheres. Dados importantes para o valor técnico e social da Laneira. O que permite afirmar que existe condição memorial na Laneira, porém o reconhecimento social ainda é latente. Os agentes desse patrimônio por mais que demonstrem um laço afetivo com seu antigo espaço de

¹³⁷ Essas afirmações constam na pesquisa anterior da autora. (COELHO, 2017)

trabalho, não o valorizam como um patrimônio industrial, algo dotado de diversos valores, um bem importante para sua localidade, tanto na questão física, como por exemplo a preservação da paisagem, quanto na questão imaterial, podendo citar a importância para história do bairro e também da cidade.

Mesmo tendo uma condição memorial ativa, sem um reconhecimento social, a tendência é cada vez ficar mais fraca e dispersa com o passar do tempo, pois não existe uma manutenção dessa memória. O imóvel sem uso e sem conservação e a dispersão dos outros bens colaboram para o enfraquecimento da memória fabril, sendo aconselhável que ações de preservação sejam tomadas prontamente. A priori, a musealização pode ser a forma que venha a contribuir de forma efetiva na preservação da Laneira enquanto um patrimônio industrial, porém, diferentemente do Lanifício São Pedro e da MAESA, que esse processo foi recomendado devido a sua condição memorial, essas fábricas se mostram mais aptas que a Laneira para começar esse processo devido ao reconhecimento social que é consolidado.

Para dar início a uma musealização em casos como a Laneira, antes deve-se saber se é possível ativar o reconhecimento social, fundamental para esse processo. Reitera-se que o envolvimento da comunidade é imprescindível na musealização de bens que o valor social é inerente. A efetivação do Memorial da Laneira seria o ideal para ações de preservação e para mobilizar a sua comunidade, no sentido de conhecer suas demandas e perceber a possibilidade de valorização e apropriação do patrimônio industrial. Porém, constata-se que não há a possibilidade de a intervenção arquitetônica acontecer em curto ou médio prazo no antigo lanifício, o que impede a implementação desse espaço de memória na urgência que o patrimônio pede, uma vez que sua condição memorial atenua conforme o passar do tempo, além da degradação contínua do imóvel.

A preferência é sempre que os bens sejam preservados em seus locais de origem, no exemplo da Laneira seria importante, pois o seu memorial está previsto que seja junto de uma de suas máquinas, objetos que além de possuir valor técnico, também são “objetos biográficos”, como Ferreira (2009) define, pois são elementos que fazem parte do dia a dia dos operários, ocupando grande parte das suas vidas, e estão sempre presentes nas narrativas desses trabalhadores. Não havendo essa possibilidade, então que pelo menos seja dentro do seu território, o que também não é vislumbrada, em termos físicos, para a Laneira, visto que não há outros imóveis relacionados ao espaço fabril. E as instituições que possuem algum acervo da antiga

fábrica¹³⁸ não são indicados, além de não estar não entorno da fábrica, são projetos acadêmicos com propostas diferentes do que se necessita nessa circunstância.

A situação atual da antiga fábrica pelotense aponta que a sua condição memorial está fadada a desaparecer, o que diante desse prognóstico recomenda-se ações de engajamento social em torno da preservação do patrimônio industrial. Assim, obtendo resultados satisfatórios, volta-se à recomendação de uma musealização da Laneira. Mesmo não havendo uma instituição em funcionamento que possa ser indicada para gerir essas ações – como foi sugerida no caso do Lanificio São Pedro -, e nem um espaço físico determinado – como nos casos da Fiateci e da MAESA -, deve ser pensado uma musealização que extrapole os limites do museu, como defende Brulon (2018), “que o ritual da musealização se refere simbolicamente. O museu existe no espaço recortado pela musealização, mesmo quando ele é apenas imaginado ou quando são evocados os seus fundamentos transformadores da realidade social” (BRULON, 2018, p. 201).

Nesse sentido, o que é proposto para a Laneira é um museu enquanto um espaço simbólico, voltado para a sua comunidade, onde umas de suas atividades pode ser a realização do inventário sugerido anteriormente. Um inventário compartilhado, no qual os agentes do patrimônio participam de forma efetiva, não apenas selecionando os bens que importam e fazem sentido, mas também contribuindo para a documentação com suas memórias. Segundo Varine (2013), esse método “dá à comunidade uma consciência e certo domínio de seu próprio patrimônio e do futuro desde, em sua globalidade, em função da significação que ele possui para cada um e para todos” (VARINE, 2013, 53).

A atividade de um inventário compartilhado também pode servir para os demais patrimônios, mesmo aqueles que possuem um museu já institucionalizado, como o Museu de Galópolis. Todas as propostas e sugestão aqui colocadas podem servir para outros patrimônios industriais. Diante disso, o objetivo é o de colaborar com a valorização e preservação dessa tipologia patrimonial.

¹³⁸ Essas instituições foram citadas anteriormente, e se refere ao Museu da UFPel, que mesmo possuindo acervo e existir de direito está inativo, e a Fototeca e o Núcleo de Documentação histórica, devido as suas missões e objetivos não se enquadram para a realização dessas ações.

Conclusões

O estudo comparativo dos bens que constituíram esta tese indica, na sua particularidade, um aspecto que pode ser observado em todo o território nacional: o fato de que o patrimônio industrial no Brasil ainda é pouco valorizado na sua complexidade. Embora, dentro das universidades, existam pesquisas e estudos sobre essa tipologia, os números revelam que esses bens patrimonializados, em sua maioria, não são tipificados por essa categoria. O conhecimento ainda não está sendo aplicado nas patrimonializações desses bens, fato que se deve ao reconhecimento tardio dessa tipologia. O conceito de patrimônio industrial foi elaborado apenas em 2003, quando no Brasil já eram patrimonializados 28 bens fabris em nível federal, após essa data até 2018, apenas 14 bens foram tombados, e do mesmo modo também não foram tipificados como patrimônios industriais. Cabe destacar que, entre aqueles bens identificados como potencial patrimônio industrial, há uma predileção por aqueles ligados ao transporte, especialmente aos ferroviários, como foi visto anteriormente, quando mencionado o inventário elaborado pelo IPHAN intitulado como Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, e o livro organizado em nível estadual pelo IPHAE, Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874 – 1959; e as fábricas de transformação ainda são minoria.

Tal conjuntura se replica nos estados. Dentre aqueles que foi possível ter acesso às listagens dos bens patrimonializados em níveis estaduais, todos apresentaram a mesma condição, bens fabris não identificados como patrimônios industriais, e esses a maioria ligados os transportes ferroviários. No caso do Rio Grande Sul, assim como na instancia federal (IPHAN), também foi feito um levantamento do patrimônio ferroviário do estado, porém com a diferença que era apenas de registro, enquanto a lista federal tem a prerrogativa de proteção. Outro fato que deve se atender no estado que há um bem que foi tombado por ser um exemplar de patrimônio industrial, a Usina de Candiota I.

Os números do patrimônio industrial no estado gaúcho apresentam uma perspectiva mais otimista de que o cenário brasileiro. Do número total de tombamentos, o estado apresenta aproximadamente 9% de potenciais patrimônios industriais, enquanto na esfera federal são em torno de 3,6% de bens fabris identificados. Assim, fazendo um recorte apenas para as fábricas de transformação,

o Rio Grande do Sul possui 1,28% desses bens patrimonializados, enquanto nos tombamentos em nível federal são apenas 0,68% do total de bens.

Passando para a esfera municipal, a análise foi realizada nos cinco municípios mais industrializados do Rio Grande do Sul durante o século XX. Essa escolha foi feita por acreditar que um maior número de indústrias no município poderia refletir no patrimônio cultural da cidade, e, sobretudo, porque sendo mais recentes poderiam estar mais conservadas. Dessa forma, entre as cinco cidades analisadas, foram selecionadas as cidades de Caxias do Sul, Porto Alegre e Pelotas para serem pesquisadas. O cenário quantitativo do patrimônio industrial municipal também seguiu o mesmo encontrado nos níveis federal e estadual. Porém, deve-se destacar os números dos patrimônios tombados em Caxias do Sul, dentre os quais aproximadamente 22% possuem potencialidade de patrimônio industrial. Entre todos os níveis e casos analisados foi o maior percentual encontrado, também é interessante lembrar que na pesquisa de campo, foi feita uma visita à Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico (DIPPAHC), setor da Secretaria de Cultura, e em conversa com a Coordenadora da divisão, Heloíse Salvador, quando questionada se o município possuía algum patrimônio industrial, teve-se como resposta um não. Ao analisar o livro tomo, nessa mesma oportunidade, realmente observou-se não haver nenhum bem tombado dentro dessa tipologia, mas dos 49 bens inscritos, 11 eram ligados à industrialização. Dados que reforçam que não são todas as instituições responsáveis pelos patrimônios que possuem conhecimento sobre o patrimônio industrial. Vale lembrar que Caxias do Sul tem, na sua história, a indústria como principal economia, inclusive foi o setor responsável por seu desenvolvimento espacial.

As legislações municipais que incidem sobre o patrimônio municipal das três cidades pesquisadas foram analisadas, quando foi verificado uma compreensão superficial dos sentidos do patrimônio industrial, ou seja, os maiores polos industriais do Rio Grande do Sul não têm legislação para a preservação dos seus patrimônios industriais. Entre as três cidades, a legislação de Porto Alegre é a que não faz nenhuma referência ao patrimônio industrial, mesmo tendo um passado fabril consolidado. Da mesma forma, a legislação, em Caxias do Sul, é incipiente quanto ao patrimônio industrial. Mesmo com um número considerável de bens fabris patrimonializados, esses são apenas citados nos anexos analisados anteriormente, além de ser, das três cidades, aquela que mais valoriza o seu passado industrial,

porém esse reconhecimento não reverbera na sua legislação patrimonial. Já Pelotas, mesmo não havendo referência à tipologia do patrimônio industrial diretamente, o legado fabril da cidade é contemplado na legislação quando são indicados para a preservação ou fazem parte de áreas de interesse cultural, principalmente no seu Plano Diretor.

Como essa legislação incide diretamente sobre os bens patrimonializados, e não há nada indicando ou recomendando sobre o legado fabril especificamente, esses bens acabam sendo inventariados ou tombados, apenas sob aqueles valores mais decorrentes, o arquitetônico e o histórico. Dado que pode ser exemplificado com a patrimonialização da cervejaria Brahma, pois apenas esses dois valores aparecem na sua documentação. Assim como nos bens patrimonializados, por estarem em listas de patrimônios culturais imóveis, Laneira, Fiateci e São Pedro não recebem nenhum tipo de observação sobre a sua particularidade de bem fabril.

Endente-se que uma legislação, a qual contemple o patrimônio industrial, com ênfase na sua complexidade, e trazendo os seus diversos valores, reverberaria nos seus patrimônios, por conseguinte os bens fabris não seriam limitados ao seu valor arquitetônico e histórico, e apenas a sua edificação. Essa forma de legislação poderia incluir os seus valores técnico e social, como também identificar os outros bens que compõe o conjunto, que são os bens imóveis relacionados à fábrica – como vilas operárias, por exemplo -, seus mais diversos bens móveis e os bens imateriais. Mesmo a MAESA a qual, entre os analisados, é a que possui, no seu tombamento, algumas referências a esses vários valores, mas também não é enquadrada como um patrimônio industrial, o que deixa margem para diversas interpretações, fragilizando o patrimônio no seu todo, tendo o foco apenas na edificação.

No caso de Caxias do Sul, mesmo com uma legislação falha quanto ao seu patrimônio industrial, devido ao reconhecimento social enquanto uma cidade industrializada, percebe-se que há uma valorização maior do seu legado fabril, desde do número de exemplares patrimonializados, até mesmo ações sociais de valorização e preservação desses bens – como por exemplo a mobilização para o tombamento da MAESA e o projeto de podcasts sobre Galópolis -. Esse comportamento é confirmado por Edelblutte (2012), que afirma que a “valorização do patrimônio industrial é, em geral, muito mais impulsionada nas cidades onde a indústria era a substância da identidade e da paisagem local” (EDELBLUTTE, 2012, p. 126). A partir

dessas afirmações, percebe-se que a forma como a história da cidade é entendida e contada reverbera diretamente nos seus patrimônios.

Outro fator que a legislação patrimonial regula é quanto à intervenção arquitetônica nos patrimônios culturais imóveis. Sabe-se que os bens tombados recebem maior restrições e devem ser preservados integralmente, enquanto os demais, como os inventariados, apenas a sua volumetria – fachadas e cobertura – deve ser mantida. Porém, quando se trata do patrimônio industrial, principalmente devido às grandes dimensões dos imóveis, a preservação de características fabris em seu interior, diante da utilização para um novo uso, na maioria dos casos é tratado como inconcebível. Não se defende que a edificação deva ser mantida na sua integralidade, o que pode muitas vezes impossibilitar a implementação de novos usos, e sabe-se que a utilização de imóveis é uma condição básica para a sua manutenção. O que se defende é que aqueles elementos mais significativos, os quais simbolizam e identificam as antigas fábricas sejam mantidos e identificados. Esses elementos podem ser os mais diversos, como a chaminé, principal símbolo das fábricas, mantida nos casos da Brahma e da Fiateci, mas que, nesses casos, apenas indicam o seu uso anterior, sem maiores informações. Outro símbolo forte dessas fábricas é seu maquinário, cuja preservação está prevista no caso da MAESA e da Laneira, que se bem contextualizadas, seja por textos, fotografias, ou outros suportes informativos, pode contar sobre o tipo fábrica, o tempo que funcionou, a técnica que utilizava, entre tantas outras interpretações possíveis. O ideal é que os operários, os quais trabalhavam com esses objetos, identifiquem quais são as máquinas mais representativas e que melhor desempenhariam esse papel de interlocutoras da história, do funcionamento e da técnica da fábrica. Assim como devem ser eles a identificar, não só as máquinas, mas todo o elemento representativo que deva ser preservado para a manutenção da memória fabril.

Essa sugestão, de incorporar os agentes do patrimônio, desde o momento das decisões para a elaboração do projeto de intervenção arquitetônica, é uma ação preservacionista a qual, além dos bens materiais que podem ser mantidos, ajuda que a memória continue a ser ativada e valores como técnicos e sociais serem vislumbrados após uma intervenção arquitetônica e o funcionamento de um novo uso. Esses valores, quando o foco é apenas o valor arquitetônico, após a intervenção e o novo uso, costumam desaparecer. Como foi possível detectar no caso da Brahma, o qual tem como uma possível causa do afastamento dos seus agentes, e o

apagamento de vários elementos fundamentais de identificação com a fábrica, por conta da intervenção arquitetônica. Confirmando a hipótese de que apenas os símbolos arquitetônicos não são suficientes para manter os valores do patrimônio industrial (social, material, técnico e imaterial) e a sua condição memorial. Assim, além de causar uma desumanização das fábricas, leva ao esquecimento de centenas de operários que circulavam diariamente por aqueles espaços e foram fundamentais para o desenvolvimento do entorno. Entorno esse que pode até ser beneficiado com melhorias em decorrência do novo uso, mas pelo apagamento da memória do trabalho, acaba causando uma gentrificação e, assim, o patrimônio não tem sua valorização e apropriação adequada.

Quanto ao novo uso dos espaços fabris, percebe-se que aqueles que mantiveram um envolvimento periódico com a sua comunidade são os que mais preservam a memória do patrimônio industrial, como nos casos de Caxias do Sul. Embora na MAESA ainda esteja em fase de planejamento, e no São Pedro essa relação patrimônio e comunidade seja fora do espaço fabril, são esses envolvimento que fazem a memória estar sempre sendo ativada, e acarreta que outros bens ou elementos são valorizados e preservados, mantendo um conjunto, mesmo que dissociado.

Pode-se dizer que um uso cultural é uma atividade que contribui para a preservação do patrimônio industrial, principalmente quando se trata de bens imateriais. Nesse sentido, foi recomentado o processo de musealização para patrimônios industriais, com a finalidade de contribuir com a preservação da integralidade desses bens, assim como de todos os seus valores. Esses espaços fabris, que na sua maioria são enormes, não faria sentido utilizados na sua totalidade com uso cultural, entende-se que pela sua amplitude suportam muitos usos, o que se deve atentar é para e como esses novos usos serão implantados, e pelo menos um espaço, ou elementos distribuídos sejam mantidos, e também ações preservacionistas, como por exemplo o processo de musealização, sejam implementados para preservação para além da arquitetura.

A articulação com a comunidade local é essencial para a manutenção da memória fabril, não apenas do trabalho e da dinâmica dentro da edificação, mas também da relação fábrica e entorno, como pode ser visto no Museu de Galópolis, demonstrando que o processo de musealização no patrimônio industrial torna mais eficiente a conservação da memória. Em razão disso, foram propostas algumas ações

com a finalidade de contribuir para a musealização da MAESA, a qual possui uma condição memorial, e da Laneira, uma vez que existe a hipótese de que seja possível iniciar um processo de reconhecimento social, conseqüentemente ativar a condição memorial. Cabe destacar que o primeiro passo deve ser dado no sentido do reconhecimento patrimonial no momento da intervenção arquitetônica, pois só assim as demais ações serão possíveis de serem realizadas, se não até mesmo a perspectiva de que venha a sediar um espaço cultural enfraquece. Essa mesma situação pode ocorrer na Fiategi, no momento da ocupação do seu novo uso, caso o novo ocupante não reconheça o espaço que irá ocupar como um patrimônio industrial, e que para a sua preservação, é essencial o espaço memorial, caso contrário provocará uma ruptura definitiva com a sua comunidade, desfazendo qualquer possibilidade de manter a sua condição memorial.

Diante das análises feitas com os cinco casos fabris elencados para essa pesquisa e comparando-os, foi possível identificar as diversas transformações que uma antiga fábrica suporta, desde o momento que é valorada como um patrimônio cultural. Também foi identificando que cada um dos casos se encontra em etapas diferentes, ou seja, passando por transformações distintas. São essas transformações que podem, ou não, contribuir para a condição memorial quando uma fábrica encerra suas atividades. A primeira transformação é a mais representativa e acontece no campo simbólico e ocorre quando um antigo espaço de trabalho fabril se torna um patrimônio, sendo revestido de um valor (ou vários valores) e sua preservação torna-se obrigatória. É nesse processo de patrimonialização que a condição memorial começa a se fazer necessária, uma vez que, diante de um patrimônio industrial, a preservação da memória é basilar para seus diferentes valores, principalmente para o social e técnico.

Considerando apenas os bens imóveis, a Laneira, a MAESA e o São Pedro são os casos que passaram por essa transformação, a patrimonialização, mas o que os diferencia são o uso, a lanifício caxiense ainda é ocupada por uma fábrica, a Cootegal; enquanto a MAESA e a Laneira ainda aguardam as próximas transformações, porém a Laneira passa por uma degradação por essa falta de uso. Outro fator, também de forma oposta, distingue esses casos, é o reconhecimento social, enquanto o lanifício pelotense ainda é latente, em Caxias do Sul não há dúvida nas duas fábricas, mas no caso do lanifício o seu entorno é o bem mais valorizado e apropriado pela sua comunidade. Porém, ao considerar o patrimônio industrial no

conjunto de bens que os forma, pode-se considerar que o São Pedro possui uma segunda transformação, mas ainda dentro do campo simbólico, que é o processo de patrimonialização através do Museu de Galópolis, um museu de território que objetiva preservar a paisagem originada a partir do espaço fabril.

Uma outra transformação, que embora incida diretamente na edificação a sua aplicação reverbera nos outros bens e principalmente no seu entorno, é a intervenção arquitetônica. Entre os exemplares aqui analisados, apenas a Brahma tem a sua intervenção arquitetônica concluída e, inclusive, possui um novo uso, também considerada uma transformação. Como analisado anteriormente, essas transformações podem ter causado o apagamento da condição memorial e, conseqüentemente, o afastamento dos seus agentes. No caso da Fiateci, a sua intervenção arquitetônica é parcial, tendo sido executada em apenas alguns imóveis do complexo fabril, tendo assim a oportunidade de reverter o afastamento da sua comunidade, conforme foi sugerido anteriormente.

Pelo fato de os exemplares estarem em diferentes situações, frente às transformações elencadas para as análises aqui propostas, foi possível compreender cada uma separadamente e detectar as possíveis interferências que podem causar nos valores do patrimônio industrial, mas principalmente na memória fabril. Confirmando a hipótese que norteou essa pesquisa de que essas transformações (patrimonialização, intervenção arquitetônica, novo uso) interferem na memória fabril e de que a musealização pode colaborar para a preservação dos potenciais patrimônios Industriais, porém deve ser destacado que nesse ponto, não contempla todos os potenciais, mas sim apenas aqueles que a condição memorial está presente, ou pode ser ativada.

Diante dessa confirmação e com base nas análises, verifica-se que a intervenção arquitetônica é a transformação que pode causar maiores danos quando a memória fabril comparada às demais. Porém, deve-se salientar que essas transformações (excetuando o novo uso) são regidas pelas legislações culturais, demonstrando que a fragilidade do entendimento e a inexistência do reconhecimento nessa documentação do patrimônio industrial acarreta sua atuação como bem patrimonial no presente, como também conduz o seu futuro.

Espera-se que as análises aqui feitas gerem reflexão sobre o lugar e a situação do patrimônio industrial na atualidade, mas principalmente que colabore para reverter os baixos números de patrimônios industriais entre os demais patrimônios

culturais, tipificando os remanescentes da industrialização patrimonializados nessa categoria, como forma de contribuir para a preservação desses bens na sua integralidade de valores. Espera-se que, além disso, fundamentalmente, incorporem nos futuros processos de patrimonialização das antigas fábricas todos os seus bens materiais e imateriais, de tal forma que contemple a memória fabril. Para aqueles patrimônios já institucionalizados, os quais possuem uma condição memorial ativa, que possam ser reconhecidos e valorizados na sua complexidade, por meio do processo de musealização, como uma forma também de contribuir para a manutenção da condição memorial.

Dessa forma, espera-se que esta pesquisa estimule o reconhecimento, a valorização, a apropriação e a preservação do patrimônio industrial, principalmente o gaúcho, recorte aqui analisado.

REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas

ABDALLA, Sharon. Colapso do IPHAN põe em risco patrimônio histórico do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/colapso-do-iphan-poe-em-risco-patrimonio-historico-do-pais-2/>. Acesso em 21 jan. 2021

ANDRADE, Andrei. Pelos corredores da memória: Pátio Eberle, em Caxias, ganha exposição permanente sobre a história do prédio. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2020/12/pelos-corredores-da-memoria-patio-eberle-em-caxias-ganha-exposicao-permanente-sobre-a-historia-do-predio-ckikmncx90089017wquwzijkl.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Arquivo da Equipe do patrimônio Histórico e Cultural (EPHAC). Secretaria Municipal de Cultura – **Relatório e processo de Tombamento da Cervejaria Brahma**;

AXT, Gunter; FABRÍCIO, Lídia. **Relatório Final – Shopping Total**. Porto Alegre, 2006.

BACH, Alcir Nei. **Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)**. Tese (Doutorado). Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

BACH, Alcir Nei. **O patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em pelotas–1950 à 1970**. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2009.

BASSANESI, Natália Saccaro. **Complexo cultural e educacional: Moinho de Ana Rech**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95554/000917866.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jul. 2019

BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Abramo e seus filhos: cartas familiares 1920-1945**. Caxias do Sul: EDUCS, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.

BISOL, Letícia Eloisa. **O patrimônio urbano-arquitetônico de Caxias do Sul (RS): Resgate memorial das edificações para possível utilização turística**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul – RS, 2017

BORBA; Mirella Moraes de. **Memórias de trabalhadoras da Fábrica Laneira Brasileira S.A.: os lugares silenciosos dos afetos e das dores**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

BORBA; Mirella Moraes de. **Um olhar sobre patrimônio industrial: Elementos para o Memorial da extinta Laneira Brasileira S.A.**. Monografia (Graduação) Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2016.

BRITTO, Natália Daniela Soares Sá. **Industrialização e desindustrialização do Espaço Urbano em Pelotas/RS**. Dissertação Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Rio Grande. Rio Grande, 2011.

BRULON, Bruno. Passagens da museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, v. 11, nº 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657> . Acesso em 30 out. 2020.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. **Indústria de ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Buenas Ideias, 2009.

BUENO, Ricardo. **Galópolis e os italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura**. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Marcio Dillmann de; FERREIRA, Leticia Mazzuchi. **Relatório do Projeto de Pesquisa Patrimônio Industrial Rural e Urbano na cidade de Pelotas, RS**. Universidade Federal de Pelotas. 2011

CASTELNOU NETO, Antonio Manoel N.. A intervenção arquitetônica em obras existentes. **Semina: Ciências Exatas e Tecnológicas**, v. 13, n. 4, p. 265-268, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semexatas/article/view/3200/2681>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CAXIAS DO SUL. **Livro Tombo**. Secretaria Municipal de Cultura de Caxias do Sul. Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural – DIPPAHC. 1985 – 2018.

CAXIAS DO SUL, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. **Projeto de Intervenção: Recuperação, Ocupação, Uso e Gestão da MAESA**. Caxias do Sul, nov. 2015

CHING, Francis D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COELHO, Jossana Peil. **Identificação de suportes de memória no prédio da extinta fábrica Laneira Brasileira S.A.** Monografia (Graduação) Curso de Bacharelado em Museologia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2014.

COELHO, Jossana Peil. **Os significados do lugar: memórias sobre a extinta fábrica Laneira Brasileira S.A. (Pelotas / RS)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira. A cidade esquecida: patrimônio industrial e o ocultamento da memória do trabalho. **Revista Latino-Americana de História- UNISINOS**, v. 8, n. 21, p. 111- 129, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/996/386580>. Acesso em: 12 fev. 2021

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira. O Patrimônio industrial na legislação pelotense. In: Darlan de Mamann Marchi, Eduardo Roberto Jordão Knack, Rita Juliana Soares Poloni. (Org.). **Memória & patrimônio: preservação, políticas e acesso**. 1ed.Pelotas: Editora da UFPel, 2020, v. 3, p. 135-150.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira. Histórias contadas na fábrica: identificação de suportes de memória na planta industrial da Laneira Brasileira S.A., Pelotas/RS. In: VIII Encontro Regional Sul de História Oral: História Oral, lugares e desafios, 2015, Joinville. **Anais do VIII Encontro Regional Sul de História Oral: História Oral, lugares e desafios**. Joinville: UNIVILLE, 2015. v. 8. p. 144-157.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira; RIBEIRO, Diego Lemos. Narrativas de Fábrica: Inventário de Memórias da Extinta Laneira Brasileira S.A. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS, 2017, Santa Maria. **CADERNO DE ANAIS COMPLETOS: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS**. Santa Maria: Centro de Educação, Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação ? Povo de Clio., 2017. v. 1. p. 353-367.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira; RIBEIRO, Diego Lemos. O inventário das memórias da extinta fábrica Laneira Brasileira S.A. (Pelotas /RS). In: 5 Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. Fotografia e Memória., 2016, Rio de Janeiro. **Anais do 5 Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus**. Fotografia e Memória.. Rio de Janeiro: Rio Book´s, 2016. v. 1. p. 1-10.

COELHO, Jossana Peil; RIBEIRO, Diego Lemos. Bens Fabris: seus potenciais de musealização. **Museologia e Patrimônio**, Vol. 13, No 2, p. 140-160, 2020. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/816/764>. Acesso em: 05 jan. 2021

CORREA, Celina Maria Britto; MICHELON, Francisca Ferreira. Expografia Acessível: Estudo de suporte expográfico com desenho universal. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/216/150>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CORREA, Celina Maria Britto; MICHELON, Francisca Ferreira; PINTADO, Ricardo Sampaio. Casa dos Museus: Reciclagem e Requalificação de um Espaço Industrial (Pelotas - R.S. / Brasil). In: Eduarda Vieira, José Manuel Cordeiro. (Org.). **Patrimônio, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI**. 1ed.Porto Pt, 2017, v. 1, p. 271-279.

CORREA, Celina Maria Britto; PINTADO, Ricardo Sampaio. Casa dos Museus: ensino e extensão. **Expressa Extensão**, v. 19, n. 2, p. 133-142, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4944>. Acesso em: 17 fev. 2021.

COSTA, Ana Elísia da. **A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul: de 1880 a 1950**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001

CURY, Marília Xavier; YAGUI, Mirian Midori Peres. A musealização do setor elétrico em São Paulo: construção de perspectivas para as usinas hidrelétricas. **Labor & Engenho**, v.9, n.1 (jan./mar.) p.104-134, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/2098>. Acesso em: 30 ago. 2019.

DALONSO, Yoná da Silva. Turismo industrial como novo segmento turístico: a experiência da cidade de Joinville. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Yona-Dalonso/publication/280777628_O_TURISMO_INDUSTRIAL_COMO_NOVO_SEGMENTO_TURISTICO_A_EXPERIENCIA_DA_CIDADE_DE_JOINVILLE/links/55c6716608aea2d9bdc547c3/O-TURISMO-INDUSTRIAL-COMO-NOVO-SEGMENTO-TURISTICO-A-EXPERIENCIA-DA-CIDADE-DE-JOINVILLE.pdf. Acesso em: 15 nov.2020.

DEBARY, Octave. **Antropologia dos restos: Da lixeira ao museu**. Tradução de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. 1 ed. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Antropologia-dos-Restos.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-Chave de Museologia**. FCC. Florianópolis, 2014.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O Lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2011.

DIAS, Ariane Pedrotti de Ávila. A participação popular no processo de tombamento da MAESA. **Urbania. Revista latinoamericana de arqueología e historia de las ciudades**, v. 8, p. 91-122, 2019. Disponível em: <https://www.aacademica.org/urbania/73>. Acesso em: 08 set. 2020

DIAS, Ariane Pedrotti de Ávila. **Restauração e Requalificação da Segunda Fábrica da Metalúrgica Abramo Eberle S/A – MAESA**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

EDELBLUTTE, Simon. O patrimônio industrial no Reino Unido: contexto, paisagem, territórios. **Revista Memória em Rede**, v. 4, n. 6, 2011. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/8/67>. Acesso em: 16 fev. 2021

EPAHC – Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural. Coordenação da Memória Cultural, Secretaria de Cultura, Prefeitura de Porto Alegre. **Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre**. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/inventario05set.pdf. Acesso em: 13 jun.2019

ERLO, Geovana. **Museu de Território de Galópolis: uma estratégia para a preservação do patrimônio industrial e identidade local**. Monografia (Graduação) Licenciatura em História. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS. 2019.

FELIN, Bruno. Quarto Distrito espera há pelo menos 30 anos por uma revitalização. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 de novembro de 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/11/Quarto-Distrito-espera-ha-pelo-menos-30-anos-por-uma-revitalizacao-4643635.html>. Acesso em: 19 fev. 2019.

FERNANDES, Ana Clara. **Cemitérios industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre - RS/Brasil**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2013.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio: as várias dimensões de um conceito. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, p. 29-39, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11655/7485>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FERREIRA, Leticia Mazzuchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/43>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; SERRES, Juliane Conceição Primon. A difícil memória: musealização do hospital colônia Itapuã, RS, Brasil. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 50, n. 6, 2015. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5226>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FERRI, Marlos Rodrigo. **Tecendo uma história: a Cooperativa Têxtil Galópolis**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS. 2018

FONSECA, Maria Cecília. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FRIZZO, Rubia Ana Mossi. **MAESA poema arquitetônico: patrimônio histórico e sua dimensão econômica, turística e social**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2019.

Fundação Catarinense de Cultura. **Listagem de Bens Tombados**. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-material/listagem-de-bens-tombados>. Acesso em: 20 jun. 2019

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas & Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense**. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011

HERÉDIA, Vania B. M.; TRONCA, Bruna. Patrimônio Industrial e Turismo: A Vila Operária de Galópolis, Caxias do Sul, RS. **Rosa dos Ventos**, vol. 8, núm. 3, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473550236008>. Acesso em: 30 ago. 2019.

HERÉDIA, Vania B. M. A industrialização da zona colonial italiana: um estudo de caso da indústria têxtil do nordeste do Rio Grande do Sul. **EDUCS**, Caxias do Sul, 1997. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s3a7.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Memória e história: educação profissional numa escola industrial. **Revista História Oral**, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=801&path%5B%5D=pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

HISTÓRIAS e fotos da maior enchente de Porto Alegre. **Sul 21**, 18 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2015/10/historias-e-fotos-da-maior-enchente-de-porto-alegre/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

IBGE. **Caxias do Sul: coleção de monografias dos municípios**. 1959. Disponível em: https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n199_caxiasdosul.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. 1959. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

IBGE. **Pelotas: coleção de monografias dos municípios**. 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n5_pelotas.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: Formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. **Anais XV ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: ECI, UFMG, p. 4335-4355, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt9>. Acesso em: 30 ago. 2019.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio**, v. 1, n. 1, p. 31-50, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3940/394034995004.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Histórias e Tradições da cidade de Pelotas**. 3ª Edição, Pelotas: Editara Armazém Literário, 1999.

MATTAR, Leila Nesralla. **A modernidade em Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4o. distrito**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2010.

MELO, Chanaísa. **Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

MENDONÇA, Elizabeth. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e Museu: Apontamentos sobre estratégias de articulações entre processos de patrimonialização e de musealização. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 8, p. 88-106, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16906>. Acesso em: 12 jul. 2019

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: **I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. 2014. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em 30 ago. 2019.

METALURGICA ABRAMO EBERLE, **Catalogo Eberle**. Acervo do Museu Municipal de Caxias do Sul.

MICHELON, Francisca Ferreira. O Patrimônio Invisível. In: Francisca Ferreira Michelin. (Org.). **O Patrimônio Industrial da UFPel**. 1ed.Pelotas: Editora da UFPel, 2019, v. 1, p. 17-24.

MICHELON, Francisca Ferreira. Reunir os tempos: o conjunto edificado do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pelotas. In: Francisca Ferreira Michelin. (Org.). **Patrimônio Cultural Edificado da Universidade Federal de Pelotas**. 1ed.Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2013, v. 1, p. 39-45.

MICHELON, Francisca Ferreira; RODEGHIERO, Luzia. C. . La memoria del trabajo industrial en Río Grande del Sur (Brasil) por la fotografía. In: **12ª Jornades Imatge i Recerca: Jornades Antoní Varés.**, 2012, Girona. Actes / 2012 - Imatge i Recerca : Jornades Antoní Varés.. Girona: Ajuntament de Girona / Servei de Gestió Documental, Arxius i Publicacions (SGDAP), 2012a. v. 12. p. pdf s/n-pdf s/n.

MICHELON, Francisca Ferreira; RODEGHIERO, Luzia. C. . Panorama visual da memória sobre o trabalho no Rio Grande do Sul: preservação e acessibilidade a acervos fotográficos institucionais. In: VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 2012, São Paulo. **Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial.** São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2012b. v. 1. p. 1-13.

MIRANDA, Adriana Eckert. **A evolução do edifício industrial em Porto Alegre 1870 a 1950.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2003.

MIRANDA, Adriana Eckert. **Planos e Projetos de Expansão Urbana Industriais e Operários em Porto Alegre (1935-1961).** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, RS. 2013

MONUMENTA, Programa. IPHAN. **Patrimônio Vivo, Pelotas-RS.** v. 7, p. 116. Brasília, DF: IPHAN/Programa MONUMENTA. Preservação e Desenvolvimento, 2007.

MORADO, Ronaldo. **Larousse da Cerveja.** São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Protomodernismo em Pelotas.** Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2005.

MUGNOL, Bibiana. Prefeitura de Caxias tomba maquinário histórico da MAESA avaliado em R\$ 800 mil. **O Pioneiro.** Caxias do Sul, 03 nov. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/colunistas/babiana-mugnol/noticia/2020/11/prefeitura-de-caxias-tomba-maquinario-historico-da-maesa-avaliado-em-r-800-mil-14236524.html>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MÜZELL, Rodrigo; ROSA, Eduardo. As Industrias que a cidade espantou. **Zero Hora,** Porto Alegre, 4 e 5 de ago. 2018.

NETO, Miron; SCHERER, Rose Fonseca; PRUNES, Tatiana. **Encarte Publicitário do Shopping Total.** Porto Alegre, 30 de maio de 2003.

OLIVEIRA, Rodrigo Lopes de. Eberle, um novo tempo. **Pioneiro,** Caxias do Sul, 15 e 16 jun. 2013. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/tag/metalurgica-abramo-eberle/page/4/?topo=87>. Acesso em: 13 ago. 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Lopes de. Uma outra faceta da Metalúrgica Abramo Eberle. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 31 jan. 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/01/31/uma-outra-faceta-da-metalurgica-abramo-eberle/?topo=35,1,1,,,35>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PAIM, Lorena. Patrimônio: Centro de compras no lugar de tradicional cervejaria. **Sul 21**, 20 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2011/11/patrimonio-centro-de-compras-no-lugar-de-tradicional-cervejaria/>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PELOTAS, Secretaria Municipal de Cultura. **Patrimônio Cultural de Pelotas. Manual do Usuário de Imóveis Inventariados**. Pelotas: Nova Prova, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Inventário de imóveis como patrimônio cultural tem novas regras**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_noticia=999202884&INVENTARIO+DE+IMOVEIS+COMO+PATRIMONIO+CULTURAL+TEM+NOVAS+REGRAS#. Acesso em: 13 jun. 2019.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Lista bens Tombados e Inventariados em Porto Alegre**. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/lista_bens_tombados_e_inventariados_em_porto_alegre.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019

PROCHNOW, Lucas Neves. **O IPHAN e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação**. Dissertação de Mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Rio de Janeiro. 2014.

PROCHNOW, Simone Back. **Heterocronia na arquitetura: o projeto como viabilizador do Patrimônio**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Ritter dos Reis/Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, 2015.

PRUX, Elenira Inês; TRONCA, Tadiane. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami: Uma trajetória de parcerias. **Informação Arquivística**, v. 3 n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/108/42>. Acesso em: 19 fev. 2021.

PUIG, Rafael. **Um outro olhar à Fiateci: Refletindo a ocupação do 4º Distrito**. Monografia (Graduação) Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2017.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RIO GRANDE DO SUL EM REVISTA, O. **Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense**. Porto Alegre, 1922.

ROCHA, Cleomar (org). Patrimônio Cultural Material de Goiás. Goiânia: Gráfica da UFG, 2016. Disponível em: https://www.medialab.ufg.br/up/679/o/Patrim%C3%B4nio_Material.pdf. Acesso em: 30 de ago. 2019.

RIGON; Roni. Banco de Memória eterniza histórias. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 31 jan. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/esportes/noticia/2014/06/banco-de-memoria-eterniza-historias-4526130.html>. Acesso em: 13 jun. 2014.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em sítios históricos Industriais**. São Paulo, SP: Fap-Unifesp: Edusp, 2013.

SALABERRY, Jeferson Dutra. **A agroindústria no Bairro do Porto: Pelotas – RS (1911-1922)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – RS, 2012.

SALES, Fabiana de lima. O desenvolvimento econômico de Caxias do Sul na perspectiva do acervo do Museu Municipal. **Anais do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, Universidade de Caxias do Sul, Mestrado em Turismo, Caxias do Sul / RS, 7 e 8 de Julho de 2006. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/58.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museu, museologia e a ‘relação específica’: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Revista Ciência da Informação**, v. 42, n. 3, p.358-378, set./dez., 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SECRETARIA anuncia etapas para ocupação de prédio histórico de Caxias do Sul. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 de agosto de 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/correio-do-povo/secretaria-anuncia-etapas-para-ocupacao-de-predio-historico-de-caxias-do-sul-24082018>. Acesso em 01 de fev. de 2019

SECRETARIA de Cultura – RN. **Bens Tombados pelo Governo do Estado – DOE**. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000010572.PDF. Acesso em: 30 ago. 2019.

SECULT. **Manual do usuário de imóveis inventariados**. Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Cultura. Pelotas: Nova Prova, 2008.

SILVEIRA, Ana Cristina dos Santos Amaro da. **Uma face da industrialização pelotense na década de 1970: a gênese da Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, SENAI/Pelotas**. Dissertação Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2008.

SOBRINO SIMAL, Julián; SANZ CARLOS, Marina (ed.). **Carta de Sevilla de patrimonio industrial 2018: los retos del siglo XXI = Seville charter of industrial heritage 2018: the challenges of the 21st century**. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces. Consejería de la Presidencia, Administración Pública e Interior. 2018.

TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Fábrica, identidade e paisagem urbana: Arqueologia da Bopp Irmaos**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. 2005.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**, TICCIH, 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos Trabalhadores: Infância e Industrialização em Caxias do Sul (Fim do Séc. XIX e início do XX)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3542>. Acesso em: 30 ago. 2019.

TRANSFORMAÇÃO no prédio da MAESA. **Jornal do Almoço**, Caxias do Sul, 16 de dezembro de 2015, 04'18". Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/transformacao-no-predio-da-maesa/4680162/>. Acesso em: 11 fev. 2019

Universidade Federal de Pelotas. **Centro Regional de Cuidados Paliativos – UFPel**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cuidativa/nossa-historia/>. Acesso em 25 jun. 2019.

Universidade Federal de Pelotas. **Laneira: De manufatura de lãs a centro dedicado à saúde**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/45anos/laneira/>. Acesso em 25 jun. 2019

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la Restauración**. Espanha: Editorial Síntesis, 2003.

WOBETO; Raquel. **Começa a Casa Cor RS 2011. Raquel Wobeto Blogspot**. Disponível em: <http://raquelwobeto.blogspot.com/2011/05/comeca-casa-cor-rs-2011.html>. Acesso em: 05 fev. 2021

ZANATTA, Clarissa. Antiga residência de Abramo Eberle. **Clarissa Zanatta: Arquitetando Histórias**, 2017. Disponível em: <https://clarissazanatta.arq.br/2017/01/05/antiga-residencia-de-abramo-eberle/>. Acesso em 20 fev. 2021.

ZOTTIS, Alexandra Marcella; LUNKES, Luciano. Diagnóstico de potenciais atrativos, produtos, equipamentos e serviços de hospitalidade: bairro São Geraldo de Porto Alegre. **Porto Alegre: o despertar do 4º distrito**, p. 29-48, 2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/article/viewFile/4434/2058>. Acesso em: 31 jul. 2019

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL. **Patrimônio cultural: memórias e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume – Núcleo de Apoio e Pesquisa de São Paulo, 2017.

Legislações

BRASIL. **Lei nº 11.483**, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11483.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Decreto nº 7.700**, de 19 de abril de 1993. Disciplina a venda de "solo criado", na forma de "índices construtivos". Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/5bac652e-b962-414b-a8b2-521b65ebe530.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Decreto nº 10.397**, de 17 de julho de 2001. Adota critérios para a afixação de veículos de comunicação visual em prédios tombados pelo patrimônio histórico e cultural do Município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/decreto/2001/1040/10397/decreto-n-10397-2001-adota-criterios-para-a-afixacao-de-veiculos-de-comunicacao-visual-em-predios-tombados-pelo-patrimonio-historico-e-cultural-do-municipio?q=10397>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Decreto nº 16.581**, de 24 de julho de 2013. Regulamenta a Lei nº 3.152 e institui a Comissão Específica e Permanente. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/eec58eec-6314-45fe-99c1-3cdb0ace55ba.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Edital de Concorrência n.º 080-2020**, de 12 de junho de 2020. Contratação de empresa para execução de serviços técnicos relativos a Patrimônio Histórico e Cultural, para elaboração de plano geral do conjunto edificado MAESA. Disponível em: <https://grp.caxias.rs.gov.br/grp/materiais/acessoexterno/compras/detalhesLicitacaoAcessoExterno.faces>. Acesso em: 05 de fev. 2021

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 136**, de 11 de abril de 2001. Institui o plano físico urbano para a sede do distrito de Vila Cristina e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-complementar/2001/14/136/lei-complementar-n-136-2001-institui-o-plano-fisico-urbano-para-a-sede-do-distrito-de-vila-cristina-e-da-outras-providencias?q=136>
Acesso em: 30 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 290**, de 24 de setembro de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/planejamento/plano-diretor/lei-complementar-290-2007>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 412**, de 12 de junho de 2012. Adota critérios para fixação de propagandas em prédios tombados. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/2e7a17f6-7078-43ae-8a7c-52d629609590.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 480**, de 22 de março de 2015. Inclui bem cultural no Anexo 13 da Lei Complementar nº 290, de 24 de setembro de 2007, que institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-complementar/2015/48/480/lei-complementar-n-480-2015-inclui-bem-cultural-no-anexo-13-da-lei-complementar-n-290-de-24-de-setembro-de-2007-que-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-caxias-do-sul?q=480>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 498**, de 04 de dezembro de 2015. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável para o Distrito de Vila Cristina, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-complementar/2015/50/498/lei-complementar-n-498-2015-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-sustentavel-para-o-distrito-de-vila-cristina-e-da-outras-providencias?q=498>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 3.963**, de 29 de dezembro de 1992. Institui o solo criado e autoriza vendê-lo na forma de índices construtivos. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/0cdf5e8f-8e88-44cf-91c9-e7ee91ef6226.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 4.765**, de 8 de dezembro de 1997. Institui no município de Caxias do Sul o dia do patrimônio cultural e artístico. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/1997/477/4765/lei-ordinaria-n-4765-1997-institui-no-municipio-de-caxias-do-sul-o-dia-do-patrimonio-cultural-e-artistico?q=4765>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 5.039**, de 29 de dezembro de 1998. Regulamenta a Transferência e Utilização de Potencial Construtivo para o Município de Caxias do Sul e dá outras providências. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/5afab875-8329-4fdc-8db2-d93682ecd293.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 7.074**, de 17 de dezembro de 2009. Institui o Banco de Índices e o Fundo Municipal para Equipamentos Institucionais e dá outras providências. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/53c6d5bd-e65b-4a23-998a-0942e07557ad.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 7.495**, de 19 de outubro de 2012. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias do Sul. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/dcce7e3b-02c9-451d-8b0f-78387a61e328.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 7.544**, de 14 de dezembro de 2012. Reformula o conselho municipal do patrimônio histórico e cultural - COMPAHC Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/2012/755/7544/lei-ordinaria-n-7544-2012-reformula-o-conselho-municipal-do-patrimonio-historico-e-cultural-compahc?q=7544>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 7.728**, de 17 de dezembro de 2013. Institui o Banco de Índices e o Fundo Municipal para Equipamentos Institucionais e dá outras providências. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/bdde398a-4136-40f0-848d-3aba5b000a33.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 7.950**, de 2 de julho de 2015. Institui a Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural e o Fórum Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/2015/795/7950/lei-ordinaria-n-7950-2015-institui-a-semana-municipal-de-valorizacao-do-patrimonio-historico-e-cultural-e-o-forum-municipal-de-protecao-do-patrimonio-cultural?q=7950>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 8.009**, de 05 de novembro de 2015. Especifica utilização de potencial construtivo com origem no patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/427bf480-9139-4a73-a155-abd49e14d390.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAXIAS DO SUL. **Lei Orgânica Municipal**, de 4 de abril de 1990. Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/3439ad4c-59c5-44b7-afcf-94efd8dd45b3.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Ordem de Serviço Nº 002**, de 14 de novembro de 2002. Estabelece formulário e instruções complementares á portaria nº 11/86, para instrução dos processos d tombamento no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Ordem_de_Servico_n_002_de_14_de_novembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Portaria nº 11**, de 11 de setembro de 1986. Da Instauração do Processo de Tombamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_d_e_1986.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Portaria nº 407**, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria_1722016.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Decreto nº 5.685**, de 8 de novembro de 2013. Dispõe sobre os bens integrantes do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/decretos/2013/DECRETO5685.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Decreto nº 5.865**, de 30 de setembro de 2015. Exclui imóveis do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/decretos/2015/DECRETO5865.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Decreto nº 6.010**, de 19 de junho de 2017. Dispõe sobre os bens integrantes do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/decretos/2017/DECRETO6010.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 2.565**, de 26 de agosto de 1980. Institui o II Plano Diretor de Pelotas. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/leis/1980/Lei_n_2565.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 4.568**, de 7 de julho de 2000. Declara área da cidade como zonas de preservação do patrimônio cultural de pelotas - zppcs - lista seus bens integrantes e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/leis/2000/Lei_n_4568.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 4.778**, de 4 de janeiro de 2002. Acrescenta parágrafo único no artigo 11 da Lei nº 4.568/2000, que declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCs, lista seus bens integrantes e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/leis/2002/lei_4778.pdf. Lei_n_2565.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 5.146**, de 25 de julho de 2005. Reduz alíquotas do IPTU e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/leis/2005/lei_5146.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 5.365**, de 29 de agosto de 2007. Dispõe sobre a colocação de placas indicativas nos imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/leis/2007/lei_5365.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018.

PELOTAS. **Lei nº 5.502**, de 11 de setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/leis/2008/lei_5502.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 5.989**, de 23 de junho de 2013. Institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de Pelotas. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/leis/2013/LEI5989.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 6.311**, de 05 de janeiro de 2016. Autoriza o Poder Executivo a outorgar permissão administrativa para uso criativo, revitalização e restauração dos imóveis públicos integrantes do Patrimônio Histórico e Cultural Municipal, na forma prevista pelo art. 10 da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências. Disponível em: http://storage.pelotas.com.br/transparencia/legislacao/interesse_legislacao/leis/2016/LEI6311.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PELOTAS. **Lei nº 6.636**, de 03 de outubro de 2018. Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: http://server.pelotas.com.br/interesse_legislacao/leis/2018/LEI6636.pdf. Acesso em: 06 nov. 2018

PORTO ALEGRE. **Decreto nº 9.125**, de 18 de março de 1988. Cria a “Memória Carris” e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1988/913/9125/decreto-n-9125-1988-cria-a-memoria-carris-e-da-outras-providencias?q=9125>. Acesso em: 30 ago. 2019

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 275**, de 06 de abril de 1992. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000022358.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 30 ago. 2019

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 434**, de 24 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000036860.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 30 ago. 2019

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 601**, de 23 de outubro de 2008. Dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030092.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 30 ago. 2019

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 646**, de 22 de julho de 2010. Altera e inclui dispositivos, figuras e anexos na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999; Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e alterações posteriores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/646%20rep-PDDUA>. Acesso em: 30 ago. 2019

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 658**, de 09 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Compahc) e revoga o inc. VIII e o § 8º do art. 1º da Lei nº 3.607, de 27 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000031397.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 30 ago. 2019

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 829**, de 05 de janeiro de 2018. Revoga a Lei Complementar nº 601, de 23 de outubro de 2008 – que dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Lei_Complementar_829. Acesso em: 30 ago. 2019

PORTO ALEGRE. **Lei nº 6.099**, de 03 de fevereiro de 1988. Cria a Secretaria Municipal da Cultura, cargos em comissão e funções gratificadas, altera a denominação e as finalidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a vinculação do COMPAHC, autoriza o Executivo a criar o Fundo Pró-Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Lei%206099>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PORTO ALEGRE. **Lei Orgânica**. Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/lei_organica_poa.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.617**. Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, com encargos, ao Município de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.617.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021

Páginas eletrônicas

4D Distrito de inovação de Porto Alegre. Disponível em: <http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/>. Acesso em 23 fev. 2021.

BIBLIOTECA Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em 01 fev. 2019

CAXIAS DO SUL, Prefeitura Municipal de. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARRIS. Disponível em: <http://www.carris.com.br/default.php>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Conselho de defesa do patrimônio Histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC). Secretaria de Cultura do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2019

EBERLE. Disponível em: <http://www.eberlefashion.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Fiateci. Disponível em: <http://www.fiateci.com.br/index.php/empresa/historia>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Fototeca Memória da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/arquivofotografico/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2019

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GCI Investimentos. Disponível em: <http://www.gcii.com.br/home>. Acesso em: 20 fev. 2021

GRUPO VOGES. Disponível em: <http://www.voges.com.br/?section=institucional>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2019

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac (RJ). Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha (MG). Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/>. Acesso em: 16 jan. 2021

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Disponível em: <http://www.museudeportoalegre.com/>. Acesso em: 20 fev. 2021

Núcleo de Documentação Histórica Prof. Beatriz Loner. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/>. Acesso em: 23 fev. 2021

Plataforma Museusbr. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/> Acesso em: 30 ago. 2019.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/ Acesso em: 28 jul. 2019.

Projeto Educa MAESA. Disponível em: <https://sites.google.com/view/educamaesa/in%C3%ADcio>. Acesso em: 19 fev. 2021

Rede de Museus da UFPel. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/>. Acesso em: 23 fev. 2021

Secretaria de Cultura (CE). Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Secretaria de Cultura (PE). Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Secretaria de Estado da Cultura (AL). Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Secretaria de Estado da Cultura (ES). Disponível em: <https://secult.es.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Shopping Total. Disponível em: <http://www.shoppingtotal.com.br/site/o-shopping/saiba-mais/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Fontes

DALMAS, Adriana (Arquiteta do Studio Ronaldo Rezende). **Entrevista sobre o projeto da Fiateci** [out 2020]. Entrevistada por Jossana Peil Coelho. Via Google Meet, 2020.

DILIGENTI, Rosa Maria (Funcionária Cootegal). **Entrevista sobre a Cootegal** [jan. 2021]. Entrevistada por Jossana Peil Coelho. Via e-mail, 2020.

ERLO, Geovana (Mediadora Cultural). **Entrevista sobre a Cootegal e o Instituto Hécules Galló**. [dez. 2020]. Entrevistada por Jossana Peil Coelho. Via Google Meet, 2020.

FRIZZO, Rubia Ana Mossi. **Entrevista sobre a MAESA**. [dez. 2020]. Entrevistada por Jossana Peil Coelho. Via WhatsApp, 2020.

SAMPAIO, Rodrigo (Gestor Predial). **Entrevista sobre o Condomínio da Fiateci** [out. 2020]. Entrevistada por Jossana Peil Coelho. Via Google Meet, 2020.

ALMEIDA, Liciane Machado (Arquiteta contratada para desenvolver o projeto da Laneira). **Entrevista sobre o Projeto arquitetônico da Laneira** [jun. 2014]. Entrevistada por Jossana Peil Coelho. Pelotas, 2014.

Apêndices

Apêndice I – Lista dos bens tombados pelo IPHAN com potencial de patrimônio industrial (Elaborada com base na Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938 - 2018) disponível no site da instituição)

Total de Bens identificados como tombados: 1.171 bens tombados, dentre esses:

Edificações ligadas ao transporte, distribuição e Infraestruturas

- Cinco Estações ferroviárias
 - Lassance (MG) - Tombado em setembro de 1985
 - Teresina (PI) - Tombado em julho de 2013
 - Joinville (SC) - Tombado em setembro de 2015
 - Mairinque (SP) - Tombado em julho de 2014
 - São Paulo (SP) – Edificação da Estação da Luz: Tombado em outubro 1996

- Quatro Complexos ferroviários
 - Campo Grande (MS) - Complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNOB: Tombado em setembro de 2014
 - São João del Rei (MG): Tombado em agosto de 1989
 - Jundiaí (SP) - Edificações e bens móveis da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Tombado em julho de 2004
 - Porto Velho (RO) - Pátio ferroviário da estrada de ferro Madeira-Mamoré, bens móveis e imóveis: Tombado em janeiro de 2008

- Uma Vila Ferroviária
 - Santo André (SP) - Vila Ferroviária de Paranapiacaba: Tombado em setembro de 2008

- Dois conjuntos de prédios das estações telegráficas
 - Vilhena (RO) - Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho: Tombado em junho de 2016
 - Ji Paraná (RO) - Edificação Prédios das estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho: Tombado em junho de 2016

- Uma Estação Rodoviária

-- Comendador Levy Gasparian (RJ) - Edifício da antiga Estação Rodoviária de Paraibuna: Tombado em junho de 1967

- Uma Estação de Hidroaviões

- Rio de Janeiro (RJ) - Tombado em janeiro de 1957

- Um Hangar de Zepelins

- Rio de Janeiro (RJ) - Hangar de Zepelins do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, inclusive as pontes rolantes, os elevadores, as escadas de acesso, o motor, o mecanismo de abertura das portas principal e secundária, e a estação de passageiros anexa. Tombado em dezembro de 1998

- Um Cais do Porto

- Porto Alegre (RS) - Cais do Porto: pórtico central e armazéns: Tombado em maio de 1983

Edificações ligadas a indústrias de transformação e extração

- 18 (dezeito) Engenhos

- Cachoeira (BA) - Engenho Embiara: sobrado: Tombado em março de 1943

- Cachoeira (BA) - Prédio (parte antiga do sobrado de residência) do antigo Engenho Vitória, inclusive a Capela, o crucifixo do altar e, mais, uma senzala e o banheiro primitivo: Tombado em março de 1943

- Candeias (BA) - Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade: Tombado em setembro de 1944

- Candeias (BA) - Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar: Tombado em setembro de 1943

- São Francisco do Conde (BA) - Engenho São Miguel e Almas: casa e capela: Tombado em junho de 1944

- São Sebastião do Passé (BA) - Engenho Lagoa: sobrado e capela: Tombado em julho de 1942

- Pindaré-mirim (MA) - Prédio do Engenho Central São Pedro, onde funcionou a Companhia Progresso Agrícola do Maranhão, inclusive a chaminé contígua: Tombado em dezembro de 1998

- Belém (PA) (Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição: Tombado em dezembro de 1998: Tombado em outubro 1981

– Vicência (PE) - Engenho Poço Comprido: casa grande e capela: Tombado em maio de 1982

– Campo Largo (PR) - Engenho do Mate, com todo o seu acervo e o terreno: Tombado em abril de 1985

– Canguaretama (RN) - Engenho do Cunhau: ruínas da capela: Tombado em junho de 1964

– Laranjeiras (SE) - Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio: Tombado em janeiro de 1944

– Laranjeiras (SE) - Engenho Jesus, Maria, José: capela: Tombado em março de 1943

– Riachuelo (SE) - Engenho Nossa Senhora da Penha: capela: Tombado em março de 1943

– Santo Amaro das Brotas (SE) - Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição: Tombado em janeiro de 1944

– São Cristovão (SE) - Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição: Tombado em setembro de 1943

– Santos (SP) ruína - Engenho dos Erasmos: ruínas: Tombado em julho de 1963

– Iguape (SP) - Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura: Tombado em março 2013

- Oito fábricas

– Registro (SP) - Fábrica de chá Amaya: Tombado em março de 2013

– Registro (SP) - Fábrica de Chá Kawagiri: Tombado em março de 2013

– Registro (SP) - Fábrica de Chá e Residência Shimizu: Tombado em março de 2013

– Ouro Preto (MG) - Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas: Tombado em junho 1938

– João Pessoa (PB) - Fábrica de Vinho Tito Silva: Tombado em agosto 1984

– Campinas do Piauí (PI) - Fábrica de Manteiga e Queijo: Tombado em junho de 2015

– Localizada em: Iperó (SP) - Remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema: Tombado em setembro 1964

– São Luiz (MA) - Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia: Tombado em julho de 1987

Apêndice II – Lista dos bens tombados pelo IPHAE com potencial de patrimônio industrial (Elaborada com base na Lista dos Bens Tombados presentes no site da instituição).

	Cidade	Proprietário Atual	Livro Tombo	Data de Tombamento	Data de Publicação em D.O
Antiga Usina Termoeletrica (Museu do Carvão)	Arroio dos Ratos	Estado do Rio Grande do Sul	Histórico	10/03/1986	08/05/1986
Antiga Estação Ferroviária	Bagé	Pref. Munic. de Bagé			26/10/2006
Usina de Candiota I	Candiota	Eletrobras - GGTEE		06/12/2013	17/04/2013
Sítio Ferroviário de Caxias do Sul	Caxias do Sul	RFFSA	Histórico		11/10/2001
Matadouro São Geraldo	Guaíba	Particular		14/12/2012	03/04/2012
Prédio da Antiga Viação Férrea	Montenegro	RFFSA e Pref. Munic. de Montenegro	Histórico	25/04/1983	13/06/1983
Prédio Força e Luz (Museu da Eletricidade)	Porto Alegre	CEEE	Histórico	26/08/1994	09/06/1994
Usina do Gasômetro	Porto Alegre	Gov. Federal (Eletrobrás) e CEEE	Histórico	31/05/1983	19/07/1983
Antiga Usina de Gás	Porto Alegre	CEEE		06/12/2013	25/10/2013
Complexo Rheingantz	Rio Grande	Vários		06/12/2013	16/07/2012
Antiga Estação Férrea	Santa Cruz do Sul	Pref. Munic. de Santa Cruz do Sul		29/08/2012	26/08/2011
Sítio Ferroviário de Santa Maria	Santa Maria	Governo Federal, Estadual e outros	Histórico	22/11/2000	14/11/2000
Antiga Estação Férrea – Atual Memorial da Coluna Prestes	Santa Ângelo	Pref. Munic. de Santo Ângelo		06/12/2013	16/07/2013
Sítio Histórico Museu do Trem	São Leopoldo	RFFSA	Histórico	21/12/1992	11/10/1990

Apêndice III – Lista dos bens inventariados pela Secretária de Cultura do Município de Porto Alegre com potencial de patrimônio industrial (Elaborada com base na Lista bens Tombados e Inventariados em Porto Alegre, presentes no site da Secretária).

Edificações ligadas ao transporte, distribuição e Infraestruturas

- Aeroporto Salgado Filho (estruturação)
- Antigo Abrigo de Bondes (estruturação)
- Conjunto de armazéns do Cais Mauá (compatibilização)
- Estação Fluvial – Bombeiros (compatibilização)
- Hidráulica Moinhos de Vento – Rua Vinte e Quatro de Outubro (estruturação)
- Hidráulica Moinhos de Vento – Rua Doutor Valle (estruturação)
- Hidráulica Moinhos de Vento – Rua Fernando Gomes (estruturação)
- Casa do Comando da Subestação IV da CEEE (estruturação)

Edificações ligadas a indústrias de transformação

- Antiga fábrica Neugebauer (estruturação)
- Fábrica Guayba (estruturação)
- Antiga Fábrica Fiateci (estruturação)

Apêndice IV – Lista dos bens tombados a nível municipal em Porto Alegre com potencial de patrimônio industrial

Bem Tombado	Proprietário Atual	Data de Tombamento
Usina do Gasômetro	PMPA	07/01/1982
Cais do Porto	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	11/10/1996
Antiga Fábrica de Discos A Elétrica	Particular	27/12/1996
Cervejaria Brahma	Particular	14/05/1999

Apêndice V – Lista dos bens culturais de Caxias do Sul com potencial de patrimônio industrial (Elaborada com base no Anexo 13 – Mapa Setores de Interesse Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico do Plano Diretor, disponível no site da Secretária).

Edificações ligadas a indústrias de transformação

Antigo Moinho Ítalo Brasileiro – Moinho da Cascata

Antigo Moinho Progresso

Antigo Moinho Sul-Brasileiro Germani

Antiga Vinícola Luiz Antunes

Antiga Companhia Vinícola Rio-Grandense

Cooperativa Vitinícola Forqueta

Antigo Lanifício Gianella

Antiga Fundação Metalúrgica Abramo Eberle

Antiga Metalúrgica Abramo Eberle

Vila Operária

Lanifício São Pedro

Edificações ligadas ao transporte

Sítio Ferroviário

Estação Férrea - Forqueta

Apêndice VI – Lista dos bens tombados a nível municipal em Caxias do Sul com potencial de patrimônio industrial (Elaborada com base na Listagem completa dos Bens Tombados pelo Município disponível no site da Secretária).

Bem Tombado	Data de Tombamento
Moinho Ítalo Brasileiro – Fábrica de Massas Alimentícias – “Moinho da Cascata”	14/11/2002
Lanifício Matteo Gianella	30/06/2003
Metalúrgica Abrama Eberle	06/01/2006
Cooperativa Vitivinícola Forqueta	26/12/2013
MAESA – Metalúrgica Abramo Eberle S.A. – Fábrica 2	02/06/2015
Antiga Cooperativa São Victor Ltda	20/03/2015
Hidráulica Municipal Borges de Medeiros	26/12/2016
Moinho Sul-Brasileiro (Moinho Germani)	08/05/2001
Moinho Progresso	08/10/2003
Moinho de Cereais Boca da Serra	01/07/2010
Moinho Nossa Senhora do Carmo	28/11/2011

Apêndice VII – Lista dos bens inventariados a nível municipal em Novo Hamburgo com potencial de patrimônio industrial (Elaborada com base na Listagem completa dos Bens Inventariados pelo Município).

Formas Kunz (Arquitetura Industrial)

Fábrica de Malas Grün

Curtume Júlio Adams

Fábrica de Molduras Alles

Fábrica de Calçados Adams

Tipografia Saile (Arquitetura Industrial – Final do Séc. XIX)

Cia de Esmaltados Rio Grandense S.A. – Cersa

Curtume Engel

Curtume Posada

Metalúrgica Daudt & Falkenbach

Olaria Diehl

Apêndice VIII - Lista patrimônio Industrial – Pelotas

Estabelecimentos	Endereço	Dissert. Jeferson		Tese Alcir	Projeto Pesquisa	Plano Diretor
		Autor	CUNHA			
1. José Sacco & Filhos	Rua General Osório, nº 916			X		
2. Frigorífico Anglo	Rua Gomes Carneiro, nº 1	X		X	X	
3. Fábrica de Chapéus	Praça Vinte de Setembro, nº		X		X	X
4. Engenho São Gonçalo (Engenho do Cel. Pedro Osório)	Estrada do Engenho, nº 1600	X			X	X
5. Moinho Pelotense	Rua Almirante Tamandaré, nº 02	X			X	
6. Fiação de Tecidos Pelotense	Rua Almirante Tamandaré, nº 52	X	X		X	
7. Porto Fluvial Pelotense	Rua Conde de Porto Alegre	X				X
8. Cotada	Rua Benjamin Constant, nº 989	X			X	
9. Cervejaria Brahma	Rua Benjamin Constant, nº 1071	X	X		X	
10.Fábrica de cadeiras de rodas Freedom	Rua Bento Martins, 233 (esq. Conde de PoA)	X				
11.Cosulã (ICH)	Rua Alberto Rosa, nº 154	X			X	
12.Moinho Santista	Rua Almirante Barroso, nº 850	X			X	
13.Engenho Santa Ignacia	Rua Dom Pedro II, nº 1063 - 1071	X	X		X	
14.Usina Termoelétrica (CEEE)	Praça Vinte de Setembro, nº 121	X			X	
15.Cervejaria Ritter	Rua Marechal Floriano, nº 202	X	X		X	
16.Fábrica Brasil (calçados)	Rua General Osório, nº 679 (esq. Sete)		X		X	

17.Fábrica de Café A Popular	Rua General Osório, nº 552 (esq. Tiradentes)		X		X	
18.A fábrica de Chapéus Maia	Rua Quinze de Novembro, nº 665		X			
19.Funilaria (ao lado do Diário Popular)	Rua Quinze de Novembro, nº 716		X			
20.Fábrica de Bebidas Cristiá & Cia	Rua Santos Dumont, nº 320		X		X	
21.Estabelecimento industrial-Farmacêutico Souza Soares	Rua Andrade Neves, nº 665 (esq. Gen. Neto)				X	
22.Fábrica de Mosaicos Pelotense	Rua Marechal Deodoro, nº 1011-1013				X	
23.Fábrica de Armas Scholberg & cia	Rua Andrade Neves, nº 148 (esq. Sete)				X	
24.Fábrica de acolchoados Padilha	Rua General Osório, nº 823				X	
25.Laneira Brasileira S.A.	Avenida Duque de Caxias, nº 114				X	
26.Fábrica de Fumos Santa Cruz	Rua Padre Anchieta, nº 925				X	
27.Fábrica de bebidas A Fronteira	Largo de Portugal, nº 1158				X	
28.Usina de Tratamento (Canteiro Central)	Avenida Saldanha Marinho, nº 03				X	
29.Hidráulica do Almoxarifado Central	Rua Santa Cruz, nº 104				X	
30.Alfândega	Praça Domingos Rodrigues, nº 24				X	
31.Casa de Bombas (Canal do Pepino)	Rua Gomes Carneiro, nº 10				X	
32.Fábrica de Pompas Fúnebres	Praça Coronel Pedro Osório, nº 64				X	
33.Fábrica de Fumos Gentilini	Rua Dom Pedro II, nº 1063 (junto ao Eng. Santa Ignacia)		X		X	
34.Officina de mármore Santos Sobrinho	Rua Marechal Floriano, nº 59				X	
Estação Férrea (tombada)	Largo de Portugal	X			X	X

Apêndice IX – Museus classificados no tipo Território/Ecomuseu na plataforma Museusbr com potencial de patrimônio industrial.

Museu	Localização
Museu da Energia Usina-Parque do Corumbataí	Rio Claro, SP
Espaço Cultural Estação Férrea Várzea Grande	Gramado, RS
Museu Comunitário Engenho do Sertão	Bombinhas, RS
Engenho Massangana	Cabo de Santo Agostinho, PE
Museu da Estrada de Ferro Madeira Mamoré	Porto Velho, RO

Apêndice X – Museus classificados na tipologia Meios de Comunicação e Transporte na plataforma Museusbr com potencial de patrimônio industrial.

Museu	Localização
Espaço Cultural Estação Férrea Várzea Grande	Gramado, RS
Museu Ferroviário de Petrópolis	Petrópolis, RJ
Estação Sarzedo - Plataforma de Cultura	Sarzedo, MG
Estação Memória Zeza Souto	Ipatinga, MG
Museu do Trem do Recife	Recife, PE
Museu Ferroviário Jovenil Menezes	Santo Ângelo, RS
Museu Ferroviário do 1º Batalhão Ferroviário	Lages, SC
Museu Tecnológico Ferroviário de Paranapiacaba	Santo André, SP
Museu do Ferroviário de Botucatu	Botucatu, SP
Museu Ferroviário Regional de Bauru	Bauru, SP
Museu Ferroviário de Valença	Valença, RJ
Museu do Centro Ferroviário de Cultura Professor Victor José Ferreira	Além Paraíba, MG
Museu Ferroviário de São João del Rei	São João del Rei, Mg
Museu Ferroviário	Conselheiro Lafayete, MG
Museu Ferroviário de Sete Lagoas	Sete Lagoas, MG
Museu Ferroviário de Bom Despacho	Bom Despacho, MG
Museu Ferroviário e Centro Cultural Professor Eliezer Pereira Ramos	João Neiva, ES
Museu Ferroviário de Pires do Rio	Pires do Rio, GO
Museu Ferroviário do Ceará	Fortaleza, CE
Museu do trem - Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul	São Leopoldo, RS
Museu do Trem	Rio de Janeiro, RJ

Apêndice XI – Museus com potencial de patrimônio industrial localizados na Plataforma Museusbr

Tipo de Indústria	Museus	Localidade
Transformação	Museu Engenho Jundiá Museu Moinho Covolan Museu da Indústria do Ceará Instituto Cultural Engenho Central - Museu da Cana Engenho Massangana Museu do Engenho Colonial Museu Comunitário Engenho do Sertão Museu da Fábrica de Caroá Museu da Indústria Paranaense	Vicência - PE Farroupilha - RS Fortaleza - CE Pontal - SP Cabo de Santo Agostinho - PE Aquiraz - CE Bombinhas - SC Caruaru - PE Curitiba - PR
Transporte	Museu do Centro Ferroviário de Cultura Professor Victor José Ferreira Museu dos Ferroviários de Araguari Memorial Estação Ferroviária Capão Bonito Museu Ferroviário de Araraquara Museu Ferroviário Agenor Francisco Felizardo Museu Ferroviário Regional Engenheiro Cássio Augusto Szeligowski Vilaça Museu Ferroviário de Bom Despacho Museu do Ferroviário de Botucatu Centro de Memória Ferroviária Museu Ferroviário Domingos Lage Casa da Ferrovia Museu Ferroviário de Cedro Museu Ferroviário Memorial Casa do Ferroviário Mário Ghisi Museu do Trem Museu Ferroviário de Curitiba Museu Ferroviário do Ceará Espaço Cultural Estação Férrea Várzea Grande	Além Paraíba - MG Araguari - MG Arapoti - PR Araraquara - SP Assis - SP Bauru - SP Bom Despacho - MG Botucatu - SP Cacequi - RS Cachoeiro de Itapemirim - ES Campo Grande - MS Cedro - CE Conselheiro Lafayete - MG Criciúma - SC Cristina - MG Curitiba - SP Fortaleza - CE Gramado - RS

Museu Casa do Agente Ferroviário Anselmo Cargnin	Içara - SC
Museu Municipal Ferroviário Silvestre Ernesto da Silva	Indaial - SC
Museu Ferroviário de Indaiatuba	Indaiatuba - SP
Estação Memória Zeza Souto	Ipatinga - MG
Museu Ferroviário Deusdolar Ferreira Gomes	Jaguariúna - SP
Museu Ferroviário e Centro Cultural Professor Eliezer Pereira Ramos	João Neiva - ES
Estação da Memória	Joinville - SC
Museu Ferroviário de Juiz de Fora	Juiz de Fora - MG
Museu Ferroviário do 1º Batalhão	Lages - SC
Museu Ferroviário e do Café Machadense	Machado - MG
Museu da FEPASA (Ferrovia Paulista S/A)	Martinópolis - SP
Museu Ferroviário de Miguel Pereira	Miguel Pereira - RJ
Museu Ferroviário	Miranda - MS
Museu Ferroviário de Sabaúna	Mogi das Cruzes - SP
Museu da Estação Férrea Urbana	Osorio - RS
Museu Ferroviário José Pereira Palhares	Paraíba do Sul - RJ
Museu do Trem do Piauí	Parnaíba - PI
Museu Ferroviário de Petrópolis - Centro Cultural Estação Nogueira	Petrópolis - RJ
Museu Ferroviário de Pires do Rio	Pires do Rio - GO
Museu Municipal Estação da Memória -	Quatis - RJ
Estação Central Capiba - Museu do Trem do Recife	Recife - PE
Museu Ferroviário Municipal João Evaristo de Abreu Duarte	Ribeirão Pires - SP
Museu Ferroviário de Rocha Leão	Rio das Ostras - RJ
Museu do Trem	Rio de Janeiro - RJ
Museu Ferroviário de Santa Maria	Santa Maria - RS
Memorial Ferroviário de Santiago	Santiago - RS
Museu Tecnológico Ferroviário de Paranapiacaba	Santo André - SP
Museu Ferroviário Jovenil Menezes	Santo Ângelo - RS
Museu Ferroviário de São João del Rei	São João del Rei - MG
Museu do trem - Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul	São Leopoldo - RS
Museu Municipal da Preservação Ferroviária das Estradas de Ferro SP e MG	São Simão - SP

	<p>Estação Sarzedo - Plataforma de Cultura Museu Ferroviário de Sete Lagoas Museu Ferroviário de Tubarão Museu Ferroviário de Valença Centro Ferroviário de Cultura Museu do Porto de Belém Memorial do Porto - Estação das Docas Museu do Porto Museu do Porto de Natal Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional Museu do Porto Museu do Porto de Santos</p>	<p>Sarzedo - MG Sete Lagoas - MG Tubarão - SC Valença - RJ Volta Grande - MG Belém - PA Belém - PA Manaus - AM Natal - RN Porto Nacional - TO Rio Grande - RS Santos - SP</p>
Infraestrutura	<p>Museu da Usina de Itaici Museu da Energia Usina-Parque do Corumbataí Museu Usina Marmelos Zero Museu Usina - Museu Histórico Municipal de Imbituba</p>	<p>Santo Antônio do Leverger -MT Rio Claro - SP Juiz de Fora - MG Imbituba - SC</p>
Outros	<p>Memorial do Empreendedorismo da ACIPI (Associação Comercial e Industrial de Piracicaba) Museu de Arqueologia Industrial Thomaz Cruz</p>	<p>Piracicaba - SP Mairiporã - SP</p>

Apêndice XII – Museus com potencial de patrimônio industrial localizados na publicação Guia dos Museus Brasileiros que não foram identificados na Plataforma Museusbr.

Museu	Localização
Museu da Indústria Naval (Em implantação)	Niterói - RJ
Memorial da Imigração Holandesa – Moinho	Castro - PR
Casa-Grande do Engenho Poço Comprido	Vicência - PE
Museu Ferroviário (Estação Paracatu)	Bom Despacho - MG
Centro Cultural Casa da Estação	Poá - SP

Apêndice XIII – Museus com potencial de patrimônio industrial localizados no CEM/RS

	Museu	Município	RM
Busca por palavras-chaves	Museu da Estação Férrea Urbana*	Osório	1ªRM
	Museu do Trem*	São Leopoldo	1ªRM
	Memorial do Trem	Campo Bom	1ªRM
	Museu da Indústria Metalúrgica	Caxias do Sul	2ªRM
	Museu Moinho Covolan*	Farroupilha	2ªRM
	Espaço Cultural Estação Férrea Várzea Grande*	Gramado	2ªRM
	Parque do Engenho	Lajeado	2ªRM
	Museu Ferroviário de Santo Ângelo*	Santo Ângelo	4ªRM
	Centro de Memória Ferroviária*	Cacequi	5ªRM
	Estação Ferroviária de Santa Maria*	Santa Maria	5ªRM
	Museu do Porto*	Rio Grande	7ªRM
Identificação pela denominação	Museu Estadual do Carvão	Arroio dos Ratos	1ªRM
	Museu Nacional do Calçado	Novo Hamburgo	1ªRM
	Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1ªRM
	Museu do Trabalho	Porto Alegre	1ªRM
	Unidade de Documentação e Memória CARRIS	Porto Alegre	1ªRM
	Museu do Motor	Porto Alegre	1ªRM
	Museu do Vinho e Enoteca	Porto Alegre	1ªRM
	Instituto Hercules Galló	Caxias do Sul	2ªRM
	Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp	Caxias do Sul	2ªRM
	Museu do Perfume	Gramado	2ªRM
	Museu do Chocolate	Gramado	2ªRM
	A Mina	Gramado	2ªRM
	Museu do Pão	Ilópolis	2ªRM
	Museu Municipal da Soja	Santa Rosa	4ªRM
	Memorial do Arroz	Cachoeira do Sul	6ªRM
	Museu do Doce	Pelotas	7ªRM
	Museu do Charque	Pelotas	7ªRM
Museu Naval de Rio Grande	Rio Grande	7ªRM	

* Museus que também foram localizados na Plataforma Museusbr (Apêndice XI)

Apêndice XIV - Legislações sobre patrimônio cultural de Caxias do Sul

Legislação	Assunto	Observação
Artigos 191 a 198 da Lei Orgânica Municipal de 4 de abril de 1990	Artigos que tratam da Cultura Caxiense	
Lei Complementar nº 3.963, de 29 de dezembro de 1992	Institui o "solo criado", autoriza a vendê-lo na forma de "índices construtivos", por meio de concorrência pública, e dá outras providências.	Índice construtivo ou potencial construtivo é um coeficiente de aproveitamento do solo, diz respeito ao quanto você pode construir no seu terreno. Caso seja adquirido algum índice, aumenta o direito de construção além do coeficiente básico de aproveitamento estabelecido em lei.
Decreto nº 7.700, de 19 de abril de 1993	Regulamenta Lei Complementar nº 3.963, de 29/12/92, que institui o "solo criado", autoriza a vendê-lo na forma de "índices construtivos", por meio de concorrência pública, e dá outras providências.	Determina que a preservação do patrimônio compreende aquisição, desapropriação e, quando houver decisão em tal sentido, a recuperação, a restauração e a conservação do bem.
Lei nº 5039 de 29 dezembro de 1998*	Regulamenta a transferência e utilização de potencial construtivo para o município de Caxias do Sul e dá outras providências.	Apresenta casos em que o potencial construtivo pode ser transferido, como no caso de tombamento de patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. Se, por ventura, esse potencial for utilizado e houver perda do bem tombado, o responsável sofrerá sanções como, por exemplo, multas.
Lei nº 7.074, de 17 de dezembro de 2009	Institui o Banco de Índices e o Fundo Municipal para Equipamentos Urbanos e Comunitários, execução de Programas de Interesse Social e Proteção de Áreas de Interesse Histórico, Cultural ou Paisagístico	

Lei nº 7.728, de 17 de dezembro de 2013	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 7.074, de 17 de dezembro de 2009, que institui o Banco de Índices e o Fundo Municipal para Equipamentos Urbanos e Comunitários, Regularização Fundiária, execução de Programas de Interesse Social e Proteção de Áreas de Interesse Histórico, Cultural e Paisagístico e dá outras providências.	Incluiu que o potencial construtivo dos bens culturais pode ser doado
Lei nº 8.009, de 05 de novembro de 2015	Disciplina a Transferência e Utilização de Potencial Construtivo no âmbito do Município de Caxias do Sul e dá outras providências	
Decreto nº 10.397 de 17 de julho de 2001*	Adota critérios para a afixação de veículos de comunicação visual em prédios tombados pelo patrimônio histórico e cultural do Município.	
Lei Complementar nº 412, de 12 de junho de 2012	Disciplina o uso de veículos de divulgação do Município de Caxias do Sul e dá outras providências.	Reforça o Decreto nº 10397 e determina que o patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental seja considerado áreas de interesse visual e que toda a comunicação visual necessita de autorização após análise da Comissão Específica e Permanente de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural.
Lei nº 4765, de 8 de dezembro de 1997*	Institui no município de Caxias do Sul o dia do patrimônio cultural e artístico.	Deve ser comemorado todos os anos no dia 17 de outubro
Lei nº 7950, de 02 de julho de 2015*	Institui a Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural e o Fórum Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.	Devem ser promovidos, anualmente, entre os dias 12 e 18 de agosto.
Lei nº 7.544, de 14 de dezembro de 2012	Reformula o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC.	O. Indica a composição do COMPAHC, criado em 1979, e suas atribuições. Embora não seja um documento, como os demais analisados, que age diretamente sobre o patrimônio, acredita-se que, por ser o órgão a que compete, entre muitas atribuições,

		que a legislação do patrimônio cultural seja efetuada; que aja sempre em defesa do patrimônio; que opine sobre os assuntos que envolvem o patrimônio; e que possui a responsabilidade de inclusão ou exclusão de bens como patrimônio do município, seja relevante indicá-la.
Lei Complementar nº 290, de 24 de setembro de 2007	Institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul, e dá outras providências.	
Lei complementar nº 480, de 22 de março de 2015*	Inclui bem cultural no Anexo 13 da Lei Complementar nº 290, de 24 de setembro de 2007, que institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul.	
Lei Complementar nº 498, de 04 de dezembro de 2015	Institui o Plano Físico Urbano para a sede do Distrito de Vila Cristina e dá outras providências.	
Lei nº 7.495 de 19 de outubro de 2012	Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Caxias do Sul.	
Decreto nº 16.581, de 24 de julho de 2013	Regulamenta a Lei nº 7.495, de 19 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias do Sul e dá outras providências	Determina que, para um bem integrar o patrimônio da cidade, deve atender ao requisito de apresentar, pelo menos, um dos seguintes valores: histórico, arqueológico, arquitetônico, tecnológico, estético, científico, espiritual, tradicional, social, paisagístico ou outros, associados com a atividade humana.

* Legislações localizadas por intermédio do sistema de busca na listagem de legislações do município.

Apêndice XV - Legislações sobre patrimônio cultural de Porto Alegre

Legislação	Assunto	Observação
Lei Complementar Nº 275, de 7 de abril de 1992	Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural do município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências.	Lei do Tombamento
Lei Orgânica	Lei Orgânica do Município de Porto Alegre/RS	Trata de alguns pontos sobre o patrimônio cultural, como por que a preservação é competência do município, além de possuir uma seção dedicada à cultura, que garante o acesso ao patrimônio cultural e que determina a elaboração, pelo município, de inventários, registros, vigilância, tombamentos, desapropriações e outras formas para garantir a preservação dos seus bens, além de prever punições para aqueles que causem danos e ameaças ao patrimônio cultural. Ademais, indica que o Plano Diretor deve dispor sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.
Lei Complementar nº 434, de 24 de dezembro de 1999	Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no município de Porto Alegre, institui o plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Porto Alegre e dá outras providências.	Plano Diretor
Lei Complementar 601, de 23 de outubro de 2008	Dispõe sobre o inventário do patrimônio cultural de bens imóveis do município.	Lei do Inventário. Revogada em janeiro de 2018 pela Lei Complementar nº 829.
Lei nº 6099, 4 de fevereiro de 1988*	Cria a Secretaria Municipal da Cultura, cargos em comissão e funções gratificadas, altera a denominação e as finalidades da Secretaria	Define que é, entre outras, finalidade dessa secretária “preservar a herança cultural de Porto Alegre por meio de pesquisa, proteção e restauração do seu patrimônio

	Municipal de Educação e Cultura e a vinculação do COMPAHC, autoriza o executivo a criar o Fundo Pró-cultura e dá outras providências.	histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico e do resgate permanente e acervamento da memória da cidade” (PORTO ALEGRE, 1988).
Lei Complementar nº 658, 7 de dezembro de 2010*	Dispõe sobre o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) e revoga o inc. VIII e o § 8º do art. 1º da lei nº 3607, de 27 de dezembro de 1971.	Dispõe sobre COMPAHC, criado, em 1971, pela Lei revogada nº 3607. O COMPAHC é um órgão de participação da comunidade na administração pública, especificamente na Secretaria de Cultura. Dentre suas atribuições, vale destacar, deve apreciar as propostas de inclusão de bens no Inventário e, assim, deliberar sobre as propostas de tombamento.
Decreto nº 9125, de 18 de março de 1988*	Cria a "Memória Carris" e dá outras providências.	

* Legislações localizadas por intermédio do sistema de busca na listagem de legislações do município.

Apêndice XVI - Tabela comparativa – Patrimônios industriais

	Fundação	Ano construção	Reformas / Ampliações	Tipo de Fábrica	Localização	Data da desativação	Uso atual	Tipo de intervenção (divulgação)	Ano da intervenção	Tipo de Patrimonialização	Data da Patrimonialização
São Pedro	1894 (cooperativa)	1898 (fábrica)	—	Lanifício	Caxias/ urbana / Galópolis	1999	Fábrica	—	—	Bem cultural do município.	PD (Anexo 13) – 2007
MAESA	1886	1945	1957 / 1987	Metalúrgica	Caxias/ urbana / Exposição	1994	Institucional (parte)	Restauração	Andamento (partes)	Tombada Município	02/06/2015
Brahma	1891: Bopp, 1924: Continental, 1946: Brahma.	1911	Déc. 1930: Maltaria, 1944: Chaminé, Entre outras.	Cervejaria	POA / Urbana / Floresta	1998	Shopping	Restauração	2003/2004	Tombada Município	14/05/1999
Fiateci	1891	1892	1924, entre outras.	Textil	POA / Urbana / São Geraldo	2010	Condomínio Residencial / Comercial	Retrofit	2012 até 2015	Município (inventariada)	2008
Laneira	1945	1949	1956 / 1964 / 1972	Lanifício	Pelotas / Urbana / Fragata	2003	Desativada	Reciclagem	—	Município (inventariada)	8/11/2013

Apêndice XVII – Roteiro de entrevista para a funcionária da Cooperativa Têxtil Galópolis e Vice-Presidente Associação dos Moradores de Galópolis.

1. Eu ouvi os Podcasts que a Geovana Erlo organizou, e no que ela te entrevista, a senhora fala uma frase, mais ou menos assim: Tudo tem memória em Galópolis! Mas será que tem algo que seja mais representativo? Se tivesse que escolher um só bem material, aquele que toca mais o seu coração, qual seria? E imaterial? Tem alguma tradição, costume ou modo que represente bem Galópolis?
2. A Associação de moradores é bem ativa, mas tem alguma ação (atualmente) que seja no sentido da valorização e preservação do patrimônio de Galópolis?
3. Sobre o Museu de Território, o que a senhora acha dele? Alguma sugestão?
4. Seria interessante que o Lanifício tivesse um espaço memorial, ou até mesmo um espaço maior no Instituto Hercules Galló que contasse apenas sobre esse espaço fabril? Não apenas a sua trajetória histórica, mas sobre o processo da lã, da fiação, tudo que foi se modernizando, o que a fábrica ainda mantém, e também sobre alguns funcionários notáveis. Já tinha pensado nisso?
5. A fábrica (gestores) possui alguma preocupação no sentido de ocupar um patrimônio?
6. Em outro podcast da Geovana ela entrevista duas funcionárias da Cootegal, e uma delas cita que ainda opera em uma máquina antiga, sabe se há uma preocupação de manter essa máquina também pela questão histórica?
7. Já aconteceu de algum ex-funcionário visitar a fábrica só por saudade?

Apêndice XVIII – Roteiro de entrevista para o arquiteto responsável da intervenção arquitetônica da antiga cervejaria Brahma.

1. Como em todo projeto em um bem patrimonializado, geralmente há uma pesquisa histórica anterior para conhecer o prédio e contribuir no projeto. Foi feito algo nesse sentido? Como se deu? Teve algum ponto que chamou atenção e contribuiu para o projeto?
2. É possível elencar quais foram as maiores dificuldades no projeto?
3. Sendo um imóvel tombado pelo município, na hora de desenvolver um projeto de intervenção é preciso atentar para alguns valores, como o arquitetônico, que esse é o mais evidente e obviamente foi considerado no projeto, mas há algum outro que também pesou nas decisões arquitetônicas?
4. Nas reportagens da época da inauguração do Shopping, as notícias citam que haveria um Museu da Cerveja, esse espaço foi proposto em projeto? Sabe porque esse ponto não foi concretizado?
5. A preservação das fachadas é evidente e foi feita com maestria, mas internamente, houve algum tipo de preservação do tempo da fábrica? Se sim, Qual?
6. Com relação ao ambiente em que o prédio se encontra (entorno imediato e bairro), teve algum tipo de fator que foi levado em conta na hora do projeto?
7. Durante a execução, houve alguma surpresa? Como por exemplo encontrar algum vestígio da fábrica desconhecido?
8. Por ser um imóvel conhecido e que chama a atenção na paisagem, durante as obras, havia muitos curiosos que iam olhar as obras? Houve relatos do tempo da fábrica? Há alguma curiosidade que seria interessante que não fosse esquecida?
9. E se pudesse elencar um ponto, pode ser um espaço, um detalhe das fachadas, etc., que representa a união do Shopping com a Cervejaria, qual seria?
10. O senhor ainda visita o shopping? Como consumidor ou apenas para contemplar?
11. Nos últimos anos surgiram outras nomenclaturas para as intervenções arquitetônicas (retrofit, reciclagem, requalificação...), alguns arquitetos defendem que cada um tem as suas peculiaridades, já os outros acreditam que todos são restauros. Para o senhor, com o olhar de hoje, o projeto do Shopping Total, foi um projeto de restauro?

Apêndice XIX - Roteiro de entrevista para a Assessora de Relacionamento e Imprensa da Shopping Total

1. Sendo um imóvel tombado pelo município, há legislações que regem essa tipologia de prédios, como por exemplo a Lei de Tombamento (Lei Complementar Nº 275/92), porém nela não há nenhum tipo de incentivo para a sua manutenção ou divulgação dos bens. Há alguma outra legislação, ou mesmo extraoficial, que disponha de algum tipo de incentivo por parte da prefeitura (ou outro órgão público) para que o prédio receba a conservação adequada para um patrimônio cultural?
2. Nas reportagens da época da inauguração do Shopping, as notícias citam que haveria um Museu da Cerveja, sabem porque esse ponto não foi concretizado? Embora a descrição desse espaço seria para contar a trajetória da bebida e não da antiga cervejaria, poderia ser também um espaço de memória do prédio. Em algum momento esse projeto avançou? Um espaço interno que poderia contar a história das cervejarias que o prédio abrigou seria interessante para o empreendimento que hoje se instala no espaço?
3. Há pessoas que visitaram (ou ainda visitam) o shopping no intuito de relembrar o tempo fabril do espaço? Sabe de alguma história?
4. Internamente é possível identificar algum vestígio fabril? Se sim, Qual?
5. Além da preservação do imóvel, há algum outro tipo de ação de preservação desse patrimônio? Como por exemplo exposições, divulgação do histórico do prédio in loco, e etc.
6. No site do shopping, vocês colocam que é “É um empreendimento marcado pela diversidade – reúne grupos de amigos e a vizinhança [...]”, e também “é referência em eventos e ações culturais”. Percebo que há uma preocupação com o entorno, que esse seja usuário do espaço, correto? Nesse sentido já foi promovido (ou se tem a ideia) de eventos voltados para os antigos funcionários da fábrica (e/ou seus descendentes) e para a comunidade do entorno que inicialmente era vizinho de uma cervejaria?
7. O Shopping está instalado em um patrimônio cultural de Porto Alegre, quais os valores que vocês percebem nesse bem? Por exemplo, o arquitetônico, acredito, ser o mais evidente, há outros?

8. E se pudesse elencar um ponto, pode ser um espaço, um detalhe das fachadas, uma ação, etc., que representa essa união do Shopping com a Cervejaria, qual seria?

9. Fiz algumas perguntas no sentido de entender como o shopping age diante do seu imóvel que é um patrimônio da cidade, se há a preocupação de manter não apenas esse bem físico, que para isso há uma legislação que assim o garante, mas que a sua história também não seja esquecida. Sobre isso, há algo que podes comentar?

Apêndice XX - Roteiro de entrevista para a Arquiteta do escritório de arquitetura responsável pelo projeto do condomínio Rossi-Fiateci.

1. Como em todo projeto em um bem cultural, geralmente há uma pesquisa histórica anterior para conhecer o prédio e contribuir no projeto. Foi feito algo nesse sentido? Como se deu? Teve algum ponto que chamou atenção e contribuiu para o projeto?
2. É possível elencar quais foram as maiores dificuldades no projeto?
3. Sendo um imóvel inventariado pelo município, na hora de desenvolver um projeto de intervenção é preciso atentar para alguns valores, como o arquitetônico, que esse é o mais evidente e obviamente foi considerado no projeto, mas há algum outro que também pesou nas decisões arquitetônicas?
4. Dos imóveis históricos (os inventariados), apenas um já passou por uma intervenção e hoje funciona como estacionamento, correto?
5. Os demais imóveis, aqueles voltados para a rua Voluntários da Pátria, ainda aguardam a intervenção e um novo uso, certo? Há alguma previsão para que isso ocorra? Segundo o projeto do condomínio Rossi-Fiateci esses imóveis seriam destinados para um centro comercial (shopping) e um espaço para o memorial da fábrica? Permanece esse projeto?
6. O projeto é uma intervenção do tipo retrofit, correto? Os prédios que ainda esperam a intervenção possuem projeto nesse mesmo sistema?
7. Esse espaço para contar o passado da edificação foi apenas destinado um local dentro do Centro Comercial ou um espaço exclusivo? Há um projeto específico (interior) para esse espaço?
8. Nas imagens do projeto, a preservação das fachadas é evidente, mas internamente, houve algum tipo de preservação do tempo da fábrica? Se sim, Qual?
9. Um ponto muito comentado na imprensa local na época que as obras iniciaram, é que este era o primeiro empreendimento que contribuía para a revitalização do 4º distrito. Como o projeto considerou a relação do condomínio com o ambiente em que se encontra (entorno imediato e bairro), teve algum tipo de fator que foi levado em conta na hora do projeto?

10. Durante a execução, houve alguma surpresa? Como por exemplo encontrar algum vestígio da fábrica desconhecido?

11. Por ser um imóvel conhecido e que chama a atenção na paisagem, durante as obras, havia muitos curiosos que iam olhar as obras? Houve relatos do tempo da fábrica? Há alguma curiosidade que seria interessante que não fosse esquecida?

12. E se pudesse elencar um ponto, pode ser um espaço, um detalhe das fachadas, etc., que representa a união do Condomínio com a Fiação, qual seria?

Apêndice XXI - Roteiro de entrevista para a Coordenadora da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Uso e Gestão do Complexo Cultural e Turístico MAESA Rubia Ana Mossi Frizzo

1. Sobre a Licitação da contratação da empresa para a elaboração do plano geral da MAESA, como está ocorrendo?
2. Sobre a ocupação da MAESA, como está acontecendo? Uma notícia no jornal Pioneiro falava que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) deveria ocupar o prédio até dezembro.
3. É possível elencar quais estão sendo as maiores dificuldades desse projeto?
4. Há um pedido de tombamento a nível estadual (IPHAE) pela Associação de bairros, algum avanço nesse processo?
5. Sendo um imóvel tombado pelo município, na hora de desenvolver um projeto de intervenção é preciso atentar para alguns valores, como o arquitetônico, que esse é o mais evidente e obviamente é considerado no projeto, mas há algum outro que também é importante nas decisões arquitetônicas? Algum elemento (principalmente interno) que deva ser preservado? Algo importante para a memória? Porque?
6. No Projeto de uso há um espaço para o Museu da Metalúrgica, já há algum projeto específico, ou ideias, para esse espaço? Eu como museóloga percebo o Museu como um espaço de encontro da memória com os seus atores, a ideia é continuar com a participação da sociedade civil em todo o processo de ocupação e uso do espaço?
7. Outro ponto que me interessa é como os operários e demais agentes desse espaço vão estar contemplados nesse espaço, para que a história vai além do seu fundador, diretoria e sua família. Esse é um marco que deve ser contato sim e deve, obviamente, estar presente na narrativa da MAESA, mas será que não há outras também tão relevantes e importantes?
8. Sabe-se que no entorno havia outros imóveis pertencentes a MAESA como a central de energia elétrica, há alguma preocupação com esses bens? Algum tipo de inventário?
9. Como está sendo tratado a revitalização do complexo fabril com relação ao entorno imediato e bairro, há algum tipo de fator que foi levado em conta na hora do projeto?

(Além daqueles itens urbanísticos presentes em legislação, como sistema viário e outros)

10. Durante as pesquisas e visitas ao local houve alguma surpresa? Como por exemplo encontrar algum vestígio da fábrica desconhecido?

11. Por ser um imóvel conhecido e que chama a atenção na paisagem, durante as visitas e reuniões, há muitos interessados / curiosos que acabam dando relatos do tempo da fábrica operante? Há alguma curiosidade que seria interessante que não fosse esquecida? Há algum tipo de registro dessas memórias “espontâneas”?

12. Alguma preocupação após a implementação dos novos usos, que ali continue em espaço de memória? Para além do espaço museológico.

13. E se pudesse elencar um ponto, pode ser um espaço, um detalhe das fachadas, etc., que representa a MAESA, qual seria?

Apêndice XXII - Roteiro de entrevista para o Gestor Predial da parte residencial do condomínio Rossi-Fiateci.

1. Para compreender melhor suas respostas, e saber qual o seu olhar para o condomínio, qual o seu papel nesse espaço? O Senhor é apenas o administrador/sindico, ou também morador? Utiliza algum imóvel do edifício comercial?
2. Na campanha de vendas, o empreendimento utilizou o fato de imóvel ser inventariado e a necessidade da revitalização do entorno. O senhor acredita que esse atrativo funcionou? Conhece alguma história de algum usuário (inquilino ou proprietário) que levou isso em consideração?
3. O senhor já ouviu histórias do tempo da Fiação operante? Alguma interessante de contar?
4. A chaminé, principal símbolo das fábricas, como bem protegido pelo município, continua chamando a atenção na paisagem, e hoje faz parte da área de convivência da parte residencial do condomínio. Há alguma relação dos atuais usuários com ela? A chaminé hoje é vista como um bem que deve ser preservado e conservado? Ou passa despercebida, não recebe nenhum tipo de atenção? Tem alguém que defende (ou defendeu) que ela devia ser derrubada?
5. Além da chaminé, é possível identificar algum outro vestígio fabril pelo condomínio? Se sim, Qual?
6. Dos imóveis históricos (os inventariados), apenas um já passou por uma intervenção e hoje funciona como estacionamento, correto? Como está essa situação?
7. Os demais imóveis, aqueles voltados para a rua Voluntários da Pátria, ainda aguardam a intervenção e um novo uso, correto? Há alguma previsão para que isso ocorra? Segundo o projeto do condomínio Rossi-Fiateci esses imóveis seriam destinados para um centro comercial (shopping) e um espaço para o memorial da fábrica? Permanece esse projeto?
8. Um espaço para contar a história da Fiateci seria interessante? Existe algum tipo de preocupação com o passado dos imóveis? Como é a repercussão desse projeto no condomínio?

9. Legalmente não há nenhum incentivo para a conservação dos bens inventariados, mas há algum outro tipo?

Anexos

Anexo I – Plano de Necessidades do Projeto de intervenção: recuperação ocupação, uso e gestão da MAESA.

MAESA					
Nº ativ.	Atividade	Setor		Ambiente	
1	Complexo MAESA				
1.1	Acessos e Recepções	1.1.1	Acesso	1.1.1.	Lobby
		1.1.2	Recepção e informações	1.1.2	Hall
		1.1.3	Embarque e desembarque	1.1.3	Estacionamento
		1.1.4	Apoio	1.1.4.1	Sanitário público masculino
				1.1.4.2	Sanitário público feminino
				1.1.4.3	Guarda-volumes
1.1.4.4	Depósito de material de limpeza				
1.1.4.5	Depósito de apoio local				
1.2	Mercado Público	1.2.1	Acesso e portarias	1.2.1.1	Acesso público
				1.2.1.2	Acesso funcionários e pessoal
				1.2.1.3	Acesso de carga e descarga
		1.2.2	Bancas	1.2.2.1	Secos e molhados
				1.2.2.2	Especiarias
				1.2.2.3	Peixes e frutos do mar
				1.2.2.4	Produtos coloniais
				1.2.2.5	Cafeterias
				1.2.2.6	Lancherias
				1.2.2.7	Restaurantes
		1.2.3	Apoio	1.2.3.1	Sanitário interno masculino
				1.2.3.2	Sanitário interno feminino
				1.2.3.3	Depósito de material de limpeza
				1.2.3.4	Depósito de apoio
				1.2.3.5	Docas de carga e descarga
1.2.3.6	Depósitos locados clientes				
1.2.3.7	Segurança				
1.3	Secretarias de Governo	1.3.1	Acessos e portarias	1.3.1.1	Acesso público
				1.3.1.2	Acesso de funcionários
				1.3.1.3	Acesso de carga e descarga
		1.3.2	Secretaria de Agricultura (parcial)	1.3.2.1	Setor de recepção
				1.3.2.2	Demais setores

		1.3.3	Secretaria do Meio Ambiente	1.3.3.1	Setor de recepção
				1.3.3.2	Demais setores
		1.3.4	Secretaria de Esporte e Lazer	1.3.4.1	Setor de recepção
				1.3.4.2	Demais setores
		1.3.5	Secretaria de Segurança Pública	1.3.5.1	Setor de recepção
				1.3.5.2	Demais setores
		1.3.6	Secretaria de Educação	1.3.6.1	Setor de recepção
				1.3.6.2	Demais setores
		1.3.7	Secretaria de Turismo	1.3.7.1	Setor de recepção
				1.3.7.2	Demais setores
		1.3.8	Apoio	1.3.8.1	Sanitário interno masculino
				1.3.8.2	Sanitário interno feminino
1.3.8.3	Depósito de material de limpeza				
1.3.8.4	Depósito de apoio local				
1.4	Demandas Culturais	1.4.1	Eixo história, memória, acervos e educação patrimonial	1.4.1.1	Museu do Audiovisual
				1.4.1.2	Museu do Trabalho – Metalurgia
				1.4.1.3	Depósito
		1.4.2	Eixo Multpalco	1.4.2.1	Música
				1.4.2.2	Teatro
				1.4.2.3	Dança
		1.4.3	Eixo Artes Visuais	1.4.3.1	Cinema / Vídeo
				1.4.3.2	Museu de Artes Plasticas – Acervo AMARP
				1.4.3.3	Fotografia
		1.4.4	Eixo Biblioteca Viva	1.4.4.1	Recepção
				1.4.4.2	Espaço de estudo
				1.4.4.3	Acervo
		1.4.5	Artesanato	1.4.5.1	Sala de exposições
				1.4.5.2	Administrativo
				1.4.5.3	Depósito
		1.4.6	Apoio	1.4.6.1	Sanitário interno masculino
				1.4.6.2	Sanitário interno feminino
				1.4.6.3	Depósito de material de limpeza
				1.4.6.4	Depósito de apoio local
		1.5	Economia Criativa	1.5.1	Start-Up
1.5.2	Economia Criativa 1			1.5.2.1	Espaço colaborativo
1.5.3	Economia Criativa 2			1.5.3.1	Espaço colaborativo

		1.5.4	Apoio	1.5.4.1	Sanitário interno masculino
				1.5.4.2	Sanitário interno feminino
				1.5.4.3	Depósito de material de limpeza
				1.5.4.4	Guarda volumes
				1.5.4.5	Depósito de apoio local
1.6	Conselhos Municipais	1.6.1	Sala dos Conselhos	1.6.1.1	Hall de acesso local
				1.6.1.2	Secretaria dos Conselhos
				1.6.1.3	Depósito de apoio local
1.7	Comunitárias de interesse público	1.7.1	Sala Comunitária	1.7.1.1	Recepção
				1.7.1.2	Sala de reuniões
				1.7.1.3	Depósito
1.8	Espaço Cenotecnico	1.8.1	Fabricação de cenários – Set de gravação	1.8.1.1	Recepção
				1.8.1.2	Estúdio
				1.8.1.3	Depósito
1.9	Centro de Convenções	1.9.1	Auditório	1.9.1.1	Labby
				1.9.1.2	Salão acústico
				1.9.1.3	Camarins
1.10	Arquivo Público	1.10.1	Arquivo Permanente	1.10.1.1	Recepção
				1.10.1.2	Salão para acervo
				1.10.1.3	Administrativo
		1.10.2	Arquivo Intermediário	1.10.2.1	Pesquisa
				1.10.2.1	Sala para periódicos
				1.10.2.1	Recepção
		1.10.3	Apoio	1.10.3.1	Pesquisa
				1.10.3.2	Restauro
				1.10.3.3	Informática
1.10.3.4	Vestiário				
1.11	Áreas abertas	1.11.1	Preservação das praças existentes	1.11.1.1	Passeios
				1.11.1.2	Jardins
				1.11.1.3	Vias de acesso especial
1.12	Estacionamentos			1.12.1	Automóveis
				1.12.2	Idosos
				1.12.3	Portadores de neces. especiais
				1.12.4	VIP – reservado
				1.12.5	Motos / bicicletas
				1.12.6	Veículos serviço
				1.12.7	Vans e micro ônibus

2		Administração			
2.1	Administração – central de serviços	2.1.1	Foyer	2.1.1.1	Recepção
				2.1.1.2	Espera
				2.1.1.3	Secretaria
				2.1.1.4	Guarda volumes
				2.1.1.5	Sanitário masculino
				2.1.1.6	Sanitário feminino
		2.1.2	Gerência	2.1.2.1	Gerência administrativa
				2.1.2.2	Sala de reuniões
		2.1.3	Almoxarifado	2.1.3.1	Sala do chefe do almoxarifado
				2.1.3.2	Depósito de materiais e equipamentos
		2.1.4	Central	2.1.4.1	Sala de atendimento
				2.1.4.2	Sanitário
		2.1.5	Apoio	2.1.5.1	Depósito de material de limpeza
2.1.5.2	Área para funcionários				
2.2	Apoio para instalações	2.2.1	Equipe aprovação de projetos		
		2.2.2	Controler		
		2.2.3	Depósito de materiais e equipamentos		
		2.2.4	Segurança		
		2.2.5	Rack hubs		
		2.2.6	Resíduos		
		2.2.7	Carga & descarga		
		2.2.8	Sanitários locais		
2.3	Estacionamentos	2.3.1	Automóveis		
		2.3.2	Idosos		
		2.3.3	Portadores de neces. especiais		
		2.3.4	VIP – reservado		
		2.3.5	Motos / bicicletas		
		2.3.6	Veículos em serviço		
		2.3.7	Vans e micro ônibus		
3		Teatro			
3.1	Área de recepção	3.1.1	Hall de recepção	3.1.1.1	Espaço do hall
				3.1.1.2	Sanitário masculino
				3.1.1.3	Sanitário feminino
				3.1.1.4	Depósito local

		3.1.2	Bilheterias	3.1.2.1	Espaço para bilheterias
				3.1.2.2	Depósito local
				3.1.3.1	Espaço do hall
		3.1.3	Hall de entrada principal	3.1.3.2	Controle de acesso
				3.1.3.3	Loja temática
				3.1.3.4	Bomboniere
				3.1.3.5	Chapelaria
				3.1.3.6	Cafeteria
		3.1.4	Sala de recepção de autoridades	3.1.4.1	Hall de acesso local
				3.1.4.2	Sala de autoridades
				3.1.4.3	Copa de arrumação
				3.1.4.4	Sanitários locais
		3.1.5	Apoyo	3.1.5.1	Sanitário masculino
				3.1.5.2	Sanitário feminino
				3.1.5.3	Depósito auxiliar
3.1.5.4	Depósito mat limpeza				
3.2	Área de espetáculos	3.2.1	Foyer	3.2.1.1	Espaço do foyer
				3.2.1.2	Sanitário masculino
				3.2.1.3	Sanitário feminino
		3.2.2	Acesso plateia	3.2.2.1	Circulação horizontal
				3.2.2.2	Circulação vertical
				3.2.2.3	Circulação camarotes
		3.2.3	Plateia principal	3.2.3.1	Espaço para poltronas
				3.2.3.2	Hall de distribuição local
				3.2.3.3	Espaço para PNEs
		3.2.4	Mezanino	3.2.4.1	Espaço multiuso
		3.2.5	Camarotes	3.2.5.1	Espaço camarotes
3.3	Área técnica	3.3.1	Palco	3.3.1.1	Planejamento
				3.3.1.2	Ciclorama
				3.3.1.3	Urdimento
		3.3.2	Proscênio	3.3.2.1	Acesso
				3.3.2.2	Projeção do palco
		3.3.3	Fosso orquestra	3.3.3.1	Espaço complementar frontal
		3.3.4	Coxias	3.3.4.1	Espaço complementar posterior
		3.3.5	Depósitos	3.3.5.1	Depósitos de equipamentos
				3.3.5.2	Depósitos de instrumentos
3.3.6	Movimentação de cenários	3.3.6.1	Espaço complementar lateral		

		3.3.7	Subsolo palco	3.3.7.1	Área para apoio cênico
				3.3.7.2	Área para quarteladas
		3.3.8	Apoio técnico ao palco	3.3.8.1	Sala de apoio 1
				3.3.8.2	Sala de apoio 2
		3.3.9	Acessos de serviço	3.3.9.1	Acesso de pessoal serviço
				3.3.9.2	Área de carga e descarga
		3.3.10	Iluminação cênica	3.3.10.1	Sala de luz e som
				3.3.10.2	Sala para equip. de iluminação
				3.3.10.3	Mesa de som e luz na plateia
		3.3.13	Camarins	3.3.13.1	Camarim – uso coletivo
				3.3.13.2	Sanitários
				3.3.13.3	Área de estar
				3.3.13.4	Camarim VIP
				3.3.13.5	Copa
				3.3.13.6	Material limpeza local
		3.3.14	Salas técnicas	3.3.14.1	Cenotécnico
				3.3.14.2	Eletricista
				3.3.14.3	Manutenção
		3.3.15	Camareira e rouparia	3.3.15.1	Local para guarda de roupas
				3.3.15.2	Camareira
3.3.16	Lavanderia e passandaria	3.3.16.1	Recepção e expedição		
		3.3.16.2	Área de trabalho		
		3.3.16.3	Material de limpeza local		
3.3.17	Sala descanso funcionários	3.3.17.1	Sala de estar		
		3.3.17.2	Sala de refeições		
		3.3.17.3	Lavabo		
3.3.18	Vestiários / sanitários para funcionários	3.3.18.1	Vestiário masculino		
		3.3.18.2	Sanitário masculino		
		3.3.18.3	Vestiário feminino		
		3.3.18.4	Sanitário feminino		
3.4	Estacionamentos	3.4.1	Para automóveis		
		3.4.2	Para idosos		
		3.4.3	Para PNEs e PCDs		
		3.4.4	VIP – reservado		
		3.4.5	Para motos / bicicletas		
		3.4.6	Para veículos em serviço		
		3.4.7	Para vans e mini ônibus		

4	Infraestrutura						
4.1	Telecomunicações	4.1.1	Internet	4.1.1.1	Central		
				4.1.1.2	Rede		
		4.1.2	Núcleo de telefonia	4.1.2.1	Central telefônica		
		4.1.3	Tradução simultânea	4.1.3.1	Sala		
4.2	Abastecimento	4.2.1	Energia	4.2.1.1	Gerador		
				4.2.1.2	Transformador		
				4.2.1.3	Relógios		
		4.2.2	Água	4.2.2.1	Reservatório superior		
				4.2.2.2	Reservatório inferior		
4.2.3	Gás	4.2.3.1	Reservatório de gás				
4.3	Manutenção	4.3.1	Limpeza	4.3.1.1	Depósito		
				4.3.1.2	Copa		
				4.3.1.3	Sala empregados		
				4.3.1.4	Sala chefia		
				4.3.1.5	Sanitário masculino		
				4.3.1.6	Sanitário feminino		
		4.3.2	Segurança	4.3.2.1	Controle		
				4.3.2.2	Sanitário		
		4.3.3	Internet	4.3.3.1	Depósito		
		4.3.4	Instalações	4.3.4.1	Shafts		
4.3.5	Áreas externas	4.3.5.1	Depósito				
4.4	Segurança	4.4.1	Guaritas	4.4.1.1	Cabine de vigilância		
				4.4.2	Controle	4.4.2.1	Sala
						4.4.2.2	Sanitário
4.5	Coleta de lixo	4.5.1	Resíduos orgânicos	4.5.1.1	Armazenamento - câmara fria		
		4.5.2	Resíduos recicláveis	4.5.2.1	Armazenamento – contenedores		
4.6	Sistemas de segurança	4.6.1	Sistema de combate a incêndio	4.6.1.1	Sala de comando		
		4.6.2	Saídas de emergência	4.6.2.1	Rotas livres		
4.7	ETE (estação de tratamento de esgoto)			4.7.1	Tanque de esgotamento		
4.8	ETA (estação de tratamento de água)			4.8.1	Cisterna		

Anexo II – Reprodução das páginas do tombamento da Fábrica 2

MAESA - Metalúrgica Abramo Oberle S.A. - Fábrica 2

Processo Administrativo nº 201101667

Descrição e Histórico:

Conjunto de edificações que marca a expansão da principal metalúrgica de Baxias do Sul, surgida em 1896 como ferraria, comandada por Abramo Oberle e sua mãe, Luígia Oberle. Diante da expansão dos negócios e da limitação física das instalações localizadas no centro da cidade, uma grande área de terras situada em uma zona praticamente desabitada, entre as ruas Truiz de Maio, Plácido de Castro, Dom José Baria e Pedro Tomasi foi adquirida. Em 1945, o projetista e construtor licenciado Sílvio Toigo, protocolou "Projeto Completo da Fábrica de Máquinas da Metalúrgica Abramo Oberle S.A.", junto à Prefeitura Municipal, sob registro nº 122/1945. A concepção arquitetônica adotada para a construção da MAESA inovou a arquitetura fabril de Baxias: estrutura modular em concreto armado, paredes em tijolos aparentes, volumes em diferentes alturas nas quadras laterais, vidraças vasculantes e simétricas, espaços livres no interior, com jardins e ruas de acesso aos pavilhões e para o transporte de mercadorias, o planejamento integrado e global de funcionamento da fábrica. Esta edificação guarda referências da arquitetura industrial de vanguarda, notadamente a inglesa do início do século XX, constituindo-se no mais característico exemplar do estilo deste período na cidade. O projeto do sistema construtivo em estrutura modulada de concreto armado com vedação de tijolos é atribuído ao engenheiro Gabriel Pedro Moacir, estabelecido em Porto Alegre.

Em 1948, para a denominada Fábrica 2, foram transferidas as seções de forjaria, fundição, mecânica e ferramentaria e iniciada a fabricação de máquinas e metais.

Em 1957, a empresa Romano Lunardi S.A. - Engenharia, Indústria e Comércio protocolou "Projeto para cons-

construção de pavilhões de corteção e estampação e de laminação e instalação da MAESA Fábrica de Máquinas", na rua Dom João Barua, esquina com rua Trize de Maio, sob registro nº 187/1957. As linhas monumentais continham fe-dovuto alto e cobertura arqueada e ali foram instaladas as seções de talhados, botões de pressão, cutela, artigos de montaria, petreus de mesa, tesouras, lombos de metais, motores elétricos, dentre outros.

Além da diversificada linha de produtos, consumida pelos principais mercados brasileiros, na Fábrica 2 também foram realizados trabalhos excepcionais - pelo porte, qualidade e interesse cultural - como a fundição das portas de bronze da Basílica Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, e a fundição das estátuas de bronze que compõem o Monumento Nacional ao Imigrante, inaugurado em 28 de fevereiro de 1954, esculpidas por Antonio Baringhi.

Em 1957, o arquiteto Angelo Quizzo Neto elaborou "Projeto de Reforma Interna e do Telhado da Metalúrgica Abramo Colerelli MAESA", sob nº 7062/57.

No auge de sua trajetória, a empresa comandada pelos herdeiros do fundador, contava com oito unidades fabris que produziam mais de seis mil produtos, com cerca de 3.500 trabalhadores.

O nome "Colerelli" invoca indústria, trabalho, espírito empreendedor. A possibilidade de aprofundamento de uma profissão, a perspectiva de um império duradouro e o orgulho em produzir artigos de qualidade que saíam do âmbito local para a projeção nacional, marcaram várias gerações. Forjaram novos empreendedores, multiplicando pequenas e médias empresas no ramo metal-mecânico, consolidando Várias do Sul como o principal polo do Rio Grande do Sul, neste segmento.

A provisão encerra significado material e constitui testemunho do caráter imaterial ali incorporado, inquantos expressão da mentalidade que se forjou ao longo do processo de colonização e de evolução da cidade: e de que o trabalho e a perseverança trazem o desenvolvimento e o progresso individual e coletivo. Estes aspectos também se refletem no processo de ocupação do solo e a formação da paisagem urbana. Como polo de mão de obra, atraiu trabalhadores que, nas quadras adjacentes, ergueram suas moradias e construíram um bairro tipicamente operário. Por sua vez, esse aglomerado atraiu novos serviços, transformando o entorno em um cenário único em que educação, lazer e convivência se harmonizaram. A implantação do Colégio Henrique Omélio Meyer para atender os filhos dos operários, contíguo ao Parque Infantil Monteiro Lobato, a capacitação técnica propiciada pela Unidade Nilo Pecanha do Serviço Nacional da Indústria, exemplificam a construção de uma identidade espacial.

Um novo contexto familiar e econômico, na década de 1980 a empresa procedeu à abertura de capital, resultando na maior participação acionária da metalúrgica gaúcha Zircóbrucles, depois sucedida pela aquisição total por investidores da

Murdiel S.A., em 2003 o principal contrato de aquisição pertence à empresa Murdiel S.A. Produtos de Consumo de dezembro de 2010 quando, por Carta de Aquisição e Ofício, passou a pertencer ao Estado de Rio Grande do Sul. O valor da compra mensais, a soma mil reais, negativos o débito ali então existente com a Fazenda Estadual.

Diante da perspectiva de uso imobiliário e comercial a União de Associações de Bairros propôs o tombamento das edificações integrantes da antiga Metalúrgica Sirono Cassel S.A. - Fábrica 2, no processo protocolado em 11 de maio de 2019, sob número 2019016677, o qual foi encaminhado à Secretaria do Cultura, para análise do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural.

No período de análise, visitas, palestras e reuniões a cerca de cem, houve um envolvimento crescente da sociedade civil rumo para a garantia da preservação arquitetônica aliada ao uso público. Esta reivindicação norteou a condução do processo pelos agentes públicos municipais junto aos gestores estaduais, culminando na aquisição do imóvel pelo Estado de Rio Grande do Sul, ao Município de Goiás do Sul, por meio da Lei nº 14.612, de oito de dezembro de 2014.

Localização:

O imóvel doado ao Município de Goiás do Sul está inscrito no Livro nº 02 do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona de Goiás do Sul, composto das atuais matrículas nº 661, nº 1500 e nº 4100, descritas e constantes da anexada Lei.

• Matrícula 661: um imóvel situado em Goiás do Sul à rua Dom José Borja, no lado ímpar, distante 10m da esquina formada com a rua Juiz de Maior, quartelão 100, formada pelas ruas Plácido de Castro, Padre Tomaz, Juiz de Maior e Dom José Borja, constituído por dois prédios industriais com a área de 4.672,00 m², sólidos, bem estruturados, com um pavimento e áreas amplas, com piso em basalto regular ou concreto alçado e cobertura em fibra de cimento "sheet", e o respectivo terreno com a área de 4.720,00m², e medindo ao Sul, 118 m, fazendo frente para a rua Dom José Borja, por 40 m de extensão da frente aos fundos, onde entula, ao Norte, com imóvel da outorgante dividora, dividindo-se por um lado ao Leste, e por outro lado ao Oeste, ainda com imóvel de propriedade da Outorgante dividora.

• Matrícula 1500: dois prédios industriais, com as áreas, com truídas de 1.020,00 m² e 3.192,00 m², respectivamente, de alvenaria e contendo três pavimentos, cada um, identificados por prédios nº 3 e 5 na planta industrial da Fábrica nº 2 e o respectivo terreno formando um só todo e contendo uma área de 2.500,00

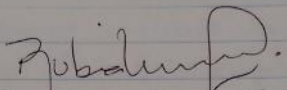
m² faz parte dos lotes nos 9 e 10 da quadra no 159, parte da por-
jetada rua dos Ferrapes, lotes nos 15 e 16 da quadra no 160 e por-
te dos lotes 17, 18 e 19 da mesma quadra, formada pelas ruas
Plácido de Castro, Yruador Mário Pizzi, Dom José Baria e Trize de
Maio, medindo 97m de frente para o alinhamento da rua Ped-
ro de Castro, igual medida nos fundos, por 24m de frente aos fun-
dos, de ambos os lados formando um só bloco. Que é imóvel aci-
na se acha dentro de uma área maior de 49.077,75 m²;

- Matrícula 4.130: diversos pavilhões industriais, construí-
dos em alvenaria de tijolos, compreendendo dois prédios de madeira
proprios para residência, sitos na rua Plácido de Castro, 1006 e
1018, com um pavimento; sete prédios industriais, com um pa-
vimento; um prédio de dois pavimentos, parte de um prédio de
dois pavimentos; um prédio de alvenaria destinado à fundição de
metais não ferrosos. Área total construída 21.550 m², e o respectivo
terreno, imóvel sito nesta cidade de Várzea do Sul, constituído de
um terreno urbano, atualmente formado por parte do lote no 1,
da quadra no 159, setor 03, numerações administrativas, que anti-
gamente constituía-se de parte das quadras no 159, 160 e 161 e terras
do antigo lote no 41 da Travejada Santa Teresita, desta cidade de Va-
rzea do Sul, quantidade formada pelas ruas Plácido de Castro, Dom
José Baria, Trize de Maio e Pedro Tomasi, terreno com a área de mais
ou menos 36.648,80 m², e que justamente com sobras de terras de
aproximadamente 5.861,00 m² de propriedade da Metalúrgica Abra-
mo Oberle S/A, possui o total de mais ou menos 42.509,80 m², com
as seguintes medidas e confrontações, a partir de um ponto locali-
zado na esquina das ruas Plácido de Castro, com Pedro Tomasi, anti-
ga Venâncio Aires, considerando-se o sentido que vai de Oeste, para
Leste, numa extensão de 234 m, em linha reta dividindo-se
com a rua Plácido de Castro na orientação Norte, descobrindo aí
um ângulo reto, no sentido Sul, estendendo-se por uma reta
de 24 m, com orientação Leste, onde confronta com Terras da Meta-
lúrgica Abramo Oberle S/A, desse ponto e fute outro, ângulo reto,
no sentido Leste, prolongando-se por uma reta de 85 m, com o-
rientação Norte, onde confronta com terras da Metalúrgica Abramo
Oberle S/A, formando aí um ângulo reto no sentido Sul, estenden-
do-se por uma extensão de 71 m, com orientação Leste, onde con-
fronta com terras da Metalúrgica Abramo Oberle S/A, formando
novo ângulo reto no sentido Oeste, por uma reta de 118 m, com
orientação Sul, com terras da Metalúrgica Abramo Oberle S/A, fe-
rmando outro ângulo reto, no sentido Sul por uma reta de 40 m,
com orientação Leste, onde confronta com terras da Metalúrgica
Abramo Oberle S/A, até encontrar a rua Dom José Baria, forman-
do outro ângulo reto com sentido Oeste, seguindo por uma reta
de 202,56 m, com orientação Sul, onde confronta com a Rua Dom
José Baria, até encontrar o ponto situado na esquina da referi-
da rua com a rua Pedro Tomasi, formando aí um ângulo de


90,18
tação
Dix
do d

90,18 no sentido Norte, por uma reta de 136,77m com orientação Oeste, onde confronta com a rua Pedro Tomasi, até encontrar o ponto situado na esquina desta rua com a rua Plácido de Castro, fechando assim o perímetro.

Caxias do Sul, 02 de junho de 2015.


Rúbia Ana Moura Frizzo
Secretária Municipal da Cultura

Anexo III - Notificação de Tombamento da antiga Cervejaria Brahma enviado pela Secretaria de Cultura ao então proprietário do imóvel

 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO

NOTIFICANTE: Secretaria Municipal da Cultura
Av. Independência, 453 - CEP 90.035 - 075.

NOTIFICADO: Incobrasa Agrícola S. A.
Rua Cristóvão Colombo, 3120 - CEP 90560-002.

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, vem NOTIFICAR Vossa Senhoria do TOMBAMENTO PROVISÓRIO do imóvel conhecido como **Cervejaria Brahma** (antiga Cervejaria Bopp, após Continental), localizado à Av. Cristóvão Colombo, números 545, 691 e 695, bairro Floresta, em Porto Alegre, conforme os termos do processo nº 01.030701.98.8, ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

O conjunto constitui o núcleo da antiga Cervejaria Bopp, inaugurada em 1911 e transformada em Cervejaria Continental em 1924, constituindo-se na maior fábrica do gênero em Porto Alegre naquele período. A fábrica foi adquirida em 1946 pela Cervejaria Brahma do Rio de Janeiro, permanecendo ativa até 1998. Projetado por Theodor Wiederspahn, o mais importante arquiteto da imigração alemã radicado em Porto Alegre, construído por Rudolph Ahrons e decorado pela equipe de escultores de João Vicente Friedenichs, o conjunto foi complementado por outras edificações contíguas, conformando um cenário edificado peculiar na atual paisagem da Av. Cristóvão Colombo, entre as ruas Santo Antônio e Ramiro Barcelos. Constitui-se em marco referencial da expressão dos imigrantes alemães no cenário da cidade, caracterizada pelo Ecletismo arquitetônico. Em 1979, o terreno ocupado pelas dependências da Cervejaria foi incluído na delimitação da Área Funcional de Preservação Cultural e de Proteção da Paisagem Urbana e os imóveis 545, 691 e 695 foram listados como edificações de interesse sócio-cultural para preservação pela Lei Complementar 43/79.

Tais fatos definem mérito histórico, arquitetônico e paisagístico para a inclusão do edifício como bem cultural tombado pelo Município. O tombamento encontra amparo legal na Lei Complementar nº 275/92, conforme a vontade do poder público, através do parecer nº 13 de 10/05/99, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, homologado pelo Senhor Prefeito em 10/05/99.

O conjunto está implantado em um terreno de forma irregular, medindo 314,03 m de testada pela Av. Cristóvão Colombo, constituindo uma área total de 54.716,75 m².

Considera-se objeto do presente tombamento os elementos a seguir descritos:

Os referidos prédios de número 545, 691 e 695, que abrigavam respectivamente os usos de administração, departamento industrial, fabricação de cerveja, casa de máquinas, depósito de matéria prima e adegas, além da casa de caldeiras e chaminé, totalizando aproximadamente uma área de ocupada de 7.641,00 m².

Os elementos originais relativos às alvenarias externas, esquadrias externas, estrutura de concreto armado, estrutura da cobertura e telhamento do conjunto.

Internamente, considera-se como bens integrados ao tombamento um tanque de fermentação em cobre, o piso cerâmico, os azulejos de parede, a escada em ferro fundido e os gradis metálicos, dispostos na sala e mezanino junto à entrada principal do prédio da fabricação de cerveja, número 691.

O conjunto apresenta mau estado de conservação e sofreu várias demolições e descaracterizações. Em diversos trechos de cobertura foram substituídas as telhas cerâmicas originais por chapas onduladas metálicas e de fibrocimento. Embora estejam em boa condição de estabilidade, as alvenarias apresentam lacunas em muitos pontos, além da deterioração da pintura. As esquadrias externas também apresentam partes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

faltantes, deterioração da pintura e alguns vãos emparedados. Na chaminé, apesar de existir cintamento metálico em toda a sua extensão, pode-se observar fissuras e trincas que indicam problemas de estabilidade. Há necessidade de pintura interna e externa de todo o conjunto. Agregados às estruturas do núcleo original da fábrica encontram-se vários anexos que prejudicam a leitura do conjunto. Deverá ser procedida uma ampla intervenção de restauro com o objetivo de restituir e valorizar a arquitetura dos elementos tombados e proporcionar uso condizente à importância do bem cultural para a cidade.

Para os efeitos do tombamento, considera-se como entorno do conjunto e como respectivo regime urbanístico os parâmetros definidos pela Lei Complementar 43/79 para a Área Funcional de Preservação Cultural e de Proteção da Paisagem Urbana instituída para o local. Deverá ser previamente apresentado estudo de viabilidade urbanística para qualquer intervenção a ser realizada no objeto de tombamento e seu respectivo entorno, conforme legislação municipal vigente.

O bem tombado deverá ser conservado e em nenhuma hipótese poderá ser demolido, destruído ou mutilado em parte ou em seu todo, bem como só poderá ser restaurado com prévia comunicação e autorização desta Secretaria Municipal da Cultura (SMC), conforme estabelece a Lei Complementar nº 275/92.

O proprietário, possuidor ou detentor do imóvel deverá suportar o custo de sua conservação. Contudo, dispõe o § 2º do artigo 10 da L.C. nº 275/92 que o proprietário sem recursos para a conservação do bem deverá levar o fato ao conhecimento do órgão municipal competente, no caso, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural.

As obras de conservação ou restauração só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e autorização da SMC. O imóvel tombado fica sujeito à proteção e vigilância permanente do órgão competente da SMC.

Em caso de emergência, com iminente risco para o imóvel tombado, seu proprietário, possuidor ou detentor, deverá comunicar o fato, no prazo de 24 horas, à SMC, para que tome as providências necessárias. Comprovando-se a omissão do proprietário, detentor ou possuidor do bem tombado, este estará sujeito à multa equivalente a duas vezes o valor do dano que o bem tenha sofrido ou venha a sofrer, sem prejuízo das demais sanções previstas nas leis penais e civis.

Verificada a urgência da realização de obras de conservação ou restauração, poderá a SMC tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, devendo o proprietário ressarcir o Município, a menos que comprove não dispor de recursos.

Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer intervenção física na área de entorno do imóvel tombado que lhe possa prejudicar a ambiência, impedir ou reduzir a visibilidade, ou que, a juízo do Conselho competente, não se harmonize com seu aspecto estético ou paisagístico. Inclui-se também neste aspecto a colocação de painéis de propaganda, tapumes, vegetação de porte ou qualquer outro elemento.

Através deste ato, fica Vossa Senhoria obrigada a conservar o Bem, sendo que, a partir do tombamento definitivo, o imóvel passará a integrar o patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico do Município. No prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação, Vossa Senhoria poderá anuir, tácita ou expressamente, ao tombamento em questão, conforme os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 275/92, sendo que, no caso de impugnação, esta deverá ser interposta perante o Secretário Municipal da Cultura, através do Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Siqueira Campos, nº 1300, térreo, nesta capital.

Recebi em 17/5/99

Porto Alegre, 11 de maio de 1999.

M. Moraes

Margarete Moraes
Secretária Municipal da Cultura

Anexo IV – Ficha da Fiateci no Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre – Bens Imóveis

Prefeitura de Porto Alegre
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 MAIS CIDADÃO, MAIS CIDADANIA.

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO ALEGRE - BENS IMÓVEIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA - CMC - EPAHC

ENDEREÇO: R. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 3085		AUTOR PROJETO:	S:
BAIRRO: SÃO GERALDO		ANO PROJETO:	Q:
DENOMINAÇÃO: FIATECI		ANO CONSTRUÇÃO:	UEU:

MORFOLOGIA	CARACT. DE MOBILIDADE	VALORES CONSIDERADOS	CLASSIFICAÇÃO
ÉPOCA: HOMOG	ALTA MÉDIA BAIXA	INSTÂNCIA CULTURAL: <input checked="" type="checkbox"/>	TOMBADO
ALTURA: HETER	VEÍCULOS <input checked="" type="checkbox"/>	INSTÂNCIA PAISAGÍSTICA: <input checked="" type="checkbox"/>	ESTRUTURAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/>
ALINHAMENTOS: HETER	PEDESTRES <input checked="" type="checkbox"/>	INSTÂNCIA MORFOLÓGICA: <input checked="" type="checkbox"/>	COMPATIBILIZAÇÃO
RECUO LATERAL: HETER	ALTA MÉDIA BAIXA	INSTÂNCIA FUNCIONAL: <input checked="" type="checkbox"/>	INVENTARIADO
LING. ARQUITET.: HOMOG	DENSIDADE	INSTÂNCIA LEGAL: <input checked="" type="checkbox"/>	

TIPOLOGIA	
RECUO ALINHAMENTO: SIM	Nº PAVIMENTOS: 1-2
RECUO LAT. ESQ.: NÃO	PÉ DIREITO: 3
RECUO LAT. DIR.: SIM	SÓTÃO:
OCUPAÇÃO LOTE: NÃO	GARAGEM:

USOS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
ATUAL: INDUSTRIAL	BOM	RUÍNA
ORIGINAL: INDUSTRIAL	REGULAR <input checked="" type="checkbox"/>	PERIGO
OCUPADO: SIM	RUIM	POTENCIAL

CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS				
ABERTURAS	ARCO ABATIDO	ARCO PLENO	ARCO OGIVAL	VERGA RETA
PORTAS		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
JANELAS		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
ESQUADRIAS	ORIGINAIS <input checked="" type="checkbox"/>	AUSENTE	MADEIRA <input checked="" type="checkbox"/>	METAL <input checked="" type="checkbox"/>

COBERTURA				
TELHA	FRANCESA <input checked="" type="checkbox"/>	CAPA/CANAL <input checked="" type="checkbox"/>	FIBROCIM <input checked="" type="checkbox"/>	METÁLICA
COROAMENTO	BEIRAL <input checked="" type="checkbox"/>	PLATIBANDA <input checked="" type="checkbox"/>	FRONTÃO	ÁGUA FURTADA
Nº DE ÁGUAS				

ESTRUTURA VERTICAL					
CONCRETO	ALV. TJOLO	ALV. PEDRA	ESTRUT. AÇO	MADEIRA	OUTROS
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>				

OBSERVAÇÕES

